



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERRITÓRIO, AMBIENTE E
SOCIEDADE

FELIPE SANTOS DO CANTO

DISPUTAS POR CENTRALIDADE NA *PRÁXIS* DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POR
MORADIA NO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR/BA

Salvador

2023

FELIPE SANTOS DO CANTO

**DISPUTAS POR CENTRALIDADE NA *PRÁXIS* DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POR
MORADIA NO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR/BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador.

Orientadora: Liana Silvia de Viveiros e Oliveira

Linha 1 - Sociedade, política, história e cultura em dinâmicas territoriais e ambientais

Salvador

2023

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica. UCSAL. Biblioteca Dom Geraldo Majella Agnelo

C232 Canto, Felipe Santos Do

Disputas por centralidade na práxis dos movimentos sociais por moradia no Centro Antigo de Salvador/Ba / Felipe Santos do Canto. – Salvador, 2023. 238 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Território, Ambiente e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Liana Silvia de Viveiros e Oliveira.

1. Direito à Cidade 2. Centralidade 3. Movimentos Sociais por Moradia 4. Centro Antigo I. Oliveira, Liana Silvia de Viveiros – Orientadora II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação III. Título.

CDU 711.4(813.8)

TERMO DE APROVAÇÃO

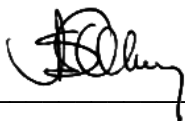
FELIPE SANTOS DO CANTO

“DISPUTAS POR CENTRALIDADE NA PRÁXIS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POR MORADIA NO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR/BA”

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre(a)
em Território, Ambiente e Sociedade.

Salvador, 06 de junho de 2023.

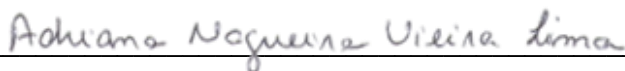
Banca Examinadora:



Prof.(a)s. Dr.(a)s. Liana Silvia de Viveiros Oliveira (orientadora - UCSAL)



Prof.(a) Dr.(a) Aparecida Netto Teixeira (examinadora interna - UCSAL)



Prof.(a) Dr.(a) Adriana Nogueira Vieira Lima (examinadora externa - UEFS)



Prof.(a) Dr.(a) Sanane Sampaio (examinadora externa - UFBA)

AGRADECIMENTOS

Inicio agradecendo a Deus e a todas energias que me permitiram chegar até a conclusão desse trabalho e o fechamento/início de mais um ciclo na minha trajetória.

À minha família e amigos que sempre me apoiaram e acreditaram na minha capacidade através dos gestos mais simples de cuidado e afeto.

À Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo Salvador, especificamente a Maura Cristina, Jecilda Maria, Ana Caminha, Linda Kayongo, Roberval Improta (Bal), Eliane Silva e Sandra Maria que se dispuseram a conceder as entrevistas, fazendo com que a concretização desse trabalho fosse possível. Aprendi grandemente com vocês nesse processo, espero que seja o início de inúmeras trocas em defesa da cidade e do centro.

À Clara Araújo e Julia Molina que se dispuseram a conceder as entrevistas e contribuir com a pesquisar. Foi uma troca inspiradora.

À Milena e Thalita, amigas e colegas de mestrado; vocês foram sem dúvida um presente nos últimos dois anos e meu ponto de apoio durante todo o processo da pesquisa. Obrigado por me lembrarem que eu era capaz todas as vezes que duvidei.

À minha amiga e orientadora Liana que faz parte da minha trajetória desde a graduação e me inspira como um exemplo de docente, pesquisadora, profissional e ser humano.

Aos demais colegas e professores do programa de Pós-graduação em Território Ambiente e Sociedade da UCSal. As trocas foram verdadeiramente ricas, tanto no âmbito virtual como presencial.

A todos os meus amigos e amigas que, próximos ou distantes, me apoiaram,

As professoras e avaliadoras Aparecida Netto, Adriana Lima e Sanane Sampaio pela disponibilidade para compor minha banca e pelas contribuições que enriqueceram imensamente o trabalho desde a qualificação.

E, por fim, à Fapesb, pelo fomento a essa pesquisa.

**NÃO EXISTE CIDADE LIVRE SEM
CENTRO LIVRE E SEM PERIFERIA LIVRE!**

A luta por liberdade é também a luta por democracia. É a luta por direitos sociais, pelo direito à cidade, pela liberdade de trabalhar, de viver, de envelhecer com dignidade. Não existe cidade livre sem direito à previdência social, à saúde e à educação públicas e de qualidade, à participação, ao território. E no 02/07 é o momento de gritar:

**CIDADE LIVRE! CENTRO LIVRE!
DOS TIRANOS NÃO SERÁ!(ARTICULAÇÃO
DE MOVIMENTOS E COMUNIDADES DO
CENTRO ANTIGO DE SALVADOR, 2019)**

CANTO, Felipe Santos do. **Disputas por Centralidade na *práxis* dos Movimentos Sociais por Moradia no Centro Antigo de Salvador/BA**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação Território, Ambiente e Sociedade, Universidade Católica do Salvador, 2023

RESUMO

Essa pesquisa busca entender como o conceito de Centralidade é entendido e acionado a partir da *práxis* dos movimentos sociais por moradia e assessorias técnicas no Centro Antigo de Salvador, observando as diferenciações entre o Centro Antigo de Salvador - CAS e Centro Histórico de Salvador - CHS. Com base em uma extensa pesquisa documental, bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com lideranças da Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador e algumas assessorias técnicas aliadas, percebe-se que, embora a disputa pela centralidade esteja relacionada a valores comuns nos dois espaços, há diferentes entendimentos e acionamentos desse conceito nas práticas e discursos dos movimentos quando estão relacionadas às ações concretas estatais e dos interesses privados. A Centralidade se apresenta como importante valor e meio na disputa pela permanência no Centro Antigo e é acionada pelos movimentos sociais na defesa dos seus territórios com diferentes sentidos e significados. Frente às constantes disputas por centralidade na cidade de Salvador, principalmente através da ocupação de vazios construídos e subutilizados e da resistência das comunidades, são estabelecidos vínculos com essas áreas, o que fortalece os seus territórios no combate e reversão dos processos predatórios do mercado imobiliário. Com a pesquisa ficou evidente que a centralidade se apresenta no discurso e na prática. Os movimentos, comunidade e aliados defendem o direito a r-existir nas especificidades de seus territórios e se articulam na construção de uma agenda política integrada com as questões de classe, gênero e raça em defesa do direito à cidade e à centralidade no Centro Antigo de Salvador.

Palavras chave: Direito à Cidade; Centralidade; Movimentos Sociais por Moradia; Centro Antigo.

CANTO, Felipe Santos do. **Disputes over centrality in the praxis of social housing movements in the Old Center of Salvador/BA**. Dissertation (Master's) - Graduate Program in Territory, Environment and Society, Universidade Católica do Salvador, 2023.

ABSTRACT

This research aims to understand how the concept of centrality is understood and enacted through the praxis of housing social movements and technical assistance in the Historic Center of Salvador, observing the differentiations between the Historic Center of Salvador (CHS) and the Old Center of Salvador (CAS). Based on extensive documentary research, literature review, and semi-structured interviews with leaders of the Articulation of Movements and Communities of the Old Center of Salvador and some allied technical assistance organizations, it is observed that, although the dispute for centrality is related to common values in both spaces, there are different understandings and enactments of this concept in the practices and discourses of the movements when it comes to concrete state actions and private interests. Centrality presents itself as an important value and means in the struggle for permanence in the Old Center and is mobilized by social movements in defense of their territories with different senses and meanings. Faced with constant disputes for centrality in the city of Salvador, particularly through the occupation of built and underutilized voids and the resistance of communities, bonds are established with these areas, strengthening their territories in the fight against and reversal of predatory processes in the real estate market. Through the research, it became evident that centrality is present in both discourse and practice. The movements, communities, and allies advocate for the right to exist in the specificities of their territories and articulate themselves in the construction of an integrated political agenda that addresses issues of class, gender, and race in defense of the right to the city and centrality in the Old Center of Salvador.

Keywords: Right to the City; Centrality; Social Housing Movements; Old Center.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização e das poligonais do Centro Antigo e do Centro Histórico de Salvador	12
Figura 2 - Pelourinho e Ladeira da Preguiça	13
Figura 3 - Vista da Cidade Alta e da Cidade Baixa de Salvador	26
Figura 4 -Marca Articulação do Centro Antigo de Salvador	32
Figura 5 - Localização de Territórios/ Movimentos integrantes da Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador.....	33
Figura 6 - Vista da Gamboa de Baixo.....	34
Figura 7 –Manifestação dos Artífices da Ladeira da Conceição da Praia	36
Figura 8 – Arcos da Ladeira da Conceição da Praia após reforma.....	37
Figura 9 - Comunidades do CHS.....	38
Figura 10 - Vista da Ladeira da Preguiça	39
Figura 11 - Largo 2 de Julho	41
Figura 12 - Vila Coração de Maria.....	42
Figura 13 - AMACH.....	43
Figura 14 - Vista da rua Monsenhor Rubéns Mesquita no Tororó.....	45
Figura 15 - Demolições no Tororó	46
Figura 16 - Ocupação Carlos Marighella vista da praça Castro Alves (CHS)	47
Figura 17 - Relação do Porto Trapiche Residence com o entorno.....	56
Figura 18 – Porto Trapiche Residence visto da Ladeira Preguiça.	56
Figura 19 - Projeto do Centro de Apoio aos Esportes Náuticos na Praia da Preguiça	57
Figura 20 - Centralidades de Salvador	73
Figura 21 - Praça da Sé (CHS) nos anos 70	75
Figura 22 - Centro do Iguatemi.....	80
Figura 23 - Projeto da Nova Rodoviária de Salvador e Estação de Metrô em Águas Claras	83
Figura 24 - Rua Chile e Av. Sete de Setembro.....	118
Figura 25 - Pelourinho e Baixa dos Sapateiros.....	121
Figura 26 - Rua do Passo e Rua do Carmo CHS	125
Figura 27 - Contrastes 7ª Etapa, Praça da Sé e Terreiro de Jesus	126
Figura 28 - Projetos do PERSH no CHS	143

Figura 29 - Programa de Recuperação do CHS	144
Figura 30 - Prédio dos Alfaiates CHS	145
Figura 31 - Masterplan CAS: Largo do Santo Antônio Além do Carmo	152
Figura 32 - Masterplan CAS: Área do Comércio.....	152
Figura 33 - Eixos de atuação Plano de Bairro do Comércio	160
Figura 34 - Abrangência de ações do Plano de Bairro do Comércio	161
Figura 35 - Fachada Ocupação Carlos Marighella	183
Figura 36 - Articulação do Centro Antigo no Ato-cortejo 2 Julho 2022.....	196
Figura 37 - Apresentação de Plantas Técnicas pelo Consórcio Nova Lapa.....	204
Figura 38 - Bandeiras Articulação do Centro Antigo de Salvador e Tororó Resiste	207

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. CIDADE E CENTRALIDADE	25
2.1. O Centro Antigo de Salvador: tensões em torno da centralidade	25
2.1.1. A Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador	32
2.2. Direito à Cidade como Direito à Centralidade.....	47
2.3. Noções de Centro e Centralidade	59
2.4. Velha, atual e nova Centralidades soteropolitanas?	72
2.4.1. A “Velha” Centralidade do Centro Antigo de Salvador	74
2.4.2. A “Atual” Centralidade Iguatemi	79
2.4.3. A “Nova” Centralidade Água Claras	82
3. MOVIMENTOS SOCIAIS POR MORADIA E OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS À CENTRALIDADE.....	88
3.1. Os sentidos atribuídos à Centralidade e a Centralidade como ideário de luta	89
3.2. Viver no Centro, lutar pelo direito à Centralidade e à Cidade	106
3.3. Sentidos e diferenciações: a Centralidade no CHS e no CAS	117
4. DISPUTAS URBANAS POR CENTRALIDADE	132
4.1. Agentes e Agendas em Disputa no CAS	132
4.1.1. <i>Disputa de Valores e Sentidos na Produção da Cidade.....</i>	<i>132</i>
4.1.2. <i>Políticas e Projetos do Estado e Ações do Mercado como Disparadores de Disputas e Conflitos no CAS.....</i>	<i>136</i>
4.1.3. <i>Formação de Identidades Coletivas dos Agentes Sociais em Resistência no CAS</i>	<i>161</i>
4.1.4. <i>Movimentos Sociais e Assessorias nas Disputas</i>	<i>167</i>
4.1.5. <i>Questões de Gênero e Raciais nas Lutas dos Movimentos Sociais e Comunidades do CAS</i>	<i>180</i>
4.1.6. <i>Agendas e Projetos</i>	<i>185</i>
4.2. Percorrendo Arenas de Disputa	187
4.2.1. <i>O Território como Arena de Disputa por Centralidade</i>	<i>187</i>

4.2.2. <i>Disputas no Executivo e Legislativo Municipal: Alianças em torno da Comunidade do Tororó</i>	197
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	208
REFERÊNCIAS	218
APÊNDICE A – Roteiro de pesquisa para entrevista semiestruturada com lideranças dos movimentos sociais	227
APÊNDICE B – Roteiro de pesquisa para entrevista semiestruturada com assessorias técnicas	230
APÊNDICE C – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE 233	
ANEXO A – Parecer de aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	235

1. INTRODUÇÃO

O urbano em uma sociedade capitalista constitui uma arena de disputas em que as forças do mercado – fundiário, imobiliário, financeiro e outros - nas suas diversas ações sobre a cidade, expõem as suas próprias contradições e se defrontam com forças de resistência. Para Lefebvre (1999), o urbano é um agregador de conteúdos e de diferenças e, nesse sentido, “a cidade constrói, destaca, liberta a essência das relações sociais: a existência recíproca e a manifestação das diferenças procedentes dos conflitos, ou levando aos conflitos” (p. 111). Pode-se entender, assim, que a constituição do urbano é um agregador ou formador de novos conflitos.

Numa perspectiva do conflito que emerge da produção do espaço, Corrêa (2011, p. 05) explica que essa produção “é o resultado da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles e com outros segmentos da sociedade,” Isso significa que a produção do espaço emerge do conflito, das contradições e das colaborações; ela se constrói no processo de construção de hegemonia.

Os centros desempenham importantes papéis estruturantes para a organização e dinamização dos territórios. No caso de cidades antigas estes desempenham papéis destacados por serem arenas de disputas históricas de longo curso. Sendo assim, eles não desaparecem ao serem roídos pelo “tecido invasor”¹ ou integrados na sua trama, marcado principalmente pelo processo de industrialização e “modernização” dos centros antigos. Resistem e, ao se transformarem, continuam a ser locais de diversidade e de intensa vida urbana, uma vez que “não contém apenas monumentos, sedes de instituições, mas também espaços apropriados para as festas, para desfiles, passeios, diversões. Sobrevive graças a esse papel de lugar de consumo e consumo do lugar” (LEFEBVRE, 2001[1969], p. 20). Com isso, entende-se que Centralidade e Urbano são conceitos entrelaçados, desde que esses locais sejam dotados de intensa vida urbana. Nas palavras do autor:

¹ Considera-se o termo de Lefebvre, para se referir aos padrões de modernização das cidades, - desencadeados do processo de industrialização - que reestruturaram drasticamente tanto nucleações rurais, assim como, núcleos urbanos antigos em todo o mundo. O autor equipara tecido urbano ao conceito de ecossistema ao defini-lo como: “unidade coerente constituída ao redor de uma ou de várias cidades, antigas ou recentes” (2001[1969], p. 19).

A centralidade não é indiferente ao que ela reúne, ao contrário, pois ela exige um conteúdo. E, no entanto, não importa qual seja esse conteúdo. Amontoamento de objetos e de produtos nos entrepostos, montes de frutas nas praças de mercado, multidões, pessoas caminhando, pilhas de objetos variados, justapostos, superpostos, acumulados, eis o que constitui o urbano (LEFEBVRE, 1999, p. 110).

Além disso e por isso mesmo, tendem a contar com boa infraestrutura urbana, serviços e comércios importantes e um conjunto diversificado de práticas espaciais que dão sentido à “Festa” (LEFEBVRE, 2001[1969]). Na narrativa lefebvriana, esse principal uso denominado de Festa, que ocorre nas ruas, nas praças, nos edifícios e nos monumentos, se realiza como consumo sem nenhuma vantagem além do prazer e prestígio. Contudo, esses núcleos deveriam se caracterizar como espaços livres e democráticos visto que são um produto de consumo de alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos (*Ibid.*, p. 20). São espaços ainda de grande valor simbólico.

Os distritos urbanos centrais [...] têm um papel importante no dia a dia da cidade e dos seus habitantes, tanto materialmente e funcionalmente como também simbolicamente. São o espaço onde diversos fluxos econômicos e de comunicação convergem, onde relações sociais são produzidas e também onde imagens urbanas novas ou renovadas podem se formar e serem mostradas. (DE CARLI *et. al.*, 2011, p.157).

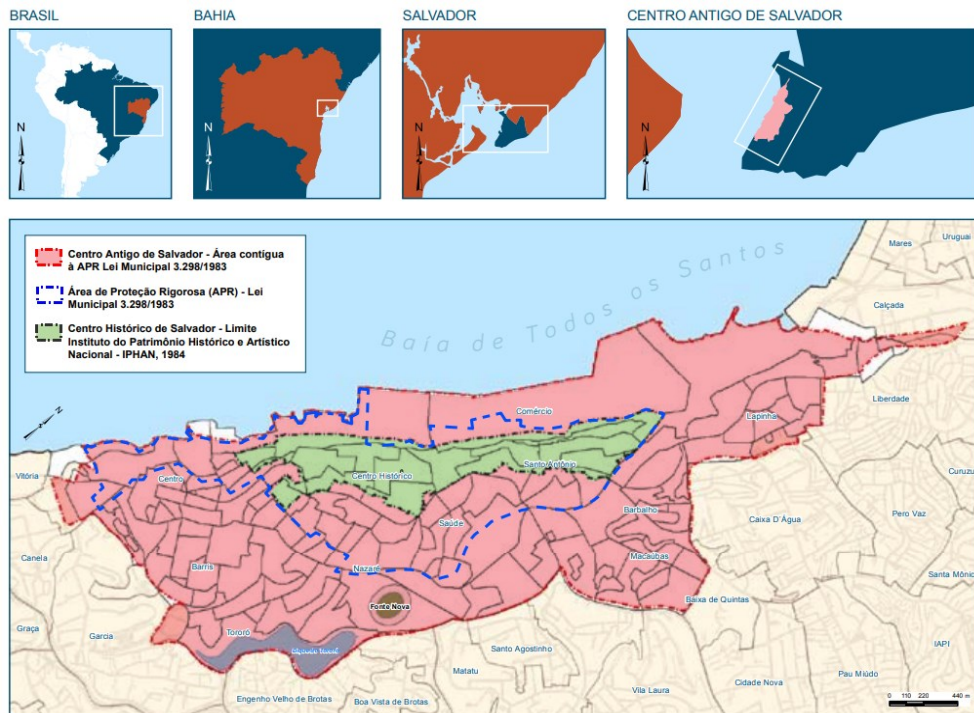
Aspecto facilmente identificável no Centro Antigo de Salvador que possui toda densidade material em termos de infraestruturas e equipamentos, assim como sua carga simbólica marcada pela sua história e de seu povo que o caracteriza culturalmente.

A fim de buscar uma referência espacial para prospectar eventuais diferenciações nas formas de apropriação e ação dos agentes sociais no Centro Antigo e no Centro Histórico, parte-se dos seus limites formais adotados por instâncias estatais. Considera-se o limite do Centro Antigo de Salvador (CAS)² – Área contígua à Área de Proteção Rigorosa - APR definido pela Lei Municipal 3.298/1983 e para o Centro Histórico de Salvador (CHS) o limite estabelecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 1984³, inserido no perímetro do CAS.

² Incorpora onze bairros: Centro Histórico, Centro, Barris, Tororó, Nazaré, Saúde, Barbalho, Macaúbas, parte do espigão da Liberdade, Comércio e Santo Antônio. (BAHIA, 2010)

³ Vale salientar que acreditamos que todo o Centro Antigo de Salvador possuiu valor histórico e, portanto, os termos institucionais são adotados somente para a caracterização e análise das disputas nesse território.

Figura 1 - Mapa de localização e das poligonais do Centro Antigo e do Centro Histórico de Salvador



Fonte: Salvador (2013).⁴

A partir desses limites institucionalmente definidos, tem-se um território claramente dividido que denota sentidos e tratamentos distintos, desde a sua nomenclatura entre histórico e antigo, às diferenciações na elaboração e aplicação de políticas públicas. São nas disputas territoriais travadas de maneira hierárquica que os interesses de controle dos poderes estatais e das forças hegemônicas prevalecem sob as camadas populares. Para esses grupos subalternizados os limites institucionais não traduzem as características territoriais reais da população que ocupa essas áreas, para eles os limites se estabelecem além de delimitações geográficas, envolvem diferenciações culturais que são base para identidade territorial do Centro.

Sendo assim, os territórios incorporam, ao mesmo tempo, os sentidos funcional e simbólico, em diferentes combinações, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de "funções" quanto na produção de "significados" (HAESBAERT, 2007, p.23). Assim, ainda que para as elites e para o poder público esses espaços representem locais de produção de renda, para os habitantes, pobres e negros, são territórios necessários para estabelecimento e

⁴ SALVADOR. SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. CAS - Centro Antigo de Salvador [livro eletrônico]: território de referência. 2013. 77 p.

constituição da vida urbana. Esses locais são uma forma de garantir a “r-existência” (HAESBAERT, 2021, p. 21). É, mesmo num contexto de exclusão, constituir e ressignificar territórios baseados na vida cotidiana, agarrar-se “ao território mínimo (no limite, o próprio corpo)”, como forma última de garantir a “r-existência” (*Ibid.*).

Nessa perspectiva, e à primeira vista, que é possível ilustrar esses sentidos a partir de dois contextos distintos no CHS (Figura 2), no primeiro, tem-se o Pelourinho, uma das áreas turísticas mais visitadas da cidade e que possui um sentido funcional mais evidente, manifestado nos usos comerciais, de serviços e turísticos, mas também de grande força simbólica. Por outro lado, tem-se a Ladeira da Preguiça, comunidade que resiste contra a especulação imobiliária e a gentrificação e cotidianamente defende o sentido simbólico do Centro através do uso habitacional popular, também de importante sentido funcional, e das manifestações culturais locais, fortalecendo o sentido de r-existência.

Figura 2 - Pelourinho e Ladeira da Preguiça



Fonte: A Fragata Surprise (2018) e Instagram: esperancagadelhafotografia (2017)⁵

Ao explorar os significados que esses territórios, especialmente os centrais, configuram para a cidade e que as territorialidades emergem como além de “algo abstrato”, mas também uma dimensão imaterial, enquanto “imagem” ou símbolo de um território (HAESBAERT, 2007, p. 25), entende-se que os centros são locais em/de intensas disputas, que revela tensões e processos transitivos (e muitas vezes conflitivos) entre a dimensão funcional e a dimensão simbólica do território. Sobre esse trânsito, Haesbaert destaca que

⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Bbe11kjS7c/> Acesso em: 03 mar. 2023

no jogo contemporâneo dos processos de destruição e reconstrução territorial fica muito claro o ir e vir entre territórios mais impregnados de um sentido funcional, de controle físico de processos, e aqueles onde a dimensão simbólica - a territorialidade, para alguns - adquire um papel fundamental (2007, p. 25).

Para elucidar ainda mais essa perspectiva, a partir dos entendimentos das relações de hegemonia que se estabelecem no território do Centro Antigo de Salvador, os limites estabelecidos entre CHS e CAS de maneira institucional possuem um objetivo de controle sobre uma área, em que prevalece seu sentido funcional, que difere do sentido que emerge quando se visualiza a partir da apropriação dada pelos grupos subalternizados, em que dimensão simbólica aparece muito mais destacada.

A cidade compreendida na sua complexidade e diversidade, já se apresenta em sua totalidade como um espaço conflitivo, em que essas características ficam mais perceptíveis e aparecem com maior intensidade num contexto de desigualdades e opressões. Isso significa dizer que “a vida comunitária em nada impede as lutas de classes, no contexto urbano, as lutas de facções, de grupos, de classes”. Essas lutas “reforçam o sentimento de pertencer” (LEFEBVRE, 2001[1969], p.13). Entendendo, é claro, os outros modos, agentes e inserções dessas relações na atualidade.

Nesse sentido o território aparece com significados distintos nas diferentes camadas da sociedade. Diferente dos grupos hegemônicos, para as forças de resistência, “dos movimentos sociais urbanos aos povos originários”, o território vai além do sentido físico e incorporam a dimensão da vivência e da apropriação simbólica, como uma condição básica para a vida, para a própria existência enquanto grupo (HAESBAERT, 2021, p. 139).

Reforçando essa ideia, Saquet (2013, p. 127) destaca que “o território é produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; campo de forças que envolve obras e relações sociais (econômicas-políticas-culturais), historicamente determinadas.” Portanto, o território é produzido a partir da relação que envolve disputas entre diferentes agentes, juntamente com as relações estabelecidas com/no espaço.

Esses processos de disputas que configuram territorialidades, nas relações de poder que inscrevem, estão relacionados muitas vezes, a práticas predatórias de

regeneração urbana que atingem os centros antigos⁶, em diversos níveis, e impactam os territórios pré-existentes produzindo elitização e desposseção. As práticas de elitização, marcadas por processos de gentrificação e segregação do espaço urbano, podem ser tão ou mais agressivas que processos de desapropriação e remoções forçadas. Segundo Mourad; Figueiredo e Baltrusis (2014, p. 443), mesmo quando esse espaço central está economicamente desvalorizado, ele é atraente. Condição que tem sido utilizada pelos empreendedores privados como oportunidade para fazer negócios de vários tipos. Visualizam nos imóveis abandonados e em ruínas com valores depreciados, condições favoráveis para maximizar lucros.

Os movimentos sociais de moradia, nesses processos, têm uma evidente importância nas disputas pela permanência no centro, contra processos de gentrificação e especificamente na denúncia sobre as contradições entre a cobiça do mercado por territórios populares ocupados e a presença de conjuntos de edifícios vazios. Reivindicam a implementação de uma política urbana que garanta a permanência dos territórios populares nas áreas centrais.

Os territórios populares são espaços apropriados e organizados por moradores que constroem territorialidades a partir de modos sociais, culturais e econômico próprios, como bem explica Mourad e colaboradoras (2022, p. 02): esses locais e pessoas “revelam diferentes formas de organização socioespacial de comunidades, coletividades ou grupos sociais que lutam pela preservação da cultura, dos recursos ambientais e pelo respeito aos diferentes modos do viver.” São territórios com modos de organização próprios que surgem da demanda por sobrevivência desses grupos, “um processo caracterizado pelos ciclos de ocupação/autoconstrução/autourbanização/consolidação, tornando possível o acesso à cidade por seus moradores” (*Ibid.*).

No Centro Antigo de Salvador, as ocupações e comunidades aparecem como forte elemento tensionador da mudança do sentido da definição de cidadania como importante dimensão para a transformação da política urbana, inclusive no reconhecimento de diferentes identidades e modos de vida. Para De Carli e Frediani

⁶ Durante o trabalho a grafia da palavra “Centro” com a primeira letra maiúscula será utilizada para se referir ao Centro Antigo de Salvador especificamente, quando utilizada em minúsculo estará se referindo a centros antigos de maneira geral.

(2016, p. 14), “as ocupações são realidades extremamente heterogêneas onde diversas histórias e experiências de exclusão e marginalização coexistem e se inter-relacionam”. Segundo Gohn (1991, p. 14-15), os movimentos sociais urbanos, de maneira geral, definem comunidade como “a teia criada pela rede de relações informais, uniformizadora dos interesses dos indivíduos, negadora das diferenças sociais e, portanto, negadora de uma leitura do social a partir de uma sociedade dividida em classes”. Ou seja, é uma rede que constrói sentidos de cidade diferentes dos estabelecidos pelas forças hegemônicas.

A possibilidade de morar no centro e conviver com diferentes pessoas e formas de uso do território é um estímulo para o surgimento de novas perspectivas de vida e na maneira como as pessoas irão se relacionar com a cidade. Referindo-se a uma ocupação em São Paulo, De Carli e Frediani, observam essa construção coletiva de valores, significados e consciência política:

essa simultaneidade de vulnerabilidades e aspirações quando postas de frente umas com as outras, tornam-se visíveis tanto para os moradores do edifício como para outros atores sociais na cidade, o que eventualmente facilita que novos significados coletivos e tomada de consciência política surjam (2016, p.15-16).

Por conseguinte, a problematização dos sentidos atribuídos ao centro e à centralidade é de extrema importância, visto que

Nas disputas pelo direito à cidade, o direito ao centro ou à centralidade ocupa lugar destacado. Os movimentos engajados nessas lutas no Brasil, com as suas práticas de ocupação de prédios e áreas abandonadas nos centros das cidades questionam, a um só tempo, a lógica de periferização dos programas habitacionais oficiais e o não cumprimento da função social da propriedade e da cidade (VIVEIROS, 2020, p. 342).

Nos centros muitos aspectos das disputas pelo direito à cidade ficam evidenciados e são projetados para o restante da cidade, o que pode visibilizar e potencializar forças de resistência, o que não significa que movimentos sociais de centros e periferias são mais ou menos relevantes, que uma luta seja mais potente ou importante que outra. O que está posto é: os centros das cidades são lugares referenciais e simbólicos importantes para a sociedade urbana como um todo, são locais de fluxo intenso de pessoas, objetos e relações e, portanto, entende-se que as disputas nas/pelas áreas centrais se tornam referência e ficam mais destacadas porque configuram explicitamente lutas em defesa da centralidade.

Essas disputas ganharam uma dimensão muito relevante no contexto da pandemia da covid-19. Principalmente através das *lives*, essas discussões acerca das lutas de territórios populares se fortalecem e alcançam outros patamares ao ampliar as discussões para novos públicos. Foi possível informar e formar questões políticas, reunir e facilitar a troca entre diferentes movimentos sociais e contribuir nas orientações sobre medidas de segurança na pandemia – sem deixar de problematizar as barreiras que as tecnologias de informação podem significar para as pessoas que integram esses territórios. Além disso, a pandemia, ao evidenciar ainda mais os processos excludentes, trouxe fortemente a pauta do direito à centralidade diante das investidas do capital imobiliário que continua a pressionar os territórios populares situados em áreas mais valorizadas, apesar da crise sanitária.⁷

Essa perspectiva é fundamental para compreender que os movimentos sociais por moradia e todas as lutas enfrentadas pelos habitantes desses e nesses territórios são centrais nas disputas pelo direito à cidade e sobretudo pelo direito à centralidade. No contexto de Salvador, esses grupos colocam-se como protagonistas em diversas lutas na ocupação de terras ou imóveis que não cumprem a função social. Ações como essas combatem práticas, principalmente relacionadas a interesses privados e muitas vezes encaminhadas por poderes estatais, que reforçam e dão continuidade a processos de espoliação e expropriação de grupos subalternizados que comumente têm seu direito à cidade negado de diversas maneiras.

A cidade de Salvador possui grande importância na formação do país, o que configurou a ela um caráter de centralidade desde de sua fundação. Seu núcleo central desempenhava funções comerciais e industriais, na Cidade Baixa, e administrativas e habitacionais, na Cidade Alta, que garantiu à cidade sua conformação geográfica e social peculiar.

Com o processo de adensamento populacional, esse núcleo central foi se expandido e outras nucleações urbanas foram se consolidando, reestruturando esse espaço urbano. Assim ocorreu a dispersão de atividades e usos que eram exclusivos desses

⁷A exemplo dos conflitos do Tororó, no Centro Antigo de Salvador, sob a ação da Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) de remoção de cerca de 40 famílias para dar lugar a construção de mais um shopping center (LUGAR COMUM, 2020). Na Ilha dos Frades uma emenda inconstitucional que impõe diversas restrições de atividades tradicionais realizadas pela população nativa e favorece crescimento imobiliário, privatização e elitização da área (GAMBÁ, 2020).

territórios centrais, o que configurou um contexto competitivo com as novas áreas de centralidade da cidade. No âmbito local, esse processo é explicado pelas inúmeras políticas públicas⁸ implementadas no município, intensificadas a partir de meados do séc. XX, que ameaçaram o lugar ocupado pelo Centro Antigo enquanto centralidade principal da cidade. Desde do início do séc. XX, emergia um imaginário de reforma urbana movido “pela ideologia do progresso, e de civilização, visando abrir espaços para maior salubridade da cidade, buscavam substituir o velho - a Cidade Colonial - pelo novo - a Cidade Moderna” (FLEXOR, 1997).

O incentivo à expansão da cidade no sentido sul, desde do início do séc. XX, restrições de usos habitacionais no centro tradicional, a instalação de grandes comércios e indústrias na Região Metropolitana, transferência da Estação Rodoviária, implantação do novo Centro Administrativo da Bahia (CAB) junto à Avenida Luís Viana (Av. Paralela) foram determinantes nesse processo. Esse conjunto de medidas desencadeou o enfraquecimento inegável do Centro Antigo nos anos seguintes, impulsionado pelo surgimento de um novo centro na área do Iguatemi.

Com o crescente processo de regeneração urbana no CHS que se estende ao restante do CAS, compreender como essas disputas e pressões estão ocorrendo, de um ponto de vista crítico e a partir das experiências dos movimentos sociais, pode contribuir no fortalecimento dos processos de resistência. Dados e informações de pesquisas agregam contribuições às lutas e enriquecem a documentação existente como mostram os trabalhos de De Carli et al. (2011), De Carli e Frediani (2016), Kohara (2013), Gohn (1991), Mourad (2011), Rebouças (2012), Uriarte (2019a, 2019b) entre outros que tratam de ocupações e comunidades dos centros.

A organização e articulação das comunidades nos territórios por meio de suas lideranças e com assessorias têm sido fundamental na construção de estratégias de resistência. Um bom exemplo, dentro do próprio CAS, é a conquista dos Artífices da Ladeira da Conceição da Praia em permanecer nas ocupações dos arcos da Ladeira

⁸ Flexor (1997) explica que esse processo de modernização no início do século XX não era exclusividade de Salvador. Diversos governos regionais estavam buscando incentivos estrangeiros para essas transformações, cidade como Belém, Fortaleza, Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, foram as principais. Sendo assim “o período dos fins do século XIX, e princípios do XX, foi o marco da intervenção massiva do Estado no espaço urbano.” Marcado pela busca “da ordem e do progresso, através do trabalho e harmonia estética”, seguindo uma onda internacional inspirada na Europa, principalmente no caso de Hausmann em Paris.

da Conceição da Praia após a obra de restauro, que inicialmente pretendia expulsar os moradores e destinar os casarões a outra camada social. Estes e outros casos mostram o poder dessas articulações e mobilizações e como essas atuações de resistência são necessárias nas lutas pelo direito à cidade.

Oliveira e Fernandes (2016), ao estabelecer uma relação entre os vazios construídos⁹ e o processo de regeneração urbana do Centro Histórico de Salvador, destacam a importância das articulações dos movimentos sociais atuantes, especialmente Movimento Sem Teto da Bahia - MSTB. Mourad, Figueiredo e Baltrusis (2014, p. 439), em outra perspectiva, evidenciam as tentativas de gentrificação do bairro 2 de Julho, também em Salvador, onde uma série de intervenções privadas e do setor público ameaçam a dinâmica de vida urbana de diversos trabalhadores, moradores e transeuntes da região. O conflito ensejou a mobilização de moradores para criação de uma articulação denominada “Movimento Nosso Bairro é 2 de Julho!”, para combater diretamente esses interesses imobiliários. Fernandes (2008, p.13) *apud* Mourad; Figueiredo e Baltrusis (2014, p. 439) explica o processo por detrás desses interesses:

em geral, essa política se ancora na execução ou na tentativa de implementação de programas e projetos fundados na reconquista de áreas restritas dos centros pelo capital corporativo e especulativo, pela gentrificação social e pela construção de horizontes simbólicos banalizados e midiáticos.

Por tudo isso, desde 2014, a Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador, formada pela Associação Amigos de Gegê da Gamboa de Baixo, Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico - AMACH, Movimento Nosso Bairro é 2 de Julho, Centro Cultural Que Ladeira é Essa? (Ladeira de Preguiça), Movimento Sem Teto da Bahia - MSTB, Artífices da Ladeira da Conceição da Praia e o Coletivo da Vila Coração de Maria (bairro 2 de Julho), vem combatendo os processos de expulsão e especulação imobiliária e reivindicando o direito à moradia, ao território e à cidade no Centro. Desde sua formação, esse coletivo composto pelos principais movimentos e comunidades do Centro Antigo de Salvador, tem aglutinado forças, juntamente com agentes sociais aliados dos mais diversos campos, e atuado em defesa de uma centralidade justa, diversa e segura no Centro, enquanto território popular e negro. Fica claro, assim, como esse tecido urbano central é extremamente

⁹ São “áreas urbanas inteiras esvaziadas de suas funções e de sua vitalidade, precocemente tornadas obsoletas” (FERNANDES, 2014). No Centro Antigo de Salvador são caracterizados pelos casarões esvaziados e/ou subutilizados.

disputado pelo seu potencial turístico, cultural, urbano e paisagístico e é justamente sobre e nesse contexto de disputas que a noção do direito à centralidade é acionada e defendida pelas lideranças em defesa dos seus territórios.

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender como se apresentam as diferentes apropriações da noção de Centralidade nas disputas territoriais no Centro Histórico de Salvador (CHS) e no Centro Antigo de Salvador (CAS) pelos movimentos sociais e assessorias técnicas populares nas suas lutas pelo direito à cidade. E, como objetivos específicos, pretendeu-se: discutir o conceito de centralidade na relação com o direito à cidade; discutir os entendimentos sobre a noção de Centralidade em seus diferentes sentidos e sua relação com o CAS e CHS e; compreender como os movimentos sociais se apropriam da noção de Centralidade nos processos de disputa pelo Centro e quais os papéis assumidos pelas assessorias técnicas nesse processo.

A principal problemática consistiu em entender como a noção de Centralidade é acionada e a quais sentidos se associa, a partir da *práxis* de movimentos sociais por moradia e assessorias técnicas no Centro Antigo de Salvador, observando as diferenciações entre o Centro Antigo de Salvador - CAS e Centro Histórico de Salvador - CHS, visto que, apesar de pertencerem a um mesmo contexto espacial urbano – pois o CHS está inserido no CAS –, é notável a diferença das dinâmicas urbanas, sendo algumas associadas ao protagonismo e o papel articulador das dinâmicas do entorno exercido pelo CHS. Entender, portanto, como essas atuações se dão na complexidade do tecido urbano do CAS, com morfologias e dinâmicas distintas, com direcionamentos comerciais e turísticos também diferenciados e com especificidades e prioridades distintas na ação estatal, tanto do Governo do Estado, quanto da Prefeitura Municipal, constitui um dos aspectos a serem interrogados na pesquisa.

Como hipótese tem-se que a Centralidade se apresenta como importante valor na disputa pelo Centro Antigo e é acionada pelos movimentos sociais na defesa dos seus territórios com diferentes sentidos e significados. Frente às constantes disputas por centralidade na cidade de Salvador, principalmente por meio da ocupação dos vazios construídos e subutilizados e na defesa de comunidades consolidadas no Centro, é estabelecido um vínculo com essas áreas, o que fortalece os seus territórios no combate aos processos predatórios do mercado imobiliário e tentativas de reversão. Dessa forma, esses movimentos sociais enxergam a centralidade não só como

imprescindível para o estabelecimento da vida urbana, como também para a disputa por direitos e afirmação dos seus territórios nas dimensões material e simbólica.

Uma pesquisa qualitativa, como a proposta, desenvolvida com o olhar voltado aos movimentos sociais e comunidades do CAS, impõe que a metodologia possibilite a compreensão das relações das lideranças com seus territórios e outros agentes. Ciente de que o aprofundamento do conhecimento da realidade social, política e cultural em que o direito à cidade é defendido e disputado é o caminho para problematizá-lo como conceito e como referencial da ação política (VIVEIROS, 2020), entende-se que adentrar os contextos das disputas é fundamental.

Para a análise das disputas pelo direito à cidade e especificamente, pela centralidade como uma das dimensões relevantes desse direito, adota-se a metodologia proposta por Viveiros (2020). Para a autora, duas abordagens são transversais na análise, dada à relevância nas disputas contemporâneas pelo direito à cidade: 1) a da problematização das interações societárias e políticas situando as relações e interações entre escalas, e 2) da relação entre sociedade civil e Estado.

Para aproximação inicial com as práticas e pautas de defesa dos movimentos sociais por moradia, foi realizada uma pesquisa documental a partir de dados veiculados digitalmente em forma de notícias, postagens em redes sociais e *lives*¹⁰. Em seguida foram realizadas entrevistas semiestruturadas com algumas lideranças dos movimentos sociais do Centro Antigo de Salvador¹¹, prioritariamente integrantes da Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador¹² e assessorias técnicas a eles vinculadas¹³. O contato com as lideranças e assessorias

¹⁰ Essa dimensão da internet foi considerada devido ao período de desenvolvimento da pesquisa, que ocorreu durante a pandemia da Covid-19, em que muitas disputas se deram de maneira remota através das redes sociais.

¹¹ As lideranças foram selecionadas a partir de um primeiro contato que tive através da campanha ZEIS Já, as demais foram indicações das próprias lideranças entrevistadas. As entrevistas se efetivaram com aquelas que tiveram interesse e disponibilidade: Maura e Sandra do MSTB/Centro Histórico, Ana Cristina Caminha da Gamboa de Baixo, Eliane da Ladeira da Preguiça, Roberval (Bal) do Tororó, Linda Kayongo da Vila Coração de Maria/2 de Julho e Jecilda da AMACH.

¹² O coletivo é composto pela Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo; Movimento Nosso Bairro é 2 de Julho; Coletivo da Vila Coração de Maria; Centro Cultural Que Ladeira é Essa?; Artífices da Ladeira da Conceição da Praia; Movimento dos Sem Teto da Bahia; e Tororó Resiste!.

¹³ As assessorias entrevistadas foram Clara Araújo como representante do Coletivo Escalar, e Julia Molina como representante do SAJU – Assessoria Jurídica Popular da UFBA, as demais informações se deram pelas articulações com a campanha ZEIS Já e com as informações disponibilizadas publicamente envolvendo esses agentes.

foi feito através da campanha ZEIS Já!, a qual fiz parte através do Grupo de Pesquisa DCidade (PPG-TAS/ UCSal). As perguntas abordam as categorias de análise e as dimensões dos conflitos territoriais em áreas de centralidade e como o entendimento e apropriação desses espaços estão vinculados à atuação desses movimentos e assessorias frente às disputas territoriais.

É preciso destacar algumas dificuldades enfrentadas, sobretudo para a realização das entrevistas, no processo de pesquisa. O segundo semestre do ano de 2022 foi marcado por tensões sociais e políticas em razão do processo eleitoral, o que mobilizou movimentos sociais e assessorias de todo o país, devido à urgência de mudanças políticas, principalmente no âmbito federal. Isso se colocou enquanto prioridade nas agendas e demandou grandes esforços desses agentes. Portanto, minha inserção nas suas programações precisou ser de acordo com as lacunas dessa agenda de urgência. Por isso, nem todas as entrevistas previstas foram realizadas. No entanto, compreende-se que os objetivos de pesquisa foram atingidos, principalmente em relação a captação dos discursos dos movimentos sociais e comunidades da Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador.

Também foram utilizadas as informações trazidas nos debates gerados a partir do projeto *ZEIS Já! Campanha pelo direito à moradia e à cidade*¹⁴ O projeto consiste em uma campanha de comunicação, formação e mobilização em torno das Zonas Espaciais de Interesse Social (ZEIS) com a participação de movimentos sociais, universidades e entidades de assessoria técnica. A participação na campanha permitiu a aproximação com as narrativas e discursos das lideranças, na observação durante reuniões e oficinas e também contribuiu na identificação e caracterização dos agentes envolvidos nas disputas. É importante destacar, também, a presença e atuação transversal do pesquisador nesses processos, tanto intra como extra Universidade a partir de participações em congressos, audiências públicas e manifestações, por exemplo, contribuiu para a aproximação das disputas.

¹⁴ O projeto foi proposto pelo Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico e aprovado pelo Ministério Público do Estado da Bahia a ser desenvolvido sob a coordenação técnica da Profa. Liana Viveiros (UCSAL) e coordenação local da Profa. Adriana Lima (UEFS). As parcerias inclusive envolvem a já mencionada Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador e o Grupo de Pesquisa DCidade (PPG -TAS/ UCSAL).

Para análise das disputas pelo direito à centralidade como dimensão central do direito à cidade e afirmação do território, ainda apoiado em Viveiros (2018; 2020), foram adotadas quatro categorias de análise: i. formação e articulação dos agentes sociais, ii. construção de princípios ético-políticos e a formação de identidades coletivas, iii. arenas e disputa de agendas, e iv. disputa do léxico acionado. (VIVEIROS, 2018; 2020). A partir dos dados e informações obtidos e diante do referencial teórico trabalhado, fez-se o exercício de relacionar essas categorias a fim de discutir as disputas no contexto do Centro.

Para melhor compreender a relação entre Estado e os demais agentes envolvidos nas disputas foi feita uma pesquisa em documentos institucionais e jurídicos (leis, decretos, planos dos governos municipal e estadual, etc.). Esse levantamento apoia também a análise da dimensão da centralidade nos discursos governamentais. Essa leitura foi confrontada aos discursos dos movimentos sociais e assessorias, a fim de entender as configurações e os sentidos das disputas em curso. Para a discussão das escalas foram relevantes os acionamentos dos movimentos sociais na defesa dos seus territórios (interações com movimentos nacionais e redes, etc.) e das instituições públicas. Na discussão ainda das escalas, foi observado o acionamento de estratégias de visibilidade dos movimentos sociais, dos governos e do mercado, identificando relações e contradições.

A presente dissertação está estruturada em três capítulos, além dessa introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo, denominado **Cidade e Centralidade**, é mais densamente teórico e contextualiza a cidade de Salvador e sua dinâmica urbana em torno da dimensão da centralidade. Em seguida, aborda a cidade e a centralidade enquanto direitos, ao dialogar com alguns autores que fazem essa reflexão, por conseguinte, discute as noções de centro e centralidade na dinâmica urbana. Por fim, caracteriza as principais centralidades de Salvador e a relação delas com o contexto atual do Centro Antigo.

No segundo capítulo, **Movimentos sociais por moradia e os sentidos atribuídos à Centralidade**, a discussão se aproxima das falas das lideranças da Articulação dos Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador nas entrevistas, buscando identificar os sentidos atribuídos à Centralidade, assim como os significados em torno do território do Centro Antigo e as dinâmicas que envolvem viver e resistir no Centro,

e como tudo isso se relaciona com a defesa de direitos. E por fim, prospecta sentidos de centralidade frente às diferenciações e complexidades do CHS e do CAS.

O terceiro capítulo, **Disputas urbanas por Centralidade**, a questão das disputas é abordada mais a fundo, na busca de entender quem são os principais agentes que disputam o Centro e a Centralidade e como eles se articulam ou entram em confronto diante de agendas que se colocam no contexto, trazendo perspectivas dos movimentos, das assessorias técnicas e do Estado. Posteriormente, analisa-se o território enquanto principal arena de disputa por centralidade assim como outras arenas em que os conflitos em torno do centro e centralidade se desenrolam.

2. CIDADE E CENTRALIDADE

O presente capítulo caracteriza brevemente Salvador observando mais detidamente o Centro Antigo como espaço referencial da cidade. Destaca os movimentos sociais urbanos da área, em específico a Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador, como coletivos que defendem o espaço urbano enquanto direito. Depois é feita uma discussão teórica em dois sentidos: o primeiro, da cidade e do urbano enquanto direitos e quais os direitos correlatos presentes, assim como a identificação inicial de alguns agentes que se movimentam no jogo de forças para a defesa desses direitos. Posteriormente são discutidos os elementos que caracterizam centro antigo e a centralidade, relacionando o empírico e o teórico para refletir sobre o Centro Antigo de Salvador. Por fim, são identificadas e caracterizadas, brevemente, as principais áreas de centralidade de Salvador e como a constituição e transformação delas impactaram, impactam e podem impactar ainda mais o território do CAS.

2.1. O Centro Antigo de Salvador: tensões em torno da centralidade

Fundada em 1549, Salvador é uma cidade com muitas singularidades e contrastes próprios da sua formação cultural, seja pela sua estrutura urbana ou pelas características da sua população. “É uma cidade cuja paisagem é rica de contrastes, [...] de gente de todas as cores misturadas nas ruas, [...] é uma cidade de colinas, uma cidade peninsular, uma cidade de praia, uma cidade que avança para o mar [...] cidade de dois andares” (SANTOS, 2008 [1959], p. 35-36). Desde a sua consolidação, a cidade de Salvador, particularmente a área que hoje é conhecida como Centro Histórico, apresentou uma “especialização das funções”, onde se identifica: “uma Cidade Baixa, próxima ao porto, construída pelo homem na proporção do desenvolvimento do papel portuário e comercial da cidade [...]; uma Cidade Alta, onde vive a quase totalidade da população e cujo centro dispõe de maior parte do comércio de retalho” (*Ibid.*, p. 30-31).

Figura 3 - Vista da Cidade Alta e da Cidade Baixa de Salvador



Fonte: LEIAMAISba (2015).

Uma descrição da formação da cidade de Salvador não pode prescindir de descrever o seu Centro Antigo e sua qualidade enquanto centralidade urbana. Segundo Santos (2008[1959]) a cidade era caracterizada por esse acúmulo de funções, econômicas e urbanas, estruturantes no âmbito regional e local que vão se concentrar neste distrito central, o Centro Antigo.

A permanência da localização do porto, a atração que exerceu sobre as atividades comerciais e administrativas; a localização da estação ferroviária na proximidade do centro; a fraqueza da indústria, incapaz de criar grandes bairros; a expansão da cidade sobre as linhas de cumeeada, tendo como resultado um plano que não permitiu a formação de centros secundários nos bairros; tudo isso teve por consequência a concentração das funções nos bairros centrais (*Ibid.*, p. 68-69).

Ainda que esses aspectos de centralidade se dispersem com o tempo, a construção de infraestruturas viária e de mobilidade, transferência de grandes funções administrativas e comerciais para outras áreas, aliados ao incentivo à ocupação habitacional transformaram esse cenário consolidado do Centro, que se manteve relativamente consistente até final do séc. XIX.

Esse território é caracterizado por diversos aspectos que se completam e se explicam mutuamente, e que vão compor o Centro da cidade de Salvador – “centro histórico, religioso, administrativo, turístico e de negócios” (SANTOS, 2008[1959]). Em síntese, são características que dão identidade ao centro: o entrelaçamento de indivíduos, o espaço construído e a historicidade.

A variedade dos traçados, as gerações de construções, esses pedaços do tempo cristalizados na paisagem urbana, [...] são o mosaico dos séculos, mas representam também a sucessão das técnicas, toda a evolução da vida urbana, a soma do passado e dos modernos modos de ser, cuja incorporação à vida urbana não se faz sempre segundo o mesmo ritmo (*Ibid.*, p. 103).

Além do seu espaço construído, o centro de Salvador também é muito caracterizado pelos seus espaços livres de edificações – ruas e praças, os terrenos remanescentes de demolições e a marcante escarpa da falha geográfica (SANTOS, 2008 [1959]). Aspectos esses que, mesmo com as transformações urbanas, ainda marcam a área e são somados a outros elementos como os “vazios construídos” (FERNANDES, 2014), que marcam a história de um processo de abandono. Revelam a intensificação do processo de especulação imobiliária e da dinâmica urbana conflituosa dessa centralidade.

Entre final do séc. XIX e início do século XX, começam grandes incentivos – mescla entre políticas estatais e interesses dos agentes privados, a elite –, para expansão e crescimento da cidade no eixo sul, marcado pelo surgimento do bairro da Vitória, “constituído por grandes e belos palacetes, rodeados de jardins, residências de uma burguesia enobrecida pela exploração da terra. Para o norte, formam-se bairros habitados pela classe média e pobre” (SANTOS, 2008 [1959], p. 46).

Então, se vê o início de um processo de esvaziamento do uso habitacional do centro tradicional. Condição que, de acordo com Milton Santos, “corresponde, em certas ruas, à crise de moradia e à especulação imobiliária, o que acarreta geralmente altos aluguéis, inacessíveis às pessoas pobres, que são obrigadas a construir abrigos miseráveis ou morar nos cortiços do centro” (2008 [1959], p. 138). É, nesse contexto de abandono, que a população pobre e negra passa a ocupar o Centro, não só como meio de sobrevivência, mas para se fazendo cumprir a função social da propriedade, estabelecida desde a Constituição Federal de 1934, e dando sentido ao espaço. Organizados ou espontâneos, um sentido é intrínseco: esses movimentos representam uma força de resistência e transgridem, diante desse cenário de decadência.

Assim, os palacetes e sobrados envelhecidos, que perderam seu antigo papel de residência dos nobres e da gente rica, conhecem agora outras utilizações. Alguns servem exclusivamente à residência pobre. Outros abrigam, no andar térreo, um comércio de transição ou artesanato e, nos outros andares, servem como residência pobre [...] (SANTOS, 2008 [1959], p. 161).

Dessa forma, começa um processo de reocupação desse tecido do Centro Histórico agora sendo caracterizado por essa população pobre e negra, que viria a moldar social e culturalmente esse território como é conhecido no séc XXI. Com a expansão da cidade

os proprietários se mudam e alugam suas propriedades antigas no centro da cidade. Inicialmente, alugaram seus sobrados por andares: os pavimentos inferiores a preço menor, para os pobres, e os mais elevados, mais caros, para os mais abastados. O subsolo [...] ficava para os mais pobres, dentre os pobres: os libertos e escravos de ganho (que trabalhavam fora da casa dos donos e lhes pagavam uma quantia fixa diária) (URIARTE, 2019a, p. 385).

Assim, pode-se afirmar que “o subsolo dos casarões foi a primeira modalidade de moradia da população pobre do centro de Salvador (embora, fora da cidade, espalhavam-se outros tipos, como os casebres e os quilombos)” (*Ibid.*, p. 385). Posteriormente, mesmo com processos de expulsões avançando – sobretudo no fim do séc. XX¹⁵ – e a significativa diminuição da população do Centro, essas pessoas passavam a se adensar cada vez num número menor de ruas que se especializaram como “zonas de cortiços” (*Ibid.*, p. 386-387).

O vácuo deixado pelo empobrecimento e migração da velha classe seria preenchido por imigrantes portugueses, espanhóis e árabes, por pessoas do interior que se transferiam para a capital, por viajantes e estudantes que viviam em pensões e por pequenos comércios, como açougues, vendas, bares e prestadores de serviços: carpinteiros, serralheiros, sapateiros, alfaiates, costureiras e barbeiros. Lentamente, aqueles sobrados vão sendo subdivididos e alugados a famílias de renda mais baixa, inclusive a escravos alforriados ou libertados em 1888, transformando-se, progressivamente, em um bairro de cortiços ocupados por mestiços e negros (AZEVEDO, 2011, p. 25).

O abandono desse centro decorre de problemas que despontam desde a sua formação referente a distribuição populacional. A Cidade Baixa, região do Comércio, “não tem população desde sua origem” e em contraponto à Cidade Alta, principalmente, “acrescentava uma função de utilização comercial a um antigo papel residencial” como explica Milton Santos (2008 [1959]). No entanto, o autor destaca que a distribuição dessa população, até os anos 1950, foi mudando em função de quatro fatores principais:

1. Em certas ruas, o comércio se desenvolveu e expulsou os habitantes, seja pela substituição das velhas casas por outras, impróprias à moradia, seja utilizando inteiramente as velhas casas.;
2. Em outras ruas, a utilização parcial das velhas casas pelo comércio ou pela prostituição controlada acarretou uma diminuição da população, o que, entretanto, não significa sempre uma diminuição de densidades.;
3. Ainda em outras ruas, a

¹⁵ Decorrente, sobretudo, de processo de “regeneração” urbana. Aspecto aprofundado no Capítulo 4.

degradação atraiu uma população pobre, que continua a crescer em número e em densidade.; 4. Mas se os imóveis estão em ruínas, temos, de novo, despovoamento (*Ibid.*, p. 144).

Assim, como destacado pelo autor, foi o espaço central economicamente desvalorizado e degradado que atraiu a população pobre, possivelmente pelo baixo custo de vida num local infraestruturado e foi também a degradação um fator de despovoamento. Esses aspectos mostram a relação entre esvaziamento e ocupação. Com base no valor da terra, dentro dessa lógica capitalista de produção do espaço, a degradação está ligada à desvalorização, então se torna desinteressante para o mercado imobiliário e, portanto, atrai a população mais pobre. A degradação também é uma estratégia de especulação imobiliária, para agentes imobiliários, adquirir imóveis em áreas históricas centrais é sempre um “negócio de sucesso”, pois o interesse público mantém essa área economicamente ativa devido ao seu valor patrimonial, portanto, a desvalorização desses edifícios é um momento perfeito para se adquirir esses bens com menores custos.

Interessante observar, em contraponto a esse cenário marcado do fim do séc. XX por Milton Santos, que nos últimos anos o movimento tem sido inverso: o investimento, a implantação de equipamentos, a aplicação de políticas públicas e os inúmeros projetos de “re’s” - reforma, revitalização, renovação, requalificação etc.¹⁶ - têm retornado os olhos do mercado para o Centro enquanto potencial de exploração econômica. Tanto essa ânsia pela construção do novo como pela ocupação, ou degradação, do antigo “representam aspectos aparentemente opostos, mas verdadeiramente complementares, de um mesmo e único fenômeno, que é a especulação” (SANTOS, 2008 [1959], p. 188).

Essa coexistência entre as novas construções que marcam a “modernização” e as construções antigas que “não querem” desaparecer, exprimem não só um “conflito entre a especulação imobiliária e a herança do passado”, como também, “representa igualmente um imperativo do crescimento urbano, da expansão dos negócios e da vida de relações” (*Ibid.*). Ou seja, tanto os novos empreendimentos habitacionais como o processo de degradação e ocupação do Centro Histórico seguem uma lógica estabelecida pelo interesse privado, para fins especulativos, sobre a terra. É na contramão dessa lógica que, por exemplo, surgem formas de ocupação como os

¹⁶ Aspecto aprofundado no Capítulo 4.

cortiços no CHS, que assim como as ocupações organizadas de prédios e as comunidades, marcam não só formas de sobrevivência como também estratégia de resistência dos movimentos sociais por moradia do Centro Antigo.

Atualmente o Centro Antigo passa por um processo de reestruturação urbana. Desde 2010, com o Plano de Reabilitação do CAS, o poder público vem implementando políticas voltadas à habitação¹⁷, ainda que não orientada para habitação de interesse social. Por outro lado, a força do capital imobiliário segue atuando com forte interesse e vem se apropriando de inúmeros casarões no CHS, e no CAS, como nos arredores da rua Chile, e inclusive de edifícios de importância histórica e cultural, como o Palácio do Rio Branco na praça Tomé de Sousa. O desenvolvimento de projetos e programas para o CAS ainda está longe de compreender, em sua totalidade, a diversidade da população e opera na invisibilização da população negra e pobre, que é justamente essa quem ocupou esse Centro e resiste, desde quando as elites e o poder público o abandonaram gradativamente desde o final do século XIX.¹⁸

Devido às inúmeras transformações, o CAS se estabeleceu como um território bastante complexo, porém notadamente delimitado, se observado pelo prisma da sua forma de ocupação urbana. Dessa maneira, tem-se um miolo mais homogeneizado de uso restritivo para o comércio, turismo e cultura, as áreas limítrofes a esse miolo que abriga usos mais diversificados, porém são contextos de intensos conflitos diante das pressões de interesses especulativos, e o restante do tecido que tem uma característica multifuncional, mais distanciada do uso turístico e apresenta uma notável predominância residencial.

É nesse contexto conflitivo e de intensas disputas, induzido por essas políticas que operam na lógica do capital, que movimentos sociais por moradia do Centro Antigo emergem e reivindicam esse território mantido por eles nos últimos anos, onde, além de morar, trabalham, vivem e produzem cultura. Em defesa do direito à cidade e à centralidade, a Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de

¹⁷ *Idem.*

¹⁸“A presença das populações negra e mestiça no Centro Histórico é, também, muito antiga. A família patriarcal não se resumia ao núcleo biológico, incluía outros dependentes, inclusive escravos [...] Esta identidade negra seria reforçada no final do século XIX e início do XX, quando o Centro Histórico recebeu o afluxo de populações mais pobres, entre os quais estavam muitos escravos libertos provenientes do Recôncavo, à medida que a população mais rica migrava para os novos bairros do sul da cidade” (AZEVEDO, 2011, p. 26).

Salvador reúne as principais comunidades e movimentos sociais por moradia do CAS, alguns reconhecidos desde dos anos 80 (ZANOLI, 2017).

Mesmo que inseridos no mesmo perímetro, do CAS, essas comunidades e movimentos sociais ocupam territórios específicos e se identificam nas relações socioculturais vividas no cotidiano. Além disso, as articulações se fazem pela necessidade de entender as ameaças dos processos de transformações urbanas que chegam, em sua maioria, por meio de ações estatais.

Em entrevista concedida a Zanoli (2017, p. 68), Viviane Hermida, participante do Movimento Nosso Bairro é 2 de Julho, explica que a formação de uma articulação de movimentos sociais do CAS se dá depois de uma convocação de reunião, em 2014, com a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado, para tratar dos decretos de desapropriação que atingia diversos bairros do Centro:

E daí a gente começou a fazer reuniões conjuntas. E dessas reuniões foi que começamos a falar da existência de uma articulação. Então eu sempre costumo situar o início da articulação aí, em outubro de 2014, nesse momento em que o Movimento Nosso Bairro é Dois de Julho é chamado pelo Ministério Público do Estado no caso, a promotora Hortência Pinho e convidamos os demais (*Ibid.*).

Ainda sem grupo definido, em meados do ano seguinte, após fortes chuvas atingirem a cidade, alguns casarões no CAS desabaram, o que abriu precedentes para que a Prefeitura e IPHAN, juntamente com a Comissão Municipal de Defesa Civil (Codesal), realizassem a demolição de 31 imóveis no Centro Antigo de Salvador.¹⁹ “Esta ação atingiu diretamente os moradores das zonas centrais, [...] fortalecendo ainda mais a articulação dos movimentos” (ZANOLI, 2017, p. 69).

É então que esses movimentos sociais do Centro se unem para um ato conjunto no desfile de 2 de Julho, Independência da Bahia, do ano de 2015, “evocando a ação da retroescavadeira e as mortes desse período. Lançam então a campanha Centro Antigo Sangra, exigindo os direitos dos povos pobres e negros residentes no CAS” (ZANOLI, 2017), o que viria a se tornar a marca da Articulação do Centro Antigo de Salvador:

¹⁹ Fonte: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/07/unesco-e-acionada-apos-demolicoes-no-centro-historico-de-salvador.html#:~:text=A%20demoli%C3%A7%C3%A3o%20de%2031%20im%C3%B3veis,Centro%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Mundial%20da>

Figura 4 - Marca Articulação do Centro Antigo de Salvador



Fonte: Facebook da Articulação do Centro Antigo de Salvador (2023).²⁰

O movimento depois disso ganha dimensão tanto local como para fora do estado “com uma projeção nacional decorrente da resistência contra o que denominavam ações gentrificadoras, de especulação e de perseguição ao povo negro.” A articulação passa a se autodenominar Articulação do Centro Antigo de Salvador em 2017, já fortalecidos por debates, oficinas, atos políticos e socioculturais. (ZANOLI, 2017, p. 69)

2.1.1. A Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador

Até o momento de elaboração desse trabalho, o coletivo é composto pela Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo, Movimento Sem Teto da Bahia - MSTB, Movimento Nosso Bairro é Dois de Julho - MNB2J, Coletivo da Vila Coração de Maria, Artífices Ladeira da Conceição da Praia, Centro Cultural Que Ladeira é Essa?/Comunidade da Ladeira da Preguiça, Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico - AMACH e, mais recente, o Tororó Resiste!. Ainda vale citar a ocupação Carlos Marighella, que está com uma luta bem representativa no Centro. Esses territórios e movimentos serão brevemente caracterizados a seguir:

²⁰Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=554144213423561&set=a.554144173423565>. Acesso em: 20 março 2023.

Figura 5 - Localização dos principais territórios/movimentos sociais por moradia atuantes no Centro Antigo de Salvador



1- Gamboa de Baixo/Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo; 2- Vila Coração de Maria; 3- Bairro 2 de Julho/ Movimento Nosso Bairro é 2 de Julho; 4- Ladeira da Preguiça/Centro Cultural Que Ladeira é Essa?; 5- Ocupação Carlos Marighella/MLB; 6- Ladeira da Conceição da Praia/Artífices da Ladeira da Conceição da Praia; 7- 7ª Etapa/AMACH; 8- Centro Histórico/MSTB; e Tororó/Tororó Resiste!. Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

A Gamboa de Baixo e Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo²¹

Localizada abaixo da Av. Contorno (Av. Lafayette Coutinho), entre o Museu de Arte Moderna da Bahia - MAM e o Corredor da Vitória, a Gamboa de Baixo é uma comunidade tradicional de pescadores e marisqueiras, reconhecida como ZEIS 5 (comunidades quilombolas e tradicionais, principalmente vinculadas à pesca e à mariscagem) pelo município no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU/2016). Se consolidou em torno do Forte de São Paulo da Gamboa, patrimônio do período colonial. Estima-se que desde a inauguração, em 1722, pescadores e suas famílias já residiam no entorno (ZANOLI, 2015).

²¹ A representante que concedeu entrevista para esta pesquisa foi Ana Caminha, “eu pertencço a comunidade da Gamboa de Baixo e sou uma das lideranças da Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo”.

Figura 6 - Vista da Gamboa de Baixo



Fonte: Congelando o tempo (2020).²²

A comunidade possui uma forte conexão com a Baía de Todos-os-Santos, de onde grande parte dos moradores tiram o seu sustento. A maior parte da população é negra e “sobrevive do pequeno comércio e da pesca, em um espaço marcado pela disputa devido à intensa especulação imobiliária que ronda a região” (ARTICULAÇÃO..., 2020). Há mais de 20 anos, a Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo representa a comunidade e luta pela permanência digna, pela regularização fundiária, infraestrutura e moradia, associadas à cultura da pesca.

A comunidade tem um histórico proeminente nas lutas urbanas e se articula desde antes da implantação da Av. Contorno, nos anos 60, “passando pelo momento de participação, em 2002, no grupo Articulação de Luta por Moradia, até ações mais recentes em movimentos de resistência urbana” (ZANOLI, 2017, p. 62). A comunidade é reconhecida por ter uma liderança feminina e jovem e de ativismo negro muito forte.

Nesses últimos anos, a comunidade segue lutando de forma organizada e articulada à outras lutas, apostando no fortalecimento das lideranças de mulheres, na mobilização comunitária e no controle social por meio do acompanhamento do processo de regularização fundiária da área junto à Prefeitura, Estado e União, desenvolvendo também estratégias de enfrentamento contra interesses privados e públicos na região e para a manutenção do seu território (ARTICULAÇÃO..., 2020).

²²<https://www.facebook.com/1770891176487001/photos/gamboa-de-baixo-salvador-ba-salvador-bahia-ssalovers-tododiaedefoto-mar/2576322209277223/>

Mesmo articulada com as mais variadas organizações sociais recentes, a comunidade tem uma atuação bastante consolidada desde os anos 1980:

A principal bandeira de luta da comunidade, que persiste há 25 anos, é a regularização fundiária. Os moradores se mantêm organizados em associações, setorizadas em moradores e pescadores, e reivindicam seus direitos por meio da participação em reuniões, através de cartas e ações práticas, como o fechamento de vias e a ocupação de prédios públicos. (ZANOLI, 2017, p. 63)

A Ladeira da Conceição da Praia e os Artífices²³

A Ladeira da Conceição da Praia foi um dos principais acessos da Cidade Baixa à Cidade Alta de Salvador, entre o século XVII e o século XIX²⁴. Os arcos que sustentam a Ladeira da Montanha eram originalmente abertos, e “foram aos poucos sendo ocupados pela população local (libertos, filhos de escravizados e trabalhadores do porto, em sua grande maioria negros)”²⁵. A ladeira é hoje conhecida por um casario colonial, onde encontra-se o coletivo dos Artífices da Ladeira da Conceição da Praia. Esse coletivo é composto por mestres e mestras ferreiros/as, serralheiros/as, marmoristas e mecânicos/s.

Em 2014 a comunidade foi intimada a desocupar os casarões em até 72 horas, por ordem do Município e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN/BA²⁶, para que se realizasse uma obra de “revitalização” nos arcos, com o intuito de implantar “residências artísticas”. Foi o que desencadeou um intenso processo de disputa contra a expulsão e em prol do direito à cidade, que teve como lema principal: “Reforma sim, expulsão não!” (Figura 7). O movimento se organizou para reivindicar não só a permanência como a preservação dos ofícios, seus saberes e fazeres tão importantes para a história do povo negro de Salvador. “Aos poucos, estudantes, ativistas e movimentos sociais se aliaram à mobilização, que passou a

²³ A liderança contatada não quis conceder entrevista para pesquisa.

²⁴ Fonte: <https://alagbede.com.br/a-ladeira/>

²⁵ Idem

²⁶ A reforma fez parte da recuperação do frontispício de Salvador realizado com recursos do PAC Cidades Históricas, programa do governo federal. Disponível em: <http://iphanba.blogspot.com/2014/12/renovacao-na-ladeira-da-conceicao.html>

organizar passeatas (como o desfile do 2 de Julho) e manifestações.”²⁷, entre esses, o IDEAS – Assessoria Popular foi um grande aliado nessa luta.

Figura 7 - Manifestação dos Artífices da Ladeira da Conceição da Praia



Fonte: Instagram: alagbede.zediabo (2023)²⁸

Em meio a toda a pressão, entraram em acordo com os agentes públicos que requeriam a desocupação dos imóveis e a Defensoria Pública do Estado da Bahia – DPE/BA. Mesmo com o acordo eles permaneceram na resistência para garantir que o projeto fosse realizado sem remoções (ARTICULAÇÃO..., 2020). Maura Cristina, representante do MSTB, relata que eles dormiam em trailer próximos à obra para assegurar que todos retornassem para os imóveis.

Após a conclusão da reforma em 2020, o coletivo voltou a ocupar os arcos da ladeira e exercer seus ofícios históricos como de direito (Figura 8). Em nota publicada em rede social, celebraram a conquista e agradeceram toda a rede de aliados técnicos e do território: “essa reforma não é favor, nem é presente. É resultado de muita mobilização, organização e luta! É um justo reconhecimento da presença centenária e ancestral de mestres e aprendizes artífices nos Arcos da Conceição da Praia” (ARTÍFICES..., 2020).²⁹

²⁷Fonte: <https://alagbede.com.br/a-ladeira/>

²⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQKMDZUJVVV/> Acesso em: 19 março 2023.

²⁹Disponível

<https://www.facebook.com/artificesdaladeira/photos/a.319953214856350/1562680550583604>

Figura 8 – Arcos da Ladeira da Conceição da Praia após reforma



Fonte: Lucas Marques, 2021³⁰

Ladeira da Preguiça e o Centro Cultural que Ladeira é Essa?³¹

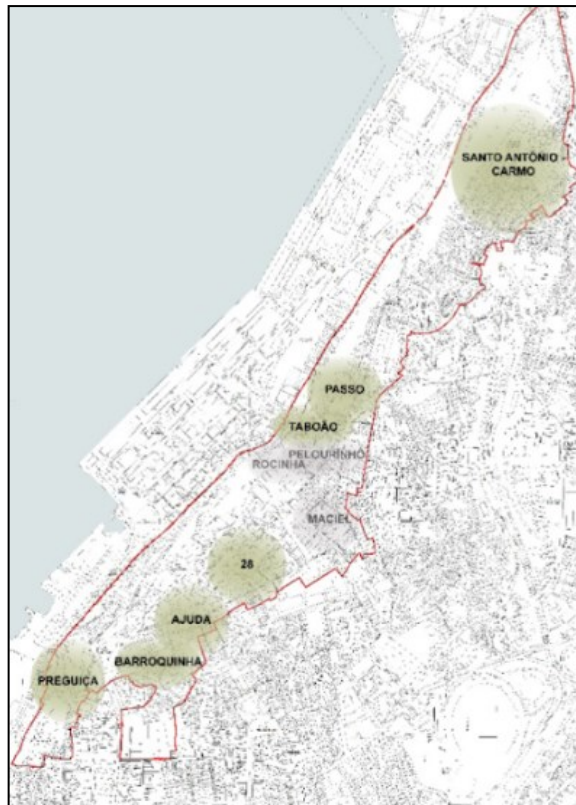
Assim como a Conceição da Praia, foi uma das primeiras conexões entre a Cidade Baixa e a Cidade Alta. A área conhecida como Preguiça é composta pela ladeira e algumas outras ruas: “a Gameleira (um trecho da Rua do Sodré, entre a Ladeira da Preguiça e a Praça Castro Alves), uma parte da Rua do Sodré (até o Beco de Ruth), uma parte da Ladeira de Mauá, o Beco da Califórnia e a parte de baixo da Ladeira” (URIARTE, 2022, p. 05-06).

A Preguiça pertence a um conjunto de comunidades que integram o CHS (Figura 9), que surgiram no território e “mantêm uma relação de identidade e vizinhança entre si e com o território, formando um conjunto de autodenominadas “comunidades”: do Passo, do Taboão, da 28 (ou São Dâmaso), da Ajuda, da Preguiça” (URIARTE, 2022, p. 08).

³⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQKMSr1JePo/>

³¹ A representante que concedeu entrevista para esta pesquisa foi Eliane Silva, “sou moradora da Ladeira da Preguiça, coordenadora do Centro Cultural Que Ladeira é Essa?, faço parte da Articulação do Centro Antigo de Salvador [...] e vivo nessa luta por direito à moradia, a cidade, a dignidade, contra a gentrificação e expulsão do povo negro”.

Figura 9 - Comunidades do CHS



Fonte: Uriarte (2022).

Durante o Programa de Recuperação do CHS, que removeu boa parte da população do Pelourinho, Rocinha e Maciel que integravam esse conjunto de comunidades, esse tecido urbano ficou caracterizado pela fragmentação do espaço, que “empurrou” os mais pobres para as margens do CHS e, dessa forma, “a Preguiça passou de espaço articulador e aberto a lugar residencial de pobres, à margem da centralidade, isolado das modernizações, confinado ao convívio restrito de seus moradores e às atividades consideradas marginais” (URIARTE, 2022, p. 18).

Após isso, foi se desenhando a paisagem das ruínas e vazios, “ao todo, são 13 ruínas e 8 terrenos vazios, além de 3 edificações desabitadas” (*Ibid.*). E também, sob forte pressão da especulação imobiliária, de interesses públicos e privados, a comunidade tem sido impactada por processos de reintegração de posse, marcados por abordagens violentas da polícia, assim como pelo abandono do patrimônio por parte do poder público. A comunidade também se articulou junto com o movimento do bairro 2 de Julho, visto que as desapropriações oriundas do processo de gentrificação também atingiu a localidade:

Em torno do Centro Cultural “Que Ladeira é essa?”, buscavam entender e se contrapor às diversas ordens de despejo recebidas pelos moradores. O Plano de Bairro 2 de Julho, vinculado ao MNB2J, atuou também nesta região, alertando os moradores sobre seus direitos e sobre as consequências das ações de desapropriação. Os moradores ameaçados foram cadastrados e visitados por diversos pesquisadores, a fim de se entender o impacto dessas ações do Governo Estadual e da Prefeitura (ZANOLI, 2017, p. 66).

O Centro Cultural Que Ladeira é Essa?, criado em 2013, é o principal coletivo da comunidade e luta para combater esses processos e pressões em defesa da permanência da comunidade no Centro. Junto com os moradores realizam “diversas atividades de formação cultural e política, envolvendo a valorização histórica e de identidade local [...] como enfrentamento à violência institucional e como forma de lutar por pertencimento e permanência no território” (ARTICULAÇÃO..., 2020). As ações promovidas pelo Centro Cultural, sobretudo a pintura das fachadas dos casarões, foram de grande importância para moldar a paisagem da comunidade como é conhecida, marcada pela arte e pelas cores. Com suas práticas e discursos, caracterizados por manifestações e atividades culturais próprias, mobilizam não só as pessoas do Centro como de toda a cidade, sendo constantemente pauta na mídia.

Figura 10 - Vista da Ladeira da Preguiça



Fonte: queladeiraaessa (2022).³²

Bairro 2 de Julho e o Movimento Nosso Bairro é 2 de Julho (MNB2J)³³

³² Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CjxlVukuUMi/>

³³ Não se obteve retorno da liderança contatada para conceder entrevista para a pesquisa.

A luta dos moradores do bairro ganhou visibilidade no processo de resistência em 2012, devido à ameaça de gentrificação por meio de um projeto elaborado pela Prefeitura sem a participação da comunidade que propunha intervenções que não coincidiam com as características socioeconômicas e culturais da população residente, além da mudança do nome do bairro para Cluster Santa Tereza. Nesse contexto surge o Movimento Nosso Bairro é 2 de Julho - MNB2J, que mobilizou fortemente não só os moradores como os demais movimentos sociais do Centro, para impedir a implementação do projeto.

Desde então, o MNB2J vem realizando diversas ações de fortalecimento comunitário, promovendo ou colaborando com campanhas, desenvolvendo ações culturais/educativas e questionando intervenções dos poderes públicos e do setor privado que impactam as condições de permanência e sobrevivência da população no bairro, especialmente a de baixa renda (ARTICULAÇÃO..., 2020).

Entre os participantes do movimento “estão diversos artistas, acadêmicos e comerciantes moradores do bairro, que buscam organizar a comunidade em ações socioculturais e informativas sobre o que vem sendo planejado para a área” (ZANOLI, 2017, p. 63). No ano de 2013, o grupo de pesquisa Lugar Comum contribuiu diretamente com a luta, com participação ativa da comunidade, por meio da elaboração do Plano de Bairro do 2 de Julho. “Um dos processos de especulação denunciado pelo grupo de pesquisa e pelos movimentos sociais vizinhos ao Dois de julho foram as desapropriações de 2013, feitas em conjunto pela Prefeitura Municipal e Governo do Estado da Bahia” (*Ibid.*).

Vale ainda ressaltar, que o MNB2J, teve grande importância no desencadeamento da formação da Articulação de Movimentos e Comunidade do Centro Antigo de Salvador devido aos desdobramentos das negociações que ocorreram com os agentes públicos, posteriores às tentativas de gentrificação, como já citado anteriormente.

Figura 11 - Largo 2 de Julho



Fonte: Google Earth (2021).

Vila Coração de Maria³⁴

Localizada no bairro 2 de Julho, é um território atípico no Centro Antigo de Salvador pois preserva uma área verde integrada às construções antigas no meio do tecido urbano. Reconhecida como ZEIS, pelo PDDU de 2016, a Vila conserva um casario do final do século XIX, que era utilizado “inicialmente como moradia de pessoas escravizadas e funcionários/as da Irmandade São Pedro dos Clérigos, proprietária da vila, (em que) seguiu-se um sistema de inquilinato” (ARTICULAÇÃO..., 2020).

Assim como as demais áreas do Centro, sofre com a pressão da especulação imobiliária. Em 2007, após iniciarem o processo legal para a obtenção da propriedade das casas, como acordado com a Irmandade, “foram surpreendidos/as por ordens de despejo, com a pretensão de venda pela Irmandade para uma empresa, a fim de construir estacionamento comercial no local”, vinculado ao empreendimento de luxo Cloc Marina Residence. Devido a isso, “foi iniciada uma frente de luta pelos moradores/as através de fortes mobilizações e denúncias, com articulação com outros grupos aliados, contra os processos de especulação e de omissões do poder público.”³⁵

³⁴A representante que concedeu entrevista para esta pesquisa foi Linda Kayongo, moradora e uma das lideranças, “porque cada um tem também a liderança”, da Vila Coração de Maria.

³⁵ Linda Kayongo em entrevista para essa dissertação.

Figura 12 - Vila Coração de Maria



Fonte: Adaptado de Zanoli (2017).

Assim como o coletivo da Ladeira da Preguiça, o coletivo da Vila se manifesta politicamente com grande apelo às artes e à cultura e, dessa maneira, “permanece lutando pelo reconhecimento do valor histórico ancestral e identitário do território, pela garantia do direito à moradia popular digna, do direito à cidade e da proteção do patrimônio da Vila” (ARTICULAÇÃO..., 2020).

A grande ativista e representante do movimento da Vila foi a artista, cenógrafa e diretora teatral Ivana Chastinet.

A artista foi uma das mais importantes forças de resistência e articulação dos movimentos do Centro Antigo, transitando em todos os espaços institucionais, acadêmicos e populares, [...] Atuava tanto no movimento Vila Coração de Maria, como principal propulsora, e no MNB2J, com performances artísticas e ações políticas (ZANOLI, 2017, p. 65-66).

Pelourinho e a Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH)³⁶ É então que se fazendo cumprir a Constituição, o Estatuto da Cidade, visando a garantir o cumprimento da função social da propriedade, “que um grupo de moradores do Pelourinho, após dois anos de organização, criou em julho de 2002, a Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH), tendo como principal bandeira

³⁶A representante que concedeu entrevista para esta pesquisa foi Jecilda Maria, “moro na comunidade do Centro Histórico, também denominada Centro Antigo ou Pelourinho como queira falar, presido a AMACH - Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador há quase 20 anos”.

de luta a permanência dos moradores na área da 7ª Etapa de Revitalização do CHS” (MOURAD, 2011, p. 12-13). O movimento atualmente representa 108 moradores. Como resultado do processo de resistência da associação, no ano de 2005 foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC entre a AMACH e a Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Conder), no documento o governo se responsabiliza com a reforma das moradias para a população residente, assim como, com o oferecimento e melhoria de serviços sociais, comerciais e de infraestrutura (MELO, 2020, p. 161).

Estabelecer o cumprimento do TAC e responsabilizar o governo pelo descumprimento é ainda uma das principais bandeiras da associação. “A AMACH também trabalha no apoio direto aos moradores de baixa renda do Pelourinho através, por exemplo, da criação e gestão de uma cozinha comunitária que oferece refeições de baixo custo para todos”³⁷(MELO, 2020, p. 161). Passados 18 anos desde a assinatura do termo, “as famílias continuam lutando pelo direito à moradia e pela permanência no território, contra a violência policial, pelo direito aos serviços e bens públicos como o abastecimento de água, esgotamento sanitário, pela segurança jurídica e pela garantia de direitos” (ARTICULAÇÃO..., 2020).

Figura 13 - AMACH



Fonte: Melo (2020).

³⁷Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv13xprh7.41>

Movimento de Sem Teto da Bahia (MSTB)³⁸

Após o processo de esvaziamento, em diversas localidades do Centro Histórico, foram se consolidando ocupações em casarões vazios, muitas organizadas pelo Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB). Devido à “falta de oferta de moradia para população de baixa renda, bem como ao processo de expulsão em massa da população negra de áreas centrais, [...] desde a reforma de 1990, quando esses imóveis foram desapropriados, reformados e destinados em sua maioria a usos privados” (ARTICULAÇÃO..., 2020).

Além de agregar lideranças de grande parte das comunidades integrantes da Articulação dos Moradores e Comunidades do Centro Antigo de Salvador, o movimento ocupou alguns edifícios protegidos, nas proximidades do bairro Santo Antônio Além do Carmo, no CHS. O “movimento surge a partir de uma ocupação na região do aeroporto de Salvador, em 20 de julho de 2003, organizada principalmente por mulheres em busca de moradia para suas famílias” (ZANOLI, 2017, p. 67). Vale salientar que

O MSTB não é um grupo uniforme, pois atua em frentes diferentes conforme a necessidade, com liberdade de decisão e com distintas lideranças locais. O movimento é um importante articulador no âmbito do CAS, sendo majoritariamente negro e representado, em sua maioria, por mulheres, com uma formação próxima à do movimento da Gamboa de Baixo (*Ibid.*).

O MSTB tem um papel muito importante ao integrar a Articulação do Centro Antigo, devido ao seu longo histórico de disputa pelo direito à cidade e a sua permeabilidade no âmbito político, permite que as comunidades e demais movimentos do Centro ganhem amplitude, tanto em âmbito local como nacional. A incidência em diversas escalas com toda certeza contribui para os enfrentamentos pelo direito à centralidade no CAS, seja com o apoio ou por meio de representações de diretas.

³⁸ A representante que concedeu entrevista para esta pesquisa foi Maura Cristina, “estou Coordenadora Estadual do Movimento Sem Teto da Bahia - MSTB, sou fundadora e integrante da Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador e também sou representante do Despejo Zero na Bahia. É importante sempre salientar que eu sou moradora há 16 anos de um casarão, que está sob a posse do Movimento Sem Teto da Bahia no Centro Histórico de Salvador.”

Tororó e o Tororó Resiste!³⁹

A ocupação da rua Monsenhor Rubéns Mesquita (Figura 14), surge sem vínculo a um movimento social, e se consolida nos anos 2000, construído por "mulheres e homens negros(as), que em sua maioria vivem de trabalhos informais, famílias que ali residem há mais de 15 anos" (TORORÓ, 2021). Foi reconhecida pelo PDDU (2016) como ZEIS-1 (favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais irregulares).

Após o período inicial de ocupação, houve um processo de venda dos lotes ocupados. [...]. Neste momento, houve um aumento do adensamento populacional local, além de um rápido e sacrificante processo de construção das casas. Com o tempo, cada uma das edificações construídas foi sendo melhorada, ampliada e adaptada. [...] não houve, por parte da Prefeitura, nenhum tipo de ação que dificultasse ou impedisse a ocupação.⁴⁰

Figura 14 - Vista da rua Monsenhor Rubéns Mesquita no Tororó



Fonte: Paula Moreira, Antonio Oliveira e Tiago Brasileiro (2018).

Desde 2017, o interesse na construção de um shopping Center articulado ao terminal de ônibus da Lapa, fruto de uma "parceria" entre a Prefeitura Municipal e o Consórcio Nova Lapa, desencadeou um processo de reintegração de posse que gerou demolição de diversas casas, desapropriando cerca de 40 imóveis. O movimento Tororó Resiste! surge, articulado com outros coletivos, assessorias, movimentos sociais e comunidades, como resistência na defesa pela permanência da comunidade

³⁹O representante que concedeu entrevista para esta pesquisa foi Roberval Improta, "mais conhecido como Bal aqui na comunidade, sou o representante da comunidade vai fazer 4 anos, eu me apossei aqui antes disso (da ocupação), comprei um pedaço de terra em 2003 e vi progresso aqui crescer."

⁴⁰Disponível em: <http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais2018a/ARQUIVOS/GT1-336-186-20180630222154.pdf>

no território de ZEIS, que legalmente deveria ser utilizado para fins de habitação de interesse social.

Outro aspecto que deu repercussão nacional ao caso do Tororó foi ao fato de as demolições terem sido continuadas num contexto de crise sanitária, da covid-19, em que os processos de remoções estavam legalmente proibidos, pela lei 14.216/2021. A Campanha Nacional Despejo Zero também atuou diretamente, em nível nacional, para denunciar e coibir essas remoções no período da pandemia, se tornando também uma aliada muito importante para dar visibilidade ao caso do Tororó.

Figura 15 - Demolições no Tororó



Fonte: Tororó Resiste (2022).

Devido a esses conflitos, o movimento passa a integrar à Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador. Roberval (Bal), líder comunitário, descreve que essa parceria como um ato de acolhimento em meio a um processo crítico em que o bairro passa e que, além de se tornar pauta nacional com o movimento Despejo Zero, se tornou também reivindicação central na Articulação.

Ocupação Carlos Marighella⁴¹

Em 2019, durante 21 dias, famílias do Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas da Bahia/MLB ocuparam o Hospital Couto Maia, localizado no bairro Mont Serrat e abandonado há dois anos. Na ocasião, 100 famílias ocuparam o prédio administrativo, reivindicando o direito à moradia digna, denunciando o desmonte do programa Minha

⁴¹ A liderança contatada não quis conceder entrevista para a pesquisa

Casa, Minha Vida pelo governo federal e o abandono do hospital. Um mês após a remoção, 200 famílias ocuparam o galpão da Companhia de Navegação Baiana, abandonado há mais de 20 anos, localizado no bairro Ribeira. Essa nova ocupação durou cerca 17 horas até ser removida pela força da polícia militar.

Então, em junho de 2021, o MLB ocupou um prédio, no Centro Histórico de Salvador, de propriedade da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa). Cerca de 200 famílias residem no edifício, que foi o antigo Centro Educacional Magalhães Neto, o imóvel estava abandonado há mais de seis anos.⁴²

Figura 16 - Ocupação Carlos Marighella vista da praça Castro Alves (CHS)



A ocupação encontra-se no edifício do meio, entre o cinema Glauber Rocha, à esquerda, e o edifício Sulacap, à direita. Fonte: CESE (2022).

O movimento reivindica o direito à moradia, à centralidade e à cidade. Entra também na disputa por bens simbólicos que são atribuídos diretamente ao território do Centro Antigo, como o acesso a lazer e cultura, e também o acesso a paisagem da Baía de Todos-os-Santos. No ano de 2023, não mais amparados pela lei que proíbe despejos, a ocupação e o movimento seguem resistindo.

2.2. Direito à Cidade como Direito à Centralidade

Numa concepção lefebvriana a cidade é obra, construída nas práticas sociais. Lefebvre estabelece uma relação entre cidade e dinheiro/comércio/riquezas, em que

⁴²Disponível em: <https://www.anf.org.br/nasce-a-ocupacao-carlos-marighella-em-salvador/>

a obra (a Cidade) tem valor de uso e os produtos (as riquezas) têm valor de troca, nas palavras do autor: “a própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, nas dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca” (2001[1969], p. 12). Sob o entendimento que “a arquitetura segue e traduz” a concepção da cidade, “o espaço urbano torna-se o lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca” (LEFEBVRE, 1999, p. 22). Quando a utilização da cidade ocorre sem nenhuma vantagem além do prazer e prestígio é o que Lefebvre denomina de “Festa” (2001[1969], p. 12).

Sendo esse local do “encontro” e propenso a “Festa”, mesmo que o valor de troca prevaleça ao de uso, em que os contrastes entre riqueza e pobreza se elevem, os conflitos emergem da relação entre os diferentes. Esse processo de apego e defesa da cidade fortalece as relações dos agentes com o território. Por isso, defende Lefebvre (2001[1969] p. 13), “a vida comunitária em nada impede as lutas de classes. [...] No contexto urbano, as lutas de facções, de grupos de classes, reforçam o sentimento de pertencer”.

Harvey defende que a construção de um espaço urbano não pode ser dissociada dos “laços sociais”. Portanto, a cidade constitui um direito que vai além da “liberdade individual de acesso a recursos urbanos”, é a possibilidade de conceber um projeto de sociedade baseado nas relações e nos desejos coletivos que se expressam no espaço urbano (2012, p. 74). Ou seja, para o autor, a cidade não pode ser constituída única e exclusivamente pelas relações individuais das pessoas com o espaço urbano no seu sentido físico, os “recursos urbanos”, mas também pelas interações entre as pessoas, os “laços sociais”, que são imprescindíveis para a constituição da cidade.

Sob essa mesma lógica, Lefebvre afirma que os direitos nascem das contradições “existentes entre as realidades da sociedade e os fatos de civilização [...] entre a *socialização da sociedade* e a *segregação generalizada*”. É com base no cotidiano, na vida social, que a partir das necessidades individuais que o coletivo reivindica a cidade enquanto direito, nas palavras do autor:

[...] esses “direitos” concretos vêm completar os direitos abstratos do homem e do cidadão inscritos no frontão dos edifícios pela democracia quando se seus primórdios revolucionários: direitos das idades e dos sexos, direitos das

condições, direitos à instrução e à educação, direito ao trabalho, à cultura, ao repouso, à saúde, à habitação (2001[1969], p. 116).

Em suma, Lefebvre defende que os direitos individuais não são opostos aos coletivos, mas agem no sentido de complementaridade. Defende que ambos não devem ser negligenciados pois são vitais para o fortalecimento das lutas coletivas. Harvey defende que os direitos individuais não devem sobrepor os interesses coletivos na constituição de uma cidade mais justa e igualitária. Fazendo uma relação direta com o que aborda os dois autores, os “direitos concretos” (LEFEBVRE, 2001[1969]) equivalem aos “recursos urbanos” (HARVEY, 2012), enquanto que os “direitos abstratos” (LEFEBVRE, 2001[1969]) surgem dos “laços sociais” (HARVEY, 2012).

Milton Santos, em concordância com Lefebvre, diz que o direito à cidade é um direito inalienável que defende “uma vida decente para todos”, seja no meio urbano ou no rural, obtido através dos bens e serviços mínimos. Nas palavras do autor:

Mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. Esses bens e serviços constituem um encargo da sociedade, através das instâncias do governo, e são devidos a todos. Sem isso, não se dirá que existe o cidadão (2007, p. 157-156).

Esses bens e serviços mínimos para uma existência digna são mais acessíveis em áreas centrais, pois estas geralmente possuem equipamentos – como os de mobilidade, infraestrutura, comércio e cultura – concentrados num único espaço. Portanto, quando se defende o direito à centralidade, o acesso e a permanência ao centro da cidade, também está se defendendo direito à cidade, como será abordado no tópico seguinte.

Viveiros ressalta que, devido ao agrupamento de pessoas e de riqueza, a cidade é o campo que evidencia “as disputas por projetos alternativos de sociedade”, é o local onde as divergências aparecem fortemente e superam qualquer tentativa de um discurso homogeneizador (2020, p. 37). Essas divergências surgem por meio da vida cotidiana e é nela que os “confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver” ficam evidenciados (LEFEBVRE, 2001[1969], p. 22). Ou seja, devido a sua capacidade aglutinar tanto pessoas como densidade de conteúdo, é na cidade que projetos alternativos de sociedade são construídos. Acerca disso, Viveiros conclui: “nas cidades, os processos sociais ganham amplitude de dimensão e densidade, e

expressam com maior vigor as contradições internas do projeto hegemônico” (2020, p. 37).

Vale destacar que, segundo Sassen (2010, p. 106), se considerarmos que uma proporção cada vez maior de “populações em desvantagem social” se concentra nas grandes cidades, é possível “ver que as cidades se tornaram espaços estratégicos onde ocorre uma série de conflitos e contradições”. Esses espaços apresentam uma dualidade/contradição latente, pois ao mesmo tempo que concentram grande poder e supervalorizam a economia, são neles também que as desigualdades são escancaradas e a desvalorização social atinge proporções alarmantes. São problemáticas que as áreas centrais, onde a população se concentra, deixam mais evidente.

No centro da cidade a dimensão crítica ao projeto hegemônico de sociedade é aflorada diante da heterogeneidade e contradições presentes. No caso de Salvador, a segregação socioespacial e o processo de elitização⁴³ do Centro Antigo, além de casos representativos de estruturação urbana, são importantes na formação de agentes sociais e forças de resistência contra hegemônicas.

Lefebvre defende a centralidade, enquanto elemento que constitui o espaço urbano e atribui a qualidade do encontro, como imprescindível na garantia do direito à cidade. Entendendo esse direito como uma questão global, ele diz que

significa o direito dos cidadãos-citadinos, e dos grupos que eles constituem (sobre a base das relações sociais) de figurar em todas as redes e circuitos de comunicação, de informação e de trocas. O que não depende nem de uma ideologia urbanística, nem de uma intervenção arquitetônica, mas de uma qualidade ou propriedade essencial do espaço urbano: a centralidade. Não há realidade urbana [...] sem um centro: sem reunião de tudo que pode nascer no espaço e nele se produzir, sem encontro atual ou possível de todos os ‘objetos’ e ‘sujeitos’ (2000a, p. 21-22 apud PEREIRA, 2009, p. 13).

Sendo assim, Lefebvre reafirma a necessidade de um espaço urbano diverso e defende a centralidade, no seu sentido simbólico (reunião/encontro) e espacial (centro), como um elemento representativo desse sentido, visto que ele agrega e condensa sujeitos e objetos. E não só isso, a própria formação do entendimento do

⁴³ Devido a expulsão da população pobre e negra por conta de projetos de regeneração que atendem majoritariamente interesses privados, como nos casos do Projeto de Recuperação do Centro Histórico e Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador, aprofundados no Capítulo 4.

direito à cidade parte da (re)apropriação de áreas centrais pelas classes populares, como bem explica Tatagiba, Paterniani e Trindade, com base em Lefebvre:

a ideia de direito à cidade surge como uma utopia, uma plataforma política que deveria orientar a luta das classes trabalhadoras urbanas contra a lógica capitalista de produção do espaço, responsável por organizar a cidade segundo uma perspectiva racionalista-pragmática que, além de escamotear os conflitos de classe (“empurrando” os pobres para a periferia), mercantiliza o solo urbano e transforma a cidade numa engrenagem funcional à expansão do capital (2012, p. 419).

Como já dito, a cidade constitui direitos que deveriam ser garantidos pelo Estado. Porém, esses são constantemente negados, sobretudo quando os processos de decisão ficam restritos as forças estatais, o que exige que existam cada vez mais espaços participativos para composição de um ambiente urbano efetivamente democrático. Nesse aspecto, o Estado se apresenta como uma das arenas de disputa por direitos. Partindo da premissa que as relações Sociedade Civil e Estado, não se efetivam sem conflitos, entende-se que a sociedade civil não opera “fora da esfera estatal”, pelo contrário, nessa esfera

se elaboram e se confrontam projetos distintos e até mesmo antagônicos, ficando claro, no pensamento gramsciano, que ela é a *arena da luta de classes* e da afirmação de projetos em disputa, derivados de aparelhos de hegemonia distintos, ainda que, em muitos casos, pertençam a uma mesma classe ou fração dela (MENDONÇA, 2014 p. 36).

Mendonça sinaliza a necessidade de entender ações coletivas que aparecem nas correlações de forças que existem entre os atores coletivos e seus “aparelhos privados de hegemonia” ilustrados por seus discursos e na correlação com o “Estado restrito”, entendendo que “a emergência dessas associações pode influir tanto sobre o contexto econômico, quanto na regulação do conflito social e, especialmente, na implementação de certas políticas públicas” (2014 p. 40). Por exemplo, a não efetivação do acordo mediado entre a AMACH e Prefeitura Municipal de Salvador, firmado em 2001, para permanência das famílias no Centro, na 7ª Etapa do Programa de Recuperação do CHS⁴⁴, e consolidação de novos “acordos” como o Programa Revitalizar⁴⁵, em 2017, que beneficia proprietários/ agente privados nas reformas dos casarões do CAS, revelam a movimentação constantes e complexidade das

⁴⁴ “Em dezembro de 2001, é assinado um TAC – Termo de Acordo e Compromisso, com intermediação do Ministério Público, através da Promotoria de Cidadania e Meio Ambiente. Segundo esse acordo, os moradores concordaram em sair do prédio para viabilizar a reforma” (FERNANDES, 2006).

⁴⁵ Projeto de Lei nº 302/16 aprovado em 2017 pela Câmara Municipal de Salvador, que dá incentivos fiscais aos proprietários que reformarem os casarões dentro do perímetro do CAS.

correlações de forças que permeiam o Estado. Como afirma Viveiros, o Estado, constituído pela sociedade civil pela sociedade política, “é um território permeado de contradições e conflitos e, por isso, suas dimensões constitutivas são campos indissociáveis e instáveis” (2020, p. 37). Apoiada em Gramsci, a autora ainda afirma que

os processos de construção de hegemonia não ocorrem em campos distintos ou por processos sociais e políticos diferenciados e oponentes. As oposições e os campos de disputa nem sempre estão claramente definidos como em um tradicional campo de batalha. São processos multidirecionais, transescalares, policêntricos e com constantes mudanças no centro de interesse (*Ibid.*).

Assim, o direito à cidade, é um direito disputado que se desenrola nas arenas do urbano. Direito que progressivamente vem caindo em “mãos privadas ou interesses quase privados” (HARVEY, 2012). David Harvey assinala que esse direito “está extremamente confinado, restrito na maioria dos casos à pequena elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades cada vez mais ao seu gosto” (2012, p. 86-87). Esse processo pode ser visualizado na rua Chile em Salvador, por exemplo, uma das primeiras ruas da cidade, na qual os edifícios vêm sendo ocupados um a um para abrigar hotéis de luxo, usos residenciais de alto padrão e outros equipamentos que atendem majoritariamente às elites. É importante salientar que alguns desses edifícios tem importante valor histórico e cultural, como é o caso do Palácio do Rio Branco, na praça Tomé de Souza.

Ao analisar esses casos é possível compreender as lógicas de muitas práticas vistas nos centros das grandes metrópoles por todo o Brasil. Milton Santos destaca que no planejamento social das cidades, dentro desse sistema de produção de modernidades, as necessidades de ordem social, “devotadas à educação, à saúde, à cultura, ao lazer” são deixadas em segundo plano em prol de interesses que “de maneira geral, se incluem na órbita do econômico, do político, do militar e do estratégico” (2007, p. 156). As pressões das classes populares são, nesse sentido, imprescindíveis na conquista desses direitos, pois defendem interesses não só próprios, mas da sociedade como um todo.

Lefebvre defende que somente grupos constituídos pelas classes populares⁴⁶ são "capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das soluções para os problemas urbanos, e levar até a sua plena realização; [...] Trata-se inicialmente de desfazer as estratégias e as ideologias dominantes na sociedade atual" (2001[1969], p. 113). Porém, respeitando o sentido de um ambiente urbano diverso já comentado, o autor, no seu contexto e olhando a sociedade urbana do final dos anos 1960, salienta que a "classe operária" não constituía sozinha a sociedade urbana mas que sem ela nada seria possível, e conclui: "quando a classe operária se cala, quando ela não age e quando não pode realizar aquilo que a teoria define como sendo sua "missão histórica", é então que faltam o "sujeito e o "objeto" (*Ibid.*). No contexto do séc. XXI convém refletir sobre quais seriam os agentes transformadores, mas certamente as classes populares, os "de baixo", como chama Milton Santos, colocam-se como protagonistas de uma possível transformação.

Nos processos de disputa por centralidade e pelo direito à cidade, os movimentos sociais consolidam algumas conquistas por meio de políticas públicas nas relações que estabelecem com o Estado, nas pressões ou incidência em diversas arenas. O Estatuto da Cidade, por exemplo, representa uma das conquistas dos movimentos sociais urbanos, inclusive em escala local⁴⁷, e tem sido um lastro nas lutas sociais pelo direito à cidade, sobretudo no que se refere à função social da propriedade e à gestão democrática. Nas palavras de Viveiros,

ancorado nos princípios da função social da cidade e da propriedade, e da gestão democrática das cidades, o Estatuto da Cidade consagra a separação entre o direito de construir e o direito de propriedade, além de apresentar instrumentos direcionados para coibir a especulação imobiliária, regularizar a posse da terra e de planejamento indutivo e participativo (2020, p. 101).

A lei exigir que o processo de desenvolvimento dos Planos Diretores seja de maneira participativa, sem dúvida foi um avanço no sentido da conquista do direito à cidade, no âmbito já citado, ao permitir que as classes populares estejam inseridas no planejamento da cidade.

⁴⁶ Uma opção de atualização do termo "classes operárias" utilizada por Lefebvre no contexto de lutas urbanas na década de 1960.

⁴⁷ Uma das conquistas dos movimentos sociais do Centro Antigo de Salvador foi a demarcação de mais de 230 ZEIS, no ato de desenvolvimento do PDDU de 2016. Esse reconhecimento foi sem dúvidas um marco na política urbana municipal, porém somente o território da Gamboa de Baixo se encontra num processo de regularização avançado. Esse fato expõe que o instrumento e a sua demarcação demanda constante vontade política para se concretizar.

É nos “fundamentos éticos-políticos” e na “práxis” que os agentes sociais afirmam o direito à moradia e reivindicam o direito à cidade enquanto projeto político. Esses atores sociais engajam em lutas urbanas por todo o Brasil, atuam e defendem esses direitos na lógica e embasados pelos princípios orientadores do Estatuto da Cidade (VIVEIROS, 2020, p. 147). Com base no que é defendido por esses agentes no contexto urbano em todo território nacional, vale destacar ainda outros princípios que sustentam o direito à cidade: liberdade, igualdade, diversidade e bem comum. Nas palavras de Viveiros:

1. Liberdade: para manifestar-se, para a vivência coletiva, para circular, para o encontro e relacionamento entre as pessoas, para transformar a cidade e ser pela cidade transformado; para não se preocupar e ser feliz; 2. Igualdade: expressa no acesso universal a bens e serviços urbanos, no reconhecimento do outro como semelhante que “deve ter o seu espaço como qualquer outro ser”; 3. Diversidade: no território para a vivência coletiva, em espaços democráticos, com valorização e respeito às diferenças sem dominação ou opressão; 4. Sentido de público e de bem comum, em que “as pessoas e o espaço público possam se sobrepor a aquilo que é privado”; contra a privatização da cidade e da vida (*Ibid.*, p. 148-149).

Reafirmando o direito à cidade como um projeto político defendido por esses movimentos de resistência, este direito “permite expressar uma cultura política orientadora da práxis dos agentes sociais, [...] mostra a direção do movimento e sustenta sua dinâmica em graus cognitivos e de agenciamento programático distintos entre aqueles que o constroem e defendem” (VIVEIROS, 2020, p. 153). Contudo, todos os ganhos sociais e jurídicos com o Estatuto da Cidade não efetivam política pública por si só, é necessário que agentes públicos, políticos e sociais estejam interessados em fazer cumprir o que é proposto. Acredita-se que esse é um dos pontos que revelam a complexidade da luta pelo direito à cidade.

A fim de consolidar esse direito no ambiente prático, o Estatuto da Cidade reafirma a moradia enquanto estrutura imprescindível para o exercício da vida urbana e articulada com inúmeros outros direitos. Nas lutas urbanas, para as forças de resistência, “o direito à moradia, por seu turno, cresceu em sua pauta a partir da noção de moradia digna, extensiva ao acesso à cidade e à plenitude de vida urbana, constatada a insuficiência do acesso à casa e da dimensão privada da vida” (VIVEIROS, 2020, p. 137). A autora ainda sinaliza que “o direito à moradia digna, como assinalam os movimentos, e não simplesmente adequada, como definida nas normas nacionais e internacionais, é o núcleo de base a partir do qual se expande a luta pelo

direito à cidade” (*Ibid.*, p. 147). Ou seja, a partir do direito à moradia digna que sucedem muitos outros direitos, visto que a “casa” exige a existência de infraestruturas, equipamentos e serviços conectados que viabilizem o habitar.

É importante pontuar que o direito à cidade não é o mesmo que o direito à moradia, visto que “o primeiro é muito mais amplo e complexo, pois considera a localização do indivíduo no sistema urbano em seu conjunto e a possibilidade de acesso às melhores localizações da cidade” (TATAGIBA; PATERNIANI; TRINDADE, 2012, p. 419). São assim, direitos complementares que ficam bem costurados pelo direito à centralidade, que é largamente defendido nessa dissertação.

Entretanto, essa leitura ampla do direito à moradia entendido na relação com a cidade, se confronta com outras visões. Para Milton Santos, cada vez mais tem se consagrado uma “visão imobiliária da cidade” que não traduz o sentido da moradia defendida pelas forças sociais. Nesse sentido, o direito à moradia se restringe à habitação enquanto um valor quantitativo e privativo que atende a outros interesses.⁴⁸

Além do direito à moradia e a centralidade, o direito à cidade abarca outros direitos correlatos. Nesse aspecto, Milton Santos aponta as dimensões do direito ao entorno e ao espaço público. Ele ressalta que no direito ao entorno tem-se a paisagem enquanto bem coletivo, o que implica que transformações severas na paisagem tendem a desconsiderar as relações que as pessoas estabelecem com os espaços, o entorno está ligado à ideia de paisagem que também se liga à ideia de natureza e esse meio ambiente que não é necessariamente cidade ou campo, mas os elementos que constituem e abrigam esse conjunto (2007, p. 63-64). Por exemplo, no Centro de Salvador, edifícios de luxo são construídos sem qualquer relação com a paisagem urbana, como o caso do Porto Trapiche Residence⁴⁹ na proximidade da Praia da Preguiça (Figura 17), além de não se relacionar com o entorno histórico não estabelecem relação social alguma com a comunidade do entorno.

⁴⁸Maria da Glória Gohn (1991, p. 165) destaca que essa questão habitacional no Brasil é estrutural e não tem sido resolvida através do mercado ou das políticas públicas e, portanto, as camadas sociais populares buscam soluções alternativas para a moradia fora da “formalidade” pregada pelo modelo de acumulação vigente.

⁴⁹ Na área onde foi implantado o edifício já funcionava um restaurante de grande sucesso nos anos 1990, mas a construção antiga só possuía um pavimento térreo de baixo impacto visual na paisagem.

Figura 17 - Relação do Porto Trapiche Residence com o entorno



Fonte: Adaptado de Imovelweb (2022).

Figura 18 – Porto Trapiche Residence visto da Ladeira Preguiça.

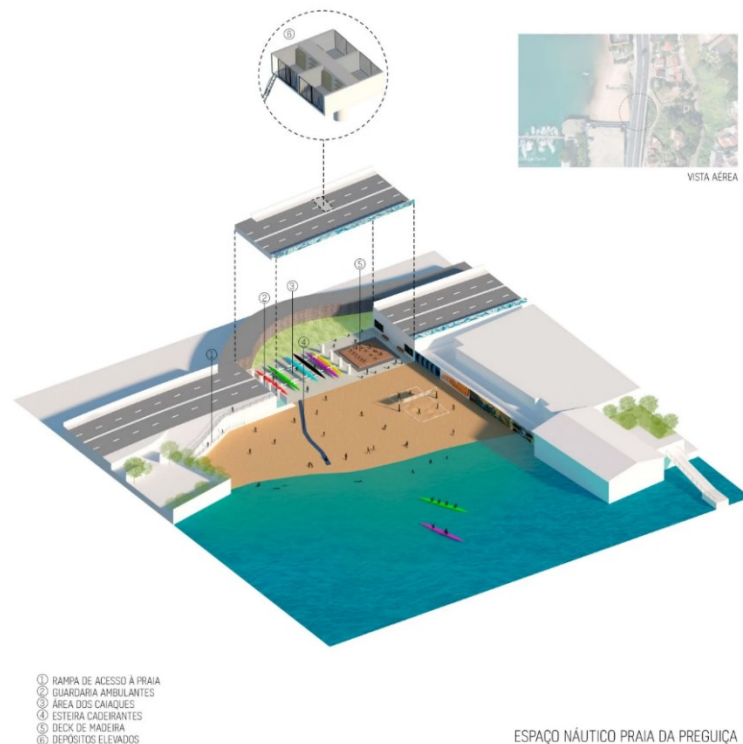


Fonte: Google Earth (2023).

Em relação ao direito ao espaço público, o autor critica o processo de privatização que se tornou tendência na produção das cidades, em que condições básicas como “ar puro, os bosques, os planos de água” são comercializados e materializados em “playgrounds”. “Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais” (SANTOS, 2007, p. 64). Mais uma vez vale citar o caso da Preguiça, e a invasão progressiva da elite no espaço público da praia, grupos de maior poder aquisitivo começam a frequentar o local para a prática de esportes e lazer o que gera um processo de pressão que pode desencadear na gentrificação da área,

restringindo o acesso da comunidade.⁵⁰ São alterações como essas, que não necessariamente privatizam o espaço, mas restringem o acesso a determinados grupos, geralmente desencadeadas por processos de “regeneração” urbana, que se tem visto nas áreas centrais.

Figura 19 - Projeto do Centro de Apoio aos Esportes Náuticos na Praia da Preguiça



Fonte: Mar Bahia (2021).

Os projetos, programa e planos para o Centro têm um legado turbulento quanto ao processo participativo. A população atingida por essas intervenções, ou não são inseridas ou tem o acesso dificultado aos “processos participativos”. O direito de opinar e participar efetivamente das decisões que envolvem o espaço urbano também são noções incorporadas ao direito à cidade. Maura Cristina, liderança do MSTB, em entrevista concedida para essa dissertação, relata que durante o processo participativo do PDDU de Salvador (2016) as reuniões eram realizadas em locais de

⁵⁰ Diversos projetos tem sido pensados para a área e entorno, além dos já consolidados Porto Trapiche Residence e Bahia Marina, nos últimos 2 anos surgiu o interesse num projeto de requalificação da praia para implantação de uma Centro de Apoio aos Esportes Náuticos. Disponível em: <https://www.marbahia.com.br/post/prai-da-preguica-pode-ser-transformada-em-centro-de-apoio-aos-esportes-nauticos>

difícil acesso, em dias e horários que dificultavam o acesso da população que reside nos territórios populares.

Outro ponto é que a transparência dessas intenções institucionais é também entendida como direito da sociedade civil. Gohn diz que nas reivindicações dos movimentos sociais urbanos o “direito à informação” surge como uma demanda por “autonomia e na busca de espaços próprios de expressão” aliado com a defesa de espaços de participação social efetivos, a informação é defendida enquanto direito (1991, p. 178). A autora ainda afirma que “o importante é ampliar os espaços de controle público e social [...] criados dentro e fora da máquina estatal. Dentro, para obterem justamente as informações [...] Fora, para garantir a força e a autonomia do movimento” (*Ibid.*).

Mesmo que o Centro Antigo seja um espaço característico das atividades de comércio e serviço, ele também deve ser fortalecido enquanto local de moradia, como bem lembra Uriarte: “Embora o centro concentre atividades comerciais, institucionais, religiosas, educativas etc., ele é também local de moradia, espaço habitado e lócus de experiências sociais populares bastante significativas” (2019b, p. 18). Baseada em ampla pesquisa sobre o Centro Antigo de Salvador, a autora conclui que, quando habitados, nesses espaços centrais “desenvolve-se o direito à centralidade que complementa e enriquece a reivindicação do direito à cidade” (*Ibid.*). É no habitar que esses grupos sociais traçam suas lutas cotidianamente.

O direito à cidade deve traduzir as lutas da vida cotidiana dos movimentos sociais e comunidades. Nessa mesma linha, Harvey (2014, p. 15) afirma que a ideia desse direito “surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero”. Para o autor “[...] as lutas políticas são animadas tanto por intenções visionárias quanto por aspectos e razões de natureza prática”. E conclui ao dizer que os grupos que atuam na defesa do direito à cidade

são basicamente formados por moradores de baixa renda em comunidades negras que lutam pelo tipo de desenvolvimento que vá de encontro a seus desejos e necessidades, pessoas sem-teto que se organizam por seu direito à moradia e aos serviços básicos e jovens negros LGBTQ que lutam por seu direito à segurança nos espaços públicos (*Ibid.*, p. 21).

É o direito que se reporta a uma ampla gama de direitos do sujeito que transita e vive na cidade, como bem relata Eliane Silva, liderança da comunidade da Ladeira da Preguiça em entrevista para essa dissertação, ao afirmar que direito à cidade é ter moradia digna, educação, saúde, é lutar contra as formas de violência que ocorrem nas comunidades, contra uma sociedade racista e LGBTQIA+fóbica, é lutar em prol da juventude e pela liberdade do direito de ir e vir⁵¹.

2.3. Noções de Centro e Centralidade

Como afirma Lefebvre (1999), a centralidade e o urbano são conceitos entrelaçados. Uma vez que esse urbano seja dotado de conteúdo ele pode assumir caráter de centralidade, independe de sua localização geográfica, basta que seja coletivamente apreendido e compreendido como tal. O próprio sentido da cidade está na capacidade de reunir diferenças e criar novos significados; ou seja, por essência ela possui caráter de centralidade, que reúne áreas de centralidades. Nas palavras de Lefebvre:

a cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações. Ela cria uma situação, a situação urbana, onde as coisas diferentes advêm umas das outras e não existem separadamente, mas segundo as diferenças (1999, p. 111).

Nesse sentido, enquanto aglomeração urbana, a cidade só existe ao agregar pessoas e conteúdo. Aspecto que também caracteriza o urbano. E no urbano o centro é o local onde tudo se reúne, as relações e as trocas acontecem. E como já afirmado, a cidade não existe sem um centro (LEFEBVRE, 2000a apud PEREIRA, 2009).

Portanto, o urbano tem tendência à reunião do conteúdo e do diferente e por isso está propenso a concentrar conflitos ou de gerar novos. Para Lefebvre, assumindo esse sentido, “a cidade constrói, destaca, liberta a essência das relações sociais: a existência recíproca e a manifestação das diferenças procedentes dos conflitos, ou levando aos conflitos” (1999, p. 111).

Pereira (2012) compartilha do mesmo pensamento ao destacar a cidade como o “lugar de encontro do diferente, espaço da troca por excelência”, portanto, tem sua “configuração espacial indomesticável, aberta ao afloramento de conflitos e jamais

⁵¹Discurso aprofundado no tópico 3.1

reduzível à condição de forma coerente e adequada aos imperativos emanados de um centro de poder”. Assim, mesmo que esteja sob controle por inúmeros dispositivos de poder, estatais e privados, sua essência nasce da organicidade que emerge do diferente.

Harvey expõe a conexão estreita que existe entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização, ao assinalar que desde o princípio, as cidades são resultado da “concentração social e geográfica do produto excedente”. Tal qual, que “a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos”. Explica que, nessa lógica, “os capitalistas têm de produzir excedente para obter mais-valia; esta, por sua vez, deve ser reinvestida a fim de ampliar a mais-valia” (2012, p. 74). Nesse contexto, as áreas de centralidade são vistas como uma grande oportunidade de mercado devido a todos os valores materiais que ela possui e nela se concentram.

Importante dizer que esse entendimento é generalizado, trata de uma perspectiva sobre o centro, ou os centros, de grandes metrópoles nas quais as disputas por solo urbano, sobretudo envoltas nos interesses do mercado imobiliário, são mais intensas. Em Salvador, por exemplo, os valores aplicados aos centros nessa lógica capitalista são distintos, o Centro Antigo tem aspecto turísticos, paisagísticos e históricos em evidência, já o Centro Iguatemi tem os aspectos comerciais e empresariais mais destacados que agregam valor a essa área, como explicitado no fim do capítulo seguinte.

Com toda essa dialética mercadológica da produção das cidades, os processos urbanos trazem consigo transformações consideráveis no estilo de vida. “A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria, assim como a própria cidade, num mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os principais aspectos da economia política urbana” (HARVEY, 2012, p. 81). Tem-se a qualidade de vida como um bem de consumo que agrega valor a terra enquanto mercadoria. Esse processo pode ser verificado, por exemplo, na reocupação do Centro Histórico de Salvador como mercadoria para exploração turística e comercial. É possível notar que é por essa chave que o poder público e o mercado imobiliário

enxergam a cidade. A permanência de edifícios vazios para especulação, a ocupação das edificações para hotéis de luxos, comércios e afins caracterizam esse processo.

Como local de concentração social, econômico e, portanto, de poder, Villaça (2001, p. 244) ressalta que “dominar o centro e o acesso a ele representa não só uma vantagem material concreta, mas também o domínio de toda uma simbologia. Os centros urbanos principais⁵² são [...] pontos altamente estratégicos para o exercício da dominação”. Mas os centros são também territórios de “resistência” aos processos dominadores que regem a produção de cidade.

Numa lógica capitalista de produção, as áreas centrais das cidades, sobretudo de grandes metrópoles, são tanto agregadoras de recursos urbanos, como também condensadoras de desigualdades e, portanto, espaços de dualidade e contradição (SASSEN, 2010). Nesses locais essas desigualdades ficam mais expostas. Por essa perspectiva, a cidade, principalmente o centro, “funciona como um espaço importante de ação e revolta política”, suas especificidades físicas e sociais e sua organização territorial são de extrema importância e vão compor as armas nas lutas políticas dos agentes sociais na cidade (HARVEY, 2014, p. 214).

Como espaço de conflitos latentes, é no centro que importantes ações de revolta política acontecem. Nesse contexto, forças de resistência, como movimentos sociais urbanos, vão reivindicar o livre acesso a esse território e questionar a lógica da cidade enquanto mercadoria. Assim, ao mesmo tempo que grandes centros evidenciam desigualdades, também produzem resistência. Enquanto território em disputa, luta-se para que esse espaço construído seja livremente usufruído pelas camadas populares que habitam e usam o centro.

Para Villaça “o centro surge em função de uma disputa: a disputa pelo controle (não necessariamente minimização) do tempo e energia gastos nos deslocamentos humanos” (2001, p. 239). Nesse aspecto cumpre uma função majoritariamente física de local que converge a realização dos encontros condensando-os num local otimizado, mais próximo. Sobre o sentido desse deslocamento, o autor explica que

O centro e o “não-centro” são dialeticamente produzidos pelo mesmo processo sob a égide dessas disputas pelo controle das condições de

⁵² Entende-se por centros urbanos principais, as áreas de centralidade de grande referência para a cidade. No caso de Salvador, o Centro Antigo e centro Iguatemi são dois centros principais da cidade.

deslocamentos [...]. Entende-se por condições de deslocamento aquelas que produzem e resolvem, os problemas de deslocamento - a produção das localizações (os “pontos”) boas (ou más) para morar, para construir um supermercado, para abrir uma pré-escola ou um salão de beleza, para construir um centro empresarial, etc. As que resolvem os problemas de deslocamento são o sistema viário [...] e veículos [...]. não se deve falar que a disputa entre as classes pelo controle das condições de deslocamento visa minimizar os tempos de deslocamento; visa, sim, otimizar o uso desse tempo ou controlá-lo (*Ibid.*, p. 243-244).

Já para Milton Santos o centro é um dos elementos da estrutura urbana que permite distinguir as diferentes formas de utilização e organização do espaço da cidade, além de ser um materializador de marcos históricos temporais. Como uma síntese, o centro reflete simultaneamente “as formas atuais da vida da região e da cidade e o passado, seja pela evolução histórica da cidade e da região, seja pelo sítio escolhido inicialmente para instalar o organismo urbano” (2008[1959], p. 28). Lefebvre destaca que os centros urbanos possuem grande riqueza monetária devido ao comércio, mas, para além disso, são locais de intensa “vida social e política, onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras (obras de arte, monumentos)” (2001[1969], p. 12). Assim, ambos autores destacam o papel socioespacial que o centro carrega.

Enquanto um espaço que é socialmente construído, o centro está sempre em processo, segundo Castells (1983, p. 271-275), “não é uma entidade espacial definida de uma vez por todas, mas a ligação de certas funções ou atividades que preenchem um papel de comunicação entre os elementos de uma estrutura urbana (apud GASPARI, 2019, p. 59). Ou seja, um espaço em constante construção, constituído da relação entre diversos elementos. Portanto, “nenhuma área é (ou não é) centro; torna-se ou deixa de ser centro” (VILLAÇA, 2001, p. 238). Dessa forma, ao se construir uma nova cidade, por exemplo, ainda que o centro seja previamente geograficamente definido, sob qualquer mecanismo de poder e controle, seja do Estado ou de interesse privado, o centro só assumirá verdadeiramente essa característica quando, e se, houver uma apropriação e reconhecimento social dele como tal (*Ibid.*).

Durante seu processo histórico de formação junto com o surgimento das cidades, de maneira geral, o centro antigo - no sentido de centro tradicional, núcleo onde se origina a cidade - é capaz de reunir e cristalizar no espaço urbano “diversas expressões da interação humana, base de sua vida social urbana”, seja ela política, religiosa, cultural ou comercial. “Essa reunião, de formas e de práticas” fez com que esse núcleo central

da cidade antiga fosse, e continue sendo, palco de “diversos acontecimentos históricos, como manifestações, conflitos, celebrações” (GASPARI, 2019, p. 90).

Como explica Gaspari (2019, p. 91), esses locais têm um alto valor para a sociedade, pois sua constituição histórica lhe atribuiu, “gradativamente e simultaneamente, uma complexidade que é tanto simbólica quanto funcional”. Esse acúmulo de produção física e funcional do próprio processo histórico desses centros tradicionais, como as construções, edifícios e afins, em si carregam a materialização desse simbolismo. Sobre isso, complementa Pesavento:

como núcleo de origem, os centros urbanos concentram os prédios mais antigos, ditos históricos e potencialmente referenciais para o passado da urbe; neste espaço central teve ainda início o processo de instalação dos primeiros equipamentos urbanos, assim como também tais sítios de origem são, via de regra, centros políticos, culturais, religiosos e, sobretudo, locais de intensa sociabilidade (2008, p. 04-05).

Esses “prédios históricos” são exemplos de marcos histórico-temporais que caracterizam o centro, sobretudo os núcleos antigos, como afirmado anteriormente. No entanto, não é somente a concentração desses edifícios e equipamentos que faz de uma área o centro e nem ao contrário, nas palavras de Villaça: “os centros não são centros porque neles se localizam os palácios, as catedrais ou os bancos. [...] o oposto também não é verdadeiro”, não é verdade que os palácios, catedral ou bancos se localizam nos centros porque eles são centros (2001, p. 242). Novamente, é uma qualidade que só é validada e reconhecida no âmbito da coletividade.

Andrea Tourinho ressalta, além do aspecto funcional, esse potencial simbólico do centro antigo como importante para caracterizá-lo como um espaço único:

Na força de sua continuidade temporal, na permanência de seus espaços públicos e/ou de uso coletivo, na sua complexidade e diversidade, o Centro se perfila como um espaço de difícil apropriação, resistente a qualquer tipo de padronização. Estas características fazem do Centro um lugar “duro” frente aos aspectos que fazem o restante da metrópole facilmente dominável (2007, p. 23).

É preciso, portanto, entender a particularidade única desse território e o que faz dele um locus estratégico de dominação movida pelo poder do dinheiro e do negócio. No caso de Salvador, as características geográficas únicas, aspectos históricos marcantes, elementos urbanísticos e arquitetônicos próprios, são alguns dos itens que tornam o Centro Antigo, sobretudo a localidade do Centro Histórico, único. Ainda que na segunda metade do século XX se estabelecesse um novo centro na cidade, na

região do Iguatemi, a vida no Centro Antigo se manteve. Por exemplo, as ocupações urbanas em áreas como Iguatemi e entorno do CAB foram moldadas por infraestruturas viárias e equipamentos de transporte que condicionaram esse modo de ocupar a cidade. Em suma, os aspectos turísticos, simbólicos e espaciais próprios do CAS agregam valores a esse espaço que não podem ser replicados em áreas novas da cidade, por isso que, mesmo degradado, o Centro Antigo não se torna um local totalmente desinteressante para esses agentes econômicos. Mas suas características “duras” (TOURINHO, 2007) não permitem que ele seja destruído e moldado totalmente a esses interesses mercadológicos, então são agregados valores outros a esse espaço, como a potencialização dos usos turísticos.

É devido a todo esse potencial, que Lefebvre (2001[1969]) destaca a resistência desses núcleos antigos centrais à reestruturação urbana graças a seu valor histórico, ideia que converge com Tourinho (2007) que destaca o aspecto “duro” do centro antigo quanto a padronização – desses núcleos urbanos centrais das cidades antigas que resistem mesmo que sejam engolidas pela modernização/industrialização.

Lefebvre (2001[1969]) também destaca que devido a esse potencial funcional e simbólico o centro antigo tem tanto um “valor de troca”, que se manifesta ao ser um lugar de consumo, quanto um “valor de uso” que se manifesta no consumo do lugar. Para Villaça a “essência do valor de uso” é o valor concreto dos centros de maneira geral, que está associada com a otimização dos deslocamentos da população, pois

é nesse ponto que está cristalizada a maior quantidade de trabalho socialmente necessário despendido na produção da aglomeração e pela aglomeração. Isso significa que nenhum outro ponto o supera em matéria de trabalho cristalizado, em valor de uso, ou seja, em acessibilidade. [...] Por sua vez, o valor material é a fonte de seu valor simbólico. É a excepcional importância comunitária e social dos centros que faz com que eles passem a ser objeto de grande valorização simbólica (2001, p. 241).

Por esse valor de troca e pelas suas inúmeras potencialidades os centros antigos são de enorme interesse às elites, que dentro da lógica capitalista é detentora de diversos dispositivos de poder e de dominação. Portanto, exercem uma força sobre essa otimização do deslocamento que o centro representa, ou seja, se interessam pelo valor econômico que é incorporado aos imóveis, pela apropriação desses espaços dotados de infraestrutura e equipamentos e pela potencialização dessas capacidades econômicas.

Esse modo capitalista de produção das cidades tem favorecido as elites a partir da gestão das áreas de centralidade, seja facilitando a sua ocupação por essa camada social, por meio de processos de gentrificação que expulsam a população pobre e elevam o preço da terra, assim como no processo de deslocamento do centro, construindo novos espaços afastado do “centro tradicional” e levando aspectos importantes que o qualificam enquanto centralidade. São processos complexos que tem a participação direta do Estado, como bem explica Villaça: “se as classes de alta renda se deslocam para a periferia - o que só foi possível porque houve um Estado que construiu boas rodovias e uma economia que produziu automóveis -, para lá também vão (já há décadas) as escolas dessas classes, seus shoppings e até o centro da cidade” (2001, p. 243-244).

Nesses “novos centros” são criados espaços de hiper valorização do valor de troca e de consumo, além de um espaço de segregação e de exclusão. Como ressalta Gaspari:

Trata-se, então, da construção de centros onde a vida social tende à uma maior homogeneidade e onde o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso, uma vez que a fruição de seus espaços é quase obrigatoriamente obtida por meio de pagamento, seja para consumir seus bens e serviços ou acessar seus lazeres, etc. [...] Ao buscar evitar o encontro entre os diferentes e as diferenças, tais centros diferenciam-se por promover a separação, a segregação (2019, p. 111).

Um dos sentidos mais marcantes, senão o principal, do centro - de maneira geral, seja ele antigo ou não - é o de centralidade da cidade. Lefebvre afirma que a centralidade sempre exige um conteúdo; portanto, ela é determinada por tudo que ela reúne independentemente do que seja, “amontoado de objetos e de produtos nos entrepostos, montes de frutas nas praças de mercado, multidões, pessoas caminhando, pilhas de objetos variados, justapostos, superpostos, acumulados” (1999, p. 110). Ela surge “desde o primeiro re-colhimento e da primeira re-coleção de objetos dispersos na natureza, desde o primeiro ajuntamento ou amontoado de frutos. [...] Desde o princípio, reunir, amontoar, recolher é algo essencial na prática social (*Ibid.*, p. 115).

Nesse sentido, Pereira destaca que a centralidade “seria o pressuposto fundamental da urbanidade. Ela se traduziria na possibilidade de confluência de toda a diversidade que pode existir no espaço para um ponto específico, no encontro, real ou possível, de todos os sujeitos e objetos” (2012, p. 13). Aqui a centralidade aparece como

materialização de toda a heterogeneidade, tal como a noção ampliada de Lefebvre sobre o urbano.

Além da prática, o entendimento sobre a centralidade é múltiplo e evidencia as relações e dinâmicas complexas de cada sujeito ou grupo com o espaço urbano. Como afirma Pereira: “uma noção que permeia diferentes tipos de discurso nos mais variados contextos geográficos, o que sugere tratar-se da representação de um fenômeno estruturante das relações sociais nas cidades”. Ele ainda fala da linguagem informal quando moradores de subúrbios, por exemplo, utilizam o termo “cidade” para se referirem ao centro (2012, p. 03). No caso do Centro Antigo de Salvador os moradores utilizam o termo “bairro” para se referir às outras áreas da cidade, o que necessariamente não denota nem nega o sentido de centralidade desses lugares.

As áreas centrais são os espaços responsáveis por materializar essa centralidade, que Sposito (2013, p. 73) lembra, não pode ser vista ou milimetricamente delimitada no espaço geográfico, “não aparece desenhada no cadastro municipal ou no plano diretor das cidades; não se pode percorrê-la ou mesmo vê-la, embora possa ser sentida, percebida, representada socialmente, componha nossa memória urbana e seja parte de nosso imaginário social sobre a vida urbana”. Já os centros, centros antigos, ou simplesmente áreas centrais, com todas as atividades que concentram podem “ser empiricamente apreendidas, de modo muito mais direto, por isso, trabalhamos nelas, passeamos por suas vias, sentamos em suas praças, participamos de atividades de múltiplas naturezas que nelas se realizam”. Por isso, a autora realça, “as áreas centrais são [...] espaços que ancoram a constituição de centralidades, mas não são a mesma coisa que elas” (grifo da autora apud GASPARI, 2019, p. 69).

Dito isto, nessa ideia, fica claro que centro e centralidade não são sinônimos, numa ideia geral, o primeiro pode ser espacializado e geralmente é geograficamente delimitado, com aspectos físicos marcantes; o segundo é construído socialmente e definido por imaginários baseados no cotidiano da vida urbana, com aspectos simbólicos marcantes.

Kneib (2008) destaca quatro atributos principais que emergem ao se caracterizar a centralidade: “acessibilidade e atração de fluxos; concentração de atividades; simbolismo; e preço do solo” (p. 33-38 apud GASPARI, 2019, p. 80). Gaspari destaca

que “a acessibilidade (fluxos) e a concentração de atividades (fixos) são contrapartidas um ao outro na formação de áreas de centralidade” (2019, p. 83).

Quanto ao simbolismo, Gaspari destaca que ele é constituído no “desenvolvimento da vida social”, portanto, é de “difícil mensuração” e está “frequentemente relacionada com o poder político, e o financeiro, concreto e ideológico e costuma ser vinculada, sobretudo, ao Centro⁵³, por sua formação histórica e importância contínua ao longo de todas as fases da formação da aglomeração urbana na qual se insere” (2019, p. 85).

Gaspari explica que por muito tempo as discussões acerca da centralidade, e do centro tradicional, enquanto local privilegiado do espaço urbano perpassavam a questão do elevado preço do solo como pauta principal. Essa lógica se altera no momento da história em que os interesses e ações pelo domínio econômico da área central começam a ser ditados mais por agentes imobiliários do que por agentes comerciais (2019, p. 85-86). Ou seja, os agentes que passam a disputar, do ponto de vista econômico, esse centro não estão mais inseridos majoritariamente no mercado do comércio, mas sim no do solo urbano em si.

Refletindo sobre esses quatro elementos de Kneib citados - acessibilidade e atração de fluxos, concentração de atividades, simbolismo e preço do solo -, é possível entender que “a centralidade não é mais atributo exclusivo do Centro (antigo)”; portanto, é preciso enxergar seu conceito e significado na atualidade “enquanto processo, das novas lógicas que concorrem para constituí-la e dos papéis que exerce no espaço urbano” (GASPARI, 2019, p. 65). Desse modo, Tourinho destaca a existência de uma “centralidade sem centro” ao explicar que “as novas áreas de centralidade nada são senão uma criação artificial de espaço urbano, como local único, ainda que reproduzível” (2007, p. 24). Ela explica:

A centralidade tornou-se independente do Centro, distanciou-se dele, conceitual e fisicamente falando. Deixou de ser atributo, como qualidade capaz de exprimir a substância do central, para passar a ser ela mesma um substantivo adequado para identificar um espaço urbano que pode conter em si as condições necessárias para que exista a concentração de fluxos diversos - riquezas, informações, decisões, mas também, pessoas e bens materiais -, atividades as mais variadas ou especializadas, com

⁵³ Autores como Gaspari (2019) e Tourinho (2007) utilizam a grafia da palavra com ‘C’ em maiúsculo para se referir a centro antigo no geral, o centro tradicional, núcleo onde surgiu a cidade.

independência de qualquer relação hierárquica referida necessariamente ao Centro (antigo) da cidade (*Ibid.*, p. 25).

Ou seja, as novas áreas de centralidade não possuem, obrigatoriamente, uma relação hierarquizada com o núcleo antigo central, o centro tradicional, elas podem possuir novos usos, dinâmicas e funções com atributos de centralidade únicos e até especializados diferentes e descolados do centro antigo ou centro principal da cidade. Sobre isso, Gaspari explica que a representação dessas formas contemporâneas de centralidade, podem ser tanto especializadas quanto diversificadas funcionalmente, vai variar a depender “do tipo do ramo ao qual o empreendimento queira se inserir, e do planejamento realizado pelo empreendedor ou grupo” (2019, p. 108). Nesse nexos, é possível constatar que a formação de centralidade na contemporaneidade também está voltada aos interesses privados, sobretudo os imobiliários.

No entanto, é importante sempre evidenciar o caráter coletivo que a centralidade expõe. Não existe centralidade criada somente com o indivíduo e o privado; o conteúdo que a define só é gerado pela relação do coletivo. Por isso, as áreas de centralidade, ou simplesmente centro, tem a universalidade como pressuposto. Esse espaço precisa ser reconhecido por “todos” como tal, nas palavras de Pereira:

Quando se fala no "centro" de uma cidade, por exemplo, parte-se da premissa de que existe uma parcela específica de seu território passível de ser reconhecida por todos como tal, independentemente de qual seja o local de moradia, a condição econômica, a etnia, a crença religiosa ou a preferência artística da pessoa ou do grupo social considerado (2012, p. 10).

Lefebvre destacava o aspecto da “imprevisibilidade” relacionado à formação de áreas de centralidade no espaço urbano. Destaca a temporalidade desse espaço, que ora pode ser central, ora não. Para o autor, a “centralidade sempre possível” é o que compõe o caráter fascinante do espaço urbano.

O vazio⁵⁴ (uma praça) atrai; ele tem esse sentido e esse fim. Virtualmente, qualquer coisa pode ocorrer, não importa onde. Aqui ou ali, uma multidão pode se reunir, objetos amontoaram-se, uma festa ocorrer, um acontecimento, aterrorizante ou agradável, sobrevir. [...] Ao mesmo tempo, se se ousa assim falar, esse espaço pode se esvaziar, excluir o conteúdo, tornar-se um lugar de raridades ou de poder em estado puro (1999, p. 121).

Compreende-se, assim, que a centralidade também é uma construção social. Portanto, está propensa a processos de potencialização tanto quanto de decadência.

⁵⁴ O “vazio” nesse sentido, para o autor, é a ausência de edificações, sem um fim ou uso estritamente definido.

Assim como qualquer espaço pode adquirir sentido de centralidade, áreas centrais também podem deixar de ser centralidade.

A nível de contextualização, Lefebvre descreve a formação da “cidade industrial”, como um processo de urbanização que rompeu com a realidade urbana orgânica e monumental caracterizando-a quando o “crescimento da produção industrial superpõe-se ao crescimento das trocas comerciais e as multiplica” (1999, p. 26). O autor chama esse fenômeno de superposição de “implosão-explosão”⁵⁵ da cidade.

Como um processo induzido, a “implosão-explosão” da cidade gera concentrações urbanas cada vez maiores, densidades populacionais inquietantes e a explosão e/ou deterioração de muitos núcleos urbanos. Como resultado desse, “as pessoas se deslocam para periferias distantes, residenciais ou produtivas. Escritórios substituem os apartamentos nos centros urbanos” (LEFEBVRE, 2001[1969], p.18). Em outras palavras, pode-se entender a implosão como a concentração e explosão como dispersão resultado desse acúmulo exacerbado, sendo assim, esse fenômeno é característico de áreas de centralidade, sobretudo antigas que passaram por processos descontrolados de crescimento urbano.

Sobre isso, com base em Harvey, Pereira enfatiza a instabilidade do fenômeno da centralidade urbana. Afirma que os fundamentos para implosão (concentração) estão contidos na sua própria constituição:

A formação de um centro envolveria a sedimentação numa parcela específica do espaço de estruturas fixas [...] a acumulação dessas estruturas imporá barreiras ao próprio processo de circulação, tornando-se disfuncional e precipitando a configuração de uma crise. Uma vez alcançado esse estágio, teria início um processo de ajuste espacial, em que capitais seriam exportados para novas frentes de acumulação. Essas, por sua vez, também chegariam a um ponto de saturação, irradiando novos processos de ajuste espacial. Após certo tempo de decadência de uma antiga centralidade, surgiriam as chamadas oportunidades de re-investimento. Com o valor de propriedades imobiliárias depreciados e a disponibilidade de infra-estrutura abundante e sub-utilizada, essas áreas se tornariam atraentes outra vez, podendo receber consideráveis aportes de capital e retomar a importância do passado (2012, p. 11 e 12).

Exemplo claro dessa dinâmica é o caso de centros antigos que ficam obsoletos, decorrente ou não do alcance do “ponto de saturação”, e essa centralidade é

⁵⁵ A implosão como uma “enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana,” a explosão como “a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites etc.)” (LEFEBVRE, 1999, p. 26).

deslocada para algum outro espaço, uma “nova centralidade”, com maior poder especulativo ou de acumulação do capital. Quando esse centro antigo perde valor, se degrada, fica abandonado, ele ganha atratividade para o mercado novamente com ações, majoritariamente estatais, de “reestruturação” e aí voltam a se consagrar como uma centralidade, agora reinventada. A partir disso fica evidente, inclusive, como funcionam algumas lógicas da atuação do Estado orientadas a interesses privados, como, por exemplo, as políticas de isenção fiscal colocadas nos projetos de reocupação e reforma do CAS e do Comércio, pelo Projeto Revitalizar e pelo Plano de Bairro do Comércio da Prefeitura Municipal de Salvador.

Acerca desses projetos de “regeneração” em centros antigos, muitos são baseados numa cultura que na maioria das vezes não traduz a vivência da população local, ao contrário, falseia uma cultura que atende a interesses econômicos, sobretudo turísticos e comerciais. Como Lefebvre bem afirma:

A uniformização do cenário, visível na modernização das ruas antigas, reserva aos objetos (mercadorias) os efeitos de cores e formas que os tornam atraentes. Trata-se de uma aparência caricata de apropriação e de reapropriação do espaço que o poder autoriza quando permite a realização de eventos nas ruas: carnaval, bailes, festivais folclóricos. Quanto à verdadeira apropriação, a da “manifestação” efetiva, é combatida pelas forças repressivas, que comandam o silêncio e o esquecimento” (1999, p. 31).

Essa relação pode ser comparada com as práticas de venda e desapropriação dos imóveis antigos para uso com foco comercial e turístico, no Centro Antigo de Salvador, por exemplo. Em contraponto, a manifestação efetiva dessas construções, a sua apropriação real, por meio de ocupações dos movimentos de moradia, é reprimida, como no caso emblemático⁵⁶ da Ladeira da Preguiça, com as violências policiais ocorridas a partir da resistência da comunidade. Um caso que também exemplifica bem isso é o da reforma do CHS da década de 90, que expulsou moradores e comerciantes que já caracterizavam o território. Processos, que, conforme Perry (2022) se utilizam das culturas e símbolos criados por essa população negra e as comercializam sem envolver essas pessoas.

Contudo, realça Villaça, mesmo que em estado de degradação, os “centros tradicionais” das metrópoles, “continuam sendo os focos irradiadores da organização espacial urbana”. Ele conclui: “continuam sendo a maior concentração de lojas,

⁵⁶ Disponível em: <https://passapalavra.info/2018/04/119254/>

escritórios e serviços - e também de empregos - de nossas áreas metropolitanas. Atendem mais população do que qualquer outro centro das metrópoles, uma vez que atraem maior número de viagens” (2001, p. 246).

Nessa perspectiva as camadas populares agem como uma força que mantém o sentido de centralidade desse centro vivo. Assim, o Centro e a centralidade são disputados por outros valores quando enxergados pelos grupos não hegemônicos que ocupam e produzem esse espaço, diferente da disputa pelo controle do poder público dos interesses econômicos que é dado a esses espaços. Para os movimentos sociais e comunidades do Centro essas noções e valores aparecem, principalmente, como direitos que deveriam ser assegurados pelo Estado, como bem afirma Milton Santos:

a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais. [...] Num território onde a localização dos serviços essenciais é deixada à mercê da lei do mercado, tudo colabora para que as desigualdades sociais aumentem (2007, p. 144).

Esses bens e serviços citados pelo autor afirmam o Centro enquanto espaço dotado de infraestrutura, e que simboliza direitos, os meios de garantir o mínimo de dignidade para a vida. Ao contrário disso, a lógica do mercado prevalece, como no caso do Centro Antigo em que é possível observar a compra de casarões antigos por agentes especuladores e/ou a permanência desses com proprietários desinteressados em reformar ou ocupar, que ficam esvaziados e deixam de cumprir uma função social, à mercê do processo de especulação imobiliária, e que, no fim, muitas vezes abrigam usos como comércio, serviços e de turismo, em alguns casos moradia, que atendem interesses de uma população de alto poder aquisitivo.

Portanto, o desenvolvimento e aplicação de políticas públicas que compreendam o território em sua totalidade não é uma estratégia que contempla apenas as camadas populares e vulnerabilizadas, mas constrói uma cidade mais justa. Como afirma Milton Santos “uma repartição espacial não mercantil desses bens e serviços, baseada exclusivamente no interesse público, traria, ao mesmo tempo, mais bem-estar para uma grande quantidade de gente e serviria como alavanca para novas atividades”. E ele conclui dizendo que políticas focadas no “tratamento dos problemas sociais” e que incorpore a questão territorial enquanto central, “seria eficaz, tanto do ponto de vista social, como do econômico e mesmo do político” (SANTOS, 2007, p. 145). Esse caminho indica a possibilidade de um processo efetivo de “reavivamento” do centro

enquanto espaço seguro, em diversos sentidos, para os habitantes, sobretudo os em situação de vulnerabilidade, e transeuntes.

Para os movimentos e comunidades que integram o centro de Salvador a moradia e o trabalho são os elementos essenciais para o estabelecimento da vida urbana. Uriarte afirma que, dentre todos os fatores da centralidade, o trabalho é o mais destacado devido ao caráter de sobrevivência que ele assume. Por isso, para esses grupos “a centralidade é sobrevivência, mas também, e não menos importante, é rede de relacionamentos e memória alimentada nos percursos diários, trajetos cotidianos e circuitos traçados ao longo de anos de moradia em diversas casas do centro da cidade” (URIARTE, 2019a, p. 395 - grifo nosso).

Para esses grupos subalternizados, principalmente do Centro Antigo, “em contraste com o passado longínquo e recente, a centralidade hoje não é somente praticada: ela é parte de um discurso que, [...] a considera como um direito” (*Ibid.*). Por isso que a questão da práxis é tão central para entender como essa noção se insere no cotidiano dessas comunidades e movimentos. Não se trata só de morar e habitar o centro, é defender esse território enquanto núcleo de “r-existência” (HAESBAERT, 2021).

Em estudo sobre as formas de habitar o Centro Histórico de Salvador, Uriarte (2019b, p. 340), pontua que “a centralidade é o elemento mais valorizado por aquele que habita o centro [...] e supõe a junção de trabalho, estudo, residência e lazer em uma mesma área percorrida cotidianamente a pé”. E conclui, salientando que “os centros são espaços de justaposição de trajetórias múltiplas que lhe conferem um potencial de imprevisibilidade, indeterminação ou surpresa”, características próprias que emergem especificamente nesses espaços devido às diversas práticas que se sobrepõem nos espaços centrais.

2.4. Velha, atual e nova Centralidades soteropolitanas?

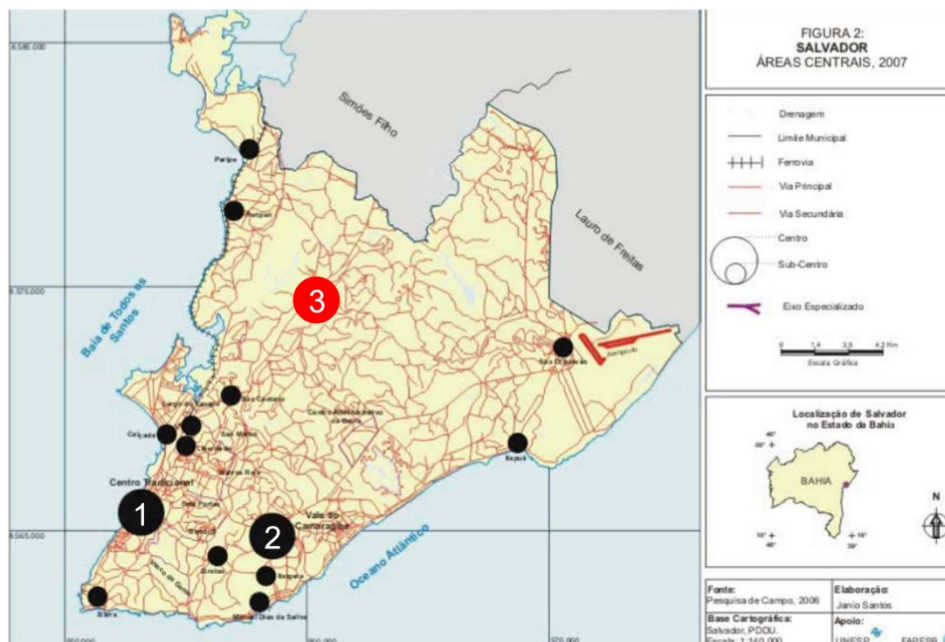
Salvador é uma cidade de poli(multi)centralidades (SANTOS, 2010), mas atualmente, em nossa percepção se observa três fenômenos em destaque em torno das centralidades urbanas principais:⁵⁷

⁵⁷ Optamos por fazer uma análise a partir dessas três centralidades pois elas dão percepções temporais distintas em relação as transformações urbanas em Salvador. O que não ignora a característica poli(multi)centralizada da capital, e nem a existência de outros centros e subcentros, como Retiro e Luis

1) No Centro Antigo de Salvador, se tem um processo de “recuperação” de um centro antigo que entrou num ciclo em degradação, desde meados do século passado, após ser abandonado pelo interesse privado e pelo Estado, onde se realizam diversas reformas com foco no potencial turístico, econômico e cultural; 2) No centro Camaragibe (área do Iguatemi), que se consolidou nas últimas quatro décadas como grande referencial econômico e comercial da cidade, chega ao seu “limite” e passa por um processo de questionamento quanto aos novos rumos enquanto centralidade principal da cidade;

3) Na nova área de centralidade da região de Águas Claras, a emergência de um novo centro, induzido por políticas públicas, que vem sendo preparado para abrigar modais de transporte vitais para a cidade, o que traça um futuro incerto quanto às transformações morfológicas e sociais desse espaço. A Figura 20 identifica e localiza os principais centros (círculos maiores) e subcentros (círculos menores), e em vermelho a nova centralidade Águas Claras.

Figura 20 - Centralidades de Salvador



Fonte: Adaptado de Santos (2010).⁵⁸

Viana (Av. Paralela), que são de grande importância para a dinâmica urbana da cidade. Além disso, autores como Pinto, Delgado e Miranda (2014) e Janio Santos (2007; 2010), a partir de estudos de hierarquização baseados em critérios de centralidade como mobilidade e concentração de serviços, definem o Centro Antigo e Iguatemi como centralidades principais de Salvador.

⁵⁸ No mapa o autor destaca as áreas de centralidades que possuem alta concentração de comércio e serviços.

Sobre as três centralidades, vale alguns apontamentos. Janio Santos destaca que a Salvador do séc. XXI não tem um único centro principal, mas, após o seu processo de reestruturação urbana, assumiu um aspecto “poli(multi)nucleada”. O autor já identificava, em 2007, esse processo na cidade ao narrar as mudanças na estrutura urbana através de três planos: “as modificações na dinâmica e no conteúdo do centro tradicional, as transformações no conteúdo dos antigos sub-centros, e o surgimentos de novos sub-centros e a formação de novas centralidade na cidade” (SANTOS, J., 2007, p. 14). De maneira geral, pode-se afirmar que um dos grandes fatores de criação de “novas áreas de centralidades” são equipamentos e infraestruturas urbanas, principalmente ligadas à mobilidade. Um exemplo evidente disso, é observado no cenário de Salvador em que o deslocamento da rodoviária está diretamente ligada à formação dessas áreas, o modal se localizava inicialmente na Sete Portas (Centro Antigo), depois no Iguatemi e mais recente, em processo de construção, em Águas Claras.

Baseada em ideias de Castells (1999), Sassen (1998) e Soja (1993), Tourinho explica que as “novas centralidades” são originadas de um processo “de dispersão das atividades metropolitanas e a aglutinação de atividades de comando vinculadas aos setores de serviços especializados e de finanças, as quais reforçavam o papel estratégico dos centros urbanos” (2007, p. 14). Sob essa ótica, pode-se entender sob qual lógica ocorre o processo de enfraquecimento do Centro Antigo e como isso está atrelado a um padrão de desenvolvimento de produção de cidade.

2.4.1. A “Velha” Centralidade do Centro Antigo de Salvador

O Centro Antigo da cidade de Salvador tem um papel estruturante, principalmente, porque é o local onde a cidade nasce e se consolida. Por muitos anos, até perder protagonismo no fim do séc. XX, foi, não só o centro comercial e financeiro, também onde se desenrolava o cotidiano da vida urbana de Salvador (Figura 21).

Figura 21 - Praça da Sé (CHS) nos anos 70



Fonte: Bahia em Pauta (2010).

Ao observar o deslocamento do setor terciário, Dias e colaboradores discutem a descentralização do Centro Antigo de Salvador e a definem em duas etapas: a primeira, “descentralização desconcentrada”, caracterizada pela extensão do próprio centro tradicional para as proximidades para que atendessem às novas demandas de utilização desse centro, “começa de forma espontânea, e esses estabelecimentos que se “deslocam” são geralmente simples, como o comércio do gênero alimentício”; Na segunda etapa a expansão ocorre para outras regiões da cidade, com atividades mais complexas que, juntamente com as demais atividades, consolidaria essa expansão “formando núcleo de atividades terciárias concentradas e com maior nível de complexidade e maior diversificação” (DIAS *et al.*, 2006, p. 03-04). Esse processo de descentralização do centro tradicional altera a relação do CAS com o restante da cidade, com seus usos e funções, atribuindo à outras áreas.

Como impacto do processo de reestruturação urbana em Salvador, percebe-se a notoriedade do fato de que há uma modificação no papel que o Centro (tradicional) passa a desempenhar no bojo da cidade como um todo. Ao mesmo tempo em que há estas mudanças no papel, o próprio conteúdo deste ganha novos significados pela alteração das formas e das funções que estas desempenham na estrutura urbana (SANTOS, J., 2007, p. 14).

Considerando além da concentração de atividades terciárias e os fatores de fluxo de capital e veículos, essas “novas centralidades” se formaram na região da Barra, a partir da década de 70, e na área do Iguatemi, que se consolidou na década de 80 como principal centro da cidade. “a partir da década de 90, outras áreas também aparecem com destaque no nível municipal, como a Pituba e o Itaigara” (DIAS *et al.*,

2006, p. 04). Localizadas nas proximidades, funcionaram como uma espécie de extensão do Iguatemi abrigando usos diversificados do setor terciário, mas sobretudo uso habitacional voltado para classe média e média-alta.

Esses processos de expansão da cidade, numa lógica capitalista, apoiado primordialmente nas atividades terciárias e habitacional⁵⁹ é um dos grandes impulsos para a difusão da centralidade urbana, como explica Gaspari:

conforme o capitalismo passa a ser apoiar cada vez mais nas atividades terciárias como forma de ampliação de seu processo de acumulação de capital, este setor passa a agregar mais e mais importância nas estratégias de acumulação que têm como consequências espaciais a difusão da centralidade como forma de assegurar a continuidade da acumulação de capital (2019, p. 71).

Milton Santos, nos anos 50, destaca dois fatores que reafirmam a importância do Centro Antigo de Salvador e o consolida, inegavelmente, como imprescindível para a “vida urbana e regional”: “a concentração antiga e cada vez mais acentuada dos recursos financeiros, técnicos e sociais da região na capital do Estado e a acumulação das funções urbanas nos distritos centrais da cidade” (2008 [1959], p. 94). É possível perceber que o Centro perdeu muito desses dois fatores ainda no fim do séc. XX, o que justifica, em parte, seu enfraquecimento, aliado com um processo nítido de fortalecimento das “novas centralidades”.

Um fato importante de salientar é como as políticas públicas podem agir na estruturação dessas áreas de centralidade, como no caso do PDDU de Salvador (2016), que deveria prever esses processos de degradação de “velhos centros”, visto que a criação dos novos, quase necessariamente, ocorre a partir da transferência das principais infraestruturas e equipamentos estruturantes que qualificam o centro como centralidade. Por exemplo, retomando a questão do esvaziamento do CHS e o incentivo à expansão da cidade, pode-se citar a criação do Centro Administrativo da Bahia (CAB), dentre inúmeros outros fatores, que transfere um uso importante que era exclusivo daquela área para uma outra, valorizando-a e condicionando a sua ocupação, porém não se cria, em paralelo, medidas para que o local que perde esse uso não se desvalorize. Ou seja, a questão não está na transferência de equipamentos

⁵⁹Com o avanço da expansão da cidade de Salvador nos anos 70, “houve um aumento na produção de habitação pelo Banco Nacional de Habitação (BNH)/SFH, localizada na área norte/nordeste da cidade, onde foram construídos grandes conjuntos habitacionais” (SOARES, 2017, p. 32).

e expansão da infraestrutura, elementos de centralidade, para as demais regiões da cidade, esta se coloca quando essas alterações não são feitas pensando-se nos impactos na urbe enquanto um tecido amplo, complexo e integrado.

Ainda que essas novas áreas de centralidade se consolidem na cidade, é inegável que o CAS ainda possui grande valor simbólico, seja pelos seus aspectos históricos ou geográficos singulares. E esses são fatores, junto com as especificidades socioculturais locais, que acabam sendo explorados como elementos que agregam valores únicos a esse espaço. Carlos Cunha, destaca que esse processo de mudança de tratamento em relação a políticas e projetos aplicados aos centros históricos urbanos, e bens histórico-artísticos no geral, tem relação com aparecimento da noção de conservação integrada, por volta dos anos 70 e 80. Com isso, a questão deixou de ser somente a

preservação da materialização arquitetônica do bem patrimonial, mas também todo um universo social e econômico contido em seu entorno. [...] ao invés de simplesmente abandonar ou demolir [...] passaram a pensar em políticas de “revitalização”, ressignificação e revalorização econômica dessas áreas (CUNHA, 2019, p. 02).

Como consequência desse processo de reforma e revalorização promovido pelo Estado, os interesses imobiliários voltam seus olhos para antigas áreas centrais, até então esquecidas por esses agentes. Janio Santos afirma que a compreensão das mobilizações do mercado imobiliário revela o seu papel central “no processo de transformação da estrutura urbana soteropolitana” e o reafirma enquanto agente crucial para a compreender as “relações que se tecem no urbano. Todavia, esse processo revela tensões entre a desconcentração/reconcentração dos investimentos numa parte privilegiada da cidade, concomitante à concentração no Centro Tradicional” (2010, p. 28). Ele explica esse processo no CHS:

[...] a revalorização do Pelourinho, transformado num shopping center a céu aberto, foi uma clara estratégia de elevar o valor do solo, expulsar a população pobre que residia no local, favorecer aos investimentos de pequenos empresários do setor terciário, mas, sobretudo, de atender aos interesses do grande capital que se reproduz ligado ao setor do turismo, vinculado a escalas supralocais, e que usam a cultura como valor de troca (*Ibid.*).

O mercado imobiliário se aproveita desses processos para fazer investimentos estratégicos no Centro Antigo, esses agentes “reproduziram os interesses próprios

através da construção de novos shopping centers no Centro Tradicional⁶⁰, além de luxuosos edifícios, principalmente no Campo Grande, na Vitória e no Comércio, como o Hotel Hilton⁶¹” (SANTOS, J., 2010, p. 28).

Essas transformações no CHS, desde os anos 70 e 80, não só modificaram drasticamente a sua funcionalidade, como foram as grandes responsáveis por “empurrar” a população pobre e negra para a periferia, potencializando processos de segregação social, potencializando a “policentralização” da cidade e favorecendo interesses comerciais e das elites, como bem explicam Spinola, Costa e Santiago:

Ocuparam-se os grotões de terras mais baratas e construíram-se bairros populares como Cajazeiras e Castelo Branco; expandiram-se outros como o Pernambués e o Cabula; fizeram surgir novos bairros verticalizados como a Pituba, o Caminho das Árvores/Itaigara e o novo centro comandado pelo Iguatemi. Com a construção do conjunto de grandes avenidas e equipamentos de massa que confluíram ou se instalaram nas proximidades do bairro mais nobre da cidade (Pituba) a cidade tornou-se policêntrica (2015, p.16-17).

Esse processo de reestruturação urbana não só ressignifica as funções do Centro Antigo como impõe uma nova lógica na centralidade urbana e produz novas áreas a fim de satisfazer “novos desejos e necessidades da população soteropolitana”. Essa movimentação se materializa no centro Iguatemi, e no surgimento de vários “sub-centros”, com conteúdo e funções diferenciadas, ao longo de toda a cidade (SANTOS, J., 2007, p. 16). Processo que Frúgoli explica muito bem:

A questão da revitalização urbana das áreas centrais está conectada, por sua vez, ao surgimento de outros subcentros, ou, sob outro prisma, à configuração de um contexto multipolar, dentro do qual o centro tradicional passa a competir com os demais, principalmente do ponto de vista econômico. [...] Em alguns casos, os subcentros guardam certas relações de complementaridade com o núcleo central, mas passam muitas vezes a competir economicamente de forma mais acirrada com o centro tradicional, de modo a se tornarem ou almejem se tornar os “novos centros”. Isso se dá, em particular, pela lógica dessa expansão, que acarreta muitas vezes a fuga de empresas para os subcentros e a deterioração urbana do núcleo original, concomitantemente à mudança na composição social da população que passa a habitar este último, marcada pela forte presença das classes populares (2000, p. 26).

⁶⁰ O Shopping Piedade em 1985 e o Shopping Lapa em 1996 (SANTOS, J., 2007).

⁶¹ O Hotel Hilton não foi implementado, o município desapropriou os dois edifícios, que hoje abrigam os museus da Cidade da Música da Bahia, Casa das Histórias de Salvador e o Arquivo Público Municipal. Todavia, inúmeros hotéis de luxo têm se concentrado na rua Chile, como o Fera Palace Hotel e o Hotel Fasano, inaugurados em 2017 e 2018 respectivamente, assim como o, recém alienado pelo governo do estado, Palácio dos Esportes na Praça Castro Alves, arrematado em 2022 com a promessa de se tornar mais um hotel de luxo na área, e o Palácio do Rio Branco na Praça Tomé de Souza, ainda em disputas sobre sua destinação.

Essa passagem traz uma perspectiva de reflexão que pode ajudar a compreender o processo de transformação urbana do Centro Antigo de uma metrópole como Salvador. Existe uma tendência, no caso específico soteropolitano, de movimentações em relação a reestruturação do “atual” centro em prol de um “novo”. Um ponto chave desse processo não está estritamente na criação de novos centros em si, que de certo modo pode até ser positivo dentro de uma agenda progressista de desenvolvimento das outras áreas da cidade, com a instalação de equipamentos, infraestrutura e etc., mas a questão é a constituição de “novos” centros baseada numa estratégia de competição com o “antigo”. Uma das falhas, acredita-se, está na ausência de um planejamento integrado pensado numa cidade múltipla. Longe de um caráter social, a criação dessas centralidades, induzida por políticas estatais, atendem a uma lógica do mercado imobiliário e a interesses privados. Esse processo aconteceu com a criação da centralidade do Iguatemi, no final do século XX, e a história se repete no séc. XXI com a transferência da rodoviária para a área de Águas Claras.

2.4.2. A “Atual”⁶² Centralidade Iguatemi

Com os inúmeros avanços de investimentos em obras de infraestrutura e equipamentos, tanto de iniciativa pública como privada, na área do Centro Camaragibe, conhecido como Iguatemi, e entorno a partir da década de 70, foram consolidando a área como “novo centro” da cidade de Salvador.

A oferta de novos serviços pelo poder público, como a implantação do Detran, em 1973, e do novo Terminal Rodoviário de Salvador, em 1974, contribuíram para fortalecer a centralidade. Em 1975, o Shopping Center Iguatemi (atual Shopping da Bahia - grifo nosso), segundo do país, tendo grande impacto, e o Hipermercado de Salvador (atual BIG Bompreço - grifo nosso), em 1980. Além destes, passaram paulatinamente a serem incorporadas à área uma gama infinita de atividades comerciais e de serviços que foram impulsionadas e, concomitantemente, reforçavam o caráter central do lugar (SANTOS, J., 2007, p. 16).

Além disso, as contínuas obras de melhoria na década de 90, como construção do terminal intraurbano de ônibus coletivo e de diversos viadutos representam a influência e o interesse da área do Iguatemi como centralidade urbana de Salvador. Pinto, Delgado e Miranda (2014, p. 222) destacam que esta centralidade não surge como uma demanda da população, mas no intuito de atender interesses e demandas

⁶²A utilização do termo “atual” não desconsidera a condição de atualidade do Centro Antigo e de outros subcentros, busca condicionar a reflexão a partir da existência de foco no investimento em áreas de centralidade específicas ao longo dos anos, traçando um comparativo entre “velha”, “atual” e “nova”.

do capital e, portanto, teve grande importância na consolidação de novas áreas de ocupação urbana para a cidade.

Nos anos 2000, são implantados na área grandes estabelecimentos comerciais, como o Makro Atacadista (Atakadão Atakarejo no ano de 2023) que foi construído ainda nos anos 1990, o GBarbosa e o Sam's Club. Ainda houve a ampliação do Shopping Iguatemi e a construção do Salvador Shopping em 2007 (SANTOS, J., 2007, p. 16). E ainda, articulado a esse novo centro, “a posterior construção das avenidas Antônio Carlos Magalhães e Tancredo Neves consolidaram a ocupação dos novos bairros para as elites da época, como Pituba, Itaipara e Caminho das Árvores” (PINTO; DELGADO; MIRANDA, 2014, p. 222).

Ainda vale destacar a consolidação de diversas torres comerciais e empresariais no entorno da Av. ACM, além de clínicas no bairro do Itaipara, a implantação das estações de metrô e mais recente do BRT⁶³, reafirmam o foco “atual” dessa área enquanto centralidade.

Figura 22 - Centro do Iguatemi



Fonte: Adaptado de Correio (2020).

As intervenções voltadas para a ampliação da capacidade da malha viária, a fim de atender prioritariamente a demanda de automóveis e ao aumento de densidade

⁶³O Bus Rapid Transit (BRT) é um sistema de transporte que conta com uma série de viadutos e vias exclusivas para ônibus. Em Salvador, o Trecho 1, Lapa ao Cidade Jardim, já está em funcionamento 4,5 km, do trajeto de 7 km em execução. O Trecho 2 está previsto para ser finalizado em junho de 2023. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/com-seis-estacoes-funcionando-e-de-graca-salvador-inicia-operacao-teste-do-brt/>

ocupacional e de diversificação de atividades, ocasionou um processo de saturação das vias da localidade, que impactou toda a cidade⁶⁴ (PINTO; DELGADO; MIRANDA, 2014, p. 221).

A formação dessa nova área de centralidade foi uma atuação simultânea dos interesses do mercado sobre a valorização da terra com aplicação de verbas do estado que acabaram por beneficiar uma camada mais rica da população, impulsionando um processo de segregação socioespacial devido a negligência quanto às áreas mais afastadas desse centro.

[...] esteve estreitamente associada à ação do mercado de terras urbanas e do conseqüente processo de valorização do espaço. [...] Por outro lado, despendeu um montante de verbas públicas, que foram aplicadas para fins privados, escamoteando interesses que beneficiaram uma maioria rica da sociedade, dotando de infraestrutura uma parcela da cidade, em detrimento da parte pobre da periferia (SANTOS, J., 2010, p. 25).

Contudo, fica evidente que tanto o Centro Antigo quanto o Centro Iguatemi são constituídos sobre “tomadas de decisões políticas e normativas associadas ao poder público”, que independentemente de quais áreas os investimentos estivessem voltados, centro “velho” ou “novo”, a única certeza era que os privilégios dessas decisões beneficiam os interesses de uma classe específica: “os detentores do capital”. “A reprodução desses centros, portanto, só pode ser explicada ao verificarmos que eles constituem pares dialéticos indissociáveis, contrapondo o velho e o novo, a tradição e a modernidade, a riqueza e a pobreza” (SANTOS, J., 2010, p. 29).

Tourinho atribui essa tendência de multiplicação, “proliferação”, de centros na cidade contemporânea ao fato de a centralidade ter deixado de ser um atributo exclusivo do centro antigo - “entendido como aquela parte diferenciada da cidade, com características muito específicas, resultantes de sua lenta construção no tempo [...] deixou de ser o lugar referencial da centralidade” (2007, p. 11). Então, nesse processo de distanciamento entre centralidade e o centro antigo, a autora diz que nas dinâmicas das novas centralidades surgem “espaços urbanos que podem atuar de forma similar àqueles centros, funcionalmente falando (concentração de atividades definidas como

⁶⁴ Por conta disso, em 2008, o PDDU de Salvador, indica o desenvolvimento de um terceiro centro, o Centro do Retiro/Acesso Norte, com integração dos modais de transporte com a implantação da primeira linha de metrô da cidade. A área recebeu diversos investimentos públicos e privados, se tornando uma espécie de extensão do Centro Iguatemi (PINTO; DELGADO; MIRANDA, 2014).

centrais)”, mas essas novas áreas não conseguem apresentar os elementos que diferenciam os centros antigos e os tornam locais de identidade única na cidade, “que historicamente os diferenciaram do resto do tecido urbano” (*Ibid.*, p. 12).

O fato é que a transferência da Rodoviária do Iguatemi para Águas Claras parece repetir um processo de desenvolvimento que prioriza uma área em detrimento de outra, assim como ocorreu na relação CHS-Centro Iguatemi no final do séc. XX.

2.4.3. A “Nova” Centralidade Águas Claras

Mais recentemente, num processo de consolidação, tem-se a implantação da “nova centralidade” de Salvador na área de Águas Claras. O bairro faz parte do Complexo Habitacional Cajazeiras (SANTOS, 2022), localizado na região do miolo no sentido norte da cidade de Salvador. As principais diretrizes para a consolidação da área como centralidade são institucionalizadas, definidas a partir do PDDU de Salvador (2016), prevê diversos equipamentos e infraestruturas para área, com uma prerrogativa central de desafogar o inchaço – ou “ponto de saturação” (HARVEY, 2012) – que se estabeleceu na centralidade do Iguatemi. As principais transformações urbanas na área estão ligadas as obras de mobilidade, como a construção da Av. 29 de Março, a extensão do tramo do metrô e a construção do novo Terminal Rodoviário. A definição da localidade como “Macroárea de Integração Metropolitana (MIM)” (SALVADOR, 2016) se justifica devido a existência da BR-324, que segundo o PDDU

Caracteriza-se como um extenso corredor de usos diversificados, no qual predominam atividades econômicas, usos institucionais e espaços em processo de transformação, situação na qual se incluem espaços subutilizados ou que se tornaram insustentáveis ao longo do tempo: estruturas obsoletas vinculadas a atividades de baixa dinâmica econômica, espaços vazios ou de ocupação rarefeita remanescentes no ambiente urbano, padrões de ocupação do solo de baixa densidade populacional e de área construída localizados nas áreas de maior valorização imobiliária (SALVADOR, 2016).

A Zona de Centralidade Metropolitana-2, Águas Claras, após a finalização das obras de mobilidade previstas “apresenta grande potencialidade para se transformar, substituindo as atividades industriais, depósitos e galpões por atividades comerciais e de prestação de serviços diversificados e inclusive o uso residencial, complementados por equipamentos de saúde e educação (SALVADOR, 2016). No local terá um terminal intermodal que conectará o Metrô 1 ao BRT 2, e este se conectará a linha 2 do metrô, na Av. Paralela (HITA, 2017, p. 195).

O novo espaço será mais moderno e integrado ao sistema de transporte da capital baiana. A estação do metrô de Águas Claras, o terminal de transporte de ônibus metropolitano e urbano, e o corredor de BRT, que será implantado em breve na Avenida 29 de março, terão ligação com o equipamento. O terminal terá uma área total de 120.000m². O investimento previsto é de R\$ 120 milhões (SEINFRA, 2021).

Ainda, segundo Marcus Cavalcanti, secretário de infraestrutura do município, “a obra contribuirá para o desenvolvimento econômico da região, principalmente no setor de comércio e serviços” (SEINFRA, 2021).

Figura 23 - Projeto da Nova Rodoviária de Salvador e Estação de Metrô em Águas Claras



Fonte: Adaptado de Jornal da Mídia (2020).

Sobre os critérios destrinchados no tópico anterior, rapidamente é possível identificar 4 pontos bem característicos que elucidam o caráter de centralidade da área de Águas Claras. O primeiro é que se trata de uma região cortada por uma via estruturante de relevância nacional, a BR-324. Segundo, está recebendo dois modais importantes de transporte coletivo interurbano e intraurbano, o novo Terminal Rodoviário e o metrô. Terceiro é um local que já possui intensa vida urbana, integrada a áreas consolidadas da periferia de Salvador. Por fim, relacionado com o ponto anterior, é um local que tem forte propensão a crescimento, o que além de tornar o local atrativo para investimentos privados, para fins comerciais e imobiliários, não oferece incertezas ao poder público quanto ao sucesso na implantação de grandes projetos na área.

Um fato inegável é como a implantação desses equipamentos e infraestrutura chega com enorme felicidade para os habitantes dessa localidade, em sua maioria de baixa renda e negra, que estiveram durante anos negligenciados dos processos de crescimento urbano central da cidade. E de fato, a melhoria da mobilidade e ampliação

do comércio e serviços - discurso fortemente disseminado pelos poderes públicos - aumenta as oportunidades de trabalho e afeta positivamente o cotidiano das pessoas, o que não deixa de ser uma conquista para essa população que está distante do centro e demandavam esses equipamentos e infraestruturas.

O cenário que exige atenção é que, diferente do Centro Antigo e do Iguatemi, agora essa intervenção está sendo feita numa área bastante consolidada, e como visto, a reestruturação urbana das cidades é regida por interesses mercadológicos. Dito isto, dois questionamentos são importantes: a conformação dessa nova centralidade de Águas Claras vai ser capaz de respeitar os modos de vida e a população existente que construiu e consolidou o bairro? e; a transferência de equipamentos tão importantes para essa nova área está sendo pensada de maneira integrada de forma que não degrade e desvalorize a “antiga” centralidade que os perdeu?

Em suma, essa descentralização urbana de Salvador, gerou inúmeras mudanças intra e interurbanas, devido a um processo que Janio Santos chama de “fenômeno da descentralização centralizada”, regidas, sobretudo, pelas ações da esfera estatal e por interesses privados. Ele explica que esse processo “alicerçado pela ação do Estado, nas esferas estadual e municipal, [...] modifica o arranjo espacial da estrutura político-administrativa na cidade e de alguns serviços importantes”. E complementa, “a outra esfera do processo realizar-se-à, expressivamente, pela iniciativa privada, principalmente, das grandes lojas de departamentos e mercados que passam a descolar-se da área central para novos espaços produzidos em função da expansão do tecido urbano” (2007, p. 13).

Desse mesmo entendimento, Dias e colaboradores, em um só tempo que concordam com a existência de centralidades espalhadas por toda a cidade, questionam a real condição de uma Salvador “policêntrica” e revelam a complexidade na “democratização da centralidade” – no sentido de garantir que toda a população tenha acesso às potencialidades que as áreas de centralidade proporcionam –, que não estão asseguradas nos bairros populares, mesmo que centrais. Nas palavras deles

[...] esta condição de ‘democratização’ das centralidades é ilusória, não se podendo considerar algumas áreas periféricas como dotadas de funcionalidade capaz de elevá-las a uma verdadeira condição de centralidade, isto é, dotada de toda a acessibilidade e completude dentro do espaço urbano. A simples concentração de serviços e comércio não pode dotá-la de tal condição, visto ser necessário examinar-se fatores como os

tipos de serviços oferecidos e se eles são capazes de suprir as necessidades da população do seu entorno (DIAS et al., 2006, p. 07).

A população mais rica da cidade exerce um papel de agente consumidor central que busca por locais que expressam maior status, estes em sua maioria localizados nas “novas centralidades”. Assim, “o processo de reestruturação urbana emerge como movimento de reprodução da segregação e da fragmentação da cidade, na medida em que reproduz espaços de consumo voltados para determinadas camadas sociais” (SANTOS, J., 2007, p. 15). Aspecto também muito bem destacado por Villaça:

Outra manifestação da importância dada ao centro pelas camadas de mais alta renda - comprovada apenas para as metrópoles brasileiras, talvez as latino americanas em geral - consiste no fato de levarem o centro a se deslocar em sua direção, de maneira que, mesmo quando se afastam dele, esse afastamento seja em parte neutralizado pelo deslocamento do próprio centro na direção delas (2001, p. 247-248).

Dessa forma, os “novos centros” que surgiram desde os anos 60 em Salvador, como a área do Iguatemi, foram moldados em articulação à formação de bairros residenciais das camadas de alta renda (VILLAÇA, 2001, p. 248). Isso alerta para a tendência que se consolidou em Salvador e que pode voltar a se repetir com a constituição da centralidade em Águas Claras, visto que a implantação de equipamentos e melhorias de infraestruturas no espaço urbano agregam valores ao tecido urbano e despertam interesses econômicos.

De modo geral, o centro antigo das grandes metrópoles perdeu “centralidade” para os novos centros, visto que este “não consegue continuar comandando, ele só, o complexo processo da construção metropolitana, sendo obrigado a entrar na arena competitiva com outras áreas da cidade” (TOURINHO, 2007, p. 23). Mas ainda assim, o centro antigo continua sendo central, pois além de sua “centralidade operativa ou funcional”, ele possui também uma “centralidade representativa” (*Ibid.*). No caso de Salvador vemos essa dinâmica delimitada no CHS e desdobrada para o CAS. Mas essa percepção ainda precisa de uma análise profunda que se volte à definição e justificativa para distinção dos limites. Entende-se que o CHS é o início da cidade de Salvador dentro daquela relação de cidade alta e cidade baixa, e o centro antigo toda a expansão que se desencadeou depois disso. Ainda assim, a dimensão simbólica é inegável e irreproduzível em outro espaço da cidade.

Os motivos que agregam valor de centralidade ao Centro Antigo e ao Centro Iguatemi não são estritamente os mesmos e, para tentar entender isso, pode-se tomar como

exemplo a região da Berrini, um centro de formação mais recente assim como o Iguatemi, e o “Centro Antigo” de São Paulo, algo equivalente ao Centro Antigo em Salvador. Pereira explica que

se elegêssemos os mecanismos de reprodução do capital como variáveis determinantes da análise, aferindo a centralidade a partir de critérios como a valorização dos imóveis, a concentração de corporações representativas dos setores mais dinâmicos da economia global, o dinamismo dos lançamentos imobiliários, e assim por diante, provavelmente seríamos levados a atestar o deslocamento da centralidade em direção à região da Berrini. Por outro lado, se pensássemos a centralidade a partir de fatores como a diversidade social, a variedade de formas de apropriação e uso do espaço e a densidade simbólica, dificilmente postularíamos a preponderância dessa área tão pouco heterogênea em relação ao “Centro Antigo” (2009, p. 14).

Isso expõe e faz refletir acerca de duas questões essenciais: primeiro, que os critérios que qualificam um centro antigo e o(s) centro(s) da cidade enquanto centralidade não são, estritamente, os mesmos, e segundo, que quando um centro antigo é dotado dessas lógicas econômicas tem seu valor de centralidade “elevado” por agregar as funções espaciais e simbólicas num único território, o que confirma o centro antigo enquanto vital para a estrutura urbana. Levando em conta, é claro, que as cidades têm estruturas urbanas, sociais e espaciais distintas, a comparação com exemplo de São Paulo só é feita de maneira relacional generalizada em relação ao centro antigo e um centro mais recente.

Pinto, Delgado e Miranda, tratando desse comparativo entre Centro Antigo-Iguatemi, destacam que alguns autores defendem que o centro Iguatemi veio para ser um “centro moderno e dinâmico da cidade”, já outros acreditam que o Centro Antigo não perdeu prioridade e manteve seu valor simbólico e social. Dito isso, eles ainda afirmam que:

É questionado se o que ocorreu realmente foi a perda de centralidade da cidade, pois nenhuma das áreas, sozinha, consegue polarizar os fluxos da cidade, na medida em que os serviços estão divididos entre essas duas concentrações. E ainda, há quem interprete estas questões como uma estrutura bipolar, pela especialização destes centros e pelas características da demanda e das funções desenvolvidas em cada um dos centros (2014, p. 222).

Com essas discussões postas, as dinâmicas atuais acerca da centralidade de Águas Claras também deixam muitas incógnitas quanto às alterações futuras no Centro Antigo e na área do Iguatemi. Mas é fato que o planejamento da cidade de Salvador em torno das centralidades favoreceu algumas áreas em detrimento de outras, com foco na população de maior poder aquisitivo e dentro de uma lógica estritamente

econômica, para fins comerciais e turísticos. Pensando na construção de uma cidade mais justa, de centralidades acessíveis para todos, é necessário se estabelecer um planejamento que incorpore a cidade como um todo integrado, e isso só pode ser feito ao se aproximar das práticas e vivências das comunidades e movimentos e suas territorialidades que têm a centralidade, antes de tudo, como modo de vida.

3. MOVIMENTOS SOCIAIS POR MORADIA E OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS À CENTRALIDADE

Os movimentos do Centro apresentam particularidades em relação aos movimentos dos “bairros”, termo utilizado pelos moradores para se dirigir às outras áreas da cidade que não estão nos limites do Centro Antigo de Salvador. Por conta do local de destaque, no Centro existe um processo histórico mais evidente da invisibilização dos territórios populares. Os diversos planos e projetos e a pressão do mercado imobiliário numa área central são determinantes, nesse sentido. As comunidades e movimentos que integram a Articulação do Centro Antigo de Salvador, em contraposição, agem sob intensas pressões para tensionar as fortes investidas das esferas estatais e de agentes privados, ambos focados na perspectiva de incremento de atividades turística, comercial, imobiliárias e afins.

Outro aspecto que surge é a questão cultural forte, tanto ligada à historicidade e ancestralidade que se misturam com a própria formação da cidade de Salvador, assim como todas as manifestações e práticas culturais. Algumas dessas manifestações e práticas culturais como, por exemplo, o Banho de Mar a Fantasia da Ladeira da Preguiça, os ofícios dos Artífices da Ladeira da Conceição da Praia, o Ato-Cortejo 2 Julho realizado pela Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo, assim como as práticas ligadas ao trabalhadores e trabalhadoras autônomos como tracistas, ambulantes, pescadores e marisqueiras que vivem do Centro, emergem de duas principais fontes: as identidades culturais forjadas das relações sociais que constituem o próprio território e os incentivos culturais fomentados pelo próprio Estado.

Esse capítulo se desenvolve ao abordar essas principais questões. Num primeiro momento é discutido os sentidos atribuídos à centralidade por essas comunidades e movimentos sociais do Centro Antigo e como eles percebem esse território enquanto ideário de luta e articulam esses discursos nos embates em defesa do direito à moradia, à centralidade e à cidade. Aborda ainda os significados de morar no centro para as lideranças e as relações e trocas que ocorrem nesse território e fortalecem o sentido da luta cotidiana. Uma breve discussão/reflexão acerca da existência dos sentidos e/ou diferenciações que permeiam a noção da centralidade no tecido do CHS e do CAS é também trazida ao final.

3.1. Os sentidos atribuídos à Centralidade e a Centralidade como ideário de luta

Um aspecto geral que perpassa todos os discursos das lideranças entrevistadas é a terra como ponto de conflito. Eliane Silva (liderança da Ladeira da Preguiça)⁶⁵ destaca que, desde que “o mundo é mundo”, “tudo é por direito a terra”. A mesma briga que os movimentos do Centro de Salvador vivem, os sem-terra também “desde quando começou a escravidão que fomos arrancados da África para cá que a gente briga pela terra, que nos é negado todo dia esse direito à terra, muitos com muita terra e outros sem nada, não tem terra nem para ser enterrado”. As tensões sobre a terra, ou o solo urbano, ficam evidenciadas nessas tensões territoriais devido à disputa pelos valores físicos que o Centro Antigo apresenta. O preço do solo inclusive é um dos quatro atributos que constituem a centralidade, enfatizado por Kneib (2008 apud GASPARI, 2019).

Esses valores atribuídos ao solo no Centro assumem outros sentidos entres os agentes. Linda Kayongo (liderança da Vila Coração de Maria)⁶⁶ ao colocar terra como central, lembra que significados diferentes, quase opostos, se apresentam para os grupos hegemônicos e para os subalternizados. Enquanto para uns “é apenas um pedaço para lucrar, os povos originários veem a terra de outra forma, é a mãe”. Para outros, cita uma fala⁶⁷ durante a Conferência Popular pelo Direito à Cidade⁶⁸ em São Paulo, “nós não somos os donos da terra, a terra que é nossa dona. A terra é tudo pra quem planta, para quem colhe, é o que nos alimenta, para quem não colhe também!”.

O sentido da centralidade enquanto atributo construtor de vínculos que permite o modo de vida oriundo das convivências múltiplas características do viver no Centro é também mobilizado. Isso fica evidente quando Maura Cristina (coordenadora do

⁶⁵ Entrevista realizada para essa dissertação no dia 11 ago. 2022.

⁶⁶ Entrevista realizada para essa dissertação no dia 10 ago. 2022.

⁶⁷ Linda não identificou de quem foi a fala.

⁶⁸ Realizado nos dias 03, 04 e 05 de junho de 2022, o evento tinha como objetivos principais: “construir democraticamente uma plataforma de lutas urbanas voltada para o combate à desigualdade social e à predação ambiental; participar da redemocratização do país por meio de uma articulação nacional de agentes, atores e entidades vinculados à vida urbana e produção das cidades; e inserir o tema das cidades no projeto nacional a ser definido socialmente por ocasião das eleições de 2022”. Fonte: <https://www.observatoriodasmetrololes.net.br/conferencia-popular-pelo-direito-a-cidade/>
Construída e assinada por mais de 600 entidades de todo o Brasil, a Conferência gerou uma carta com uma série de propostas para o direito à cidade. Fonte: <https://www.observatoriodasmetrololes.net.br/carta-politica-e-propostas-aprovadas-conferencia-popular-pelo-direito-a-cidade/>

MSTB e moradora de ocupação no Centro)⁶⁹ destaca diferenças principais entre centro e periferia, que tem relação direta com os atributos da centralidade especificados por Kneib (2008 apud GASPARI, 2019, p. 80) – acessibilidade e atração de fluxos, concentração de atividades, simbolismo e preço do solo. Nas palavras da liderança:

[1.] Alessandra é ambulante, a companheira aqui, ela sabe como ganhar uma grana com uma festa aqui no centro histórico, lá, como que ela vai fazer para vender a cerveja, para vender a água, para se virar? não tem. E aqui é uma prática de sobrevivência, [...] [2.] se eu tiver dor de barriga ou meu filho eu tenho a minha vizinha que me conhece, que eu tenho relações. [...] um olha o filho do outro [...] qualquer situação nós sabemos quem é quem [...] parece que você está numa vila, todo mundo conhece, sabe da vida de todo mundo. [...] [3.] o aspecto mais sério, qualidade de vida, você mora no local que você tem acesso, você mora em um local que você tem esse serviço que deveria ir para os bairros e não chega.

Além disso, ela também sublinha que são histórias diferentes que estabelecem identidades próprias a ambos os territórios, “é outra realidade, [...] são realidades das pessoas que moram naquele cenário. [...] ninguém que mora na periferia quer vir morar no centro e vice-versa, por isso as identificações, as representações, você nasceu ali, você vive ali, é a sua história e isso é muito de pertencimento”.

Enquanto um território composto de múltiplas territorialidades, o sentido físico atribuído a centralidade – posto até o momento neste tópico como replicável – possui um caráter simbólico e cultural que aglutina especificidades nos diferentes espaços em que congrega. No CAS, isso fica bem nítido quando Ana Caminha (liderança da Gamboa de Baixo)⁷⁰ destaca o modo de vida singular da comunidade da Gamboa de Baixo, como próprio daquele território e dos seus moradores, sem deixar de destacar a importância de estar localizado no Centro e poder ter acesso às potencialidades dos recursos urbanos desse espaço. Nas palavras dela:

eu vivo do mar eu tenho que tá perto do mar, as coisas que eu preciso para minha sustentabilidade estão no centro, não estão na periferia, [...] no centro tem tudo, as escolas de nossas crianças é perto, a gente vai a pé, o mercado, os espaços de atendimento de saúde. A diferença (centro e periferia) é que aqui a gente faz tudo andando, a diferença é que quem mora no centro, quem mora numa comunidade que nem a Gamboa, não sai para praticamente nada, nem para lazer, o lazer da Gamboa são as pedras, é o mar, as conversas, o jogo de baralho, o jogo de dominó [...] as coisas que eu preciso de essencial para manutenção da minha família tá aqui no centro da cidade, tá aqui na Gamboa.

⁶⁹Entrevista realizada para essa dissertação no dia 02 ago. 2022.

⁷⁰Entrevista realizada para essa dissertação no dia 30 ago. 2022.

Nesse sentido fica certo que esse direito à centralidade vai muito além do território como espaço físico, ele perpassa pelas construções sociais de vida e subsistência que foram construídas naquele espaço em específico, que não pode ser reproduzido num outro espaço, mesmo que esse tenha as características físicas semelhantes. Sobre isso, Ana Caminha complementa:

Direito ao centro, à centralidade, é o direito de você se identificar enquanto tal por estar no centro, por estar na Gamboa, por estar na Ladeira da Preguiça. Por exemplo, na Ladeira dos Artífices se seu Edmilson ou seu Zé Diabo, que é um dos artesãos antigos, se ele sai daquele local ele pode até fazer o trabalho dele em outro, mas ele perde a essência porque foi naquele local ali que ele construiu essa identidade, é aquele local que tem a história dele [...]. E é o direito a sua identidade do povo negro, porque quem somos nós? Comunidades de pescadores, homens e mulheres pretos, homens e mulheres quilombolas. Quem são Ladeira da Preguiça? Homens e mulheres pretas que construíram, que fizeram a história que mantiveram aquele espaço. [...] direito à Centralidade é direito à sua história.

Para esses grupos que habitam o Centro, a centralidade é fortalecida por esse sentido simbólico, construído no cotidiano. A conformação urbana do Centro Antigo enquanto centralidade – que permite o agrupamento de serviços e equipamentos a pouco minutos de caminhada de distância – também é a mesma que possibilita as relações sociais e a construção de laços conectados no espaço. Como bem coloca Urpi Uriarte, ao dizer que para os moradores do Centro, além de valor demarcado no espaço, a centralidade consiste num “direito amparado numa forma de habitar essa área mediante percursos cotidianos a pé pela sobrevivência e trajetórias residenciais que, em conjunto, produzem uma extensa rede de relações sociais e parentais que sustentam uma profunda ligação efetiva com o espaço” (2019b, p. 24).

Essa proximidade com os recursos urbanos aciona outro sentido da centralidade também presente na vivência desses territórios. Os movimentos sociais e comunidades do Centro também defendem o direito à cidade, ao reivindicarem o direito a centralidade no seu sentido estritamente físico. Essa é uma das características principais da centralidade, que se revela no agrupamento, seja de equipamentos, serviços e infraestruturas, necessários à garantia à moradia digna e ao direito à cidade. Por isso que Eliane questiona a inabitabilidade de alguns locais em que o poder público constrói os conjuntos de habitação popular: “como é possível morar num lugar assim?” Onde “não consegue transporte público com facilidade, onde não consegue posto de saúde com emergência, onde não consegue uma escola para os seus filhos, onde não consegue segurança”.

Esse aspecto fica também evidente quando Ana Caminha lembra da dificuldade que algumas famílias enfrentaram ao tentarem se estabelecer em outro local após serem removidas⁷¹ de área localizada próxima à comunidade da Gamboa de Baixo. Ela conta que ao saírem essas pessoas perceberam que sem a centralidade “[...] não tem como você viver, você tá no centro onde você tem tudo, onde você consegue garantir escola para seus filhos, que consegue ter segurança de levar ou então eles irem sozinhos, mesmo sendo criança, porque tá próximo”. Importante dizer que esses aspectos citados não são exclusivos do território do Centro Antigo, visto que está se falando da dimensão estritamente física e isso pode ser replicável, enquanto sentido de centralidade, para outras áreas da cidade. Portanto, o que Eliane e Ana Caminha trazem é que, nesses processos de expulsão, são negados às famílias esses atributos mínimos de habitabilidade no meio urbano, que para elas era facilitado por já estarem numa área central.

Esse entendimento também aparece relacionado ao sentido da sobrevivência que a centralidade aciona, sobretudo no quesito de trabalho e renda. Isso surge com bastante destaque quando se compara com outras áreas da cidade. É o que Jecilda Maria (liderança da AMACH)⁷² diz:

quando você mora no centro da cidade, onde você não tem carteira assinada, que você sobrevive da cidade, é muito difícil. [...] se a gente vai pra um bairro mais distante sem nenhuma estrutura fica quase que impossível sobreviver, aqui já está difícil, [...] tirando você daquele habitat que você já tá acostumado para você sempre começar do zero, vai ser quase impossível sobreviver a isso.

Existem inúmeras dificuldades de morar em outros bairros para quem historicamente construiu vínculos com o Centro. Entre elas está o fato de que grande parte dos trabalhadores desses territórios populares são autônomos e vivem do mercado informal, usufruindo dos recursos que o próprio Centro Antigo oferece. Seja os ambulantes, que aproveitam do alto fluxo de transeuntes e turistas, ou pescadores e marisqueiras, que pescam diretamente do mar da Baía de Todos-os-Santos. O sustento desses moradores é adquirido diariamente sob modos de (sobre)viver que foram aprimorados no tempo.

⁷¹Moradores removidos nos anos 60 devido ao processo de reforma do Museu de Arte Moderna da Bahia (MAM) juntamente com a construção da Av. Contorno, promovido pelo Governo do Estado da Bahia e IPHAN.

⁷²Entrevista realizada para essa dissertação no dia 07 ago. 2022.

Somado a isso, viver no centro e estar próximo dos locais onde se realizam as atividades básicas do cotidiano reduz significativamente alguns gastos financeiros, sobretudo no aspecto do transporte, pois no centro é de costume fazer quase tudo a pé. É o que Eliane bem destaca, ao dizer que existem inúmeras dificuldades em morar em áreas distantes, mas em primeiro a

dificuldade pelo transporte, porque quem mora no Centro vive do mercado informal [...], trabalha de dia para comer de noite, imagine que se você tiver, quatro filhos e tenha que trazer para escola ou pagar transporte, mais alimentação, mais o seu transporte, mais um aluguel, mais um gás [...] não tem como viver.

Esses são alguns dos atributos que a centralidade permite acessar, que Roberval/Bal (liderança da comunidade do Tororó)⁷³ também salienta. Sobre o Tororó ele diz que 90% dos moradores tem seu próprio negócio, vive do mercado informal e trabalha nas proximidades. Ele ainda enfatiza o “direito de morar” no sentido mais concreto ao dizer: “se ocuparam aqui, fizeram a casa para não pagar transporte, aluguel. [...] eu sempre digo que nós não temos luxo, mas moramos no luxo [...] porque aqui é o coração da cidade”. Ainda sobre esse direito, ele pontua um aspecto singular da disputa da comunidade, que é compartilhado com as demais comunidades do Centro Antigo, de defesa de uma centralidade que já possuem. Nas palavras dele:

o direito à moradia, os poderes públicos tem que dar a quem não tem condições de ter, mas eu aqui hoje estou lutando pelo meu direito a minha moradia, que eu já tenho, que eles tão tirando e querendo me colocar em um ambiente na periferia e não sabem como é que eu vou sobreviver. Eu sou autônomo aqui, eu sei como sobreviver, sei como manter minha família nesta área onde estou, [...] se eu for para a periferia e minha filha tem que estudar aqui no centro vai gerar custo, esse custo eu vou ter condições de pagar?

Diante dos processos de despossessão na comunidade do Tororó⁷⁴, Bal tenta explicar que ele está lutando por um direito que, a certa medida, já estava garantido, por luta e conquista própria. A resistência nesse ponto não é apenas pela conquista de um direito, mas pela luta de permanência dessa conquista, realizada fora da máquina do poder público, ou seja, um direito autoconstruído (LIMA, 2019). O panorama que ele traz também reforça a questão de que o trabalho e acessibilidade às atividades diversas são pontos destacados, que estão atrelados à centralidade enquanto

⁷³Entrevista realizada para essa dissertação no dia 10 ago. 2022.

⁷⁴A série de expulsões iniciadas em 2021, realizadas proveniente das reintegrações de posse acionadas pela Prefeitura para construção do novo Shopping Estação, projetado acima do Terminal de Ônibus da Lapa.

sinônimo de sobrevivência (URIARTE, 2019a) para esses territórios populares do Centro.

Ainda nesse enfoque físico, o complexo de infraestruturas conectadas à casa, aparece acompanhado de um sentido de dignidade imprescindível para o estabelecimento da vida urbana. Para Eliane, ter uma moradia é “ter direito a dignidade, ter direito à saúde, ter direito ao respeito, porque se você não tem onde morar você não tem nem respeito, ninguém te respeita, é o sem-terra, é indigente, é o ‘sacizeiro’. Então, morar, ter uma casa, seja ela onde for, é um sonho de todo ser humano”. Bal também destaca a moradia como direito e enquanto bem imprescindível para ter dignidade, “já é de direito da gente, para nós termos a dignidade humana temos que ter uma moradia, para que uma pessoa seja digna, como é que você vai ter uma família e morar debaixo da ponte, como é que vai ser digno? [...] eu tenho que ter pelo menos a moradia”.

Para Linda, o direito à moradia é o direito à vida e à relação com o entorno: “é o direito de existir, é direito de habitar, é o direito de ser, de coexistir, é um direito inalienável. [...] é direito que deveria ser natural, morar. Morar é existir, ter pertencimento, é se reconhecer; é consciência da sua presença ali, não mais ou menos do que tudo que está ao seu redor, mas como parte”. A moradia está inclusa nos bens e serviços mínimos para a garantia de uma vida com dignidade, que deveria ser assegurado pelo Estado, e que superpõe o próprio sentido amplo do inalienável direito à cidade (SANTOS, 2007).

Não é só morar, as atividades relacionadas com viver se concentram no Centro, aí o fator centralidade como aglomeração é ainda mais presente. O direito à moradia é básico e está atrelado a inúmeros outros direitos, como bem defende Sandra Maria (coordenadora do MSTB e moradora de ocupação no Centro)⁷⁵: “a questão ambiental, a infraestrutura, a questão educacional, da saúde, porque a gente não quer só morar, a gente quer ter acesso a tudo que se é de direito e que a gente não tem”.

Dentre esses inúmeros outros direitos que a moradia aciona, o da cidade e da centralidade estão bastante evidentes, como afirma Linda:

morar é habitar, é residir, existir ‘ali’ e com os outros direitos, porque se eu moro, eu resido, existo, eu produzo, eu construo, ao mesmo tempo eu também quero usufruir do que construo, esse direito que não nos dão. A gente

⁷⁵Entrevista realizada para essa dissertação no dia 08 ago. 2022.

construiu tudo, nossos antepassados e nós até hoje [...]. Então, quando a gente fala de direitos [...] a pessoa que não tem a moradia, o endereço, eles colocam que ela não existe [...] a moradia é uma referência também sua. [...] O direito, todos eles, estão atrelados com esse da moradia.

Nesse aspecto, Ana Caminha destaca que garantir o direito à moradia é como garantir o próprio direito à centralidade:

O direito à moradia é o direito, primeiro, de você ter um espaço, um teto, uma casa digna, direito a ter um teto em cima da cabeça. Direito à moradia é você ter o respeito, é você ter um endereço [...]. Se você tem uma moradia digna você tem o direito à cidade, você tem o direito à centralidade. [...] você morar num lugar que tudo que você precisa está ao seu redor, é você ter um espaço digno que conforto, que comporte você e a sua família, aos seus, e o direito à moradia é você ter o direito a um conjunto, onde você tem uma moradia, tem vizinhos que se conhecem que se ajudam que se completam [...], acho que isso é o direito à moradia.

Em suma, define o direito à centralidade como o direito à vida. Nas palavras dela: “o direito de viver bem, é direito de ter o que você conquistou ao longo da sua vida, é direito à centralidade, é direito à liberdade, é direito à vida”. A moradia na centralidade age como uma extensão do indivíduo, essa relação entre os moradores com o entorno é essencial na formação cultural e identitária que fazem de cada território da cidade único. Linda comenta:

quando a gente fala de alguém ser removido, como o que tá acontecendo no Tororó e em como várias de nossas comunidades [...] não está se falando só sobre a moradia da casa, porque todo mundo precisa de um lugar para morar, todo mundo precisa de um lugar para voltar para casa no final do dia, mas é seu entorno também a sua comunidade, a comunidade que você faz, aí você sai de um lugar e vai morar em outro [...]. A gente fala de moradia, mas para nós a centralidade da moradia é seu entorno, é o seu trabalho, [...] o que você faz a sua interação com o seu cotidiano [...] e isso é parte de você, [...] uma coisa que é cultural e identitária, é ancestralidade da pessoa.

Esses sentidos de moradia, trabalho e renda citados anteriormente trazem a centralidade enquanto um direito que se integra à noção de direito à cidade. Garantir o direito à centralidade não é só permitir o livre acesso desses movimentos e comunidades do Centro Antigo à cidade, como também é fundamental para combater um processo de produção do urbano elitista e racista, como afirma Maura: o direito à centralidade é o “direito à qualidade de vida, direito a uma cidade que funciona, [...] a você viver com qualidade de vida”. Os processos de expulsão e gentrificação os colocam fora desses direitos ao “não permitir que preto pobre more na cidade”.

O processo de gentrificação, citado por Maura, realça a atuação de um modelo de urbanismo neoliberal (SMITH, 2006) que é tão presente em áreas centrais. Como

ênfatiza Smith, independentemente da sua forma, a gentrificação sempre “implica no deslocamento dos moradores das classes populares dos centros” (2006, p. 63). Ao entender que é um processo que ocorre de maneira única em cada cidade analisada, o autor salienta que esse processo se consolidou para além de um conceito ou estado momentâneo, é uma estratégia de produção da cidade e transformação da paisagem urbana em moldes elitistas.

Sob o entendimento que a centralidade só existe mediante um espaço urbano com capacidade de aglutinar formas de acessibilidade e concentração de atividades (KNEIB, 2008; TOURINHO, 2007; GASPARI, 2019), pode-se dizer que defender o direito à centralidade também é defender a premissa do direito à cidade que está posto no Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), que tem dois aspectos importantes do Art. 2º que são: a garantia do direito à cidades sustentáveis e da gestão democrática da cidade. O direito à centralidade se atrela de forma mais direta ao primeiro aspecto pois entende-se que ao analisar o espaço da cidade, as centralidades concentram o compilado desses aspectos que constituem “cidades sustentáveis”⁷⁶. No caso de Salvador, é nos centros principais (CAS e Iguatemi) que se concentram os maiores modais de transporte, comércio e serviços diversos e são dotados de infraestrutura urbana básica (água, iluminação, redes de comunicação etc.).

Dito isso, é necessário complexificar o debate, posto que a defesa da centralidade não é só que todos tenham acesso ao centro da cidade, mas que toda a cidade possa ser dotada dos aspectos que constituem a centralidade, essa dimensão é o que Dias e colaboradores (2006) chamam de democratização da centralidade, que significa permitir que esses serviços e equipamentos cheguem em toda a cidade e estejam acessíveis para todas as pessoas.

Ainda sobre o Estatuto da Cidade, uma outra característica de centralidade aparece no aspecto da gestão democrática das cidades. Ao se considerar que o centro tem como base a capacidade de aglomerar pessoas e objetos (SANTOS, 2008[1959]; LEFBVRE 2001[1969]; GASPARI, 2019; TORUINHO, 2007) e é um espaço suscetível a intensas disputas (HARVEY, 2014; VILLAÇA, 2001), permitir acesso a diversas formas de ocupar esse território é permitir também a expressão política democrática

⁷⁶ “o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer” (BRASIL, 2001).

e uma cidade social e espacialmente diversa, ainda que se entenda que os espaços participativos na construção da urbe não são efetivamente plenos. Portanto, ao ocuparem esses espaços fora de uma lógica voltada a acumulação do capital e mercantilização do acesso à terra, esses territórios fazem política desde o simples ato de existir, ainda que precisem lutar e r-existir para garantir a sobrevivência.

Para as lideranças, a centralidade ainda assume um sentido mais ampliado, ao significar a priorização de políticas urbanas e sociais. Linda faz essa relação do sentido simbólico e físico que a centralidade representa ao relacioná-lo com a questão do direito à cidade,

quando se vai alocar, direcionar recursos para os direitos, à moradia, alimentação, bem-estar social, saneamento básico, [...] que isso seja a centralidade, a prioridade. Eu vejo a palavra centralidade como prioridade, o que é central nessa questão da moradia? É a falta de direitos, de decidir onde morar, do que comer, de decidir onde botar seus filhos para estudar.

Isso também tem relação com o sentido da autonomia e da identidade que a centralidade representa. Como enfatiza Ana Caminha: “direito à centralidade é o direito desse conjunto de coisas, é de onde você tira sua subsistência, onde você tem seu trabalho, onde você tem a sua família é onde você consegue se sentir um indivíduo respeitado, onde você consegue dizer: esse cantinho, esse espaço é meu”. Esse “conjunto de coisas” citado por Ana Caminha é exatamente de onde a essência da centralidade enquanto prática social surge, nas palavras de Lefebvre (1999): “desde o princípio, reunir, amontoar, recolher é algo essencial na prática social”.

Pode-se dizer que no Centro Antigo a noção a centralidade é mais presente que nos demais centros, pois o sentido simbólico que esse espaço tem destaca as heterogeneidades das territorialidades forjadas através do tempo, assim como dos territórios. Gaspari destaca bem esse simbolismo que a centralidade representa, mais fortemente no Centro Antigo, que emerge do desenvolvimento da vida social, esse aspecto geralmente está ligado a concentração de poder, político, financeiro, concreto e ideológico, devido a sua “formação histórica e importância contínua ao longo de todas as fases da formação da aglomeração urbana na qual se insere” (2019, p. 85).

A possibilidade da vivência dessas identidades múltiplas compõe o direito à cidade que é defendido pela Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador, e que Eliane bem destaca:

ter direito à cidade, é ter direito à moradia, à dignidade, à saúde, à educação, não ter racismo, não ter homofobia, a polícia nos respeitar, nossos filhos ter direito a estudar, [...] Então, a gente briga para que o futuro amanhã seja melhor para vocês(jovens), pra que você com seu cabelo *black (power)* possa entrar em qualquer lugar e não ter vergonha de entrar do jeito que você tiver vestido, que você esteja num vestido com uma unha pintada e não seja maltratado, [...] isso para mim é lutar pelo direito à cidade.

Ela dá um sentido ampliado de direito à cidade muito interessante, que envolve a questão da própria expressão do ser social e o direito de usufruir do espaço seja ele qual for, livremente. Sentido esse que não cabe em nenhum estereótipo galgado no padrão eurocêntrico do homem branco, cis, hétero em que a sociedade se constituiu. Isso pressupõe a expressão da individualidade e da diferença, e que não cabe na cidade nenhum tipo de opressão, discriminação ou preconceito. Nesse sentido, o direito à cidade é a liberdade da expressão de um indivíduo dentro do espaço coletivo e heterogêneo.

Assim, entendendo essa centralidade enquanto um direito e associados a inúmeros outros – como já citados: à cidade, à moradia, ao trabalho, entre outros – e que deve ser defendido, os movimentos sociais a acionam também num sentido de luta. Aí que a disputa pelo direito à centralidade aparece como uma disputa pela garantia ampliada de direitos. Em Salvador, ao entoar sob o grito de guerra: “daqui eu não saio daqui ninguém me tira”, a Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador reivindica por direitos básicos, que deveria já ter sido garantido pelo Estado, como afirma Eliane:

vamos continuar brigando por essa cidade, por esse país injusto, que deveria já ter sido justo há muito tempo, porque eles nos devem as nossas indenizações por ter nos tirado da nossa terra, por ter nos trazido pra cá, não deu direito à terra, nem direito à moradia, na verdade, nem direito a nada, por eles a gente não tinha nada.

Sandra lembra que as ocupações, como a que ela vive, são antes de tudo um questionamento direto ao Estado por essa ausência de direitos, não só para a população em situação de vulnerabilidade, mas para a sociedade como um todo. Nas palavras dela: “primeiro a gente ocupou para dizer para o Estado que a gente tem direito, porque está no artigo sexto da Constituição (Federal)⁷⁷ [...] não só a morar, a gente tem direito a saúde, a segurança, a ônibus, à educação [...]”. Essas ocupações

⁷⁷“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988).

são também respostas a políticas públicas de exclusão que são implantadas pelo Estado e aproveitadas pelo mercado, e que os movimentos sociais do Centro tanto se opõem.

Por seu caráter de concentração, quando entendida no sentido de luta, a centralidade arregimenta forças de resistência, devido à proximidade e relações cotidianas construídas. Jecilda destaca a importância de permanecer no Centro como “liga” da resistência dos movimentos:

Quando a gente se une num único objetivo a gente fica forte. Se a gente quer moradia, quer morar no centro, tem lugar para morar no centro. Você já está assentado no centro e por que tem que sair do centro? Não estou vindo de outro lugar para dentro do centro, mas se eu já estou, tem que ser reformado [...] para quem já tá aqui dentro. [...] Essa que é a luta, essa que é a importância de continuar morando no centro, é você não ser deslocado para um lugar onde nada tem a ver com você. [...] Ali está sua amizade, ali está sua vida [...] seus laços. Você vai para onde for, mas aquele lugar é ponto de referência.

O sentido de centralidade como concentração das forças de resistência está presente tanto no CAS quanto nos “bairros”, e, nesse sentido, não há diferença nos discursos e práticas dos movimentos do centro e dos bairros, pois a centralidade, assim entendida, não está condicionada exclusivamente ao território do Centro Antigo, mas está ligada a uma série de elementos construídos a partir das relações sociais num determinado espaço (TOURINHO, 2007; PEREIRA, 2012). É o que Jecilda afirma: “a centralidade não é o centro da cidade, a centralidade é onde você mora, onde você vive, o seu laço que você tem naquele lugar. Quando você briga no subúrbio, você está brigando para vir pro centro histórico? Não. Você está brigando para morar no “centro”, o que é o centro? É o lugar onde você está vivendo”. Desse ponto de vista, Jecilda evoca o sentido individual do simbolismo atribuído a centralidade.

Já postos os aspectos, sobretudo físicos, que constituem a centralidade, inclusive aqueles relacionados com os direitos assegurados institucionalmente, pode-se caminhar para o entendimento que: tanto os movimentos dos “bairros” como os do centro disputam por centralidade. Enquanto uns brigam pela aquisição dessa centralidade, o outro luta pelo direito de permanecer no centro e usufruir dela.

Nos conflitos que vivenciam no cotidiano, as comunidades, ao mesmo tempo, precisam reafirmar a sua heterogeneidade territorial perante o Estado e a sociedade, o sistema que as estereotipam, e se transformar em unidade no sentido de unir forças

contra esses processos. Nesse sentido que a Articulação dos Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador emerge como potência na defesa dos direitos dos territórios populares do CAS. É montar defesas com base na heterogeneidade das disputas que permeiam cada comunidade, como bem afirma Ana Caminha:

essa é a maior estratégia, perceber que o que acontece agora com a Gamboa vai acontecer amanhã na Vila Coração... então por isso a gente tem que estar o tempo todo junto, tem que estar se comunicando, conversando, construindo coisas que melhorem nossas realidades e que fortaleça nossas lutas, eu não fico forte sozinha.

Ana Caminha ainda enfatiza a importância de reconhecer as especialidades das comunidades, tanto do Centro em relação aos outros bairros quanto entre as comunidades do próprio Centro. As comunidades do Centro não são iguais às da periferia, ambas têm singularidades entre elas e isso precisa ser muito bem delineado na compreensão desses territórios. Ana Caminha volta a assinalar esse entendimento:

enquanto Gamboa, nós somos comunidade tradicional de pescadores [...]. Qual o modo de vida? É a pesca. E qual o seu instrumento de trabalho? É o barco [...]. Tem algo que é nosso, então quem tá no centro tem o modo de vida completamente diferente, quem tá na Gamboa é completamente diferente de quem tá no 2 de Julho, mesmo estando no centro.

Garantir essas especificidades é prezar pelo sentido de centralidade que o Centro possui, é também a base do que constitui o espaço e suas identidades enquanto território, “a partir da combinação de fatores econômicos, políticos e culturais, que substantivam ao mesmo tempo, a identidade coletiva. O território é fruto dessa lógica identitária e combinatória, existencial e regional” (SAQUET, 2013, p. 87). Afinal, a centralidade exige a existência de um conteúdo diverso (LEFEBVRE, 1999), que a permanência de comunidades e movimentos sociais no Centro certamente asseguram.

Para esses grupos invisibilizados, a centralidade assume ainda um sentido de identidade de um conjunto heterogêneo presente no CAS. Nesses confrontos, as expressões territoriais dos movimentos sociais e comunidades agem como catalisadores das lutas, se manifestam no espaço através das ações mais diretamente políticas como as ocupações, protestos, assim como em forma de desfiles, festas e eventos próprios desses territórios. Sandra explica que “as ocupações são uma das estratégias para constranger, não é à toa que o prédio da Embasa foi ocupado pelo

MLB [...] bem em frente ao Fasano⁷⁸ (Figura 16). Além da ocupação, em um protesto [...] (por exemplo) pelo direito à cidade, a gente leva em frente ao Governo do Estado, da Prefeitura”.

Todos os anos, desde 2015, durante o desfile em comemoração à Independência da Bahia, a Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador vai às ruas com o “Ato-cortejo 2 de Julho”, com cartazes, bandeiras e manifestos. No ato, as comunidades e movimentos sociais do Centro denunciam as ações predatórias do Estado e do mercado imobiliário e expressam suas territorialidades para a cidade, nas palavras de Linda: “a gente sai às ruas anunciando todas as violações de direito advindas do poder público, dando consciência à sociedade do que está acontecendo e mostrando nossas atitudes de tratamento também”.

Nesse processo de disputa pela centralidade, os territórios populares articulam prática, discurso e produção de conhecimento, manifestando a sua práxis. Ao analisar as formas de habitar o centro histórico de Salvador, Urpi Uriarte afirma que o “valor da centralidade” é defendido pelos moradores do Centro de várias maneiras, entre as quais ela destaca duas. Uma é: “um discurso de muita clareza sobre a vontade e o direito de permanecer no centro, que aparece nas falas individuais [...] e coletivas”⁷⁹ (URIARTE, 2019b, p. 344).

O outro ponto destacado por ela é a defesa desse valor na prática. Que mesmo

sem organização coletiva e muitas vezes sem discurso articulado sobre o assunto defendem seu direito à centralidade na prática: na teimosia de voltar após ter sido expulso, na resistência para não sair dele, na insistência de continuar entrando em beco e saindo de beco – desde que se localizem no centro – na persistência de nele habitar mesmo que seja em prédios ocupados. [...] Para todos eles, os “bairros” são sinônimo de distância, violência, isolamento e tédio (URIARTE, 2019b, p. 345).

Ana Caminha destaca dois aspectos muito importantes quanto às expressões identitárias das comunidades do Centro que se manifestam no território. Uma que aparece através do processo de regularização da ZEIS Gamboa de Baixo/Unhão⁸⁰,

⁷⁸ Hotel de luxo da rede Fasano implantado no antigo edifício do A Tarde, localizado na rua Chile ao lado do cinema Glauber Rocha.

⁷⁹Nas individuais ela destaca a fala das motivações pessoais dos moradores e o desejo de permanecer no Centro e nas falas coletivas ela destaca manifestações realizadas por meio de um grupo representativo, nesse caso a carta da Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador produzida para ao Ato-cortejo 2 de Julho de 2017.

⁸⁰O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador, Lei Nº 99.069/2016, define que as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) assentamentos precários e informais consolidados sejam

em que ela defende um processo realmente participativo e ressalta um aspecto simples que é a nomeação das ruas, que para eles tem um enorme significado, pois conta e imortaliza a própria história da comunidade. Não se trata apenas de posse ou propriedade, mas de todas as histórias e relações que são construídas e contadas por aquele e naquele território.

[...] a gente acha importante o nome (rua) Fortaleza da Gamboa, porque nós consideramos que esse espaço realmente faz sentido e outras ruas que a gente tá trazendo alguns nomes em homenagem a moradores antigos, como também pela relação com o espaço. Como é o caso da (rua) Vila dos Pescadores, por ser a área onde se concentra maior número de pescadores.

O segundo ponto é a importância da reafirmação racial das comunidades do Centro, em que ela destaca que esse é um diferencial crucial para os movimentos sociais urbanos de Salvador e como isso ajuda a entender muitas práticas estatais que agem por meio de políticas excludentes, classistas e racistas.

Eu acho que essa busca, essa luta pela questão racial, isso nos faz um diferencial tão grande quando a gente entende tudo que aconteceu com o nosso povo e tudo que vem acontecendo com a gente que se baseia principalmente na questão de raça, por que que eu não posso ficar na Gamboa? Porque eu sou preta, porque eu sou pobre? Por que isso aqui é a cara da Bahia e não é local para esse povo ficar? Então, entender isso faz com que eu seja tomada por uma força, por uma coisa de resistir, de entender que eu preciso mostrar para esse povo que aqui é a cara da Bahia, porque sim, é local para esse povo que tá aqui ficar.

Isso reforça a centralidade enquanto discurso antirracista que retoma uma história de ancestralidade presente na sociedade, no território e nas disputas urbanas no Centro Antigo de Salvador, ligado principalmente ao processo de escravização e desdobramentos após a abolição no fim do séc. XIX, que interfere na conformação urbana desse espaço. Para Sandra, o Centro é um direito do povo negro que habita esse território desde sua formação: “a gente não quer dinheiro, a gente quer morar, o

regularizadas, mediante a elaboração do Plano de Regularização Fundiária. A ZEIS Gamboa de Baixo/Unhão é classificado pelo PDDU como ZEIS-5 (comunidades tradicionais), e é a primeira do tipo a avançar no processo de regularização.

Segundo a Fundação Mario Leal Ferreira (FMLF), o processo de regulamentação tem sido participativo, por meio de reuniões presenciais, virtuais e semipresenciais, e já contou com a elaboração de Plano Urbanístico, Regularização fundiária urbana – Reurb, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas (Seinfra), e a Regulamentação Edilícia. A FMLF ainda destaca outras obras que elaboraram, como projeto de requalificação do cais da orla da Gamboa de Baixo e o projeto de habitação para realocar as famílias que vivem no Forte de São Paulo da Gamboa. (Fonte: <http://www.fmlf.salvador.ba.gov.br/index.php/planos-e-projetos/planos/zonas-especiais-de-interesse-social-zeis/zeis-gamboa-e-solar-unhao>)

No entanto, tem-se questionado a efetividade e transparência do processo participativo, pois parte das reuniões precisou ser realizada de maneira remota devido as medidas sanitárias por conta da pandemia da covid-19 em 2020 (OLIVEIRA, 2021).

que também é o conhecimento da luta que vem de 500 anos atrás [...]. O que a gente faz é uma luta muito maior, é dizer o que tá no artigo 6º da Constituição, de que a gente tem direito à moradia”. E ela continua, ao afirmar que os projetos do Centro são de embranquecimento, e que esse território em essência deve comunicar com o povo preto de todo os lugares:

eu tenho certeza que temos direito, porque esse espaço foi construído por pessoas escravizadas. [...] A gente só quer o direito, porque querendo ou não é a cara da gente isso aqui [...], o que é que o branco vai fazer aqui? [...] esse território aqui, é um território que é nosso, seja o preto de São Paulo, seja o preto do Rio, seja o preto de Brasília, seja o preto da própria África, seja o preto dos Estados Unidos.

Sandra destaca a atuação do poder público na marginalização das áreas populares do Centro Antigo de Salvador, a partir de ações que incentivam a valorização com a implantação de hotéis de luxo e comércio voltados para os turistas e negligenciam as necessidades da população pobre e negra que vive nesses centros. Assim, corroboram para a construção de um território cada vez mais elitizado e embranquecido no coração da cidade. Por fim, ela destaca:

Eles fazem um projeto de especular os casarões, mas não fazem um projeto para que as famílias permaneçam morando, que fiquem bem, ficando bem não gera violência e sabe...é fazer as coisas direito. Porque de uma forma ou de outra, se ele nos tira, nos expulsa a gente vai voltar, as pessoas que estão achando que tá morando segura, dentro de um espaço como Centro Antigo de Salvador, não está, por causa da própria estrutura governamental, só estão pensando em dinheiro, dinheiro, dinheiro e dinheiro e a segurança das pessoas? Quem é que vai aceitar ser expulso daqui para ver um branco vim morar aqui?

O recorte racial é imprescindível para discussão territorial em centros antigos. Em seminário sobre a questão da moradia popular no centro de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo⁸¹, o geógrafo Renato Emerson, a partir de uma leitura do centro do Rio de Janeiro, destaca o embranquecimento desses territórios em áreas centrais que passam por grandes transformações urbanas com fins estritamente econômico. Ele explica que nesse processo existe “uma coalizão de forças sociais que tem alguns agentes do capital imobiliário como centrais, mas também uma aliança interescolar de forças econômicas como grandes empreiteiras, frações do setor de transporte e afins”. Nesse sentido, a noção de gentrificação, por exemplo, mesmo nas análises mais

⁸¹ O Seminário Moradia Popular e política pública no centro: Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, ocorreu nos dias 12, 13 e 20 de maio de 2022, reuniu pesquisadores, técnicos e lideranças de movimentos sociais das três capitais a fim de trocar experiências e traçar estratégias futuras no âmbito da moradia popular no centro.

críticas, não dá conta da dimensão racial desse processo, por isso o autor traz o termo "branqueamento do território" para tentar abarcar essa dinâmica em sua complexidade. Nas palavras dele:

Tem-se o branqueamento do território em três dimensões: I. Ocupação, que dá uma leitura racial do processo; II. Cultural, que diz respeito à imposição de matrizes eurocêntricas de relação com a natureza, hábitos, normas, etc.; e III. Imagem, que é a imposição de narrativas territoriais que invisibilizam o protagonismo dos grupos não brancos" (FAUUSP, 2022).

e conclui: "o branqueamento do território tenta apagar as memórias do passado e junto a isso apaga também a presença corpórea, populacional, cultural e social negra dessa região" (FAUUSP, 2022). Isso reafirma a necessidade de não descolar as ações e políticas públicas voltadas à cidade, sobretudo o Centro Antigo no caso de Salvador, compreendendo a dimensão racial, assim como de gênero e classe, que é transversal a esse processo.

Pode-se entender que não tem como construir políticas sociais e urbanas sem que incorporem a dinâmica existente na relação de centralidade com os territórios populares do centro. Compreende-se que isso está incorporado na noção de direito à cidade como prevê no Estatuto da Cidade. Portanto, o direito à centralidade pode emergir enquanto projeto de política pública para o Centro Antigo de Salvador. Sob essa perspectiva, Linda Kayongo sinaliza a necessidade de se conceber novas práticas na produção do CAS, compreendendo que esse seria um meio de se ter um olhar mais territorializado, voltado para essas comunidades, que respeitem as diferentes identidades existentes na cidade. Nas palavras dela:

Milton Santos diz: que a revolução, a mudança, a transformação, vai vir de nós, das nossas atitudes, é nossa a responsabilidade do novo [...] a gente pensa nisso, o direito de se reconhecer como parte do nosso território. [...] aqui a gente vê, tem uma gama de imóveis fechados abandonados [...] que poderia ser transformado em moradia.

É evidente que essas comunidades do Centro construíram um sentido histórico-cultural tanto individual como coletivo que se consolidou nos territórios e hoje são integrados à paisagem urbana da cidade, sendo impossível ser dissociada desse tecido urbano. Por meio das suas práticas cotidianas, esses agentes contribuíram para a manutenção da vida e da própria história do Centro Antigo de Salvador, preservaram seus casarões, mantiveram culturas vivas e construíram novas, atribuindo novos sentidos a esse espaço.

A partir da sua força de resistência, a Articulação de Comunidades e Movimentos do Centro Antigo de Salvador, demonstra a importância da centralidade para garantia do direito à cidade na coexistência plural que emerge desse Centro. Também reafirma e cobra do poder público os direitos constitucionais que estão atrelados à moradia e que perpassam pelo direito à centralidade. Esses territórios agem e se defendem diariamente contra as práticas de desmonte de direitos e apagamentos de identidades, que surgem das práticas de exploração da centralidade enquanto valor estritamente econômico.

Esses movimentos e comunidades defendem tanto o valor físico como simbólico da centralidade enquanto meio de sobrevivência. É notável que, além da moradia e do trabalho, as relações de vizinhança tornam esses espaços únicos, independentemente das condições físicas. Ou seja, as relações sociais garantem a esses territórios um valor que não consta em legislação e nem está relacionado às qualidades físicas desse espaço: o da rede de solidariedade e vizinhança que tornam cada lugar único, justamente por conta da maneira singular que foi constituído com base nas relações da vida cotidiana. Assim, por mais que exista outro espaço estruturado, dinâmico e com características físico-geográficas semelhantes, não seria possível reconstituir o suporte social que foi formado pelas tramas das individualidades e subjetividades de cada habitante, famílias e lideranças nas suas ações enquanto coletividades coexistindo e r-existindo especificamente naquele território.

Importa, nesse ponto, reconhecer que essas expressões identitárias territoriais se mostram como imprescindíveis para a compreensão da dinâmica complexa que envolve a práxis das comunidades e movimentos sociais do Centro que lutam pelo direito à cidade, à moradia e à centralidade.

Nós participamos da história do Centro Antigo desde sua construção. Em cada pedra de cada rua e cada casa, nós erguemos Salvador com nosso suor, nosso trabalho, nossa cultura e criatividade. Hoje, depois de quase cinco séculos, nós continuamos resistindo e vivendo para mantê-lo vivo e de pé. Somos nós que moramos nos casarões abandonados por proprietários irresponsáveis e sem compromisso com o Centro e com sua história (ARTICULAÇÃO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR, 2017)⁸².

⁸² Trecho do manifesto para o Ato-Cortejo 2 Julho de 2017.

3.2. Viver no Centro, lutar pelo direito à Centralidade e à Cidade

Para os movimentos sociais e comunidades que ocupam o Centro Antigo de Salvador, a pressão e a sensação de insegurança são diárias. Além da dinâmica cotidiana, que envolve a garantia da moradia e do trabalho e renda, precisam defender o território o tempo todo. Eliane (representante da Ladeira da Preguiça) conta que: “é uma guerra todos os dias, [...] nossos governantes continuam nos dizendo, essa sociedade, essa elite embranquecida, continuam dizendo: esse aqui não é lugar para você”. As ameaças e pressões contra esses grupos se manifestam cotidianamente de diversas formas, como em projetos de “reforma”, reintegrações de posse, projetos de “requalificação” do entorno, invasão e violência policial, entre outras.

A atuação do poder público no Centro Antigo de Salvador é marcada por políticas de “regeneração”. Esses projetos⁸³ geralmente são orientados para abrigar usos comerciais e encaminham políticas que desconsideram as vivências do local e valorizam estritamente o sentido material do patrimônio, muitas vezes para mercantilização deste. Nesses processos as histórias dos territórios populares são constantemente invisibilizadas em favor de interesses privados. Maura (representante do MSTB) afirma que o projeto é sempre para “retirar as famílias e mandar para um lugar bem distante” e lembra que é uma lógica de “recuperação” do Centro que se repete, mesmo sabendo que não dá certo “já não deu certo uma vez, que foi a primeira fase que é a 7ª Etapa⁸⁴, [...] que de 2 mil famílias hoje só 130 famílias que moram”.

Por exemplo, o Programa de Recuperação do CHS⁸⁵ não deu certo, principalmente, porque desconsiderava e agia na perspectiva de apagar essas histórias forjadas no território, como citado por Maura. A intervenção resultou não só no esvaziamento populacional como no esvaziamento de sentido do local, criando um centro museu, feito pra ser visto e não para ser vivido em sua integralidade. Esse tipo de projeto reconstitui o Centro enquanto centro de consumo, coloca o valor de troca acima do valor de uso e apaga a complexidade desses espaços, uma lógica que Lefebvre explica bem: “o ressurgimento arquitetônico e urbanístico do *centro comercial* dá apenas uma versão apagada e mutilada daquilo que foi o núcleo da antiga cidade, ao

⁸³ Serão mais detalhados no capítulo seguinte.

⁸⁴ 7ª Etapa do Programa de Recuperação do Centro Histórico.

⁸⁵ Será mais detalhado no capítulo seguinte.

mesmo tempo comercial, religioso, intelectual, político, econômico (produtivo)” (2001[1969], p. 19 e 20).

Quase sempre os projetos de “regeneração” do Centro Antigo, são ancorados nos discursos de progresso, mas por vezes favorecem substantivamente os interesses do mercado imobiliário. Nessa linha, Jecilda (representante da AMACH) critica o processo de reforma do CHS, diz que desconsideram as histórias dos moradores ao negarem direitos, sobretudo o da permanência, conta que no processo de expulsão

não era levada em conta a sua história e nem por que que você estava ali, simplesmente você não era proprietário, você não tinha o documento que a gente chama de certidão, [...]. Ou seja, você não tinha o documento registrado em cartório e que provava para o governo que você era proprietário, mas nós éramos os moradores porque na casa que eu moro hoje, reformada pelo governo, eu já moro há quase 40 anos. Então de fato nós éramos donos, mas para o Governo do Estado éramos invasores e quem não tinha esse documento saiu.

Nesse ponto que emerge um dos sentidos da disputa pelo centro que é o da segurança da permanência, Jecilda ressalta que o documento que foi dado aos moradores não garante propriedade do imóvel, para que ele fique como herança familiar e possa ser passado para filhos e netos. Portanto, ela enfatiza essa dificuldade e afirma que a luta e resistência são contínuas independente do território.

[...] mesmo com esse direito conquistado, a gente sai. Eu costumo dizer que eles vão fazer um condomínio em “Cajazeiras 100”⁸⁶ e vai jogar esse povo [...]. Quando fazem o condomínio lá no meio do mato, onde não tem infraestrutura, onde não tem saúde, onde não tem lazer, onde não tem escola, tá tratando você pior do que bicho. Sabe, os bandeirantes que desbravaram e que foram lá [...] atrás dos cangaceiros, dos quilombos, é isso que o Governo do Estado faz hoje com a gente. Democraticamente continuam nos açoitando, invadindo nossos quilombos e dizendo para nós o que a gente tem que fazer para agradar eles, aí a gente se resolve, vira uma Maria, vira um João, vira um Lampião, vira um Zumbi [...] e continuamos na luta.

Essas práticas revelam que não existe área que o mercado não possa permear e dominar; basta haver o interesse e o desenvolvimento de um potencial de rentabilidade, que muitas vezes ocorrem através de reconstrução de imaginários dentro dos nichos específicos de compradores para essa “nova” área. É um ponto levantado por Sandra (representante do MSTB) ao contar que

por exemplo, a praia da Preguiça só quem frequentava era a gente, quando descobre que é uma praia que tá tendo um excesso de frequentadores, [...] a burguesia quer é a praia da Preguiça, privatizar agora. Aí começaram, com canoagem, daqui a pouco com exercício, quando a gente vai descobrir o

⁸⁶ Ela utiliza Cajazeiras como referência por ser uma área popular localizada na periferia de Salvador.

projeto é privatizar. Quando eles privatizam, tiram o acesso da gente e lá vem mais outra luta. [...] mas (antes) eles não queriam, assim como eles não queriam vários outros, não queriam Pelourinho, não queriam a Baixa dos Sapateiros, não queriam a Ladeira do Couro da Barroquinha⁸⁷, hoje eles querem tudo.

Outra forma de pressão no Centro vem através da mídia, da construção de uma imagem estigmatizada, possibilita que os agentes interessados ajam com mais pressão induzindo processos higienistas. Como Sandra exemplifica: “Tão chamando a Gamboa agora de nova Veneza”. É uma ação que parte também para o ataque ao território enquanto espaço físico, que acontece há muitos anos naquela região, onde a sua própria conformação urbana e dinâmicas territoriais contemporâneas expõem as marcas desse processo. Ana Caminha (representante da Gamboa de Baixo) explica que na área onde se localiza o parque das esculturas, “que é a bela praia do MAM que é tão conhecida”, que se encontra fechada sendo acessada somente de barco tarifado, vivia cerca de “97 famílias de uma população negra, pessoas que pescavam, pessoas que trabalhavam do comércio informal [...] que foram expulsas”. Ação de desterritorialização praticada pelo Governo Estadual, justificada pela necessidade de requalificação e incentivo à cultura. Uma prática que usa o discurso da melhoria para justificar as expulsões, como afirma Cunha:

Seguindo posturas semelhantes às reformas urbanísticas haussmanizantes do final do século XIX e início do século XX, as práticas de refuncionalização de centros históricos urbanos, concentraram-se em embelezar o espaço histórico, disciplinando as suas práticas e formas de consumo. Na maior parte dos casos, atrelados ao turismo cultural e ao entretenimento (2019, p. 07).

Ana Caminha ainda enfatiza a pressão específica que as comunidades Centro Antigo, sobretudo do Centro Histórico, de Salvador sofrem por estarem numa área turística altamente monitorada pelo poder público, além da dificuldade de se consolidar projetos de intervenção concretamente favoráveis aos territórios populares.

A gente sofre porque eles dizem que aqui é a cara da Bahia, “aqui não é local pra esse povo ficar”. Eles querem que quem visite essa orla da Gamboa? Eles querem, que quando seja visitada, que vejam quem nessa orla da Gamboa? Então, não é à toa que garantir um projeto para Gamboa, que tem a cara da comunidade, que contemple a permanência da comunidade, está difícil. Fazer o projeto da orla de uma forma que não expulse e que não mude a forma de vida dos moradores está exigindo da gente um processo de

⁸⁷ A Ladeira da Barroquinha é uma rua conecta a Barroquinha a Praça Castro Alves e é caracterizada pelo comércio popular de peças, entre bolsas a calçados, confeccionados em couro, o que atribuiu o nome de Ladeira do Couro ou Rua do Couro. No ano de 2014 passou por uma intervenção de “modernização”, que reformou a escadaria e adicionou rampas melhorando a acessibilidade para os pedestres. A grande crítica ao projeto é devido ao desrespeito e não inclusão dos comerciantes locais, que tiveram grande parte das barracas removidas.

organização, processo de conscientização muito grande, para dizer: a gente quer nossa orla melhorada, mas a gente quer uma orla que garanta aos pescadores acessibilidade ao mar de forma mais tranquila e que não seja só as lanchas de vocês que ancore no mar da Gamboa.

Essa fala de Ana é muito importante pois mostra que os direitos nunca estão garantidos quando se trata de ações voltadas para os territórios populares e reforça o sentido de luta constante que significa estar no Centro, como anteriormente enfatizado por Eliane.

Esses grupos atuam como defensores não só de suas moradias, como também na manutenção da vida e da cultura do Centro Antigo. Abandonado pelas elites e pelo poder público, a partir do final do séc. XX, esse espaço passa a ser cuidado pelos pobres e negros, que ocupam os antigos sobrados esvaziados (URIARTE, 2019). Agem efetivamente na proteção do patrimônio edificado a partir do uso, preservando não só a estrutura, como também, a história e a memória, como bem registra Eliane ao afirmar que se os órgãos públicos responsáveis

tomasse conta a gente não tava fazendo o que a gente tá fazendo. [...] e a gente mantém esse centro vivo, esses casarões vivos, porque enquanto uma casa tem vida, ela tem vida, uma casa sem vida ela morre, pra essas casas não morrer a gente ocupa, para não morrer a história, para não morrer a energia dos ancestrais, para não morrer a cidade histórica, a gente ocupa e o que eles fazem: nos expulsam.

Dessa forma, confrontam políticas públicas ineficazes, ou não aplicadas, ocupam um centro degradado e o mantém vivo, (re)significando seus sentidos enquanto território. Um cenário comum as comunidades do Centro, reforçado por Sandra: “[...] quando o Centro Histórico estava abandonado, os casarões caindo, tudo feio sem reforma era a gente que tava aqui”. E por Linda Kayongo (liderança da Vila Coração de Maria), ao falar da Vila Coração de Maria: “a gente, um coletivo de artista, vem e ocupa as casas, que eles já tinham deixado mesmo sem manutenção para que caísse e pudesse construir o que quisesse”.

Além de afirmar suas territorialidades, essas comunidades do Centro atuam no processo de manutenção do patrimônio e da vida no Centro Antigo. Maura ressalta que os projetos para o Centro focados na remoção das famílias, desqualificam essas forças sociais e desconsideram o envolvimento de pertencimento que esses grupos estabeleceram com o patrimônio. Jecilda critica essas políticas que desconsideram os habitantes do Centro “um mundo totalmente voltado para o turista [...] você não

encontra moradia nem de baixa renda e nem de alta renda, você vê grandes empreendimentos [...] pontos comerciais com grandes empresários, que antes [...] eram áreas mistas entre comércio e moradia independente da classe social”.

Os simbolismos e significados que são atribuídos a essas construções antigas, ora são destacados ora são negligenciados nos discursos de proteção ao Centro. Uma questão que transparece, ao se observar a maioria dos discursos institucionais, é que quanto maior o valor histórico do monumento menos passível ele está de ser ocupado para fins sociais. No CHS são raros os edifícios históricos, considerados de grande importância simbólica pelo poder público, destinados para fins de habitação de interesse social, geralmente abrigam usos culturais, ou de interesse privado e imobiliário como no caso de hotéis de luxo, salvo alguns exemplos fruto de resistência do movimento do Centro, como o caso dos Artífices da Ladeira da Conceição da Praia. E até o percurso contrário é possível de se identificar, enquanto edifícios antigos menores não têm seu valor histórico reconhecido, estão degradados ou, ainda, fora de áreas extremamente valorizadas, são passíveis de serem ocupados por movimentos sociais, mas a partir do momento que esse monumento passa a ter um “valor” e lhe é aplicado um símbolo, muitas vezes econômico, se torna interessante para o Estado e para os agentes privados.

Jecilda, ao lembrar do processo de expulsão e invisibilização da população do Pelourinho, conta que as realocações previam mandar eles para conjuntos habitacionais localizados no Subúrbio de Salvador, “nada contra quem mora no Subúrbio, mas é porque a gente já estava assentado há anos dentro de uma área e o governo não via nós moradores, por sermos pobres e negros, com o direito a morar dentro de um patrimônio tombado”. Sendo assim, esse Centro possui características históricas, culturais e paisagísticas de interesse público que o tornam um ambiente extremamente conflitivo.

Isso evoca o sentido físico desse Centro que esses grupos defendem. Maura enfatiza que além da falta de infraestrutura, esses lugares distantes geralmente não oferecem os serviços que o Centro proporciona, e, ainda mais, não tem as relações que foram construídas ao longo dos anos. Na sua leitura, “nesses lugares não passa ônibus [...] não tem escola, não tem serviço de saúde, não tem nenhum serviço e ninguém aqui é [...] caramujo que carrega a casa nas costas a gente tem que ter vida”. Essa fala de

Maura destaca não só a importância do patrimônio histórico, que é o bem coletivo, mas também o patrimônio, enquanto bem individual, que é construído por cada família naquele território.

Essas potencialidades do Centro que Maura destaca, principalmente no aspecto da acessibilidade e serviços, estão associadas a um valor simbólico que se origina do valor material desse espaço, como explica Villaça: “o valor material é a fonte de seu valor simbólico. É a excepcional importância comunitária e social dos centros que faz com que eles passem a ser objeto de grande valorização simbólica” (2001, p. 241). Aspecto que é entendido, prezado e defendido por essas comunidades que vivem no Centro. Esse valor material, que assegura a moradia digna, também aparece na fala de Linda:

...você faz várias coisas sem precisar pegar transporte por aqui mesmo [...] é um lugar bastante misturado, [...] os bairros mais periféricos, [...] a vida é diferente lá e essa diferença tem um lado positivo e o lado também que não é tão positivo, por exemplo tem lugares na periferia que fica dias [...] sem cair água da torneira, ou com o esgoto a céu aberto, aqui fica também, mas eu acho que o poder público se preocupa mais em dar uma satisfação, obviamente aqui a gente não vai se comparar com o Caminho das Árvores, com o Corredor da Vitória.

Um aspecto muito importante, que também se relaciona com a questão da moradia, é que trabalhadores e trabalhadoras informais, característicos desses territórios, já fazem parte da cultura e da identidade do Centro. Um conjunto diversificado de atividades conformam o mundo do trabalho informal do CAS: trançadeiras, os ambulantes, os pescadores e marisqueiras, entre outros. Estar no CAS é o que permite que essas pessoas continuem exercendo seus ofícios, que têm essa relação cultural direta com esse território em específico, sendo assim, não poderiam ser exercidos em outro lugar. Afastar essas pessoas desse espaço não só dificulta a sobrevivência como é uma forma de apagamento histórico e cultural da própria cidade.

Uma das principais ações dos movimentos sociais organizados na defesa da moradia é a ocupação de terras e edifícios vazios. Um exemplo, que ganhou amplitude a partir de 2021, é a Ocupação Carlos Marighella do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). Como bem afirma Maura, ao se estabelecer num edifício no Centro, o coletivo não só mantém o patrimônio, como dá um fim social a ele, “o prédio fechado há anos sem nenhuma utilidade [...] e dar um fim social de moradia é dizer que não pode mais continuar dessa forma; eu acho que a intervenção do povo é a luta popular

mesmo, que é a única que eu acredito que faz a mudança”.

A simples existência desses territórios populares no CAS mostra caminhos possíveis da defesa de direitos, à cidade e a centralidade. Mostra que é concebível se ter habitação popular no Centro e a coexistência da heterogeneidade das pessoas e territórios com as práticas da cidade – não se isentando dos conflitos decorrentes dessas convivências, que inerente a própria constituição do urbano. Urpi Uriarte diz que essas formas de ocupação precisam ser reconhecidas como “vitoriosas e alentadas”, pois “trata-se de experiências de autogestão, dignidade, defesa do direito à centralidade e luta pelo direito à cidade” (URIARTE, 2019b, p. 346).

Ao ocupar esses casarões abandonados, os movimentos sociais não só reafirmam territorialidades como denunciam atuação excludente do Estado. Esses edifícios “só estão de pé porque a gente mora, [...] se (a gente) não estivesse lá já teriam caído [...]. O prédio existe porque a gente tá lá dentro, os outros eles fecham porque a intenção é que caia”, afirma Maura. A ocupação de terrenos e edifícios vazios ou subutilizados está ancorada pela Constituição Federal de 1988, em específico pelo Estatuto da Cidade, que diz que essas propriedades devem cumprir uma função social, assim reivindicam um direito que deveria ser assegurado pelo Estado, o da moradia digna. Eliane explana bem esse aspecto:

a gente ocupa para dar uma função a esse imóvel, dar vida a esse imóvel, da vida aquele comércio, da vida aquela comunidade, o ocupar é para dar vida aquele local, não é só ocupar, você quando ocupa é porque você não tem onde morar. [...] se os nossos governantes não nos dão o direito à moradia, se o dono daquela propriedade não dá a função dela, que tal juntar as duas coisas, eu preciso da casa e ela estava vazia, vamos ocupar, vamos dar uma função.

Além de uma atuação excludente, existe uma prática de mau investimento do dinheiro público nessas áreas. É o que destaca Jecilda ao criticar que a quantidade de verba que é gasta para escorar os casarões poderia ser utilizada para elaborar projetos junto à comunidade para recuperação dos imóveis para habitação: “bota 300 mil⁸⁸ na mão de qualquer grupo (movimento social) desse e dá o terreno para ver como é que a gente constrói as casas”. Portanto, ainda que exista algum tipo de investimento público nessas áreas não beneficia necessariamente a população. Por isso, muitas vezes os

⁸⁸ Valor estimado por Jecilda, mas não se sabe ao certo o custo para realizar as escoras dos casarões degradados.

movimentos sociais e comunidades não podem esperar que a melhoria e garantia de direitos venham através da esfera estatal e agem por conta própria. Bal, ao falar sobre a ocupação do Tororó, enfatiza isso: “nós mesmo que fizemos nossa casa, ocupamos uma área que estava inutilizada [...]. Era cheio de mato, o pessoal assaltava, estuprava, até matava. [...] olha o que fizemos, o progresso, sem a necessidade do poder público”. A inabilidade do poder público não fica só escancarada; nesse processo, também emerge a força dos movimentos de moradia do Centro, como desenvolvedores e aplicadores de políticas públicas efetivas que contribuem diretamente para melhoria da cidade.

Portanto, assim como o direito à moradia digna, também está assegurado pela Constituição Federal de 1988 a defesa do patrimônio cultural enquanto bem coletivo. Os artigos 215 e 216 da CF/ 1988 afirmam que é dever do Estado garantir o livre exercício dos direitos culturais como também apoiar e incentivar a valorização das manifestações culturais, reconhecendo não só os aspectos da monumentalidade, como também da excepcionalidade (MOURAD, 2011, p. 77-78) como patrimônio⁸⁹.

Nesses processos, a luta por direitos depende de uma resistência constante dos movimentos sociais e comunidades, conjuntamente com assessorias, técnicos e agentes estatais aliados. O combate aos desmontes de direitos é permanente, como visto no caso dos conflitos territoriais do Tororó nos últimos 3 anos que, por ser uma ZEIS, deveria ter garantida a condição de territórios de moradia popular. Sobre esse processo, Linda Kayongo lembra que: “se aqui é uma ZEIS e eles mesmo dizem que é uma ZEIS, como que eles permitem que degrade [...] botar as pessoas para fora de suas casas em plena pandemia, não é ferir direitos humanos?”.

Essas situações mostram que os instrumentos política urbana, como as ZEIS, e a atuação estatal não garantem necessariamente os direitos para as comunidades. Então, os movimentos sociais agem por meio de estratégias e ações próprias para garantir direitos conquistados e conquistar novos direitos, como, por exemplo, as já citadas ações de ocupações de terras e prédios vazios.

⁸⁹“Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988).

Nessas disputas o território do Centro coloca-se como uma arena bastante importante, como enfatiza Ana Caminha: “estamos num país onde o direito não é não é garantido, a gente tem que arrancar, conquistar ele na força, na luta, na marra e muitas vezes na pancada mesmo, é por isso que muitas vezes a gente vai para as ruas e a gente vai pro confronto”. Ao permanecer no Centro, e compreender esse território como uma arena de disputa, esses grupos defendem e reivindicam os seus direitos, principalmente o da moradia, como afirma Linda:

quem tá no centro, mora e sustenta o centro, dá produtividade ao centro e dá vida ao centro [...]. Nossos direitos têm que ser garantidos independente de quem somos, [...] eu tenho que me primar pelo direito, é o direito. Então o direito de existir, o direito de morar, é o direito de habitar [...]. O direito de morar está atrelado exatamente aos outros direitos, (como) esse direito de decisão política.

Nessas disputas o direito à cidade é materializado através do exercício do direito à moradia. O entrelaçamento das dimensões espacial e simbólica fica evidente quando esse direito é defendido no território, nas palavras de Ana Caminha:

por exemplo, eu morar na Gamboa eu estou garantido meu direito à cidade, eu estou garantido o direito de morar onde eu nasci, onde eu fui criada, onde eu tenho acesso a tudo isso, [...] que é direito a escola, direito à saúde, é direito a ir e vir. Quando construiu a Avenida Contorno em 1960, cortou e separou a Gamboa da cidade, eles nos tiraram o direito à cidade, não deixaram nem acesso para que a gente pudesse sair da Gamboa e ir no Forte São Pedro, sair da Gamboa e ir para escola, nós tínhamos que construir na marra esse direito à acessibilidade, esse direito à cidade. Então, direito à cidade é direito à acessibilidade, é direito a acessar os espaços, é direito a morar dignamente.

Ana Caminha associa intrinsecamente a questão da centralidade ao caráter social e de historicidade e a cidade ao caráter de infraestrutura e serviços. Mas importante notar que ambas se relacionam com a questão da ancestralidade e da necessidade de assegurar a relação estabelecida no território nas coexistências enquanto comunidade. Uriarte afirma que para esses grupos habitar o centro e lutar pela centralidade é um movimento de resistência contra anos de expulsão dos seus semelhantes do centro. “Reivindicam o direito à centralidade como parte do direito à cidade [...] o argumento é espacial, mas a luta é política: não se trata apenas de apropriação de espaços, trata-se de rever relações de poder que sustentam a política de periferização da pobreza” (2019b, p. 345-346).

A maioria desses territórios se consolidou a duras penas pelos moradores, as vezes sem nenhuma assistência do Estado, isso que Bal enfatiza ao dizer: “vou lutar, porque

aqui é o meu sangue, eu não vou dar o meu sangue para a Prefeitura, assim, de mão beijada não, [...] eu não me corrompi e vou até o final. [...] Eu queria permanência [...] se eu não puder ficar, quero uma indenização justa para que compre um outro lugar [...] por aqui por perto”. É possível perceber que ele se refere especificamente aos conflitos no Tororó, mas, antes disso, essa fala realça as conexões que essas comunidades criaram com os seus territórios. Nesse sentido é possível constatar que os vínculos culturais com a terra estão presentes no meio urbano, nos modos de vida, meios de subsistência e na história de vida da população que vive no território do CAS, seja nas suas dimensões físicas e/ou simbólicas.

Essas conexões com o Centro ficam destacadas também quando Ana Caminha lembra, novamente, do processo de implantação da Avenida Contorno, que ameaçou a permanência das comunidades da Gamboa de Baixo e Solar do Unhão e motivou a luta da comunidade pelo direito à moradia no Centro.

Então eu me vi na situação: eu vou sair do meu paraíso, do lugar que eu mais amo e as pessoas só tinha, só sabiam viver na Gamboa, a maioria das famílias vivendo da pesca. Como a gente vai sair da Gamboa para ir para Cajazeiras, para Jaguaribe? – que eram as propostas daquele período. Então, foi isso que me faz entrar com tudo, de corpo e alma, na luta por direito à moradia, por permanência, foi o medo de perder esse cantinho no mundo, medo de perder o local onde eu me identifico.

Sobre a importância do permanecer no Centro, Bal destaca o sentido simbólico ao falar das relações de vizinhança que conformam seu cotidiano e que não podem ser reproduzidas em um outro território completamente novo:

além do custo de vida que para mim é acessível, aqui eu tenho a minha família e é onde eu cresci, e estou crescendo, moralmente e intelectualmente. É porque eu conheço todo mundo e a comunidade aqui toda me conhece, não só aqui não, em vários bairros, porque eu já faço carreto há muito tempo, todos os ambulantes me conhecem, um indica o outro, é assim que eu vivo. Eu indo pra periferia, a periferia não me conhece. [...]

Ele é o território e o território é ele, os laços criados se estendem pelo território e projetam cada indivíduo no espaço que é externalizado na especificidade da coletividade de cada comunidade.

Para os movimentos e comunidades territorializados no Centro Antigo de Salvador, a moradia e a permanência no Centro têm um sentido histórico-cultural individual e coletivo muito presentes. Histórias já foram forjadas e consolidadas nesse território por muitos anos, como Maura Cristina bem destaca: “tem ocupação de 20 anos no

Centro Histórico [...]; as pessoas nasceram, as pessoas foram para a escola, as pessoas fizeram formação religiosa, as pessoas casaram, aí essa pessoa teve mãe e teve vó, vó já morreu, mãe já tem outro casamento”. São laços sociais e familiares e que já atravessam gerações.

Nesse sentido, Maura destaca que a infraestrutura que o Centro oferece não pode ser desvinculada das relações de vizinhanças e enfatiza como os processos de remoção são violentos ao negarem esses aspectos:

É quem me empresta o açúcar, é quem se eu tiver uma dor de barriga à noite eu vou poder gritar, é o meu vizinho que conhece a minha história, que tem um afeto com o meu filho, que nesse (outro) lugar [...] eu não vou encontrar. Então, você tira das pessoas a vida, você tira das pessoas a sua história.

É dessa convivência, do cotidiano de estar no Centro, que sentidos como o de solidariedade aparecem e que, ao serem criados e fortalecidos por esses grupos, permitem o exercício da vida cotidiana. Esse senso de vizinhança e cuidado exercido é característico das comunidades do Centro. Eles não querem perder a relação “do vizinho tomar conta dos nossos filhos, as crianças na rua ficam soltas [...], a mãe pode não estar aqui, pode estar trabalhando fora, mas sempre tem uma mulher de olho nas crianças aqui na rua; então a gente sai para trabalhar despreocupada”, como bem enfatiza Eliane. No mesmo nexo, Bal reafirma esse sentido: “eu tenho uma filha que nasceu aqui, então ela pode ir até lá na frente e voltar e todo mundo (a) conhece. Então aqui eu criei um vínculo familiar, eu vou para outro bairro, não conheço ninguém”.

Além do cotidiano essas relações são forjadas também na luta. Por isso, Maura reafirma a importância de resistirem para não serem expulsos e mandados para lugares distantes, “(lugares) que não têm a menor identidade”. Esses laços estabelecidos são diferentes do que já existem nos “bairros”. Por conta dos aspectos de centralidade, no Centro eles reafirmam o sentido da luta por meio da proximidade, como destaca Eliane: “é a questão de você, sua centralidade, seu vizinho, seus amigos, suas raízes naquele lugar, [...] é isso que é brigar por morar no Centro de Salvador; é quem tá acostumado aqui não acostuma lá”. É um laço construído com as pessoas e com o espaço de um cotidiano “percorrido a pé”:

São percursos diários, trajeto cotidianos, circuitos traçados ao longo de anos de trajetórias residenciais pelo centro. [...] percorrem o centro a pé, todos os dias, parando e reparando conhecendo e reconhecendo, produzindo e

reproduzindo uma área, sua própria área. A centralidade envolve, portanto, também, este relacionamento afetivo com o espaço central, fruto dos engajamentos, enraizamentos e envolvimento com vários becos, muitas ruas, um grande número de pessoas cujo contato é renovado por meio dos trajetos percorridos a pé (URIARTE, 2019b, p. 342).

Nesses termos, os movimentos sociais por moradia do Centro e seus territórios são núcleos de resistência que agem como “garantidores” da permanência das comunidades no Centro. Enquanto o movimento social se mantém forte, as comunidades se sentem fortalecidas para continuarem resistindo. Nas palavras de Ana Caminha

nós [Articulação] estamos articulados principalmente nesse processo de luta em defesa do emprego e da moradia no Centro, [...] já tem anos que ele (o Centro) vem sendo atacado, vem sendo alvo de especulação, os grandes hotéis estão chegando, a exemplo da Rua Chile, Ladeira do Couro, então a gente percebeu desde 2014 a necessidade de se agrupar enquanto movimento para fazer uma luta só, para fazer uma defesa realmente do Centro Antigo.

Por fim, com base no que defendem nas suas práxis, é possível perceber que as lideranças ressaltam e reconhecem o Centro enquanto arena de disputa na reivindicação pelo direito à cidade, sobretudo à centralidade. Destacam tanto os aspectos físicos como os simbólicos como imprescindíveis para a constituição da vida urbana e garantia da sobrevivência. Os aspectos da ancestralidade e da cultura estão muito presentes e são alguns dos principais aspectos que diferenciam o território do Centro Antigo e caracteriza as suas lutas que condensam uma identidade que constitui Salvador como uma cidade múltipla, em toda sua amplitude histórica.

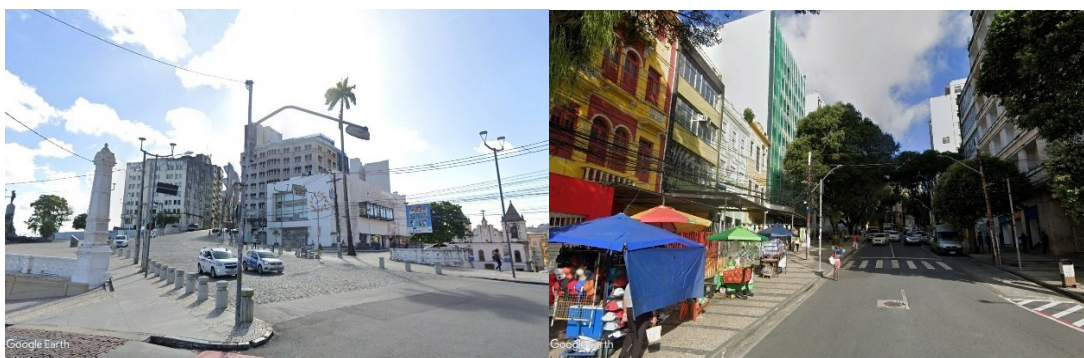
3.3. Sentidos e diferenciações: a Centralidade no CHS e no CAS

Como já pontuado, o CAS tem diferenciações espaciais que são formalmente delimitadas por legislação, o Centro Antigo de Salvador (CAS) – Área contígua à Área de Proteção Rigorosa - APR definido pela Lei Municipal 3.298/1983 e o Centro Histórico de Salvador (CHS) o limite estabelecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 1984. Além dessas diferenciações espaciais institucionalmente definidas, os sentidos de centralidade desses territórios são distintos pelos agentes que os ocupam ou esses sentidos são meramente figurativos decorrentes de decisões políticas, que condicionaram diversas intervenções ao longo dos anos nessa área? É o que buscaremos discutir a seguir.

Um dos aspectos que consagra o papel de centralidade ao CAS é o seu território extremamente heterogêneo. Os bairros do entorno imediato do CHS – Barbalho, Macaúbas, Lapinha, parte da Liberdade, Nazaré, Mouraria, Barris –, ainda que tenham questões relacionadas a conservação urbana, continuam atrativos para moradia, visto que estão próximos a locais de intenso comércio, serviços educacionais, de saúde, de transporte público. As outras áreas, como os bairros do Comércio, Centro Histórico, Centro (Rua Chile, Avenida Sete de Setembro, Rua Carlos Gomes) são predominantemente comerciais. No caso específico do Pelourinho, a perda da função de moradia é consequência da elaboração e aplicação de políticas públicas inadequadas a esse espaço (SEI, 2013, p. 11).

Os demais bairros do CAS apresentam características residenciais fortes e sem apelo turístico. Sendo assim, mesmo próximo do eixo turístico, tem-se bairros com dinâmicas de moradia e trabalho, caracterizando um ambiente espacial e socialmente diversificado.

Figura 24 - Rua Chile e Av. Sete de Setembro



Fonte: Google Earth (2023)

A inúmeras transformações, desde a década de 80, alteraram o perfil social dos residentes, consolidando o “predomínio de uma classe média baixa; transferência de função de parte dos imóveis residenciais para comerciais; desvalorização imobiliária; perda de qualidade na infraestrutura urbana e nos equipamentos culturais” (GOTTSCHELL, 2014, p. 32). Ainda que nos bairros do CAS a multifuncionalidade seja marcante, o uso residencial é prevaiente.

Evidencia-se, assim, nas edificações do CAS como um todo, a preponderância do uso habitacional (65%), seguido pelo comércio e serviços (22%), além do uso institucional (6%). Esse levantamento também indica que, no âmbito do CAS, as áreas de maior incidência de uso de comércio e serviços estão localizadas no bairro Centro, prolongando-se até o Centro

Histórico, Santo Antônio e Comércio. [...] Na poligonal do CHS, a incidência de comércio e serviços é preponderante, seguido pelo uso institucional, ruínas e imóveis fechados, sendo menor a presença de uso habitacional, que apenas aparece com maior destaque no bairro de Santo Antônio, sobretudo, no Carmo (UNESCO/SECULT, 2009 apud GOTTSCHELL, 2014, p. 32).

A definição da centralidade exige que se tenha uma referência para que seja compreendida como tal e por vezes envolve uma relação de hierarquias estabelecidos por fronteiras. É perceptível a complexidade e a existência de “intensidades de centralidade” dentro do próprio território do Centro Antigo de Salvador, sejam elas percebidas pelos seus sentidos simbólicos ou físicos denotados aos espaços diferenciados. Segundo Gaspari, os centros tradicionais, núcleos antigos das cidades, que conservam suas qualidades funcionais, ainda que atravessados por processos de modernização e/ou(poli)descentralização da urbe, denotam a “expressão máxima dos atributos da centralidade. [...] Assim, o Centro, em sua área interna, contém diferentes expressões e, inclusive, intensidades de centralidade, o que evidencia sua complexidade” (2019, p. 92). A partir desse entendimento, busca-se compreender como essa dinâmica de “intensidades de centralidade” se dá no CAS.

Em relação às demais áreas da cidade, devido as questões funcionais e simbólicas, o centro tradicional recebe diversas adjetivações que ressaltam suas características por perspectivas diversas. Nas palavras de Gaspari:

[...] a conjunção dos fatores simbólico e funcional, bem como das suas diversas manifestações e a relação com novas áreas de centralidade, confere ao Centro a possibilidade de diversas adjetivações, tais como “centro tradicional”, “centro histórico”, “centro consolidado”, “centro antigo”, “Área Central”, entre outras. Cada uma dessas adjetivações indica uma opção que ressalta determinadas características do Centro em detrimento de outras, sem, entretanto, dar conta de todas elas (IPEA, 2016). As formas “histórico”, “tradicional” e “antigo” recaem, de maneira similar, no problema que o Centro não mais se restringe espacialmente ao seu núcleo original, o histórico, nele não se estruturam ou se desenvolvem apenas práticas necessariamente “tradicionais”, e nem pode ser simplesmente descrito como “antigo”, uma vez que em competição com novas áreas de centralidade, também passa por modernizações. Como agregador de várias expressões do central, sim, estas formas também nele se expressam, mas não podem ser adotadas para descrevê-lo em sua totalidade (2019, p. 93-94).

Essas relações podem se estabelecer também por um entendimento de “centros e margens” delimitados por fronteiras diversas. Para Uriarte “as fronteiras distinguem espaço por oposição: opacos de um lado, luminosos de outro; centrais uns e outros

periféricos; formais num lado e informais em outro”⁹⁰ (URIARTE, 2019b, p. 338). Desse modo se estabelecem esses territórios hierarquizados e assimétricos, na relação “centros e margens” separados por essas fronteiras - sociais, econômicas, culturais etc. - que são reafirmadas pelos poderes públicos quando nas suas prioridades de investimentos.

Pra-cá da fronteira, a ordem, a lei; pra-lá da fronteira, a invenção de outras ordens. No centro: luz, vigilância, equipamentos culturais, patrimônio, turistas; nas margens: opacidade, descuido, pobreza, moradores. O centro concentra os órgãos administrativos, os serviços, o lazer, os equipamentos urbanos, a urbanização, o urbanismo, o paisagismo, o monumentalismo, os esforços e os investimentos etc.; as margens, ao contrário carecem destes atributos, recebem indiferença (URIARTE, 2019b, p. 338).

Esse ponto é importante pois ajuda a traçar alguns entendimentos sobre como essas diferenciações ocorrem dentro do tecido do próprio Centro Antigo de Salvador. O primeiro aspecto que se enxerga é que a delimitação do perímetro do CHS conferiu esse título de “centro” a uma área específica desse território para a qual foram direcionados os investimentos e onde foram concentradas as intervenções nesse espaço, desde os anos 60 com o Plano Geral de Recuperação do CHS⁹¹. Ainda que esse perímetro inicial tivesse como justificativa a preservação de um conjunto arquitetônico, urbanísticos e paisagístico de relevância internacional, não significa que os territórios as “margens” deste fossem drasticamente diferenciados ou não tivessem relevância “histórica” para serem tratados como tal. Isso só revela as decisões políticas que foram tomadas.

Ainda no sentido de discutir essa relação “centros e margens”, antes de ser delimitado e reconhecido, o CHS

foi praticamente abandonado pelas políticas públicas após a decisão de implantar outros centros [...]. Passou a ser um centro tratado como margem, no qual vivia e sobrevivia uma população pobre que habitava suas subáreas. [...] Relegado, nas décadas de 1970 e 1980 o velho centro funcionou como espaço habitacional e comercial para setores populares. Em 1993, uma fronteira foi criada no meio dele, quando se implementou o projeto de “recuperação” do Pelourinho: o Terreiro, o Maciel de Cima e de Baixo e o largo do Pelourinho se tornam espaços turísticos e comerciais, com oferta culinária e artística condizente com o gosto e o poder aquisitivo dos setores privilegiados, e a Baixa, o Taboão, o Passo, a Rua das Flores e o que se chamou de sétima etapa se tornaram margens do Pelourinho, espaços nos

⁹⁰ A autora parte, sobretudo, do entendimento de que dos territórios populares que se estabeleceram afastados dos centros principais da cidade de Salvador, como os localizados no Subúrbio ou mais próximos da região metropolitana. Para nossa discussão vamos nos ater ao território do CAS.

⁹¹ Mais aprofundado no capítulo seguinte.

quais os pobres podiam procurar moradia, os bêbados dormir nas ruas, os viciados consumir drogas (URIARTE, 2019b, p. 338-339).

Como explanado pela autora, a partir da década de 90 começa a se formar uma centralidade dentro do próprio Centro Histórico - induzida pelo poder público em meio a processos de investimentos econômicos, intervenções urbanas e remoções forçadas - a partir desse entendimento de margem e centro. Evidencia como essas diferenciações são ocasionadas por ações estatais, que produzem ambientes segregados ao privilegiar parte do território em detrimento de outros, criando essas fronteiras. Essas diferenciações são percebidas até os dias atuais, ao se observar as áreas do Centro Histórico, onde o poder público age e onde ele negligencia. Ao analisar o perímetro da 7ª Etapa em relação ao entorno imediato (Figura 27), é notável, pela condição física dos telhados e quantidade de vegetação esse tratamento diferenciado.

Figura 25 - Pelourinho e Baixa dos Sapateiros.



De cima para baixo: Pelourinho e Baixa dos Sapateiros. Fontes: Bahia Turismo, [s.d.] e Correio, 2011.

Para Azevedo, as reformas no Centro Histórico falham na resolução de problemas sociais e urbanos, criando um ambiente homogeneizado, focado somente no sentido turístico da centralidade. Para ele, ainda assim, “a centralidade do CAS permanece viva e não se restringe aos aspectos produtivos e socioeconômicos, senão também aos aspectos simbólicos e de identidade étnica” (AZEVEDO, 2011, p. 29). Ou seja,

continuou sendo um ambiente que, sobretudo, a população pobre e negra transita e ocupa, ainda que nas margens.

A partir de 2010, uma série de novas intervenções começam a ocorrer com o lançamento do Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador⁹². Ainda que os limites do CAS já fossem reconhecidos desde os anos 80, só a partir desse plano que o poder público lança projetos e programas pensando nesse limite ampliado do CAS. Ainda assim, o plano não dá conta da complexidade desse território e peca, sobretudo, na falta de desenvolvimento de políticas pensadas na reabilitação dos usos habitacionais, informais e populares, tão onerados ao longo do tempo nesse território. Embora repetindo os mesmos problemas dos planos anteriores, uma ideia de centralidade atribuída a todo perímetro do CAS começa a se fortalecer.

Nesse sentido, Ana Fernandes destaca três aspectos inegáveis sobre a centralidade no CAS. Primeiro, o Centro Histórico é amplo para além do que é estabelecido institucionalmente; em seu sentido de centralidade, o CHS e CAS não existem isoladamente do resto da cidade; e as centralidades são mundos complexos e, portanto, não devem ser tratadas com caráter de exclusividade de funções, pois esse sentido não se sustenta, limitando sua complexidade ao atribuir uma função monocentrada. Nas palavras dela:

[1.] a centralidade tradicional da metrópole contemporânea é mais ampla que seu núcleo matriz estrito, integrando um cordão de espaços que se desenvolveram diretamente articulados a ele e que com ele funcionam em estreita sintonia, apresentando condições muito similares de estrutura e de condições urbanas de reprodução. [...]

[2.] essa centralidade tradicional não existe isoladamente: ela está estreitamente articulada à dinâmica urbana como um todo e à das outras centralidades em particular. O que acontece num lugar ressoa no outro e o movimenta. Assim, importa perceber que a tendência de esvaziamento dos centros tradicionais está diretamente vinculada aos processos gerais de produção do espaço urbano [...].

[3.] as centralidades são, por definição, complexas, assim como o são suas relações com a cidade. Assim, em termos gerais, a centralidade pode ser entendida enquanto polarização da vida pública e do mundo comum e, portanto, constituinte da pólis, domínio da política. Em termos espaciais e de forma correlata, a centralidade pode ser entendida enquanto polarizações agudas da malha espacial e, portanto, constituinte nuclear do espaço público e do urbanismo. Portanto, unisetorialidade, monofuncionalidade e exclusividade social e política, quaisquer que sejam elas, são incompatíveis com a própria ideia de centralidade (FERNANDES, 2011, p. 32).

⁹² Mais aprofundado no capítulo seguinte.

Diferente dos limites institucionais e socioespaciais, ainda existem os entendimentos, diferenciações e apropriações sobre a centralidade que são atribuídos ao CHS e ao CAS pelas comunidades, movimentos sociais e aliados. Partindo de uma análise das pressões que esses territórios sofrem, principalmente do poder público e interesse privados, existe um entendimento geral: não existem diferenciações quanto a esses tratamentos, mas devido a consequências históricas, derivadas de decisões políticas, o CHS é um território mais conflitivo que o CAS, ainda que esses processos atinjam ambas áreas de alguma maneira.

Para Clara Araújo (arquiteta e integrante do Coletivo Escalar)⁹³, o Centro Histórico aparece como um espaço diferenciado principalmente porque tem o turismo como um uso bastante forte, portanto “há investimentos públicos, e privados também, para que aquele espaço se torne um espaço atrativo e que vá atraindo novos públicos de turistas para aquela área da cidade”. Julia Molina (advogada e integrante do SAJU)⁹⁴ compartilha de um pensamento semelhante, quando destaca que ainda que o processo de expulsão tenha sido consolidado no CHS, muitas famílias ainda vivem nessa área num processo de resistência constante. Esse aspecto de “resistência constante”, também aparece como um ponto que diferencia esses territórios do CHS e do CAS. Nas palavras dela:

(o) processo de expulsão dos imóveis, das ruas, dos espaços, hoje está consolidado (no CHS), evidentemente existem muitas ocupações e muitas casas também, que não só de ocupações, mas de muitas famílias que moram ali, que fazem parte de fato de uma comunidade que ocupa tradicionalmente o Centro Histórico e esses espaços são espaços de resistência.

Pode-se dizer que a disputa no CHS, por vezes, aparece de forma mais expressiva, pois as inúmeras intervenções nesse território ao longo dos anos foram lhe agregando valores de extremo interesse para o capital. Julia ainda afirma que os processos de resistência agem não só no âmbito da vivência como também no combate a “assédios em termos institucionais, processuais e jurídicos”. Esse ambiente conflitivo gera uma sensação de insegurança para os moradores do Centro, que é regida pelos interesses privados e econômicos como destacado pelas lideranças no tópico anterior desse capítulo.

⁹³ Entrevista realizada para essa dissertação em 10 out. 2022.

⁹⁴ Entrevista realizada para essa dissertação em 26 nov. 2022.

Linda Kayongo (representante da Vila Coração de Maria) alerta que, por trás dos processos de transformações e políticas urbanas, dentro do próprio CAS existe um discurso institucional dicotomizado que subentende as áreas de centralidades, como um discurso que traduz: um histórico potencializado e segregador e um antigo pouco relevante e abandonado –

eles fazem a fachada como é de praxe para receber o turista e [...] (para isso) tem que remover pessoas, porque querem ali restaurantes, eles não querem “Dona Fulana” que faz o feijão dela, [...] a visão e como ele (poder público) traduz esse histórico é que é nocivo. [...] então é só apagamento de uma memória, de uma história⁹⁵. Então, assim, quando eles falam antigo, antigo para eles não soa tão bem [...] para eles é velho [...] pra esse tipo de modelo não existe restauração, no sentido de melhorar aquela situação, mas sim de reformar.

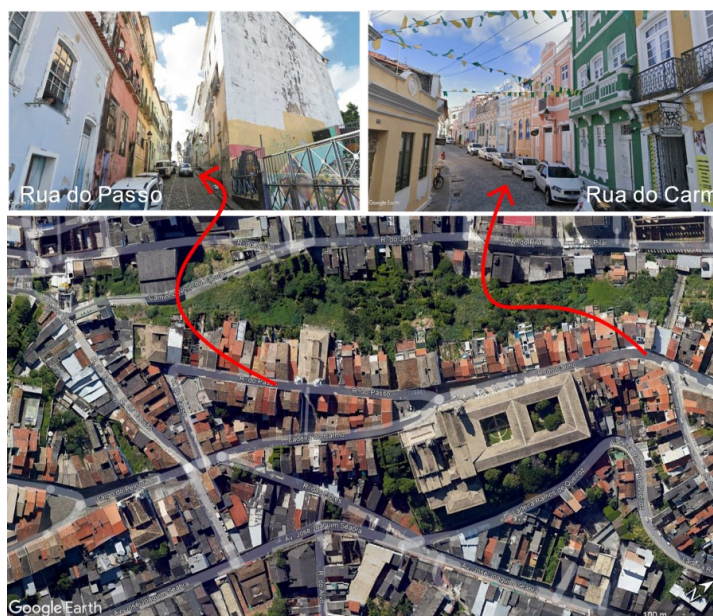
Reformar no sentido de expulsar as famílias e apagar modos de vida, que são históricos. Ou seja, existe uma questão em utilizar de denominações entre histórico e antigo para as expressões da área central, se usadas de maneira literal não conseguem descrevê-lo em sua totalidade (GASPARI, 2019).

Sandra (representante do MSTB) ressalta que as diferenças do tratamento estatal e do mercado imobiliário são facilmente percebidas no espaço edificado pelos usos que são dados aos edifícios antigos da área,

you perceive pelos hotéis [...] uma estrutura completamente “europeia” [...] se você for no Santo Antônio (Além do Carmo) você também percebe [...] tá todo embranquecido [...] se você chegar aqui no Largo do Carmo, no final dessa rua, você vê que tá tudo pintado (só) até onde [...] mora [...] pessoas com poder aquisitivo melhor.

⁹⁵ “O histórico para eles [...] é aquela coisa mais do turista, [...] não estão preocupados com a história, porque a história do lugar são as pessoas também, é a trajetória daquelas pessoas que ali passaram e no nosso caso aqui são pessoas negras, tradicionais, indígenas, povos originários, essa história eles querem apagar” (Linda Kayongo em entrevista para essa dissertação).

Figura 26 - Rua do Passo e Rua do Carmo CHS



Fonte: Adaptado do Google Earth, 2023.

Ao traçar um percurso da Praça Castro Alves até o Largo do Pelourinho, Jecilda (representante da AMACH) também fala dessas diferenciações no espectro do visível, entendendo-as como acentuadoras de contrastes entre os ambientes numa mesma área e enfatiza o turismo como artifício estatal utilizado para a manutenção de locais específicos no Centro Histórico:

é visível [...] principalmente quando você chegar ali na praça Castro Alves aquele edifício do A Tarde (Hotel Fasano), você sobe mais um pouquinho entra na (Rua) Chile você vê aquele outro hotel (Fera Palace), você sobe mais um pouquinho [...] chegou já na Praça Municipal, no Palácio do Governo (Palácio Rio Branco) [...], na Praça da Sé [...], você desce mais um pouquinho, chega no Terreiro (de Jesus), quando você chegar lá no Largo do Pelourinho você ainda vê um mundo totalmente voltado para o turista, onde você não encontra moradia nem de baixa renda e nem de alta renda, você vê grandes empreendimentos, pontos comerciais com grandes empresários, [...] se você voltar “para dentro” do Centro Histórico e olhar a 7ª Etapa [...] você vê as ruas sujas, escuras, mas não é porque elas são sujas, (ou) porque as pessoas que moram nela são sujas, são pretas, é porque o poder público não faz políticas públicas para deixar esse lugar bonito, visível, não leva o turista!

Figura 27 - Contrastes 7ª Etapa, Praça da Sé e Terreiro de Jesus



Fonte: Adaptado do Google Earth (2023).

Jecilda ainda complementa ao destacar que inúmeras fronteiras são criadas ao se designar usos específicos no Centro de maneira restrita a uma determinada camada da sociedade ou quando o acesso livre à cidade é dificultado por inúmeros fatores:

[...] hoje você vê só restaurantes sofisticados pessoas que vieram de outros lugares sentados e comendo, porque nós que somos moradores não temos nem poder aquisitivo para chegar ali para sentar, para tomar uma cerveja, quanto mais pedir um prato principal, [...] a gente deveria estar inserido nesse contexto, como o ser humano que dá visibilidade, dá nome e dá vida a essa área, se não fosse nós moradores que aqui estamos, o Pelourinho já tinha acabado, porque o turista não segura não.

Na visão de Julia Molina, a disputa sobre o território se mostra como gradual partindo do CHS e indo para todo o CAS, mas a pressão exercida pelo Estado e pelo interesse privado é “rápida e violenta nos dois tecidos”, sendo assim, intensa em ambos os territórios. Clara Araújo verifica que há uma série de ações do mercado imobiliário que atuam tanto no CHS, como também em outras áreas no CAS, comprando edificações e construindo hotéis. Ela cita como exemplo os hotéis na Rua Chile, assim como a compra de inúmeros imóveis por um único grupo privado no Santo Antônio Além do Carmo e no 2 de Julho⁹⁶. Ela ainda nota que por mais que essas questões sejam mais visíveis no CHS, elas têm começado a se desenrolar no CAS. Como exemplo, ela cita

⁹⁶ Essas incidências do mercado imobiliário serão mostradas no capítulo seguinte.

que as demandas dos movimentos da AMACH e do MSTB no CHS são constantes, mas outros movimentos como o MLB, na Praça Castro Alves, e o Tororó resistem e sentem os impactos de intervenções propostas ou já em curso, como a reforma da Av. Sete de Setembro⁹⁷ e a construção do Shopping Estação pelo Consórcio Nova Lapa. Então, destaca a importância de resistir para que esse processo do Tororó não abra espaço para que processos semelhantes de exploração do espaço urbano nos demais territórios populares do Centro e da cidade sejam mais fortalecidos.

Acho que o Centro Histórico ainda é a menina dos olhos do capital imobiliário, [...] lá está acontecendo de uma forma muito violenta e rápida, que a gente vê que não está acontecendo no Centro Antigo como um todo, mas acho que [...], enquanto assessoria [...] a gente enxerga que o Tororó é uma porta de entrada (para violências futuras).⁹⁸

Ou seja, ainda que essas disputas sejam mais intensas no CHS elas ocorrem integradas com outras em todo o CAS. Ana Caminha (liderança da Gamboa de Baixo) tenta estabelecer essa relação com base nas últimas transformações urbanas observadas. Para ela, a quantidade de hotéis que têm sido implantados na Rua Chile, por exemplo, exerce uma pressão muito grande e constante sobre o território do CHS no intuito de mantê-lo “embelezado” para permanência dos turistas, enquanto que as pressões que acontecem no CAS se diferenciam pois o intuito é criar espaços pontuais de atividade turística, onde os turistas só acessam locais específicos: “eu acho que o Centro Histórico sofre uma pressão constante, porque é um espaço que eles (agentes públicos e privados interessados) estão projetando para ser [...] a cara do que eles acreditam que é o Pelourinho”.

Sandra afirma que esse modo de atuação, partindo do poder público, é totalmente contraditório porque gera espaços falsamente seguros

eles fazem tudo para o turista, mas não tem o cuidado com turista. Porque ter cuidado com turista não é o turista chegar no hotel e estar lá: “não entre na Rua do Passo”. Porque não é só a Rua do Passo que tem problema social, é metade das ruas do Centro de Salvador. [...] os lugares onde mais moram pessoas, que é os lugares remanescentes de moradia [...]. Que segurança tem esse povo que vai morar, vai ficar circulando só ali: Santo Antônio, na Praça Municipal, no Fasano, no Fera Palace? [...] eles fazem um projeto de especular os casarões, mas não fazem um projeto para que as famílias

⁹⁷ A avenida conhecida pelo comércio de rua bastante movimentado, passou por uma grande intervenção em 2020. Foi feito alargamento de calçada, revitalização de praça, melhorias urbanísticas, assim como melhorias na infraestrutura de água, esgoto, drenagem, telecomunicação e gás. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/nova-avenida-sete-passado-e-futuro/>

⁹⁸ Julia Molina em entrevista para essa dissertação.

permaneçam morando, que fiquem bem, ficando bem não gera violência e sabe...é fazer as coisas direito.

Ela fala que essas intervenções em todo o tecido do CHS são focadas na produção de um ambiente “seguro” para o turista. Essa segurança significa que existem áreas que devem ou não ser visitada e, nesses termos, tem um evidente reforço da relação de “centro e margens” (URIARTE, 2019b) perpetuada nos discursos, o que evidencia que a relação de “intensidade de centralidade” (GASPARI, 2019) não aparece só na relação CHS e CAS, mas também dentro de cada um desses territórios especificamente. Por exemplo, as intervenções estatais têm histórico de reformar monumentos e criar ambientes restritos, centralizados, para o turismo. Os territórios da Gamboa de Baixo e Solar do Unhão, bairros populares estigmatizados pelo sistema e negligenciados pelo Estado⁹⁹, coexistindo com o MAM e a praia do Solar do Unhão uns dos espaços culturais e de lazer mais visitados da cidade¹⁰⁰.

Mourad também revela esse entendimento, ao observar que a produção privada impacta diretamente o tecido do CHS, contribuindo para a consolidação de processos de gentrificação e afirmação de diferenças socioterritoriais, diferenciando lugares “visitáveis” e locais “marginalizados” ou “inseguros”, dentro do próprio CHS.

É curioso observar o roteiro turístico proposto pelas agências ligadas a esse ramo. Esses roteiros elegem microterritórios onde a população solvente pode caminhar, visitar, consumir e contemplar paisagens. Dessa forma, produz porções do território que apresentam maior dinâmica econômica e acabam concentrando recursos vultosos destinados anualmente pelo poder público para manutenção desses espaços e de seus monumentos históricos (MOURAD, 2011, p. 101).

Para Maura Cristina (representante do MSTB), no seu sentido histórico, não há diferença entre os dois territórios, os quais precisam ser valorizados e preservados igualmente, respeitando os modos de vida e as histórias existentes. “O ataque é igual, essa coisa de mudar, [...] de passar a ser Centro Antigo é uma resolução que é tomada dentro da Prefeitura e do Governo do Estado [...], mas existe diferença? Não tem não”. Ela ressalta que o poder público tem ignorado os territórios populares e cria áreas degradadas/reformadas sob um interesse higienista:

⁹⁹ Historicamente a comunidade Gamboa de Baixo foi estigmatizada como violenta, insegura e como sinônimo de marginalidade. Sobre isso, ver: Perry (2022).

¹⁰⁰ Atualmente a praia do Solar do Unhão ficou nacionalmente, e internacionalmente, conhecida, entrando no eixo turístico de Salvador, inclusive se tornando cenário para produções culturais de diversos artistas.

então existe valorizar e manter aquele território e trazer isso tudo para o Pelourinho e ir expulsando, expulsando, expulsando. Aí você vem, chega aqui no Centro Histórico que é a vitrine, aí você chega atrás do Terreiro de Jesus (7ª Etapa), os casarões caindo aos pedaços, escondidos [...]. Então não tem diferença, o projeto é: a retirada das famílias do Centro. Não tem nenhum projeto para fazer uma reforma coletiva.

Nesse sentido, as violências não distinguem os territórios e incidem igualmente no sentido de eliminar as camadas sociais populares, como assinala Eliane (representante da Ladeira da Preguiça) em concordância com a perspectiva posta por Maura:

a mesma porrada que eles dão aqui (CHS) eles dão lá (CAS), não tem diferença, Tororó tá aí provando isso [...] é a mesma coisa, as mesmas armas, os mesmos problemas, as mesmas problemáticas das mesmas formas, é o mesmo racismo estrutural [...], onde tiver preto e pobre eles vão usar da mesma forma, da mesma violência.

Por fim, ela afirma que esse é um problema geral, decorrente desse modelo de produção de cidade, da exploração da terra urbana para fins de acumulação do capital, que se repete por toda a cidade e atinge, sobretudo, os territórios populares: “o Brasil está em leilão, leva quem pagar mais, é assim que funciona”.

Entendendo o sentido do que é histórico como um conjunto de características que inclui os modos de vida de todos os moradores e moradoras que construíram esse território ao longo dos anos, para Linda, todo o Centro Antigo é histórico e por isso deve ser tratado como relevante:

Então aí a gente percebe, o histórico seria todo, (Centro) Antigo e Histórico [...] porque (tem) o histórico da Gamboa, histórico dos Artífices da Conceição da Praia toda aquela ladeira, histórico daqui da Ladeira da Preguiça uma das primeiras ruas de Salvador [...], esse é o histórico, o histórico do seu lugar é o povo que o construiu e sua jornada, trajetória sua construção geográfica, mas não só geográfica, ancestral, de pertencimento, de identidade, de origem.

Contudo, é perceptível que os limites entre CHS e CAS não são necessariamente visíveis e não se expressam geograficamente. Mesmo que exista uma delimitação institucional, que serve de base para os processos de intervenção urbana, esse limite não se apresenta para os moradores. Observa-se que o processo de exploração do perímetro do CHS foi mais latente por conta da relevância nacional que assume logo após ser reconhecido como patrimônio mundial, isso volta os olhos a esse território e pressiona o Estado a agir rapidamente sobre essa área. No entanto, as consequências

dessa ação no CHS vão respingar no CAS, pois, como dito, as áreas não possuem limites muito bem delineados que as diferenciam social e espacialmente.

Se analisarmos esse ponto de vista a partir de dois exemplos, como a 7ª Etapa e o Tororó é possível notar que os processos acontecem de maneira bem semelhantes. Tanto na 7ª Etapa quanto no Tororó houve a prevalência de interesses privados sobre o território, que foram mediados por discursos institucionais de “melhoramento” da área urbana em prol de um benefício “coletivo”. Na 7ª Etapa o que estava em evidência era a manutenção e salvaguarda do patrimônio edificado do CHS e a resolução dos problemas sociais no território, depois de um longo período de abandono e falta de assistência estatal. No caso do Tororó o discurso é semelhante, de recuperação da Estação da Lapa e de um suposto “melhoramento” viário.

Dito isso, entende-se que frentes de expansão do capital se abrem a partir da confluência de interesses na relação com o Estado. Essas investidas podem vir através de obras de grande impacto que são operacionalizadas pelo poder público, recuperação de uma área pública, ou pelo privado, como a implantação de empreendimentos. Muitas vezes esses agentes agem em conjunto, nas Parcerias Público Privadas (PPP), como no exemplo do Tororó.

Isso deixa claro que os territórios populares de Salvador parecem viver em constante tensão, o que revela a situação de vulnerabilidade social dessas comunidades ao estarem sempre sob ameaça de remoção. Nem mesmo os instrumentos de política urbana, como as ZEIS, colocam esses locais em condição de estabilidade. Por isso, em defesa dos seus territórios, movimentos sociais urbanos agem, se articulam, criam alianças, lutando pela sobrevivência e pelo direito de r-existir na cidade.

Com base no que apontam as lideranças e comunidades do Centro Antigo mesmo que exista uma definição institucional que diferencia o CHS e o CAS, a vulnerabilidade e as disputas pela centralidade estão presentes em todo o CAS. Isso fica evidente toda vez que projetos, planos e programas, seja de iniciativa pública e privada, ameaçam os territórios populares.

É visto também que, em meio às pressões no CHS que emergem forças de resistências, desses processos de intensas disputas que movimentos, como a AMACH, surgem e agem na reivindicação de direitos. Pode-se dizer que processos

de pressão intensos geram forças de resistências mais intensas ainda, nessa perspectiva o fortalecimento desses movimentos que surgem no CHS e se estendem para o CAS. Na forma da Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador, não defendem só seu território em específico, mas toda uma rede articulada com foco na defesa dos territórios enquanto um todo integrado, entendendo que a ameaça que permeia um território é a mesma que pode atingir os outros logo em seguida, ainda que com agentes e ações não sejam exatamente os mesmos.

4. DISPUTAS URBANAS POR CENTRALIDADE

O presente capítulo aborda, de forma mais aprofundada, as disputas pelo direito à centralidade no Centro Antigo de Salvador, na perspectiva de compreender as relações entre os principais agentes, assim como suas articulações e confrontos em torno das agendas defendidas nesse contexto, seja por movimentos sociais por moradia, assessorias técnicas, Estado e agentes privados. Objetiva também perpassar as principais arenas de disputa, no intuito de compreender como as disputas se desenrolam em torno do centro e da centralidade.

4.1. Agentes e Agendas em Disputa no CAS

São abordados aqui os agentes e as agendas que se inserem nas disputas no/ pelo Centro Antigo de Salvador. O intuito é entender mais nitidamente as relações entre os agentes, as articulações entre agendas, discursos, dinâmicas e relações de força nas diversas arenas de disputas.

4.1.1. Disputa de Valores e Sentidos na Produção da Cidade

Para a compreensão da lógica capitalista na produção das cidades, Maricato explica que a ocupação de terras urbanas é inerente ao processo de urbanização do Brasil e à formação do país. Ela afirma que essa ação “não é, fundamentalmente, fruto da ação da esquerda nem dos movimentos sociais que pretendem confrontar a lei. Ela é estrutural e institucionalizada pelo mercado imobiliário excludente e pela ausência de políticas sociais” (MARICATO, 1999, p. 08). Ela alerta que o uso da ideia de “invasões” trata da perspectiva jurídica da propriedade, por isso faz questão de lembrar que os movimentos sociais preferem adotar o termo “ocupação” como mais adequado, na perspectiva de uma reivindicação do direito constitucional à moradia, ancorado na função social da propriedade que deve ser exercida em prol do bem estar dos habitantes, o que é bem destacado por inúmeras lideranças do CAS como visto no capítulo anterior.

Para além do imperativo da propriedade privada, marcante na formação cultural da sociedade brasileira e hegemônico enquanto dispositivo que rege as práticas sociais e os sentidos de legitimidade e legalidade na produção da cidade, há um aspecto situado no plano simbólico, que também norteia a ação do mercado e do Estado que

diz respeito ao primado da separação e homogeneização social. Esses princípios, que também representam valores enraizados na sociedade, se manifestam em processos discriminatórios, os quais o Estado, por meio de diversos dispositivos e acionamentos¹⁰¹, inclusive jurídicos, sustenta.

A sociabilidade capitalista assenta-se sobre a relação entre indivíduos proprietários de mercadorias, separados entre si e divididos em classes e em grupos, cujo elo é estabelecido pelo Estado. [...] o indivíduo não tem sua identidade social determinada a partir das condições concretas de sua própria existência, mas fundamentalmente, pelo reconhecimento jurídico do Estado, que transforma indivíduos em “sujeitos de direito”, muitas vezes classificando-os de acordo com a origem ou outras características socioculturais [...] Daí a afirmação de que o domínio estatal também se funda sobre processos discriminatórios que se manifestam no racismo, no sexismo e na xenofobia, articulados a partir das noções de “nação” e “povo”, que nada mais fazem do que promover a criação do “outro” (ALMEIDA, 2013, p. 01).

Com base em Alysson Leandro Mascaro, Almeida afirma que “é justamente na configuração das identidades, dos controles, dos saberes e das disciplinas das classes das minorias e dos indivíduos que o Estado confirma o tecido social.” (2013 p. 02). Um tecido que tem classe, cor e gênero definidos e que cotidianamente tem os seus direitos violados em processos e ações voltados a interesses de acumulação de capital e precisam a todo o tempo afirmar as suas identidades.

Entretanto, essa sociabilidade engendrada pelo sistema capitalista é a todo tempo tensionada. Almeida traz como exemplo a vivência das comunidades quilombolas para traçar esse perfil de identidade contra-hegemônica. Explica que “com sua identidade baseada em elementos concretos próprios da vida tradicional” essas comunidades “representam a antítese do modo de sociabilidade atomizado que marca o capitalismo” (2013 p. 03). Pode-se tomar essa ideia para enxergar essas práticas, em correlação com o sistema capitalista, nos movimentos sociais urbanos, que demonstram isso não só nas suas pautas de luta, mas nas próprias existências e constituição dos seus territórios, que assumem outros sentidos. Como coloca Haesbaert (2021, p.139),

dos movimentos sociais urbanos aos dos povos originários, invoca-se o território não como simples espaço “sob controle”, “de segurança física”, mas também como espaço de vivência e apropriação simbólica. [...] esses grupos de longa data transformam o espaço e elaboram territorialidades pautadas em um sentido distinto àquele de muitos grupos hegemônicos, o do território

¹⁰¹ Durante os tópicos desse capítulo serão citados vários exemplos de como Estado e interesse privado se apropriam de instrumentos de políticas urbanas contribuindo para a segregação socioespacial.

como território de vida (humana e não-humana), condição da própria existência do grupo.

As comunidades subalternizadas, assim, são resistência e força política somente por existirem. A sua própria existência já confronta o sistema capitalista nas suas identidades e relação com a terra e o território. Ainda com referência às comunidades quilombolas, Almeida pontua que representam um grande entrave nas políticas brasileiras desenvolvimentistas, considerando que já fazem parte do projeto os desmontes de conquistas no âmbito do Estado, seja no executivo, legislativo ou judiciário (2013 p. 05) e principalmente no âmbito federal, considerando o momento político entre 2016-2022.

A cidade, assim como a sociedade, revela essa lógica de produção do espaço, as desigualdades e separações, assim como expõe as contradições que inscreve, por isso o expressivo número de ocupações em situação de precariedade urbanística e irregularidade fundiária, onde vivem inúmeras famílias em situação de vulnerabilidade. Portanto, essa condição “não é fruto da ação de lideranças subversivas que querem afrontar a lei. Ela é resultado de um processo de urbanização que segrega e exclui. [...] A cidade é, em grande parte, reprodução” (MARICATO, 1999, p. 10). Como relatam as lideranças dos movimentos e comunidades do CAS, as ocupações são manifestações de denúncias e meios de reivindicar direitos que deveriam ser garantidos pelo Estado.

Maricato (1999, p. 11-14) destaca três características que ajudam a compreender o processo de urbanização dentro dessa lógica capitalista. Primeiro tem-se um processo de industrialização que submete a classe trabalhadora a um salário insuficiente para arcar com o custo da moradia, estabelecido pelo mercado privado, o que torna a autoconstrução em favelas e lotes ilegais uma prática de sobrevivência dessa população.

Segundo, o poder público municipal não promove obras de infraestrutura para sanar os problemas sociais de acesso à moradia, mas na verdade favorece a lógica da especulação imobiliária. Por essa chave é possível entender os interesses voltados à construção de novas centralidades como vetores para especular e impulsionar o mercado, principalmente através da implantação de obras de infraestrutura, como é o caso da nova centralidade de Salvador, em Águas Claras, onde será implantada a

nova rodoviária, que recebeu vultosos investimentos em estrutura viária. Com algumas diferenciações, pode-se trazer o caso do Tororó, onde será implantado um novo shopping center na Lapa, que além dos impactos das desapropriações na ZEIS, certamente acentuará os processos de gentrificação já em curso¹⁰². Nas palavras de Maricato (1999, p.13) Ao invés de priorizar o caráter público e social dos investimentos municipais em uma cidade com gigantescas carências, o governo municipal o fez de acordo com interesses privados, em especial de empreiteiras de construção pesada e agentes do mercado imobiliário.

Por fim, a aplicação arbitrária da lei atende a interesses específicos e a lei só se aplica quando há o interesse do mercado sobre as áreas. Por exemplo, nas ocupações urbanas em edifícios vazios e subutilizados, enquanto estão em áreas desvalorizadas e desinteressantes para o mercado é como se a legislação não se aplicasse, não existe fiscalização, não existe pressão, mas basta o primeiro sinal de possibilidade de rentabilidade da área para começarem a surgir inúmeras ordens de despejos e obras públicas justificadas pelo interesse da "coletividade", pelo discurso do "desenvolvimento" ou do "bem comum".

Dito isto, é inegável que "a luta pelo direito à moradia possui um caráter de classe, é parte da luta contra o capital; contra o capital imobiliário, em suas diferentes formas de expressão" (GOHN, 1991, p. 181). Portanto, olhar os agentes e as tensões envolvidas ajuda a entender as disputas e os sentidos que revelam. No CAS essa dinâmica permeia políticas estatais de interesses dúbios, apropriação em grande escala do espaço urbano pelo mercado imobiliário e a negação de direitos a comunidades negras e pobres que constituíram esse território.

Nessa operação sob a lógica de interesses do capital, tem-se a produção da moradia como uma questão em muitos casos dicotomizada em que "de um lado o movimento pressionando o bem, [...] de forma a resolver a questão através e com a participação popular e, de outro, os capitalistas (e também agentes estatais) que buscam soluções que comportem espaços para o lucro, para a satisfação da equação custo-benefício" (GOHN, 1991, p. 181). É preciso destacar que nessas relações o Estado se coloca

¹⁰²Ainda que o shopping seja apresentado como "popular", entende-se que esse tipo de equipamento agrega valor monetário a área, e isso sem um aparato legal que garanta a permanência das famílias de baixa renda pode ocasionar processos de remoção e de gentrificação.

como esfera e arena em disputa que por vezes atendem interesses de grupos distintos. Ainda que no contexto do CAS essa relação se estabeleça em meio a colisões e acordos é nítido que os interesses do capital em regra prevalecem, e colidem com o direito à moradia e à cidade.

Não só esses processos de disputa por moradia no CAS ocorrem de maneiras muito próprias como até o processo de gentrificação ocorre sobre outra ótica que não aquela tradicional de substituição direta da população residente de baixa renda por uma nova de maior renda. Ocorre sob uma lógica de investimento nos atrativos de serviços, comerciais, culturais e turísticos que atraem uma população específica, nesse caso, a implementação de hotéis luxuosos, restaurantes caríssimos e outros. Enquanto gestores desse espaço e proprietário de inúmeros edifícios nessa área, ao possibilitar esses usos, “o Estado foi facilitador do processo de gentrificação [...] o que ocorre é a re(apropriação) dos “espaços privados e públicos” por turistas e consumidores de camadas sociais superiores” (MOURAD, 2011 p. 101).

4.1.2. Políticas e Projetos do Estado e Ações do Mercado como Disparadores de Disputas e Conflitos no CAS

Retomando o entendimento explorado no capítulo 2 - Cidade e Centralidade, de que o urbano é um substancial espaço gerador de conflitos, Corrêa (2011, p. 06-11) é um dos autores que traçam alguns padrões, a fim de entender quem são esses agentes sociais que produzem o espaço. Para os propósitos aqui colocados vale a pena destacar quatro desses padrões.

O primeiro é aquele que decorre de “Estratégias e Práticas Espaciais Distintas e um Único Agente”: quando se tem um único agente social que é capaz de produzir espaços diferenciados na cidade como, por exemplo, uma empresa industrial que investe na produção de imóveis ou loteamentos em outra região da cidade, quando grandes empreendimentos são construídos afastados da cidade criando-se enormes vazios urbanos com o intuito de especular e construir nessas áreas ou até a mesma empresa constrói imóveis para diferentes públicos em áreas distintas da cidade. No caso do CAS, essa lógica é percebida numa escala menor, em que dentro de uma mesma área grandes empresas/empresários do setor imobiliário compram dezenas

de edifícios históricos, se apossando de ruas e até bairros inteiros, como quase ocorreu com o 2 de Julho, para fins de especulação imobiliária.¹⁰³

O segundo envolve “Estratégias e Práticas Espaciais Semelhantes e Diferentes Agentes”: quando agentes diferentes divergem nas práticas e estratégias que os caracterizam para atender interesses comuns entre si. Com efeito, práticas ligadas à especulação imobiliária e acumulação de capital tendem a unir forças como o mercado e o Estado em prol das mesmas ações. Um exemplo simples são articulações conjuntas para interferir na elaboração de planos municipais.

No terceiro, tem-se “Os Múltiplos Papéis do Estado” em que essa “multiplicidade decorre do fato do Estado constituir-se em arena, na qual diferentes interesses e conflitos se enfrentam”. Isso demonstra a importância do Estado na produção do espaço numa sociedade capitalista, com a capacidade de se articular com os demais agentes na produção da cidade. O autor sinaliza a necessidade de adentrar as esferas federal, estadual e municipal, e afirma que elas podem implicar diferentes ações, mas não estão desconectadas. No CAS, as questões acerca do patrimônio cultural, de propriedade de imóveis e de gestão do território permeiam as três esferas governamentais, algumas vezes inseridas em um mesmo processo, com projetos distintos ou convergentes, mesmo quando posicionadas politicamente em campos distintos.

O quarto e último reporta-se à existência de “Novos e Velhos Agentes Sociais”, entendendo que historicamente, na produção da cidade existem agentes centrais por vezes muito distintos, que se relacionam num processo bastante complexo. Ressalta que a terra urbana e a habitação, no fim, sempre constituem um interesse generalizado, que envolve “agentes sociais com ou sem capital, formal ou informalmente organizados. Estabelece-se uma tensão, ora mais, ora menos intensa, porém permanente, em torno da terra urbana e da habitação.” Observa-se que essa relação se dá de maneira muito distinta a depender dos agentes: alguns têm a terra como meio básico de sobrevivência e outros enxergam como meio de exploração e acumulação do capital.

¹⁰³ Como é o caso dos projetos do Cluster Santa Teresa no bairro 2 de Julho, o LGR Empreendimentos no Santo Antônio Além do Carmo e o Bahia District, na Rua Chile, que serão contextualizados mais a frente. Ver Mourad (2011).

Desde a fundação da cidade do Salvador, o Estado foi o principal agente responsável pelas alterações mais importantes no que envolve a questão do uso e ocupação do solo soteropolitano, com participação das esferas federal, estadual e municipal. Ainda que o Estado seja central no impulsionamento desse processo de reestruturação da cidade, vale destacar a atuação de outros agentes, como os “proprietários fundiários, incorporadores imobiliários, empreendedores imobiliários, capital comercial etc. [que] foram, também, fundamentais para que esse “projeto político” ganhasse materialidade, possibilitando sua efetivação” (SANTOS, J., 2010, p. 21).

Linda Kayongo, uma das lideranças da Vila Coração de Maria, durante a entrevista concedida para essa dissertação, fala da necessidade de se reconhecer os agentes que estão imbuídos no “estrutural”. Ela fala que as ações tratadas no âmbito do estrutural - racismo estrutural, capitalismo estrutural etc. - conferem um caráter abstrato a disputa e invisibilizam os agentes expropriatórios. A não responsabilização desses atores é um dos fatores que permite a continuidade dessas práticas na cidade e que dificulta o desenvolvimento de ações de defesa dos movimentos no processo de resistência.

Sendo assim, é justamente na tentativa de identificar os agentes e entender as dinâmicas das articulações, defesas ou ameaças em torno da centralidade do Centro Antigo de Salvador, em meio aos processos de transformação urbana que esse tópico se desenvolve.

Rodrigues Santos relata que os processos de mudança que atingiram a cidade se iniciam com a modernização do porto, que só foi possível mediante realização dos aterros sobre o mar, para a instalação do centro financeiro de Salvador, na gestão do Governador J. J. Seabra. Com o passar dos anos, mais especificamente desde a Semana de Urbanismo de 1935¹⁰⁴, encabeçado pela Comissão do Plano da Cidade do Salvador, a modernização começa a acontecer na cidade com uma intencionalidade de reforma urbana (RODRIGUES SANTOS, 2011, p. 05).

¹⁰⁴ “A Semana de Urbanismo de 1935, realizada pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres em colaboração com a Comissão do Plano da Cidade do Salvador, promoveu uma série de conferências e palestras entre 20 e 27 de outubro de 1935, as quais foram de significativa importância para a reflexão sobre a reestruturação da realidade urbana de Salvador no início do século 20.

Na programação do evento figuravam encontros sobre diversos assuntos: urbanismo, segurança, arborização, zoneamento, monumentos e patrimônio, sugestões para o plano diretor etc.” (COSTA, 2015).

Com o avanço acelerado da expansão das cidades, em todo o país, começam a surgir tensões em torno do urbano, entre elas a perda de protagonismo dos centros tradicionais. Nesse nexos, enquanto uma importante capital, Salvador não se isenta desse processo e cria, em 1942, o EPUCS - Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador “com o objetivo de pensar a cidade como um todo”. O escritório era coordenado pelo engenheiro sanitário Mario Leal Ferreira, “que procedeu a um estudo detalhado do espaço urbano, fazendo uma série de proposições no sentido de ‘corrigir-lhe os defeitos’” (RODRIGUES SANTOS, 2011, p. 05).

Como consequência desses estudos, no fim da mesma década baixou-se o Decreto-Lei nº 701/48 com condicionantes acerca da divisão e uso do solo urbano em Salvador. Com base nas ideias do EPUCS, o decreto “reforçava a importância do centro, incluindo tanto sua parte comercial como a financeira, localizadas respectivamente na Cidade Alta e Cidade Baixa, onde desde a fundação da cidade estavam concentradas as principais instituições públicas e privadas” (RODRIGUES SANTOS, p. 06).

Com o avanço da modernização, entendendo a ameaça e reconhecendo a importância histórica do conjunto arquitetônico e urbanístico, surge a necessidade de preservação do núcleo originário da cidade de Salvador. Em 1959, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional¹⁰⁵ declara o tombamento do Centro Histórico, de uma primeira poligonal que foi ampliada anos depois¹⁰⁶.

Em Salvador o percurso de conservação e restauro do patrimônio arquitetônico começa ainda na década de 60 com a criação da primeira instituição estadual, a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, atual IPAC, por meio da Lei Estadual nº 2.464/1967¹⁰⁷. O órgão estava ligado à Secretaria de Educação e Cultura

¹⁰⁵O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), fundado em 1937, era vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, no período do então presidente Getúlio Vargas. Somente em 1946 tornou-se Instituto, IPHAN, seguindo até os dias atuais. Disponível em: <https://www.politize.com.br/iphan/> Acesso em: 29 março 2023

¹⁰⁶Especificamente os “Conjuntos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos da Sé e do Passo, de Santo Antônio da Barra, da Praça Severino Vieira, da Praça Ana Nery, dos Mares, da Penha, do Dique do Tororó, da Conceição da Praia e de trecho da Av. Otávio Mangabeira” (SANT’ANNA, 1995, p A4-9 apud MOURAD, 2011, p. 71).

¹⁰⁷Em 1981, a Fundação se transformou em Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), vinculada à Secretaria da Cultura (Secult), conforme a Lei Delegada nº12 de 1980 (URIARTE, 2019b, p. 259).

e tinha como principal objetivo atuar no âmbito da cultura e reabilitação da zona antiga, com foco no CHS (URIARTE, 2019b, p. 258).

Com o processo de degradação em curso, o governo estadual, orientado pelas “Normas de Quito” de 1967¹⁰⁸ orienta as suas ações na área para o turismo e mercantilização da cultura. É sob essa perspectiva que a Fundação “elabora, em 1969, o Plano Geral de Recuperação da área do Pelourinho, o primeiro de uma série de projetos de refuncionalização da área preservada do centro para uso turístico e reanimação do setor terciário” (SANT’ANNA 2004, p. 66 apud MOURAD, 2011, p. 72).

Seguindo a mesma linha, adotando outras medidas das Normas de Quito, o município institui as Zonas de Proteção, regulamentadas pelo decreto municipal nº 3.712/1969 e pelo Código de Urbanismo e Obras do Município. “Essa legislação estimulava o investimento de particulares nessas áreas através da instituição de incentivos fiscais” (MOURAD, 2011, p. 73). Como será visto adiante, essas medidas de incentivo fiscal são adotadas até os dias atuais pelos poderes públicos quando se trata de políticas de regeneração do Centro Antigo. Enquanto isso, medidas condicionadas a outras áreas da cidade também inferiam na manutenção da centralidade do CHS:

em 1972, o novo código de obras, Lei 2403 (SALVADOR, 1972), liberava explicitamente a ocupação das avenidas de vale com edificações uni e pluri-domiciliares, além de edificações para atividades comunais, ao mesmo tempo em que criava “um sistema de áreas verdes” definindo os trechos onde a vegetação deveria ser preservada. Simultaneamente criava zonas de proteção histórica, cultural, artística e paisagística na área central da cidade, adequando-as às ações que estavam sendo desencadeadas pelo Estado no sentido de “congelar” o centro da cidade e redirecioná-lo para a área do Vale do Camurujipe/ Iguatemi (RODRIGUES SANTOS, p. 08).

Nesse mesmo período, a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia atuava no sentido de fortalecer usos administrativos e assistenciais¹⁰⁹ no CHS. Então, nesse momento, seguindo recomendações da UNESCO¹¹⁰, tem-se uma instituição pública que se mostrava preocupada com a manutenção dos moradores que já viviam no Pelourinho, designando que fossem os principais beneficiários da reforma,

¹⁰⁸Ao invés de abordar as questões técnicas de conservação e restauro, a carta patrimonial focava na utilização do patrimônio para fins de desenvolvimento econômico, ou seja, incentivo ao turismo.

¹⁰⁹ Para oferecimento de cursos, creches, postos de saúde.

¹¹⁰ “O inspetor Michel Parent, técnico do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França, esteve no Brasil em missão financiada pela UNESCO nos anos de 1966 e 1967”. Após a visita foi produzido um relatório que fornecia uma “visão das ações, iniciativas e perspectivas” para o conhecimento e preservação dos bens culturais numa escala abrangência mundial, além de contribuir para o estreitamento da relação ente o IPHAN e a UNESCO (LEAL, 2008, p. 13).

desaprovando a expulsão e incentivando a melhoria educacional, habitacional e de saúde (URIARTE, 2019b, p. 258).

Uriarte conta que o posicionamento da Fundação orientado para o social recebeu duras críticas, como a publicada no “Diário de notícias”¹¹¹ em 1978:

enquanto o Pelourinho se acaba, a sua caricata fundação emprega seus poucos recursos para desapropriar casarões, retirar do local pequenas indústrias, para fazer um pomposo centro social e uma creche para abrigar os filhos das prostitutas que pelo visto são as donas da zona e recebem [...] todas as atenções das autoridades (2019b, p. 258-259).

Vê-se então a atuação da mídia contribuindo para a criação de imaginários sobre esse espaço. Ainda que houvessem críticas, as intervenções promovidas pela Fundação deram início a um processo de valorização¹¹² do Pelourinho em cerca de 300% no preço dos imóveis, mas os proprietários começaram a manter os prédios em estado de vacância, na expectativa de avanço dessa valorização, o que desencadeou o aumento de edificações em situação de degradação (BACELAR, 1982, p. 55 apud URIARTE, 2019b, p. 259). Assim, essas “intervenções realizadas nos anos 60 e 70 não conseguiram reverter os processos de esvaziamento, fragmentação e deslocamento de funções, bem como de popularização do centro antigo” (MOURAD, 2011, p. 73).

O final dos anos 60 fica marcado por essa atuação do poder público em duas vertentes, “às vezes complementares, às vezes contraditórias”. Uma reforçava a área central e focava no turismo e atividades terciárias no Pelourinho, como solução para reversão do esvaziamento e degradação. E a outra “investia no desenvolvimento social e econômico da população residente como base para a formação de um bairro central residencial, no qual o turismo faria também parte do horizonte” (SANT’ANNA, 2003, p. 45). Contudo, é visto que nenhuma das duas solucionou o problema instaurado no Centro.

Porém, vale citar que posteriormente nos anos 80 as ações dessa mesma Fundação, já configurada como IPAC, tiveram importância para fortalecimento da mobilização do

¹¹¹Jornal inspirado em modelo português, se inicia em Salvador em 1875, preservando um cunho extremamente conservador. Fonte: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/diario-de-noticias-salvador-1875/>

¹¹² De ordem social, as melhorias no Pelourinho afastaram o problema da prostituição. Barcelar (1982, p. 57) afirma que “de 449 prostitutas que tinha o Maciel em 1969, tem ele, em 1976, apenas 171” (apud URIARTE, 2019b, p. 259). Sabendo que eram intervenções localizadas e que esse problema só estava sendo deslocado para as margens das áreas de intervenção.

povo negro que sempre esteve ali e deu identidade ao CHS. “Esta identidade vinha desde século XVII [...] com a criação do primeiro terreiro de candomblé na Barroquinha e a construção da igreja-sede da Irmandade do Rosário dos Pretos do Pelourinho¹¹³” (AZEVEDO, 2011, p. 28). Isso mostra a base de uma cultura negra que consistiu, e consiste, o Centro e evidencia, ainda, os sentidos e dimensões de violência que significa a expulsão dessa população nos planos que viriam a ser delineados.

Com deslocamento de funcionalidades, a degradação do centro tradicional e com a consolidação da nova centralidade na década de 80, novas políticas em torno do patrimônio histórico e cultural vão se delineando. É então que, criada e delimitada pela lei municipal nº 3.289/1983, se definem os limites da Área de Proteção Rigorosa - APR, equivalente ao CHS, e Área Contígua à área de Proteção Rigorosa - ACAPR, equivalente ao CAS, nos moldes do que se conhecem atualmente.

Após isso, o foco volta novamente ao CHS quando, em 1985, a UNESCO reconhece o Centro Histórico de Salvador como Patrimônio da Humanidade. Então, em 1986, a Prefeitura cria o Programa Especial de Recuperação dos Sítios Históricos da Cidade do Salvador - PERSH¹¹⁴, focado em “recuperar a vocação tradicional do centro da cidade como ponto de encontro, trabalho, moradia e lazer da população e preservar o patrimônio arquitetônico urbanístico, paisagístico e cultural”. E para captar recursos para o Programa, o governo criou, em 1987, o Parque Histórico do Pelourinho e o Fundo Municipal para Recuperação Física dos Sítios Históricos de Salvador” (MOURAD, 2011, p. 75).

¹¹³A esses grupos se somaria, em 1949, o Afoxé Filhos de Gandhi, [...] no Pelourinho, em 1979, um bloco carnavalesco que seria transformado, em 1984, no Grupo Cultural Olodum, em cuja nova sede passa, a partir de 1990, a desenvolver atividades culturais e educativas. [...] na década de 80, a instalação da Casa do Benin, no Taboão, do Museu AfroBrasileiro, na antiga Faculdade de Medicina, no Terreiro de Jesus e, na década seguinte, da Casa de Angola, na Baixa dos Sapateiros” (AZEVEDO, 2011, p. 28).

¹¹⁴ Pouco do programa foi executado, apenas alguns projetos, realizados entre 86 e 89, como os emblemáticos realizados pela arquiteta Lina Bo Bardi (REBOUÇAS, MOURAD e PUGLIESE, 2017, p. 03), como os mostrados na Figura 28.

Figura 28 - Projetos do PERSH no CHS



Da esquerda para a direita: Complexo da Ladeira da Misericórdia, Casa do Benin e Casa do Olodum.
Fontes: ArchDaily Brasil (2014); Pelourinho Dia e Noite (2023); Shutterstock (2014).

Apesar do alto investimento público, entre 1969 e 1985, com foco turístico e cultural, o Centro Histórico manteve um perfil popular até início dos anos 90, porém não reverteu o processo de degradação que ocorria em paralelo, gerando esse cenário de contradições, como explica Márcia Sant’Anna (2003, p. 45), caracterizado por “um forte movimento cultural negro que animava e dava vida ao lugar”, em contraponto a deterioração física e social de áreas como Maciel, Passo, Saldanha e trechos da Barroquinha.

Somente em 1992 um programa realmente mexeu com o tecido e na dinâmica urbana do CHS. Concebido pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) e realizado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador foi um projeto que tinha como premissa transformar o tecido do CHS em uma espécie de “shopping a céu aberto” ao incentivar usos turísticos e comerciais para impulsionar economicamente a área e a cidade (FERNANDES, 2006, p. 05).

Quarteirões inteiros foram esvaziados de sua população pobre e negra para serem reformados e transformados, posteriormente, em lojas, restaurantes, museus e ateliês, isto é, criou-se uma área de turismo, lazer e cultura na qual a função residencial foi banida. [...] 95% dos moradores que ali residiam foram expulsos [...]. Na década de 2000, foram expulsos outros tantos, correspondentes aos moradores do que se chamou de 7ª etapa e da área da Rocinha¹¹⁵. Só podemos especular o número total até hoje, um número que deve certamente ultrapassar 6.000 pessoas (URIARTE, 2019a, p. 388-389).

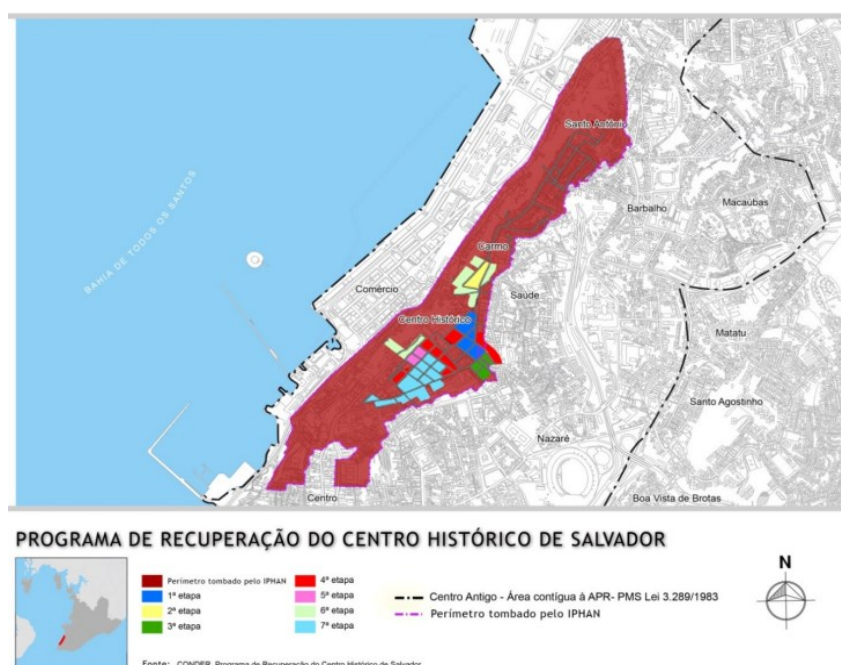
¹¹⁵A Rocinha não estava incluída no Programa de Recuperação do CHS, mas foi reconhecido pelo poder público graças a pressão desencadeada pelos movimentos sobretudo dos moradores da 7ª Etapa. Foi reconhecida como ZEIS em 2008, sob o nome de Vila Nova Esperança. Posteriormente se iniciou um projeto de urbanização e construção das unidades habitacionais na área da ZEIS. Porém devido a problemas encontrados decorrentes da topografia extremamente acidentada, as obras foram paralisadas e as famílias não reestabeleceram suas moradias, não se conhece sob que condições vivem essas famílias hoje.

Segundo Laila Mourad, o projeto contraria os princípios da Constituição de 1988, no âmbito do tratamento do patrimônio cultural, a partir do momento que transformou de “forma autoritária e excludente o uso de aproximadamente 443 imóveis, implantou e complementou redes de infraestrutura, executou três estacionamentos, nove monumentos tombados foram restaurados e seis praças agenciadas” (2011, p. 78).

As intervenções realizadas nesse programa evidenciam a aplicação do conceito de renovação urbana: descaracterização do miolo das quadras para dar lugar as praças, destruição dos quintais e dos anexos às edificações - modificação do ambiente construído herdado - substituição de usos e expulsão da população residente (MOURAD, 2011, p. 80).

O Programa foi implementado em 3 fases (Figura 29): a primeira que contempla as quatro primeiras etapas que vai de 1992 a 1993; a segunda que contempla a quinta e sexta etapa, de 1996 até 1999; e a terceira fase que contempla a sétima etapa que iniciou em 1999 e perdura até os dias atuais (REBOUÇAS, 2012, p. 24). Das etapas citadas, somente a sétima tinha a moradia como escopo principal, sendo esse uso totalmente negligenciado nas demais (FERNANDES, 2006, p. 05).

Figura 29 - Programa de Recuperação do CHS



Fonte: Mourad (2011).

O Programa foi se desenrolando em ritmo rápido sem muitas interrupções, até sua sexta etapa. “Quando, nos imóveis localizados na extensão da Rua da Misericórdia, os moradores do imóvel de nº. 1 decidiram reivindicar seu direito à moradia. Residiam

nesse edifício 44 pessoas (distribuídas em 15 domicílios) e, pela predominância de alfaiates que moravam e exerciam suas atividades no imóvel” ficou conhecido como Prédio dos Alfaiates (REBOUÇAS, 2012, p. 24).

Após ordem de desapropriação pelo Governo do Estado, “os moradores se recusaram a deixar o imóvel e buscaram o apoio da assessoria jurídica de um deputado estadual e do Ministério Público da Bahia”. Devido à resistência dos moradores em desocupar o edifício, “o Governo do Estado aceitou participar de uma negociação direta com os alfaiates, intermediada pelo Ministério Público, que resultou na assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em dezembro de 2001” (REBOUÇAS, 2012, p. 25-26), o que garantiu aos moradores o direito de retornar ao edifício após a reforma concluída. As obras do imóvel foram concluídas em 2011, mas o prédio não apresenta sinais de reocupação. Parte do térreo encontra-se ocupado por uma agência bancária e o restante está aparentemente vazio.

Figura 30 - Prédio dos Alfaiates CHS



Fonte: Google Earth (2023).

As ações iniciadas por esse grupo marcam a entrada de forças populares em defesa de seus direitos nos processos de intervenção no CHS, o que subverte uma lógica de incursões estatais marcadas pela ausência de participação social, ao introduzir uma população historicamente excluída no projeto (REBOUÇAS, 2012, p. 28). Essa experiência permitiu que o Programa de Recuperação do CHS fosse repensado sob

novos termos na 7ª etapa, que passa a ter como escopo do projeto o uso misto incluindo o habitacional¹¹⁶.

Em 2001, atendendo as diretrizes do Programa Monumenta, a CONDER iniciou a implementação do Plano Preliminar de Reassentamento, ainda diretamente associado ao Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador iniciado em meados dos 90. Em 2003 cerca 1.200 famílias já haviam sido removidas e indenizadas (REBOUÇAS, 2012, p. 32). Estudos realizados por Mourad (2011) mostram que a área da 7ª Etapa do Programa de Recuperação do CHS tinha cerca de 84% dos imóveis ocupados, ainda que precariamente, abrigava usos residenciais, de comércio ou serviços.

Contudo, cerca de 698 moradores, não aceitaram as indenizações e permaneceram lutando pelo direito de permanecer na área da 7ª Etapa (REBOUÇAS, 2012, p. 35). A consolidação desse movimento de resistência é selada pela criação e formalização da Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH) em 2002. “A partir de então, uma série de ações é iniciada pela AMACH e intermediada por diferentes atores, no sentido de impedir a expulsão dessa população” (*Ibid.*, p. 36)¹¹⁷.

As ações envolveram diversas instâncias governamentais, do judiciário, de partidos políticos e de movimentos sociais. Destaca-se que o governo estadual, representado pela CONDER, continuava a defender as remoções, enquanto do outro lado, os moradores da 7ª Etapa e integrantes da AMACH somavam aliados e causas favoráveis ao processo. Receberam apoio de agentes e partido políticos, manifestações de outros movimentos de moradores do CHS, ajuizamento de ação através Ministério Público do Estado e a suspensão de fomento do Programa Monumenta/BID. Por fim, a partir da visita da ONU e encontro com diversos agentes do setor público, ONGs e moradores, atestou-se que a violência do governo do estado

¹¹⁶ “Essa etapa mobiliza recursos estaduais, federais e do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, através do Programa Monumenta¹¹⁶, deixando, dessa forma, de ser uma intervenção comandada exclusivamente pelo governo estadual” (MOURAD, 2011, p. 81).

¹¹⁷ A vitória do processo de resistência dos alfaiates “e a confluência de várias instâncias institucionais atuando no programa” certamente fortaleceram as esperanças de um resultado exitoso dos moradores determinados em permanecer (FERNANDES, 2006, p. 51).

contra os moradores violava diversos direitos prescritos na Constituição¹¹⁸, fazendo com que a situação ganhasse visibilidade crucial.

Em função desse conjunto de mobilizações, já em julho de 2004, foram acordados os principais elementos que passariam a conduzir a intervenção da sétima etapa do programa: permanência da população na área do programa, participação de entidades representativas na condução do projeto, destinação de espaço para sede da Associação de Moradores e para casa de recuperação de drogados, entre outros (FERNANDES, 2006, p. 08-09).

Então, depois dessas tensões e conflitos é assinado o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre as partes envolvidas e 103 famílias conquistaram o direito de permanecer e de serem contempladas com unidades habitacionais produzidas através do Programa de Habitação de Interesse Social (PHIS), com unidades financiadas pelo o Ministério da Cultura, Ministério das Cidades e o Governo do Estado da Bahia (FERNANDES, 2006, p. 09).

Em 2018, a Conder contabilizou a entrega de 96 unidades do PHIS e sete em processo de conclusão. Além da morosidade na conclusão das moradias, outros conflitos ainda giram em torno do projeto da 7ª Etapa. Esses perpassam questões referentes ao cadastro de beneficiários, aos pontos comerciais, aos equipamentos coletivos, a governança participativa e regularização fundiária e aos erros de projeto e patologias construtivas dos imóveis entregues (CERCHIARI, 2019, p. 96).

Essa situação mostra como as disputas desses territórios são constantes. Isso também revela que, ainda que os moradores da 7ª Etapa tenham conquistado juridicamente o direito à permanência, o processo do acordo se deu por atitudes dúbias por parte do poder público, como afirma Mourad e Baltrusis, “incluindo a população mais pobre e promovendo áreas de exclusividade social – a distribuição dos pobres no território distanciou-os das áreas mais valorizadas” (2016, p. 105).

Antes mesmo de se iniciar a sétima etapa do Programa de Recuperação, no ano 2000, os agentes estatais já assimilavam a crítica ao modelo de reabilitação focado no uso estritamente comercial e turístico nas intervenções no Centro Histórico. Isso se evidencia no Seminário Internacional - IV Encontro SIRCHAL¹¹⁹ intitulado “Requalificação, Revitalização e Sustentabilidade dos Centros Históricos: um projeto urbano - análise do caso de Salvador, promovido pela Prefeitura, com a participação

¹¹⁸ Do direito à moradia adequada; do direito à gestão democrática da cidade; do direito à identidade e manifestação cultural e a não-discriminação; e do direito ao trabalho (FERNANDES, 2006, p. 08-09).

¹¹⁹ Seminário Internacional para a Revitalização de Centros Históricos na América Latina e Caribe – SIRCHAL organiza-se através de uma rede para a reabilitação de centros históricos da América Latina e Caribe, patrocinado pelo Governo Frances, pelo BID e pela UNESCO, entre outras instituições.

de representantes do BID, do Ministério da Cultura do Brasil e da França, do IPHAN, Caixa Econômica Federal, IPAC, CONDER, entre outros (MOURAD, 2011, p. 81).

Nesse contexto, o poder público não só reconhece a necessidade de incentivar um uso diversificado no território do CHS, sobretudo no eixo de habitação, como também a importância e necessidade de incorporar o comércio informal para a sustentabilidade desse território. Como fica explicitado em fala no Seminário:

a cidade histórica sempre foi polifuncional, o que lhe confere um caráter próprio e lhe dá uma grande estabilidade socioeconômica. A reintrodução de uma população fixa e de serviços correlatos no centro histórico possibilitará uma economia local mais consistente e menos dependente de fatores externos. Não se deve excluir o comércio de proximidade e a atividade produtiva não poluente, como são as confecções e ateliês de cooperativas artesanais, que poderão absorver grande número de trabalhadores informais. Essas atividades poderão conviver no mesmo quarteirão com serviços modernos, o chamado terciário superior, e produtores culturais diversos (MOURAD, 2011, p. 82).

Ainda em 2003, o Ministério das Cidades cria o Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais - PRAUC com o propósito de colaborar com os governos locais para reabilitar áreas centrais e agir no enfrentamento do déficit habitacional. “Em 2005 o Ministério das Cidades construiu, junto aos três níveis de governo, uma Agenda Estratégica para iniciar a implantação do PRAUC na direção apontada pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto das Cidades” ¹²⁰ (MOURAD, 2011, p. 85).

Nessa mesma época, ainda vale citar o convênio entre governo do estado e a Caixa Econômica Federal, por meio do qual foi desenvolvido o Projeto REMEMORAR¹²¹, “direcionado à recuperação de edificações históricas em ruínas e sua reconversão para o uso habitacional multifamiliar”. O projeto piloto do REMEMORAR foi executado em 2005 no bairro Santo Antônio Além do Carmo e recuperou 5 casarões para atender, especificamente, funcionários públicos estaduais (MOURAD, 2011, p. 150).

A experiência com as disputas do Programa de Recuperação do CHS, as discussões realizadas no Seminário SIRCHAL, junto com os projetos e programas que se desenrolavam no âmbito nacional, viriam a dar o tom do novo Plano de Reabilitação

¹²⁰A Agenda Estratégica do PRCAU teve início nos municípios-sede das Regiões Metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre, Recife, Belém, João Pessoa, Natal, São Luís, Vitória (MOURAD, 2011, p. 85).

¹²¹ “O projeto se estrutura a partir de recursos financiados pela Caixa Econômica Federal através do Programa de Arrendamento Residencial (PAR); de incentivos fiscais da Cultura captados pela Lei do Mecenato; do Governo do Estado através do Programa Habitacional do Servidor Público – PROHABIT” (MOURAD, 2011, p. 150).

do Centro Antigo de Salvador (2010). A proposta de elaboração do Plano começou a ser debatida em 2005 com as três instâncias de governo, na construção da Agenda Estratégica do PRAUC¹²².

Para dar início a elaboração do Plano de Reabilitação Integrado, Participativo e Sustentável do Centro Antigo de Salvador, em 2007 o governo estadual criou o Conselho Gestor do Centro Antigo de Salvador¹²³, o Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador – ERCAS, as Câmaras Técnicas e apresentou o limite de abrangência do plano. A partir daí, o ERCAS fica como responsável pelo planejamento e gestão do Centro Antigo. No fim do mesmo ano, o Ministério das Cidades articula a assinatura do Termo de Cooperação Técnica que, dentre outras propostas, criou um Grupo Executivo, paritário, com representantes da União, Estado e Município (MOURAD, 2011, p. 87-89).

Segundo Mourad, ainda que o discurso se apresentasse diferente, todo o processo do Plano foi orientado por estratégias de comunicação e marketing, utilizando o patrimônio para fortalecer o discurso e também como apelo político, numa mesma lógica que se observou no Programa de Recuperação do Centro Histórico (2011 p. 90). Na leitura da autora, a elaboração do plano teve

uma participação extremamente controlada e dirigida, amparada em lógica de resultados [...]. A possibilidade de manifestação dos diversos representantes foi sempre muito restrita, com controle drástico nas plenárias, sobretudo no que se refere ao acesso e ao tempo de exposição de propostas, o que se contrapõe à concepção de participação (2011, p. 90-91).

Em 2009, o governo do estado concluiu o Plano de Reabilitação do Centro Antigo, iniciando sua implementação em 2010. Apesar de acolher as demandas dos movimentos e reconhecer os equívocos cometidos anteriormente – agora com diretrizes para valorizar o elemento cultural, a população residente e a moradia – o Plano “também adota características de gestão empresarial, com propostas de valorização econômica e rentabilidade imobiliária” (REBOUÇAS, MOURAD e PUGLIESE, 2017, p. 04-05).

¹²² “As primeiras questões e orientações foram trabalhadas nas “Oficinas sobre a Área Central”, organizadas pelo Ministério das Cidades e pela Caixa Econômica Federal” (MOURAD, 2011, p. 85).

¹²³ O Conselho Gestor do Centro Antigo de Salvador é composto pelos secretários de: Cultura (que preside o conselho e coordena todas as ações no centro antigo); de Desenvolvimento Urbano; de Turismo; de Promoção da Igualdade; e da Segurança Pública.

No seu conjunto foram estabelecidas 14 proposições¹²⁴ para serem desenvolvidas ao longo de 4 anos, admitindo-se que “a reabilitação de áreas urbanas e sítios históricos só é possível considerando a inclusão social, a redução dos efeitos da gentrificação e a conservação dos valores socioculturais locais” (BAHIA, 2010, p. 276). Essa afirmação revela como diretriz a necessidade de incluir os territórios populares, considerando os conflitos que envolvem interesses privados e a ameaça à permanência dessa população.

Das 14 proposições, 3 abordam a questão da habitação, sendo elas: 03. Preservação da área da encosta do frontispício; 04. Incentivo ao uso habitacional e institucional no CAS; 08. Aprimoramento das ações e serviços de atenção à população vulnerável do CAS. A proposição 04 é a única que trata diretamente dos problemas habitacionais, ainda dividindo-se com a pauta do institucional.

Nessa proposição fica evidente que o Estado reconhece os impactos que o crescimento das novas áreas de centralidade ocasionou, ao registrar o propósito de “reverter o quadro de esvaziamento populacional e institucional do CAS, atraindo novos moradores de diferentes faixas de renda, os quais terão papel primordial no incremento habitacional e na manutenção do local” (BAHIA, 2010, p. 295). Ainda ressalta a existência de 1.100 imóveis em estado de vacância e o seu potencial para abrigar cerca 8.000 novas unidades habitacionais e usos complementares, incluindo comércio, lazer e serviços.

Em 2013, o Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador foi incluído no PAC das Cidades Históricas¹²⁵, firmando mais um acordo nas três instâncias governamentais. O Programa teve investimento para o desenvolvimento de 46 ações entre 2010 e 2013 e focava em intervenções de forma fragmentada em espaços e

¹²⁴01. Fomento à atividade econômica no CAS; 02. Ampliação da competitividade das atividades econômicas do CAS; 03. Preservação da área da encosta do frontispício; 04. Incentivo ao uso habitacional e institucional no CAS; 05. Dinamização do bairro do Comércio e revitalização da orla marítima do CAS; 06. Qualificação dos espaços culturais e monumentos do CAS; 07. Estruturação do turismo cultural no CAS; 08. Aprimoramento das ações e serviços de atenção à população vulnerável do CAS; 09. Otimização das condições ambientais; 10. Requalificação da infraestrutura do CAS; 11. Redução da insegurança no CAS; 12. Valorização do CAS a partir da educação patrimonial; 13. Criação de um Centro de Referência da Cultura da Bahia; 14. Gerenciamento e implantação do Plano de Reabilitação.

¹²⁵O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), concebido em 2007, é uma iniciativa do governo federal coordenada pelo Ministério do Planejamento. O PAC Cidades Históricas, surge em 2013, com uma linha destinada exclusivamente aos sítios históricos urbanos protegidos pelo IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/235>

monumentos específicos no CAS¹²⁶. Nesse momento, o que era pra ser um plano se mostrava como uma “somatória de projetos” que seguia intervindo no CAS de forma pontual (MOURAD, 2011, p. 97).

No entanto, a ação de marketing em torno do Plano se mostrava bastante eficaz. “Em outubro de 2011, o Centro Histórico de Salvador (CHS) passou a integrar a WatchList 2012 do World Monuments Fund (WMF), uma organização independente dedicada a apoiar a conservação e proteção de bens e sítios de valor histórico e cultural em todo o mundo”. Fazer parte dessa lista possibilitou que a American Express investisse cerca de US\$130,000.00 no Plano de Reabilitação do CAS, direcionando o recurso para a 13ª proposição do Plano: criação de um Centro de Referência da Cultura da Bahia (BAHIA, 2014, p. 21), o que explicita mais uma facilidade/interesse em investimentos turísticos do Plano.

Uma série de obras em infraestrutura urbana foram priorizadas pelo poder público, envolvendo pavimentação, iluminação, recuperação de fachadas e outras. Essas intervenções vão criando um ambiente cada vez mais atrativo para o mercado imobiliário, enquanto as demandas dos movimentos sociais, como a produção de habitação social seguiam sendo colocadas em segundo plano (REBOUÇAS, MOURAD e PUGLIESE, 2017, p. 06).

Vale citar que, em decorrência do Plano de Reabilitação do CAS, o governo estadual, através do DIRCAS, antigo ERCAS¹²⁷, contratou uma consultoria para elaboração de um Masterplan estratégico para o Centro Antigo de Salvador. O Plano foi desenvolvido pelo escritório Stuchi & Leite Projetos & Consultoria e Levisky Arquitetos Associados, para definição de estratégias de reabilitação urbana (BAHIA, 2014). O masterplan

foca nos conceitos centrais de “Habitar e Conectar” para “regenerar” o centro. O eixo da conexão é focado na articulação dos sistemas de mobilidade da cidade, planos inclinados (especialmente áreas do Taboão, Pilar, Castro Alves e Santo Antônio), ciclovias, metrô, VLT e BRT. Já o eixo da moradia

¹²⁶ Entre os projetos estava “a Restauração da Igreja da Ordem Terceira de São Domingos; a Restauração da Igreja e Convento da Ordem Primeira do São Francisco; a Complementação das Obras de Restauração da Igreja e Cemitério de Nossa Senhora do Pilar; a Restauração e requalificação do Solar Berquó, a sede do IPHAN-BA; a Restauração do Solar Amado Bahia e sua adaptação em Escritório Técnico do IPHAN/BA e no Centro de Referência do Mar; a Construção de Palco Móvel na atual “Praça do Reggae” no Largo do Pelourinho entre outras obras” (MOURAD, 2011, p. 97).

¹²⁷ Em agosto de 2013, a CONDER, altera o seu estatuto e cria uma nova Diretoria: Diretoria do Centro Antigo de Salvador (DIRCAS), como papel de executar, administrar, monitorar e fiscalizar projetos e obras no CAS. Com essa alteração a atuação do setor deixa de ser agente articulador e passa a executar as ações do Plano com uma maior autonomia orçamentária e gerencial (BAHIA, 2014).

prevê a atração de população com rendas diferenciadas, com permanência daqueles que já moram no local, construção de equipamentos de uso coletivo e participação dos grupos comunitários (REBOUÇAS, MOURAD e PUGLIESE, 2017, p. 09).

No entanto, a inserção da habitação nesse Masterplan parece só cumprir uma lacuna da falta de interesse do poder estatal em tratar da questão da moradia para a população de baixa renda no local.

Figura 31 - Masterplan CAS: Largo do Santo Antônio Além do Carmo



Fonte: Stuchi& Leite Projetos, 2014

Figura 32- Masterplan CAS: Área do Comércio



Fonte: Levisky Arquitetos, 2014.

Ao analisar a abrangência da “informalidade”¹²⁸ no Plano de Reabilitação, Júnior (2017) afirma que as ações nos termos da economia, não a impulsionavam como meio de sobrevivência, e se restringiam a microeconomia e a (re)inserção no mercado de trabalho. Nesses termos, segundo o autor, o esvaziamento imobiliário e à “informalidade” habitacional não é combatido, o Plano dar mais atenção “a famílias situadas numa faixa de renda minoritária entre a população soteropolitana, promovem explicitamente a gentrificação” (2017, p. 235-236).

No processo de elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador, aprovado em 2016 foi retomada a pauta da moradia social no Centro, dentre outras no sentido de contrapor a processos que ameaçavam os territórios populares da cidade. A condução do processo foi contestada por entidades como o CAU/BA, a Sociedade Brasileira de Urbanismo, o movimento Participa Salvador e o MPBA” (ZANOLI, 2017, p. 43). Os movimentos sociais do Centro, já reunidos como Articulação dos Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador também apoiavam esses posicionamentos e contribuíram com notas criticando as políticas racistas e higienistas que pairavam a elaboração do Plano. Em um trecho do “Manifesto contra um PDDU Racista e Higienista”, a Articulação do Centro Antigo escreve:

Como resultado deste processo [falsamente participativo], temos uma minuta de Revisão do PDDU que indica para o que já é prática da Prefeitura: o privilégio de investimentos de interesses do mercado imobiliário, priorizando a agenda empresarial corporativa, dissociada das questões de interesse coletivo. Com conteúdo genérico, superficial, e sem operacionalizar prazos e soluções, o PDDU proposto não cumpre o que está previsto no Estatuto da Cidade e legítima, mais uma vez, intervenções gentrificadoras nos territórios de ocupação e resistência da população negra, favorecendo, como sempre favoreceu, à urbanização segregadora, higienizadora e a subordinação do poder público aos interesses privados¹²⁹.

Dentro dessas tensões, o PDDU foi aprovado em 2016. Algumas indicações e possibilidades de intervenção que incidem sobre o CAS são bem relevantes. Uma

¹²⁸ O autor trata a questão da informalidade como: “resultado mais visível de processos de desenvolvimento econômico e social marcados pela opressão e pela exploração econômica, nos quais parcelas significativas da população de uma cidade, de uma região, de um estado, de um país ou mesmo de continentes inteiros têm dificultado seu acesso a bens de consumo individuais ou coletivos, sendo por isso forçados a satisfazer suas necessidades econômicas e sociais através de processos de trabalho-intensivos, via de regra sem reconhecimento formal-legal” (JÚNIOR, 2017).

¹²⁹ Disponível em: <https://passapalavra.info/2015/10/106246/> Acesso em: 08 abr. 2023

delas é a demarcação das áreas de Operações Urbanas Consorciadas (OUCs)¹³⁰. Como afirma Rebouças, Mourad e Pugliese, a OUC - Centro Histórico/Tororó é caracterizada por um cenário extremamente complexo de inúmeros projetos sobrepostos, desapropriações e interesses de parcerias público-privadas, tanto no âmbito estadual quanto municipal (2017, p. 10-11).

Nesse contexto de “empresas adquirindo imóveis e delimitando áreas de intervenção em tecidos urbanos edificados”, ampliam a escala de atuação em um edifício, para bairros e ruas inteiras. “É uma ação corporativa radical, de ressignificação da área central patrimonializada para o interesse corporativo, ligado, sobretudo, à economia do turismo e ao imobiliário”. Nesse sentido, três projetos ficaram bem marcados: o “Cluster Santa Teresa”, no bairro 2 de Julho, o LGR Empreendimentos no Santo Antônio Além do Carmo e, mais recente, o Bahia District, na Rua Chile (REBOUÇAS e MOURAD, 2019, p. 245), os quais merecem ser observados em maior detalhe.

O projeto do Cluster Santa Teresa é iniciado em 2007 quando as empresas Eurofort Patrimonial e RFM Participações delimitaram uma parte do território edificado do bairro 2 de Julho. Esse projeto atraiu diversos investidores privados que compraram “cerca de cinquenta imóveis entre terrenos, ruínas e casarões para serem transformados em lofts, pousadas, hotéis, lojas, restaurantes e escritórios” (MOURAD, 2011, p. 109). Desse processo, vale citar a efetivação de dois empreendimentos residenciais de alto padrão, o Cloc Marina Residence e o Trapiche Residence Adelaide.

Observa-se que além dos moradores do 2 de Julho como um todo, as comunidades da Vila Coração de Maria e da Ladeira da Preguiça foram impactadas. As famílias da Vila Coração de Maria começaram a ser ameaçadas de despejo quando o Cloc Marina Residence apresentou interesse em obter o terreno onde vivem as famílias, para construção de um estacionamento, como relata Linda Kayongo em entrevista para essa dissertação. Antes disso os moradores da Vila já demonstravam interesse em adquirir os imóveis, que são de propriedade da Irmandade São Pedro dos Clérigos,

¹³⁰ Foram três: Centro Histórico/Tororó, Ribeira e Orla Atlântica. “A OUC Centro Histórico compreende, além do Centro Histórico de Salvador, os bairros e localidades do Centro, Barris, Garcia, Tororó, Boa Vista de Brotas, Nazaré, Saúde, Santo Antônio, Comércio, Barbalho e Macaúbas, atinge cerca de 95.980 habitantes e a transformação estrutural do tecido urbano, incidindo em 1.000 hectares” (GOMES; SERRA; NUNES, 2019).

que num primeiro momento cogitou vender para os moradores, mas desistiram logo em seguida sem apresentar motivos muito concretos para isso, como afirma Linda.

O projeto do Cluster até hoje não se concretizou integralmente, principalmente por conta da grande mobilização popular que se desenrolou contra o projeto. No entanto, isso não significa que as famílias não estejam mais sob ameaça de remoção, elas seguem na luta para se tornarem proprietárias definitivas dos imóveis garantindo a permanência no território.

O LGR Empreendimentos Santo Antônio Além do Carmo foi um projeto desenvolvido pelo grupo empresarial LGR, representante no Brasil de um dos maiores investidores na execução e gestão de shoppings centers. A empresa delimitou como área de interesse, um conjunto de imóveis inserido na poligonal de tombamento do Centro Histórico de Salvador, mais especificamente na Rua Direita de Santo Antônio. Na área, a empresa LGR adquiriu cerca de 35 imóveis, com o intuito de implantar um complexo comercial, atraindo inúmeras marcas de grifes nacionais e internacionais (MOURAD. 2011, p. 115).

Como mostrado por Mourad (2011), muitos moradores da região criticaram o projeto no momento em que se tornou de conhecimento público. Alegavam que não tinha nenhuma relação com o entorno e os modos de vida local e que provocaria diversos impactos negativos como o esvaziamento populacional, encarecimento do valor dos aluguéis e extinção do comércio de proximidade, que é característico do local, com a implantação das lojas de alto padrão. Ainda que o projeto, coordenado pela empresária Luciana Rique não tenha se concretizado integralmente, a compra dos imóveis causou evidente transformação na área do Santo Antônio Além do Carmo, em que hoje se encontram vários estabelecimentos, como restaurantes, cafés e bares, que exploram a vista da Baía, além da inegável substituição da população residente por pessoas de classe média e alta.

Por fim, o empreendimento Bahia District, na Rua Chile, inspirado no Meatpacking District de Nova York, pertence à empresa Fera Empreendimentos, que adquiriu, em 2015, mais de 100 imóveis nos arredores da Rua Chile, entre eles o Palace Hotel. A reforma desse edifício marcou o início do processo de transformação e elitização da área. “O empresário Antônio Massafera, intitulado como “o novo dono da rua” pelas

mídias locais, pretende fazer da Rua Chile um novo bairro, com hotéis, galerias e muita atividade turística” (REBOUÇAS e MOURAD, 2019, p. 245-246). Observa-se que os aspectos que diferenciam esse projeto dos outros dois citados é que sua concepção atuou numa área já esvaziada, porém, ainda assim, impacta consideravelmente o território do entorno, sobretudo os populares, como o perímetro da 7ª Etapa, ao incentivar a ocupação por uma população de alto poder aquisitivo. A recente Ocupação Marighella, ao se instalar na Praça Castro Alves, evidencia essa disputa em torno do território, não só reivindicando o direito à moradia, mas também subvertendo a lógica elitista, ao questionar para quem esse Centro está sendo destinado.

Além dos projetos de iniciativa privada, o poder público também tem desenvolvido alguns projetos para o CAS, favoráveis a interesses privados. Vale salientar, por exemplo, o Fundo de Investimento Imobiliário (FII), do Governo do Estado da Bahia, o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Sustentável e Inovação (PIDI) e o Programa Revitalizar, elaborados pela Prefeitura Municipal. “O FII consiste na disposição de casarões históricos em um fundo de ativos imobiliários onde investidores, ao adquirir tais ativos, gerarão recursos aos cofres públicos suficientes para a recuperação do Centro Antigo” (REBOUÇAS e MOURAD, 2019, p. 247). Focado na atração do mercado imobiliário, o governo do estado diz que o Fundo de Investimento Imobiliário (FIICAS), é focado no conjunto do CAS “composto por cerca de 1.400 imóveis vazios, em ruínas, subutilizados ou terrenos vazios, que, em quase sua totalidade, são imóveis privados” (BAHIA, 2014, p. 24). No entanto, os rumos desse projeto ainda estão turvos, mas a disputa pelo território segue se desenrolando:

dezenas de imóveis (vazios e ocupados) estão em processo de desapropriação para integrar o FII, mas não há informações sobre os custos gerados por essas desapropriações e se o que se pretende arrecadar de receita com a financeirização desses imóveis vai mesmo gerar recursos necessários para cobrir os gastos com as desapropriações e realizar investimentos de recuperação da área. O governo do estado se nega a discutir publicamente a proposta do FII e muitos moradores de imóveis em desapropriação estão sofrendo risco de expulsão (REBOUÇAS e MOURAD, 2019, p. 247-248).

Em relação ao Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Sustentável e Inovação (PIDI), a Prefeitura lançou, em 2016, o PIDI da Vila Cultural da Barroquinha, que visa a transformar a área em um “espaço mais nobre, com a atração de galerias de arte, casas de espetáculos, teatros, cinemas, atividades de fonografia e fotografia, serviços

gráficos, cafés, bares e restaurantes, agências de turismo e casas de câmbio, escola de artes e idiomas”. O projeto altera radicalmente o perfil da área, historicamente de comércio popular e de habitantes de baixa renda (URIARTE, 2019b), para atender o público que frequenta o Fera Palace Hotel e o Hotel Fasano, integrando esses novos serviços aos já existentes.

Ainda merece citar o Programa Revitalizar, aprovado em 2017, que propõe a isenção de Imposto sobre a Transmissão de Intervivos (ITIV), e taxas de licenciamento e a redução de Imposto Sobre Serviços (ISS), e IPTU+Taxa de lixo para os que aderirem ao programa e reformarem/recuperarem seus imóveis ou edificar novos num prazo de 18 meses. Num evidente benefício aos proprietários dos imóveis, esse programa não leva em conta grande parte dos moradores tradicionais do CAS, visto que as linhas de financiamento do programa não incluem “os pequenos comerciantes e os proprietários de renda baixa, nem subsídio para moradia social, inquilinos e ocupantes de baixa renda, que, sem financiamento e se implementado o programa, não poderão permanecer nas suas moradias atuais” (REBOUÇAS, MOURAD e PUGLIESE, 2017, p. 14).

Além das reduções e isenções de impostos, regulamenta o instrumento do IPTU Progressivo no Tempo no Centro Antigo. Proposto pelo Estatuto da Cidade, “permite ao poder público sobretaxar aqueles imóveis que não estiverem cumprindo sua função social, isto é, que estiverem sendo subaproveitados em áreas que possuam infraestrutura” (REBOUÇAS e MOURAD, 2019, p. 248).

Moradores e lideranças de movimentos sociais do CAS questionam se a medida não é mais uma forma de gentrificação e meio de expulsão dos territórios populares dessa área central. Maura Cristina (MSTB) chama o programa de “pseudo revitalização” e critica o modelo ultrapassado de políticas públicas como as que vêm sendo aplicadas em Salvador desde o fim dos anos 60¹³¹. Eliane, moradora e liderança da Ladeira da Preguiça, assim como Maura, reforça o direito desses territórios populares consolidados no Centro e questiona o foco do projeto em condicionar a ocupação dos edifícios para usos comerciais e de média e alta renda e negligenciar a população de baixa renda que já ocupa essa área e não pode pagar por reformas exigidas (PORTAL

¹³¹Se referindo ao Plano Geral de refuncionalização do Pelourinho, já tratado no início desse tópico.

CORREIO NAGÔ, 2017). Enquanto representante do legislativo municipal, Marta Rodrigues¹³² afirma que é necessário

ao invés de propor isenção de impostos municipais em troca das reformas dos casarões, a Prefeitura deveria executar dívidas de IPTU e destinar os imóveis para habitação social. É preciso considerar a importância de quem ocupa esses imóveis e a necessidade de incluí-los em qualquer projeto que pretende incidir sobre o Centro (*Idem*)

A invisibilização desses habitantes, inclusive, é notada no discurso institucional ao apresentar o plano como uma estratégia de “trazer vida de volta” para o Centro: “O Programa de Incentivo à Restauração e Recuperação de Imóveis do Centro Antigo de Salvador (Revitalizar), tem como objetivo estimular a requalificação dos imóveis aí localizados, trazendo de volta a vida, o movimento e a circulação de pessoas” (SEDUR, 2017). Contudo, “movimentos sociais organizados exigiram a retirada do projeto da pauta da Câmara, para que ele pudesse ser discutido e construído com seus moradores e comerciantes, mas seus pedidos foram negados tanto pelo executivo como pelo legislativo municipal” (REBOUÇAS e MOURAD, 2019, p. 248). Tal postura do executivo e do legislativo abre margem à compreensão de que a construção de uma gestão democrática da cidade está longe de se concretizar.

Relacionado com os Programas Revitalizar e PIDI, a Prefeitura Municipal lança, ainda em 2017, o Programa Salvador 360 visando a acelerar o crescimento econômico e social da cidade, com foco em gerar empregos, fortalecer a economia e atrair empresas, com investimento principalmente em infraestrutura. Formado por 8 eixos¹³³ de atuação, no quarto eixo, que é focado especificamente no Centro Histórico, há uma evidente ausência de abordagem da questão habitacional. O foco da PMS, nesse eixo, é “fomentar o desenvolvimento econômico da região com incremento principalmente do turismo, atividade elencada na ocasião como “a maior fonte de renda” do município” (OLIVEIRA, 2017).

Desde o seu lançamento, os principais projetos propostos já foram entregues ou estão em processo de execução: a requalificação da Avenida Sete, requalificação da Praça Cairu, Museu da Música, Museu Casa da História de Salvador e Arquivo Público

¹³² Filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), está em seu terceiro mandato enquanto vereadora de Salvador.

¹³³ O Eixos são: Simplifica, Negócios, Investe, Centro Histórico, Cidade Inteligente, Cidade Criativa, Cidade Sustentável e Inclusão Econômica.

Municipal, Casa do Carnaval e Centralização Administrativa. Os projetos estão voltados para o turismo, enquanto a promessa de “aproximação de emprego à moradia” não foi identificada nesse pacote de intervenções, menos ainda no que diz respeito à habitação de interesse social.

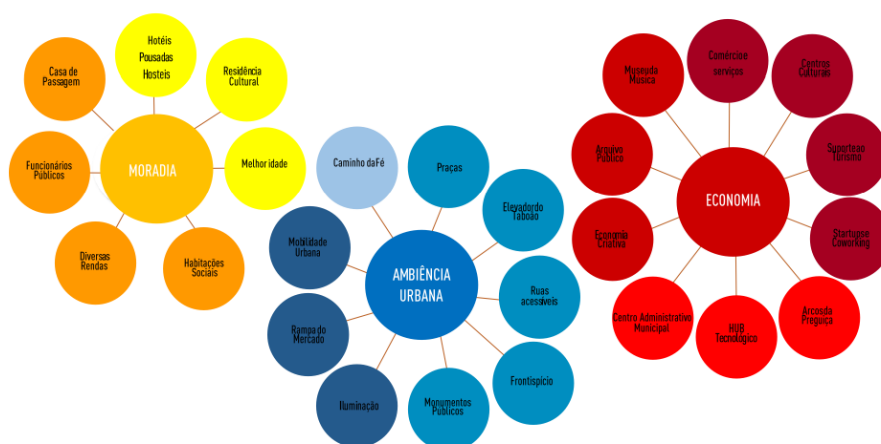
Por fim, com os desdobramentos do Programa Salvador 360, mais recentemente, vale citar o lançamento do Plano de Desenvolvimento Urbano da Região do Comércio - PDURC ou Plano de Bairro do Comércio¹³⁴. É resultado de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2018. No mesmo ano foi firmado um ACT também entre a Prefeitura Municipal de Salvador, através da Fundação Mario Leal Ferreira (FMLF), com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) com o intuito de regulamentar a Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP)¹³⁵ do Centro Antigo de Salvador a partir da elaboração de normas de preservação e critérios para intervenções no CAS.

Segundo a FMLF, o Plano de Bairro do Comércio tem “foco na intervenção conjunta e ordenada do território, como instrumento orientador, dinâmico e efetivo, para balizar o desenvolvimento urbano, especificar os encadeamentos de ações e intervenções complementando os demais instrumentos de política urbana presentes no município”. O Plano está dividido em três eixos de atuação: Moradia, Ambiência Urbana e Economia (Figura 33).

¹³⁴ Que incorpora as áreas do Corpo Santo; Gonçalves; Pilar; Terminal Náutico e Praça da Inglaterra; Porto; Trapiche; Elevador Lacerda; Conceição; Arcos da Montanha; e Preguiça, totalizando uma área de 35,91 hectares.

¹³⁵ Segundo o PDDU Salvador (2016), “são áreas destinadas à conservação de elementos significativos do ponto de vista cultural, associados à memória, à pluralidade e diversidade de manifestações e formas de expressão das identidades da sociedade local, e para a imagem ambiental urbana”. A poligonal corresponde ao CAS tem um limite equivalente a Área Contígua à Área de Proteção Rigorosa instituída em 1983.

Figura 33 - Eixos de atuação Plano de Bairro do Comércio



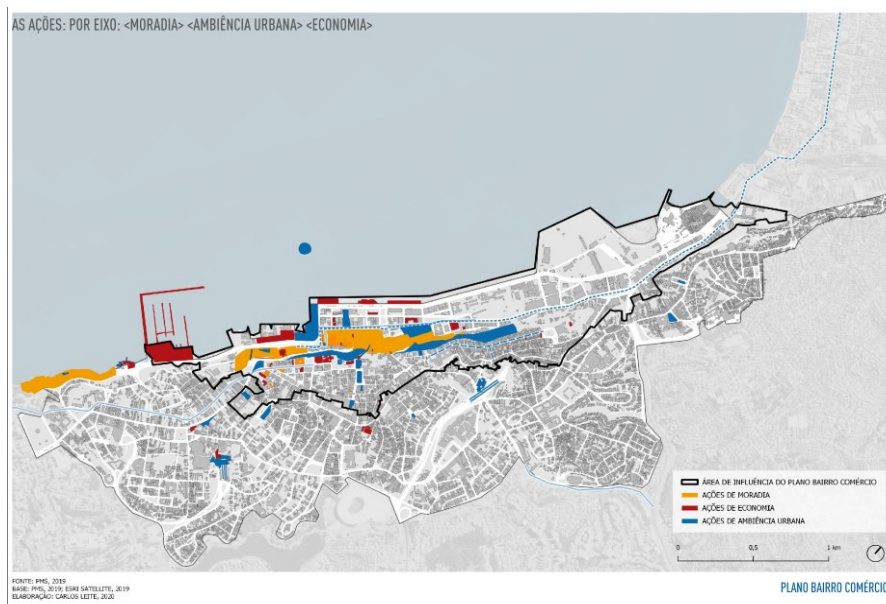
Fonte: Salvador (2019).

O Plano tem como ponto de partida e premissa a adoção do instrumento de política urbana da Transformação Urbana Localizada - TUL, disciplinado no PDDU de Salvador (2016) e não previsto no Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10257/2001). O instrumento foi regulamentado pelo Decreto nº 30.799/2019, que institui a Comissão de Política Urbana do Município e estabelece os procedimentos para a instituição do instrumento no Município. O instrumento permite a (re)urbanização em áreas compreendidas em um raio de 800 metros a partir das estações dos sistemas de transportes do município. O Decreto prevê que a TUL seja implantada mediante lei específica, garantindo ampla participação popular, sempre atendendo ao interesse público relacionado à intervenção.

As arquitetas e pesquisadoras, Laila Mourad e Thaís Rebouças afirmam que a aplicação do instrumento é preocupante pois “não prevê controle social de sua utilização”, e, sendo assim, pode ser mais uma forma de ameaça ao direito de comunidades que vivem nesta área¹³⁶. Isso se soma ao fato curioso de que, no Plano, os usos de serviço de hotelaria, como os hotéis Fera Palace e Hotel Fasano, estão inseridos no eixo de Moradia. Também é de se notar que a produção de novas unidades habitacionais é direcionada principalmente a funcionários públicos. E ainda, que a maior parte das intervenções previstas se distribui nos demais eixos, de Ambiência Urbana e Economia, conforme espacializado na Figura 34.

¹³⁶Entrevista realizada ao MPBA. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/noticia/48341>

Figura 34 - Abrangência de ações do Plano de Bairro do Comércio



Fonte: Salvador (2019).

Um aspecto importante de destacar é que, nesse Plano, o poder público identifica inúmeros imóveis vazios e subutilizados e apresenta um estudo preliminar sobre as possibilidades de usos diversos, sobretudo habitacionais. A preocupação em se compor uma área comercialmente ativa é evidente quando o plano exige que os novos usos tenham obrigatoriamente algum tipo de uso não habitacional no térreo. Tendo isso em mente, as ideias institucionais para reestruturação urbana para a área do bairro do Comércio poderiam ser promissoras, ao menos no discurso, ao apresentar possibilidades e estudos, em certo nível, bastante detalhados da área. No entanto, ainda que reconheçam a necessidade de se estabelecer usos habitacionais, o viés econômico ainda é direcionador do discurso. O Plano fica centrado na aplicação dos instrumentos TUL e OUCs, e apenas tangencia a questão das ZEIS, indicando futuros processos de regularização e os dois em andamento, o da Gamboa, mais avançado, e o do Pilar, ainda em fase embrionária.

4.1.3. Formação de Identidades Coletivas dos Agentes Sociais em Resistência no CAS

Embora o olhar para esses processos hegemônicos de produção da cidade seja fundamental para entender as disputas territoriais, Haesbaert fala da importância de direcionar os olhos para os processos de territorialização contra-hegemônicos e, nessa perspectiva, os territórios populares são essa possibilidade, visto que se

constroem a partir de uma base simbólico-afetiva. São nesses espaços de profunda exclusão em que a luta por território aparece como uma luta, tanto por acesso à terra enquanto base de reprodução material como por reconhecimento e/ou manutenção de uma identidade cultural e territorial (2021, p. 269). O que torna fundamental a compreensão dos conflitos, estratégias, práticas e agentes dentro das dinâmicas de produção da cidade, principalmente sob a perspectiva dos grupos e comunidades subalternizados.

Segundo Harvey (2012, p. 82) na lógica neoliberal da produção das cidades os “ideais de identidade urbana, cidadania e pertencimento [...] tornam-se mais difíceis de se sustentar”. Inclusive a ideia da cidade funcionando como um “corpo político coletivo”, que abriria possibilidade para incorporação de “movimentos sociais progressistas” parece cair num lugar de mera utopia. No entanto, conclui o autor, subvertendo essa lógica existem movimentos sociais urbanos que emergem desse cenário e remodelam a cidade numa perspectiva diferente dos empreendedores, “que são apoiados pelas finanças, pelo capital corporativo e um aparato local do Estado progressivamente preocupado com o empresariamento”.

A partir dos anos 70, num contexto de regime militar, emergem diversos movimentos sociais pelo Brasil, e na América Latina (SADER, 1988; GOHN, 1991). Esses grupos organizados se consolidam a partir dos anos 80, num processo de “juridicização da sociedade organizada” (GOHN, 1991). Essas práticas contribuíram na unificação e caracterização política de movimentos sociais urbanos de todo o país, que atualmente se articulam diretamente na reivindicação de políticas públicas e quebra de ordem hegemônica focadas no capital que imperam nas cidades. Assim como, a exemplo do CAS, também vão se consolidar aqueles movimentos “sem organização coletiva e muitas vezes sem discurso articulado”, defendendo seus direitos na prática (URIARTE, 2019a, p. 396).

Em seu cotidiano, os movimentos sociais vão constituindo comunidades que se firmam também como movimentos políticos de defesa do direito à cidade no Centro, em oposição a uma lógica segregadora e excludente. Thompson, numa visão histórico-cultural, chama atenção para o “cotidiano das classes populares”, sobre a importância de compreender como elas apreendem e vivenciam o cotidiano e como essa *práxis* constitui uma estrutura de disputa desses grupos no espaço urbano.

A situação de carência ganha relevância, não pela objetividade [...], mas pela forma como as pessoas vivenciam a carência. Os sentimentos de injustiça e exclusão surgem desta vivência e podem, em determinados contextos, se expressar socialmente como revolta. [...] As condições que configuram o processo de luta não são apenas econômicas, fundamentalmente, políticas e culturais. A experiência vivida e percebida pelos agentes, enquanto um modo cultural, determina os valores e ações (apud GOHN. 1991, p. 25).

Nas disputas por recursos urbanos e pelo acesso à cidade, o movimento de moradia se destaca pela capacidade de mobilização e pressão. Segundo Tatagiba, Paterniani e Trindade, um dos fatores que justificam essa força é a maestria que esse movimento “tem demonstrado de aprender com a experiência da interação conflitiva com o Estado, diversificando suas estratégias de ação e combinando-as de forma criativa a partir das oportunidades e constrangimentos impostos pela conjuntura” (2012, p. 400-401). Os movimentos do CAS utilizam dessas ferramentas principalmente através da ocupação de edifícios vazios e subutilizados, manifestações diversas em frente à edifícios dos poderes públicos e por meio da exposição e denúncia dos processos de violência¹³⁷.

No Centro Antigo de Salvador, a Articulação dos Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador formulam suas agendas de disputas baseadas no cotidiano e nas especificidades territoriais de cada grupo que integra o coletivo, juntos defendem o direito à cidade, e ao Centro, e combatem as pressões e tentativas de expulsões das forças do capital. Como demonstrado, no capítulo 3 dessa dissertação, a partir dos sentidos que emergem das disputas por centralidade.

Nesse sentido, Gohn chama atenção sobre o caráter da criação e a potencialidade de transformação da categoria da “práxis” para os movimentos sociais urbanos, que emerge na “busca de soluções alternativas para as condições de vida cotidiana [...]”. O pensar articula-se ao fazer e esse processo não se realiza espontaneamente, mas é permeado por uma intencionalidade política, presente nos projetos que os movimentos delineiam na história”. Assim, “a forma de organização do movimento é a expressão visível de sua práxis” (GOHN, 1991, p. 40-41). Por isso, é tão necessário

¹³⁷ Um exemplo dessas ações foi a entrega do “Troféu Trator de Ouro” a Silvio Pinheiro e Tânia Scofield, representantes da Prefeitura Municipal, durante audiência do PDDU de Salvador em 2015. O protesto foi uma crítica que partiu de diversos movimentos sociais de Salvador, incluindo a Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo, a condução truculenta e atropelada do processo participativo do PDDU. Disponível em: <https://movimentodesocupa.wordpress.com/2015/10/28/nota-sobre-as-declaracoes-de-silvio-pinheiro-a-imprensa-de-salvador/>

reconhecer os elementos que contribuem para a construção da identidade de um movimento social, assim como as diferenças e divergências que a constitui.

A força e a potencialidade de um movimento decorrem do caráter dos elementos constitutivos que compõem a unidade aparente, mas que divergem entre si. [...] conflitos e contradições decorrem de forças sociais e políticas que possuem visões e projetos políticos peculiares, leituras específicas sobre a mudança e a transformação social (*Ibid.*, p. 41).

Nas entrevistas realizadas para essa pesquisa, com algumas das lideranças da Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador essas divergências e conflitos internos não aparecem diretamente, ao contrário do elemento da diferença que foi destacado como conformador da identidade do próprio coletivo. Como Ana Caminha bem destaca:

uma pauta é comum entre a Articulação, é a permanência no Centro Histórico de Salvador, no Centro Antigo de Salvador, [...] a gente não tem conflito com pautas específicas, porque [...] tudo que incomoda a Ladeira da Conceição incomoda a Gamboa, tudo que incomoda o MSTB do Centro incomoda a Preguiça, a Ladeira, a Gamboa, a Vila Coração de Maria, [...] somos comunidades negras, somos comunidades pobres e somos comunidades no Centro Antigo, [...] a única diferença são as identidades maiores.

Para Gohn, a identidade é construída historicamente num processo de lutas. Ela sinaliza um aspecto importante do Estado como um dos elementos fermentadores para formação desses movimentos no Brasil, visto que “o estabelecimento inicial da identidade se faz fundado na localização ou criação de áreas de igualdade, em contraposição às propostas estatais” (1991, p. 41). Em outras palavras, os processos de exclusão manifestado na falta de direitos básicos e de políticas públicas, assim como as próprias lutas travadas, também comparecem na constituição da própria identidade desses coletivos. Para ilustrar, pode-se citar a formação da AMACH como uma resposta/defesa às ameaças de remoção promovidas pelo Estado contra os moradores da 7ª Etapa durante o Programa de Recuperação do CHS.

Nesse sentido, a atuação da AMACH não foi só importante para os moradores da 7ª etapa. Devido à amplitude que o processo de disputa nas esferas federal e estadual tomou, outros movimentos também começaram a se mobilizar e procurar outros agentes e para assegurar direitos, a exemplo das, atualmente desterritorializadas, comunidades da Rocinha, da ocupação do prédio na Ladeira da Praça e do Edifício Lord, na Av. Carlos Gomes, que iniciaram ações com o apoio da Defensoria Pública para garantir o direito à permanência, como relata Rebouças (2012, p. 46). Ainda que

essas ocupações não tenham conseguido permanecer, esse processo de mobilização certamente constituiu e fortaleceu os movimentos do Centro¹³⁸.

É principalmente na relação de interação conflitiva com Estado, na combinação da ação disruptiva com intensa prática de negociações, que caracterizam as práticas e valores construídos nas disputas, que “o movimento de moradia se estrutura, se define e se apresenta à sociedade enquanto um ator coletivo, ator este que, a despeito de sua heterogeneidade interna, caracteriza-se pelo compartilhamento de um determinado projeto político” (TATAGIBA; PATERNIANI; TRINDADE, 2012, p. 401).

O outro elemento também muito importante, para constituição das identidades desses grupos, é a experiência. Gohn explica que “a troca de experiências constitui uma grande fonte de realimentação das lutas. Ela confronta as diferenças e possibilita o surgimento de identidades através de direções e sentidos comuns às lutas” (1991, p. 42). Esse é um aspecto central para a Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo, por exemplo, as já mencionadas conquistas da permanência dos Artífices da Ladeira da Conceição da Praia e o avanço no processo de regularização da ZEIS-5 da Gamboa de Baixo, são citados pelas lideranças como experiências inspiradoras do sentido da disputa. Por meio dessa troca constroem a força e identidade coletiva de todo o movimento. Essa troca, “através de espaços de práticas coletivas engendrados pelos movimentos populares, é o ponto fundamental para a socialização das informações e a constituição de uma identidade de objetivos e ação” (GOHN, 1991, p. 42).

A união é um dos elementos que caracteriza o coletivo da Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador, lideranças como Ana Caminha, Jecilda, Maura e Eliane destacam esse aspecto, como demonstrado no capítulo 3, de um coletivo que aglutina e fortalece as pautas de luta com base nas relações territoriais e não deixando de agregar as pautas específicas de cada comunidade. Unem-se tanto pelos problemas em comum, reconhecidos no cotidiano, como também pela troca de experiências. Ponto que Gohn também destaca:

¹³⁸ Devido a essa mobilização “diversos outros projetos para habitação social foram criados no Centro Histórico, que somavam a habilitação de imóveis para a criação de 752 novas unidades habitacionais nas localidades da Rocinha, Pilar, Chácara Santo Antônio, Ladeira da Montanha, 2 de Julho, entre outros” (REBOUÇAS, MOURAD e PUGLIESE, 2017, p. 04).

a união de pessoas carentes de equipamentos dá força a suas ações [...]. Unem-se experiências semelhantes de vida cotidiana. Unem-se a partir do conhecimento de resultados obtidos por outros grupos, que obtiveram sucesso. Portanto, unem-se também a partir da absorção da experiência (GOHN, 1991, p. 43).

Portanto, a experiência na vida cotidiana é imprescindível para constituição de identidade da Articulação do Centro Antigo de Salvador, assim como, para união da sua força política enquanto coletivo. O que singulariza cada movimento social é a relação entre as necessidades objetivas e os imaginários próprios (SADER, 1988). Então, no CAS, exemplos como o dos Artífices da Ladeira da Conceição da Praia e suas práticas, da comunidade da Gamboa de Baixo com sua atividade tradicional da pesca, inspiram as demais comunidades e compõem a complexidade e diversidade cultural que significa o Centro. Ou seja, as identidades desses movimentos e comunidades são formadas tanto na confluência política das pautas de resistência, como nas diferenças que surgem da livre apropriação e conexão com espaço, sobretudo no exercício da “Festa” (LEFBVRE (2001[1969])).

Essas trocas de experiências configuram e solidificam relações identitárias, mas também fortalecem vínculos nas lutas políticas. Citando um caso para ilustrar essa questão, tem-se o Tororó, em que o processo de expulsão da população para construção de um novo shopping center sobre uma área de ZEIS, agem como gatilhos para as demais comunidades, as colocam em estado de alerta, que tentam entender as dinâmicas e ajuda a construir estratégias para enfrentar futuros conflitos.

Ainda que esses grupos atuem na defesa de interesses em comum e constituam uma identidade coletiva nessas disputas conjuntas, é necessário entender que os movimentos sociais urbanos são entidades complexas e com vivências próprias. Gohn (1991, p. 34-35) lembra que é importante caracterizar e aprender a natureza e o papel desses movimentos na sociedade brasileira. Ela destaca três pontos principais: primeiro, eles diferem de outros movimentos sociais, como os feministas, os ecológicos, dos negros, dos LGBTQIA+ etc., e são “qualificados por conterem uma problemática urbana, que tem a ver com o uso, a distribuição e a apropriação do espaço urbano. Portanto [...] dizem respeito à habitação, ao uso do solo, aos serviços e equipamentos coletivos de consumo”; segundo, os movimentos sociais urbanos não incorporam só pautas das camadas populares, de tal modo que podem abarcar questões que contemplem toda a sociedade urbana. E, por último, esses movimentos

não são homogêneos, visto que possuem perspectivas distintas quanto “aos processos de mudança e transformação da sociedade, quanto ao próprio papel dos movimentos nestes processos e à sua dinâmica interna; [...] comportam projetos políticos-ideológicos e culturais diferenciados segundo a articulação de forças que contêm”. Esse terceiro ponto fortalece inclusive a importância da troca de experiências.

Essas diferenciações podem ser nitidamente vistas nos movimentos sociais que compõem a Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador, em que cada um tem expressões sociais, políticas, culturais e territoriais muito próprias, ainda que estejam num mesmo contexto urbano. Esse é um aspecto que a Ana Caminha, liderança da Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo, pontua ao dizer que as especificidades que diferenciam as comunidades do Centro são suas “identidades maiores”, nas palavras dela: “a Gamboa é uma comunidade tradicional de pescadores, [...] Ladeira da Conceição da Praia, os Artífices da Conceição, são artesãos, são marmoristas, Ladeira da Preguiça uma comunidade que tem uma relação direta com o mar mais tem a questão da cultura”.

Por isso, a Articulação do Centro Antigo de Salvador precisa se definir enquanto unidade, aí o sentido da “articulação”, para condensar forças em prol de necessidades que são comuns a esses territórios. É nesse comum que se coloca a pauta do direito à cidade contra despossessões advindas da atuação do estado e do mercado imobiliário.

4.1.4. Movimentos Sociais e Assessorias nas Disputas

Nos processos de disputas urbanas pelo direito à cidade e à centralidade no CAS, uma inserção também muito importante de destacar são os agentes aliados, sobretudo as assessorias técnicas, que agem numa relação de trocas, suporte e consonância política ao se inserirem nas lutas em apoio aos movimentos sociais e territórios ameaçados. A Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador se relaciona com assessorias populares que se configuram como entidades, a exemplo do SAJU, CEAS, CESE, IDEAS, Coletivo Escalar e o Coletivo Trama; instituições acadêmicas como as universidades e que envolve um corpo que agrega grupos de pesquisas, trabalhos de extensão e se relacionam com os próprios

professores que se colocam tanto como pesquisadores e técnicos que fazem esse trabalho de assessoramento, não necessariamente representando uma instituição, como agentes políticos.

A fim de contextualizar as discussões posteriores, é possível observar que as disputas giram em torno de dois sentidos do acesso à moradia e a cidade: num sentido normativo de legalização/juridicização/institucionalização de políticas públicas e no de ações com objetivos concretos de incidir diretamente no território. O primeiro está ligado mais a questão do direito e do planejamento urbano e envolve questões que relacionam o institucional e o legal. O segundo está ligado geralmente ao campo da arquitetura e do urbanismo e envolvem diversos temas e questões, principalmente de habitabilidade, o que não quer dizer que os dois sentidos atuam de maneira isolada.

Para adentrar essa discussão, vamos partir das falas de duas representantes de assessorias entrevistadas para essa pesquisa¹³⁹. A primeira é Julia Molina, advogada que faz parte do Serviço de Apoio Jurídico - SAJU, da Faculdade de Direito da UFBA. O SAJU tem dois núcleos, um Núcleo de Assistência que presta assessoria jurídica para quem não tem condições de acessar um advogado, e o Núcleo de Educação Popular que atende demandas coletivas, voltado para o trabalho de assessoria e educação popular com comunidades do município¹⁴⁰. O SAJU tem um histórico de atuação forte com as comunidades do Centro, e atualmente está muito próxima da Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo Salvador e do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB.

A segunda é Clara Araújo, arquiteta e urbanista, que faz parte do Coletivo Escalar. É um coletivo formado por estudantes e profissionais de Arquitetura, Urbanismo e Geografia. Atua enquanto assessoria no desenvolvimento de projetos, planos e programas, cooperação em pesquisas, redes de parceiras, mediações entre instituições, dentre outras ações junto a comunidades¹⁴¹. Atualmente tem uma

¹³⁹ Sabe-se da importância de outras assessorias e parceiros já citados, principalmente CESE e Trama, mas devido a disponibilidade de agenda e outros fatores só foi possível realizar as entrevistas com representantes do Escalar e do SAJU. Contudo, acredita-se que a compreensão do trabalho não foi perdida e a dimensão alcançada versou sobre a perspectiva de assessorias mais jovens e de âmbitos de atuação distintos, do urbanismo e do direito, que deram percepções interessantes e complementares acerca da disputa por centralidade no CAS.

¹⁴⁰ Disponível em: <https://www.direito.ufba.br/servi%C3%A7o-de-apoio-jur%C3%ADdico-saju> Acesso em: 10 abr. 2023.

¹⁴¹ Disponível em: <https://www.linkedin.com/company/coletivoescalar/> Acesso em: 10 abr. 2023.

atuação mais presente junto à associação de moradores do Nordeste de Amarelina, mas já atuaram e atuam com movimentos do Centro, como o MLB. O grupo teve uma inserção importante nas disputas da ZEIS Tororó, contribuindo na elaboração de documentos técnicos.

Duas formas de atuação são identificadas no trabalho das assessorias técnicas que atuam com o CAS, a assessoria longa ou contínua e a assessoria curta ou pontual. A assessoria longa e de forma contínua com uma comunidade realiza ações de acordo com as demandas que vão surgindo e a assessoria curta ou pontual ocorre eventualmente a partir de demandas de outros parceiros da área de assessoria ou decorrente da própria comunidade. Essa última geralmente vem acompanhada de disputas mais intensas que precisam da mobilização de diversos agentes em diversas instâncias e frentes para fortalecer a luta. Clara explica essas duas formas de atuação:

É uma assessoria longa por que a demanda é uma demanda complexa e a gente não consegue resolver de uma única forma, não depende só da gente ou só da comunidade ou dos dois grupos juntos, mas envolve uma série de outros agentes. Enquanto que às vezes tem uma demanda muito pontual, por exemplo a elaboração de um contra laudo para a ZEIS do Tororó, [...] que demandou duas semanas de trabalho [...]. E aí tem outro grupo que está assessorando por mais tempo e que deu continuidade, a gente esteve lá num momento pontual, numa parceria.

A diferenciação da modalidade de atuação vem da compreensão da temporalidade da demanda, como explica Clara, quando “às vezes tem uma situação super longa, por exemplo, a demanda da encosta [...] que envolve política pública e que o custo é na casa dos milhões (de reais); então a gente nunca conseguiria no espectro do nosso trabalho resolver, [...] então no momento que a gente não tem recurso, a gente está trabalhando mais à distância, fazendo coisas mais pontuais”.

Seja desenvolvendo assessorias de longa ou curta duração um aspecto transversal à atuação das assessorias é que precisam estar atentas às dinâmicas da cidade e do território, seja pelo compromisso com o trabalho que desenvolvem seja pelos vínculos que constroem.

Existe um trabalho de cooperação que vai tanto do movimento para as assessorias, quanto no sentido inverso, das assessorias para os movimentos, como explica Julia Molina,

[...] é evidente que a gente está atento ao que está acontecendo na cidade, então se acontece algo em alguma comunidade e a gente fica sabendo, a

gente se informa e muitas vezes vai conversar com a liderança que a gente conhece, o nosso inconformismo social é inevitável, então a gente não fica passivo nesse sentido, mas a gente não tem a política de simplesmente chegar nos movimentos e nas comunidades, mas sim de dialogar e na medida que acharem necessário, a gente passa a construir algo juntos.

Posto isso, diversos sentidos das disputas são possíveis de identificar a partir de lutas pelo direito à cidade e à centralidade pelos movimentos sociais e assessorias do CAS. A partir das entrevistas com as assessorias citadas, quatro sentidos aparecem destacados: da disputa pela existência, que emerge da própria resistência de ocupar o território cotidianamente; da disputa jurídica que passa pela legalização da permanência; da disputa ideológica, que atua na formulação de um imaginário originado do território diferente do traçado pelos agentes hegemônicos; e o da disputa pela informação, pelo direito ao acesso e possibilidade de disseminação de conhecimentos. Esses aspectos vão ser discutidos a seguir.

A disputa pela própria existência, talvez seja o ato de mais fácil apreensão, pois está ligado com a própria identidade dos movimentos e comunidades e viver no centro já é disputar cotidianamente. O território é uma das principais arenas de disputas, acessada e defendida por esses grupos. Segundo Julia: “a própria existência em si já é um ato de disputa enquanto resistência, então, existir no centro da cidade, ocupar esses espaços, [...] é talvez o principal ato de disputa, [...] estar ali já é você estar disputando diariamente, mas, além disso, [...] é viver e ocupar a centralidade”. Nesse sentido, a assessoria entra com um olhar externo a fim de entender como e quais forças e agentes estão agindo para desenhar a ocupação e formação desse território. Julia destaca a importância da assessoria entender as inserções nessa disputa territorializada: “tem que estar acompanhando como o centro da cidade é formalmente desenhado, a ocupação do espaço”.

As estratégias dessa disputa são desenvolvidas e caracterizadas, sobretudo, por iniciativas dos movimentos sociais e comunidades. Elas podem ser de longa duração ou de caráter mais pontual, se expressam por meio de ocupações de terras e de edifícios vazios e subutilizados; a partir de manifestações políticas e culturais em torno de uma agenda específica; ou por meio de práticas que traduzem as identidades dos territórios como atividades e tradições próprias.

Diretamente relacionado com essa disputa territorial, emerge a disputa no âmbito jurídico pela permanência, de legalização desse território. Esse sentido passa pelas

esferas técnica, jurídica e política nas quais as assessorias entram na mediação entre instituições e comunidades. Utilizando como exemplo o PDDU de Salvador, Julia Molina ressalta a importância de informar “todas as alterações que são feitas constantemente por infinitos projetos de lei, que a prefeitura está anualmente encaminhando à Câmara”, pois são ações como essa que vão delimitar as intervenções na cidade, alterando os limites e a abrangência até de instrumentos como a ZEIS, ela conclui. Nesse sentido, as assessorias podem usar o conhecimento técnico para ter uma leitura mais ágil e assertiva nessas ações e elucidar esses trâmites para as comunidades.

Como uma das estratégias principais dessa disputa pode se destacar o “monitoramento legislativo” que, como destaca Julia, consiste em “acompanhar quais leis estão sendo tramitadas, formuladas, votadas e sancionadas”. Esse trabalho é fundamental para que a assessoria possa “entender quais são as regras do jogo formal que está sendo colocado” e transmitir para os movimentos sociais. É importante destacar que o trabalho, por mais técnico que possa ser, está sempre vinculado com o trabalho que é feito em rede e articulada pelo território. Como informa Julia:

evidentemente, tem a defesa judicial, técnica, mas a defesa judicial é sempre feita em articulação com um discurso, uma campanha de comunicação também porque a gente entende que a assessoria jurídica precisa estar associada com uma assessoria de comunicação [...] que geralmente é empreendida pelos movimentos e com suas outras assessorias.

Nesse sentido da disputa, as assessorias conseguem usar de acessos que lhe são concedidos enquanto técnicos e construir relações com agentes que estão mais distanciados dos territórios, como, por exemplo, parlamentares e assessores do legislativo, gestores e outros sensibilizados com as questões dos territórios. Outros, não são necessariamente aliados, são ativados em razão das pautas colocadas, como algumas secretarias nos governos. Ela ainda destaca que a aproximação ou distanciamento dessas relações depende dos perfis ideológicos e políticos dos agentes que estão no poder. O Ministério Público e a Defensoria Pública são agentes que geralmente aparecem como aliados, e isso fica bem destacado nas disputas do CAS.

Infelizmente a maior parte hoje, nas últimas gestões, tanto do Estado quanto do Município, dificilmente são ativadas enquanto parceiros, mas a gente tem também dois importantes aliados que é a Defensoria Pública e o Ministério Público. Importantíssimos aliados, principalmente o núcleo fundiário da

Defensoria Pública do Estado da Bahia. [...] o Ministério Público, sobretudo, a Promotoria de Urbanismo e Meio Ambiente.¹⁴²

Clara destaca duas atividades que são desenvolvidas no âmbito da disputa política e jurídica nas relações com agente estatais. Uma ela denomina de “mediação interinstitucional” que é desenvolvida na relação com órgãos de governo e a outra é a articulação em rede, trazendo como exemplos a participação do Coletivo Escalar nas campanhas, como a *Campanha Nacional Despejo Zero – Em Defesa da Vida no Campo e na Cidade* e a *ZEIS Já! – Campanha pelo Direito à Moradia e à Cidade em Salvador*.

Outra estratégia recorrente nas disputas no CAS é o resgate de instrumentos jurídicos existentes, que podem e devem ser devidamente utilizados para a democratização do acesso à terra urbana, entre os quais Clara cita a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade:

a gente pode resgatar a própria Constituição: o direito à moradia, o direito a cidade que está expresso lá, o Estatuto da Cidade que também aborda uma série de instrumentos. Depois disso já tiveram outros processos também de pegar itens do Estatuto da Cidade e transformar em lei: a Lei da Assistência Técnica, a Lei da Regularização Fundiária. No nosso caso, por exemplo, trabalhando com área de risco, agente mobiliza a Lei de Proteção e Defesa Civil.¹⁴³

Ela ainda destaca a importância de pautar o instrumento da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), “que é um instrumento muito importante, e que, no caso de Salvador, tem muitas demarcadas, mas poucas regulamentadas”. O caso do Tororó, que vai ser tratado num tópico mais à frente, tem esse apelo de fortalecimento da ZEIS em defesa do território.

no caso do Tororó a ZEIS foi utilizada como argumento, pensando todo esse processo de ser um espaço de ZEIS-1, que é voltada para favelas e assentamentos precários, e que é voltado para a questão da moradia e dos equipamentos comerciais vinculados à essa moradia. [...] então a gente vai lendo esses materiais e pegando os argumentos que são favoráveis ao processo e que estão presentes nas leis, para a gente poder trazer (os instrumentos) à tona e que também se tornem instrumento de discussão nesse processo de disputa.

Nas disputas travadas pela AMACH com o Governo do Estado e a CONDER, a associação contou com a assessoria do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS)

¹⁴² Julia Molina em entrevista para essa dissertação.

¹⁴³ Lei de Assistência Técnica (Lei Federal nº 11.888/2008), Lei da Regularização Fundiária (Lei Federal nº 13.465/2017), Lei de Proteção e Defesa Civil (Lei Federal 12.608/2012).

para fazer a mediação na relação com esses dois agentes. Rebouças explica esse processo:

A CONDER afirmou só haver 39 famílias (cadastradas e que não haviam recebido auxílio relocação) na área do projeto, número bastante inferior ao de 382 famílias, levantado em 2002. Foi então que a AMACH, assessorada pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) e com o apoio do Ministério Público, procede à realização do seu próprio levantamento cadastral, com as famílias que moravam na 7ª Etapa, inclusive com as que já haviam recebido auxílio-relocação (REBOUÇAS, 2012, p. 39).

Nas disputas, diversos imaginários surgem, se constroem e se transformam nos processos de mediação nessas relações, colocando a dimensão ideológica também na centralidade. Julia acredita que essa dimensão da disputa se coloca em contraposição aos discursos e narrativas hegemônicos sobre o que deveria ser o Centro:

[...] essa ideologia passa por uma disputa de imaginar o Centro como um espaço branco, em que as pessoas caminham na calçada, compram os produtos em boutiques, que tem um certo padrão de construção, um certo padrão de apresentação, tudo isso faz parte de um imaginário, [...] (em que) não vai ter um comércio de rua, não vai ter uma feira popular. Esse imaginário do que é o Centro, que é o imaginário que as gestões da Prefeitura vendem e vendem muito bem, faz criar uma grande ideologia do Centro.

Para Julia, essa disputa ideológica é, também, uma disputa jurídica, pois é na legislação que esses imaginários criados, sobretudo pelo Estado, se materializam, e/ou são possibilitados.

Para o SAJU a “estratégia política” é também importante nas disputas construída pelo grupo a partir da leitura coletiva do contexto e projeto de sociedade, nas palavras de Julia: “existe uma estratégia política de litigância, mas também uma estratégia política que a gente pensa nas nossas reuniões cotidianamente: onde a gente quer chegar enquanto sociedade”. Ela explica que essa reflexão crítica é feita a partir da leitura dos territórios, visualizando os sentidos das disputas que atravessam os movimentos e comunidades:

o nosso entendimento hoje é de que a estratégia a gente precisa discutir os pilares. Por que o Centro está sendo disputado da maneira como está? Por que os movimentos estão em constante resistência para não serem expulsos das suas ocupações do Centro? Por que o comércio no Centro também está passando por um processo de gentrificação? Isso passa por uma estratégia política que, ao nosso ver [...] (é) construída dentro de uma estrutura racista.

O domínio dos repertórios e a democratização do conhecimento técnico e jurídico são estratégicos nas disputas, dado que muitas vezes os processos que subtraem direitos dos territórios se apoiam na técnica e em interpretações viesadas da lei.

Tem a disputa para dominar essa tecnicidade, e aí existe a disputa do que que vai estar inserido nessas técnicas. Então, se o loteamento vai ser de um tamanho ou de outro, se os andares vão ser tal, se tal bairro vai ser uma ZEIS, [...] todo esse zoneamento, tudo isso é disputa, porque querendo ou não no final do dia isso vai ser utilizado para justificar a expulsão. Então hoje a Prefeitura de Salvador consegue expulsar o Tororó enquanto ZEIS se utilizando da [...] letra da Lei das ZEIS, que fala que as ZEIS entre seus objetivos é permitir o desenvolvimento local [...] e dizer que o shopping vai trazer isso para o local. É uma disputa de linha a linha que tem que estar atento cotidianamente.¹⁴⁴

A principal estratégia para isso é a de formação, seja ela política, jurídica ou outra. Ela ocorre tanto num ambiente de relação interno da assessoria, como entre diferentes assessorias, assim como entre assessorias e os territórios. Julia destaca que no SAJU a educação jurídica popular é uma importante ferramenta de luta que se desenvolve numa perspectiva de trocas entre os agentes envolvidos:

a gente entende como construir um conhecimento jurídico em conjunto, entendendo que existe um “direito autoconstruído”¹⁴⁵ lá fora, que a gente precisa aprender muito sobre ele e também levar o direito formal que a gente aprende na universidade, nas nossas práticas profissionais [...] para os movimentos através de formações, [...] para fornecer mais uma ferramenta, [...] (assim) a decisão de qual vai ser a melhor estratégia vai ser tomada pelo movimento, pela comunidade.

Ainda nesse aspecto, os processos de formação têm como objetivos principais fortalecer e trabalhar na consolidação da autonomia das comunidades e movimentos sociais. Viveiros afirma que os processos de formação política são cruciais para o amadurecimento político e fortalecimento desses grupos. “É indiscutível a importância atribuída à formação política entre os movimentos e entidades para a construção de repertório na ação política e alinhamento de princípios e práticas” (2020, p. 157).

Conectando o aspecto ideológico e o informacional da disputa, Clara destaca a existência de uma “disputa de linguagem”, e de informação, dentro do discurso e do instrumento técnico e jurídico, afirma a importância das assessorias se inserirem enquanto facilitadoras na perspectiva da democratização da linguagem. Nas palavras dela:

¹⁴⁴ Julia Molina em entrevista para essa dissertação.

¹⁴⁵ Ela faz referência ao conceito desenvolvido por Lima (2019).

Tem uma questão muito forte nessas disputas que envolvem esses outros agentes, por exemplo, disputas contra o mercado, [...] é incidir sobre essa questão dos saberes e das linguagens, [...] porque muitas vezes esses técnicos vão visitar as localidades, vão visitar edifícios e acabam usando a linguagem que é técnica e que não acessa a população de modo geral; então, acho que tem um compromisso da assessoria [...] em trabalhar por essa democratização da linguagem.

No entanto, ela alerta que a estratégia não é traduzir literalmente os termos ou discursos técnicos para os territórios, mas sim torná-los mais acessíveis para que esse grupo se aproprie desse discurso, se assim quiser, e da maneira que quiser, de acordo com suas vivências. Para Clara as assessorias nesse processo têm um trabalho duplo de apreensão e transferência, tanto “pegando o que é essa linguagem técnica e tornando ela acessível, quanto depois também tornando essa linguagem técnica explicada” para que possa ser apreendida pelos territórios.

A comunicação constitui outra dimensão estratégica da prática das assessorias e envolve o acionamento das redes sociais e a internet. O propósito é disseminar as informações e torná-las amplamente visíveis para toda a população para que os temas e as discussões ganhem cada vez mais amplitude. Clara destaca inclusive, a importância das informações técnicas ganharem amplitude trazendo informações complementares e mais inteligíveis do que as divulgadas oficialmente.

Quando se torna também de conhecimento público, outras pessoas vão se interessando, vão querendo saber mais e não fica ali preso no sigilo da informação oficial [...], tornando esses processos públicos para que outras pessoas possam aderir e possam estar sabendo e participando.

A Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador utiliza muito as redes para como comunicar eventos, celebrar conquistas, fazer denúncia e pautar as disputas que se desenrolam no território. O Coletivo Trama é um importante aliado na produção de peças e estruturação de uma identidade da Articulação nas redes. Tornar as disputas públicas colabora para que os agentes que ameaçam direitos das comunidades sejam identificados e as ameaças denunciadas.

Clara destaca outro aspecto, que se relaciona com o trabalho em rede, que é a troca de informações com outros agentes. Essa prática contribui para o fortalecimento da atuação de cada assessoria, como a troca de experiências e compartilhamento dos avanços entre assessorias e com comunidades e movimentos sociais e assim, nas palavras de Clara, “estar junto dos movimentos, das organizações comunitárias, e aí pegar esse conhecimento [...] e colocá-lo a serviço desses grupos com os quais a

gente vem trabalhando”. Essa estratégia permite que as assessorias não se limitem aos seus campos de conhecimento específicos e atuem numa frente ampla nas disputas. Clara destaca, por exemplo, a relação com assessorias jurídicas para fortalecer esse aspecto, que não é especialidade do Coletivo Escalar: a “gente vai procurar esses profissionais também para entender mais e para eles darem o ponto de vista deles, no que podem contribuir para cada um desses processos”.

Isso fortalece o sentido que é atribuído ao propósito enquanto assessoria. Para Clara: “(a ideia é) colaborar com esses processos de luta que são travados na cidade e, também, devolver um pouco do que a gente aprende na universidade para os locais em que tem essa demanda”. Julia complementa sob a perspectiva de outro coletivo: “a ideia do SAJU não é ser uma assessoria de prestação de serviços, mas de uma construção conjunta do espaço, política. Raramente vai chegar uma demanda do nada e vamos começar a atuar sem passar por um debate político”. Nesse sentido, todo o trabalho de assessoria é um processo de construção política e, portanto, é pensado e construído especificamente e com cada território.

Interessante destacar essa inserção das assessorias também no apoio a projetos conduzidos pelos movimentos sociais. A assessoria, não é um agente externo que “leva a verdade ao povo”. “Mas é o agente que se identifica com os interesses populares, faz mediação povo-governo, realiza uma atuação política sem, necessariamente, estar envolvido com nenhuma organização partidária. [...] articulam o saber popular ao técnico-científico” (GOHN, 1991, p. 168). Enquanto agentes técnicos, os aliados dos movimentos se articulam inclusive de dentro do Estado e esse é um apoio muito importante nas lutas.

Nas *Campanha Nacional Despejo Zero – Em Defesa da Vida no Campo e na Cidade e ZEIS Já! – Campanha pelo Direito à Moradia e à Cidade em Salvador* as assessorias assumiram um papel de grande importância no fortalecimento de redes de alianças para que pautas específicas ganhassem amplitude. Citar essas duas campanhas é importante para entender como as assessorias se inserem nas disputas e integram a atuação de um trabalho em rede com os movimentos, como explicado por Clara e explicitado anteriormente nesse tópico.

Lançada em 2020, num contexto de pandemia da covid-19, a *Campanha Nacional Despejo Zero – Em Defesa da Vida no Campo e na Cidade*, foi criada por movimentos e organizações sociais, e atuou principalmente no auxílio de dezenas de famílias em situação de vulnerabilidade de todo o país, com o objetivo de denunciar e pressionar os poderes públicos a respeito dos processos de despejos e remoções forçadas que acontecem em todo país e ganharam escala no período da pandemia. Em Salvador, os integrantes da Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador e assessorias aderiram massivamente à campanha. Durante a campanha foi elaborado um mapeamento com o objetivo de registrar, analisar, denunciar e visibilizar as violências cometidas por agentes públicos e privados contra os territórios populares de Salvador.¹⁴⁶

A campanha foi exitosa nas suas inserções e pressões no legislativo e no judiciário. Direcionada aos órgãos do Poder Judiciário, tem-se a Recomendação 90/2021¹⁴⁷. E ao legislativo tem-se a aprovação da Lei nº 14.216/2021, que juntamente da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 828, suspendeu as medidas de remoção (TEIXEIRA; MOURAD; FLORENTINO, 2022, p. 221). Desde de outubro de 2022, devido ao avanço do estancamento da pandemia, as medidas não foram prorrogadas. Como medida de transição, a fim de minimizar impactos habitacionais e humanitários em caso de desocupação coletiva, o STF determinou “que os tribunais que tratam de casos de reintegração de posse instalem comissões para mediar eventuais despejos antes de qualquer decisão judicial” (STF, 2022).

Mesmo que a medida de suspensão de despejos tenha se extinguido, foi uma vitória da Campanha Despejo Zero. Além da suspensão de despejo e sucessivas prorrogações, a Campanha deu visibilidade significativa, em âmbito nacional, ao caso de despejos que já ocorrem há muito tempo em diversos territórios populares em todo o Brasil. Diego Vedovatto, do Setor de Direitos Humanos do MST, avalia como uma vitória parcial a instauração do regime de transição:

É uma vitória parcial porque ele estabelece um regime de transição para a retomada das reintegrações de posse, observadas as condicionantes fixadas

¹⁴⁶O resultado dessa pesquisa se encontra no site da campanha junto com os resultados dos outros estados. Disponível em: <https://www.campanhadespejozero.org>

¹⁴⁷ “Recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a adoção de cautelas quando da solução de conflitos que versem sobre a desocupação coletiva de imóveis urbanos e rurais durante o período da pandemia do Coronavírus (Covid-19).” Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3766>

na decisão, especialmente esta de criação de comissões em todos os Tribunais de Justiça (TJ) e Tribunais Regionais Federais (TRF), para exercerem atos de mediação e garantir o direito à moradia e vida digna dessas famílias em qualquer processo de remoção (CPT, 2022).

A pandemia desencadeou disputas por direitos em todo país, o que sem dúvida deixa esse avanço como legado de um momento tão difícil para toda a população mundial, sobretudo para os grupos vulnerabilizados. Diego Vedovatto ainda destaca a importância de movimentos, assessorias e aliados incidirem politicamente nas esferas estatais.

O centro da luta se desloca para os estados e saímos da pauta da pandemia para pautar o direito à moradia como foco. Precisamos incidir politicamente nos TJ e TRF para que criem ou adequem as comissões e estas cumpram seu papel de garantir a mediação justa para a população alvo de despejos. Se qualquer ordem judicial, administrativa ou essas comissões não seguirem as condicionantes da decisão do Supremo cabe Reclamação direto no STF (CPT, 2022).

Lançada e desenvolvida em 2021, a *ZEIS Já! - Campanha pelo Direito à Moradia e à Cidade em Salvador* teve como principal mote pautar o instrumento de política urbana da Zona Especial de Interesse Social – ZEIS em Salvador. A Campanha teve como objetivo principal dar visibilidade ao instrumento por meio do engajamento e articulação de lideranças comunitárias, agentes de justiça e gestores municipais, afirmando os territórios de ZEIS na defesa pelo direito à moradia e à cidade em Salvador. Participaram lideranças comunitária, militantes, ativistas, assessores populares, moradores, pesquisadores, professores e estudantes universitários envolvidos na luta pelo direito à cidade em Salvador. No processo esse grupo era responsáveis por desenvolver e discutir sobre o material que seria posteriormente divulgado.

A Campanha se desenrolou em boa parte de maneira virtual. As reuniões, oficinas e atividades da equipe de apoio e lideranças dos territórios ocorreram de maneira remota. Nas redes a campanha pautou os principais conflitos e disputas que se desenrolavam no território de ZEIS e divulgou as peças que foram desenvolvidas em oficinas com as lideranças dos territórios e movimentos. Os materiais de divulgação e instrumentos didáticos, como os vídeos didáticos, cards, cartilha lúdica, os textos de apoio e todo o material produzido foram anexados no site da Campanha¹⁴⁸.

¹⁴⁸ Disponível em: <https://www.zeisja.org/>

Após o início da Campanha houve uma notável inserção do instrumento ZEIS na pauta de diversos veículos da mídia. Lideranças dos territórios e movimentos também começaram a disseminar a temática com mais frequência durante diversos eventos. Esse processo, juntamente com os variados tipos de peças, conteúdos, linguagens e formatos, fez com que a Campanha e o instrumento da ZEIS ganhassem amplitude. A Equipe de Apoio da Campanha continua se articulando através das redes sociais e no desenvolvimento de novos produtos para publicação e com o interesse de manter a articulação e em evidência esses instrumentos durante a revisão do Plano Diretor de Salvador, com as discussões e oficinas que devem acontecer em breve.

Em atuações como essas, incidências diretas e trabalhos em rede, fica nítido que as assessorias têm um significado complementar crucial para atuação dos movimentos sociais e comunidades do Centro. Como destaca Clara Araújo, a principal importância da assessoria é de mobilização política e de agregar conhecimento às agendas que já estão postas e já fazem parte do cotidiano desses grupos:

[...] conseguir acesso a certos espaços que não estão dados, apesar de que deveriam, [...] então uma entrada que os técnicos também conseguem acessar e que contribuem com essas demandas e com essas pautas que estão colocadas pelos movimentos.

Ela conclui ao dizer que a assessoria não cria demandas, mas condensa e direciona o que já está posto pelos territórios numa perspectiva de “agregar novos conhecimentos e novas questões àquelas que já estão colocadas e àquelas que já são presentes nessas organizações e nas (suas) lutas”. Nesse aspecto, para Julia, do SAJU, a principal importância da assessoria está na formação dialética:

enquanto um transmissor do conhecimento formal para que os movimentos se apropriem e (o) utilizem [...]. Se em algum momento a gente conseguir [...] que esse conhecimento seja democratizado, espero que o SAJU deixe de existir e que as assessorias sejam os próprios movimentos. [...] Uma coisa muito importante, que acho muito cara para o SAJU, e inegociável enquanto princípio, é que o SAJU não tá ali só fornecendo esse conhecimento formal, mas ele está ali também absorvendo muito conhecimento.

Por fim, todos os sentidos até aqui colocados confluem num único: o da disputa pelo direito à centralidade enquanto direito à cidade, que demanda, sobretudo, uma ação conjunta nos processos sociais.

A disputa pelo direito a cidade [...] envolve a organização social, organização entre as pessoas que estão ali naquela disputa. Acho que tem se fortalecido muito essas redes de parceria, de solidariedade. Envolve expressões diversas, (como) culturais e religiosas, que estão ligadas à união de formas

diferentes de expressão e de comunicação, para que aquele grupo possa estar representado socialmente. [...] Acho que tem uma coisa de compartilhamento de valores, de valores culturais, de valores éticos dessa questão da coletividade, de pensar conjuntamente, e do respeito às diferenças.¹⁴⁹

Contudo, temos a equidade como um valor que dá sentido e direciona as disputas pelo direito à cidade no Centro Antigo de Salvador. Como abordado no capítulo anterior, nas falas das lideranças sobre os sentidos do direito à cidade que emergem sobre o morar no Centro e disputar a centralidade. E enquanto assessorias, fica evidente que a estratégia de formação se destaca nesse âmbito, pois se relaciona com empoderamento, conhecimento e facilitação de acesso à informação para essas comunidades e movimentos do CAS, contribuindo diretamente com o exercício de suas *práxis*.

4.1.5. Questões de Gênero e Raciais nas Lutas dos Movimentos Sociais e Comunidades do CAS

As reformas urbanas com apelo racista, a partir de políticas higienistas e apropriação e exploração das culturas negras, são práticas que ocorrem em todo o Brasil. Práticas de remoções coletivas e realocações durante os projetos de renovações urbanas, como os que ocorreram no CAS, são marcadas por um viés racista, classista e sexista, em grande parte apoiada pelo próprio Estado, como pontua Perry:

Disfarçada na linguagem de limpeza do centro da cidade ou transformação em uma cidade mais bonita ou mais segura, [...] reflete um racismo institucional profundamente enraizado na sociedade brasileira. Oficialmente, o objetivo pode ser promover a cultura local ligada aos moradores negros, tal como capoeira, candomblé, música, dança como o samba, artes e artesanato, e a tradicional comida afro-baiana como feijoada, mas é claro que as pessoas negras em si não estão incluídas (2022, p. 40-41).

Para a autora, os casos de remoção não são isolados nem pontuais, visto que, perpetrado por homens de negócios e agentes de desenvolvimento urbano, fazem parte “da sistêmica destruição de assentamentos negros e da onipresente negação da cidade negra que caracteriza as cidades brasileiras” (*Idem*).

A política de assistência do IPAC, como visto anteriormente, sobretudo em meado dos anos 80, teve alguma influência para a consolidação de uma cultura negra. Entretanto, muitas dessas instituições fomentaram a cultura, sem de fato incorporar

¹⁴⁹ Clara Araújo em entrevista para essa dissertação.

essa população que a originou (PERRY, 2022), vide as políticas que expulsaram o povo pobre e negro do Centro e o processo de elitização e exploração do turismo e da cultura para fins estritamente econômicos.

Keisha-Khan Perry (2022) ainda destaca como os últimos projetos de revitalização no Centro de Salvador têm sido violentos ao agirem no sentido de expulsar e colocar a população pobre e preta para as periferias da cidade. E ressalta a importância das redes de relações sociais e políticas existente entre as comunidades do Centro, ao alertar que a expulsão e destruição dos meios de subsistência implica na quebra dessas relações familiares e comunitárias. Destaca a importância da centralidade, ao afirmar que nos territórios negros do centro

as mulheres negras trabalham como domésticas nos prédios vizinhos; seus filhos frequentam escolas e hospitais a uma curta distância percorrível a pé; e famílias compram os produtos que precisam em mercados e lojas no centro da cidade. Ser forçado a se deslocar para áreas distantes na periferia provoca a destruição de seus meios de subsistência, reduz o acesso vital a recursos materiais e serviços como hospitais e desfaz as relações familiares e comunitárias (PERRY, 2022, p. 41).

Com base nesses projetos de restauração no Centro Perry (2022) afirma que “a renovação urbana em Salvador tem focado na preservação de aspectos físicos e culturais da Bahia e do Brasil, incluindo as memórias dos locais de escravidão e colonialismo”. Por esse ponto, a histórica se tornou uma mercadoria de consumo público e de turismo em Salvador, em que até a população negra vira produto enquanto as necessidades de sobrevivência desses agentes que construíram a cultura do Centro são negligenciadas, como afirma a autora:

(os) lugares onde pessoas negras algum dia moraram tornaram-se pontos comerciais para o consumo de experiências e culturas negras, mas sem as pessoas que produziram a cultura. [...] Assim, o turismo em Salvador modifica e consome a cultura negra como representações folclóricas de identidades nacionais e locais distantes de preocupações cotidianas com a sobrevivência material - emprego, habitação, comida (PERRY, 2022, p. 84-85).

O movimento negro em Salvador se articula desde os anos 70 e defende pautas contra práticas de discriminação e políticas racistas que incidem sobre os territórios populares. Muitas dessas pautas se perpetuam entre os movimentos mais contemporâneos como bem explana Zanoli “muitas de suas pautas ainda se repetem na atualidade: contra a expulsão de famílias de baixa renda de suas casas, pelo respeito às religiões de matriz africana, contra o racismo e preconceito, que afirmam

ser também institucional e, principalmente, contra o genocídio do povo negro” (2017 p. 62).

Ainda que os movimentos sociais urbanos, especialmente os de moradia, não representem direta e exclusivamente as agendas de “grupo de minorias”, as pautas das mulheres e dos negros tem crescentemente se destacado, especificamente nas narrativas da Articulação dos Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador. Essa parece ser uma tendência mais geral, pois, conforme Garcia (2010, p. 01), cada vez mais “os movimentos sociais têm produzido discussões que envolvem tanto as práticas feministas quanto anti-racistas” na tentativa de questionar “teórica e empiricamente” o conceito de classe como único para explicar as questões das desigualdades sociais. Considerando que “a pobreza urbana em geral e de Salvador, em particular, é majoritariamente negra e feminina” (GARCIA, 2010, p. 12), tornam-se pautas necessárias em várias esferas de formulação e prática social:

a prática desigual de uso do espaço urbano entre homens e mulheres, negros e brancos permite fazer uma reeleitura sobre a cidade, as relações de gênero, relações raciais e relações de classe contribuindo para a reelaboração de práticas sociais, práticas de planejamento, práticas de pesquisa que tornem a cidade mais humana. (*Ibid.*, p. 11-12)

Importante destacar o protagonismo feminino na Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador. Vemos na Articulação a predominância de mulheres negras em posição de liderança, o que representa um aspecto de grande relevância na formação das identidades coletivas dos movimentos sociais vinculados ao coletivo. Essa condição representa um potencial de combate às diversas formas de opressão, como destaca Garcia:

os movimentos sociais urbanos que têm base e em parte direção de mulheres e negros, e portanto, podem ser protagonistas do pensar e organizar a cidade ao feminino e na perspectiva dos interesses da maioria negra, buscando a superação de todas as formas de opressão da e na cidade desigual, patriarcal e racista (2010, p. 12).

Não dá pra descolar uma leitura do CAS sem levar em conta que ele é conformado por mulheres pretas e pobres. A maioria dos movimentos colocam nomes de pessoas pretas, muitas vezes mulheres, nas suas ocupações. Esses nomes remetem às lutas e resistências do povo negro, trazendo o sentido de ancestralidade. Os nomes remetem a disputas já travadas pelo povo preto e servem para lembrar que é uma disputa histórica. Não deixam essas personalidades históricas serem esquecidas pela

história, que muitas vezes é escrita do ponto de vista de uma hegemonia branca e elitista. Os nomes dessas personalidades negras dispostos para visualização pública nas fachadas das ocupações no Centro Antigo de Salvador afirmam a presença do povo preto nesse território.

Figura 35 - Fachada Ocupação Carlos Marighella



Fonte: Jornal A Verdade (2022).

Uriarte destaca as práticas de autogestão e a predominância de liderança de mulheres em diversas ocupações em casarões do Centro Antigo de Salvador, que ela classifica como espaços “habitados com dignidade”. Os quais prezam pelo respeito à liderança feminina:

[...] apesar de todas as dificuldades, com muito esforço e sacrifício, a invenção de um habitar com regras autônomas, que impede a entrada do tráfico de drogas e sua violência, um habitar onde os espaços coletivos e privados são igualmente cuidados e resguardados, onde a liderança feminina é afirmada e respeitada (URIARTE, 2019, p. 396).

As experiências de organização política de movimentos sociais liderados por mulheres como o caso da Gamboa de Baixo, “são cruciais para compreender o significado da identidade de raça e gênero na criação de coesão política e fomento de lutas feministas de base”, como afirma Perry. E acrescenta que o olhar para esses protagonismos femininos negros tem desencadeado uma nova leitura para essas questões dentro dos territórios urbanos para além do Centro.

Em discussão sobre a inserção das questões raciais nas disputas pelo direito à cidade no Brasil, Gabriela Leandro faz três observações sobre a necessidade de se encarar

essas questões na apreensão do urbano. Citando brevemente tem-se, a primeira, em que ela destaca a importância de inverter a lógica do ponto de partida, que significa dizer que ao invés de partir da ausência e precariedade, compreender sobre os modos de viabilização da vida nesses territórios. A segunda, relacionada diretamente com a primeira, em que ela alerta para o risco de, ao se distanciar de um discurso estritamente do viés de subalternização, cair em discursos polarizados e romantizados acerca da dimensão étnico-racial das questões urbanas que pouco agregam na complexificação de análises. E como terceira observação, destaca a necessidade de se atuar num processo de reivindicação e disputa na inversão de “determinadas versões de verdade”. Por fim ela conclui:

embora imaginar e construir territórios sejam práticas históricas inerentes à população negra do lado de cá do Atlântico, o racismo, essa tecnologia que opera o mecanismo de morte, continua a produzir a des-humanização de determinados sujeitos, corroborando para a desclassificação de sua propriedade no fazer cidade. O racismo neutraliza o constrangimento da eliminação do outro, e de suas faculdades. Reconhecer a sua existência estrutural e encará-la de frente, parece ser o único caminho viável para que seja profícuo o encontro entre o direito à cidade e as questões raciais, vislumbrando a conciliação para uma vida comum possível (LEANDRO, 2019).

Importante pontuar que o “conhecimento adquirido por mulheres negras a partir do ambiente construído e das condições sociais informam suas estratégias criativas para a construção de paisagens urbanas mais democráticas” (PERRY, 2022, p. 25). Sendo assim, pode-se compreender que as discussões que versam sobre o direito à cidade e a centralidade, sobretudo no Centro Antigo de Salvador, não podem estar descoladas das questões raciais e de gênero, além, é claro, da de classe, pois as apreensões desses espaços distanciadas dessas especificidades não levariam em conta sujeitos que constituem o território.

Por fim, num contexto em que as mulheres negras de toda a cidade aparecem enquanto protagonistas nas lutas para preservar a terra onde construíram suas casas, estabeleceram suas redes sociais e ganham o sustento das suas famílias, “reivindicar o direito à terra nas cidades significa desafiar a dominação racista, de gênero e de classe originada no colonialismo e o legado da distribuição desigual de recursos materiais” (PERRY, 2022, p. 46). E, portanto, são aspecto imprescindíveis para estarem inscritos nas agendas e projetos transformadores para o CAS.

4.1.6. *Agendas e Projetos*

Quando o projeto é construído a partir da prática e da práxis cotidiana permite que as comunidades e movimentos territorializados ressignifique essas ações e permite “reordená-las segundo as conjunturas e forças sociais presentes”, como afirma Gohn. Portanto, “dar sentido às próprias condutas, em oposição ao sentido já dado ao sistema social pela ordem dominante, é o grande espaço existente nos movimentos populares, na construção de seus projetos” (GOHN, 1991, p. 44). Gohn se refere a projetos políticos, sociais, entre outros, que regem as ações de modo geral dos movimentos sociais e aliados, frente a disputas urbanas; sendo assim, essa noção não está atrelada a demandas concretas, mas a condutas ideológicas que se expressam no território.

Para discutir o projeto político da Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador, tem algumas perspectivas que devem ser levadas em conta, como as características e os projetos políticos específicos dos movimentos e coletivos que a compõem, certamente distintos.

Aos projetos políticos de cada um dos movimentos sociais e coletivos do Centro estão vinculadas agendas, dentre as quais a agenda da habitação se sobressai e coloca-os como uma agenda comum. Essas agendas se desdobram em propostas concretas, necessárias nas disputas na relação com o Estado. Gohn (1991) pontua que nos processos de disputa, os movimentos sociais entendem que em meio à resistência, é necessário que se apresentem propostas. Estas devem ser elaboradas com base na vivência cotidiana entre lideranças e assessorias técnicas ligadas diretamente ao movimento social.

É preciso também “levar tais propostas adiante, torná-las públicas. É a transfiguração do pensar coletivo no fazer público, passando pela mediação da relação do fazer e acontecer estatal” (GOHN, 1991, p. 167). No caso da Articulação do Centro Antigo de Salvador essas propostas estão alinhadas, não somente com as demandas do coletivo, como de cada comunidade e movimento social que o integra.

A Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador representa uma força coletiva que age na perspectiva de transformação urbana, mas, especialmente, de mudanças nas políticas públicas. As agendas atreladas ao seu

projeto ainda são muito pautadas pelas urgências das situações conflitivas, por isso não apresenta delineamento nítido, mas aponta sentidos de transformação das condições de desigualdade e opressão e de negação do direito à cidade.

Na elaboração, de um projeto transformador de gestão da cidade, esses “atores sociopolíticos [...] põe a perspectiva de trabalho do movimento popular no sentido de construção de um novo urbano, fundado não nos critérios do *status*, lucro e na lógica custo-benefício”. É então que são construídos “novos valores”, que basicamente resgatam “uma qualidade de vida destruída pelo capitalismo, [...] são alguns dos saldos mais positivos alcançados pelos movimentos de luta pela moradia popular para uma gestão democrática da cidade” (GOHN, 1991, p. 168).

Esse é o caráter de renovação que os movimentos podem instaurar no sentido de produção da cidade. “Ocorre um resgate dos projetos de vida individuais na elaboração de um projeto coletivo que necessariamente repõe e exige um novo relacionamento entre povo e poder” (Idem). Pode-se dizer que o processo de transformação, com os movimentos como base, está na subversão de lógicas e na busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Por mais que pareça um discurso utópico, é preciso que existam movimentos enquanto forças políticas de transformação para que não se precise mais existir movimentos de resistência.

A construção de agendas pelos movimentos sociais e comunidades do CAS, seja em razão dos conflitos e suas urgências seja por estratégia, se dá na relação com o Estado e se vale dos estudos produzidos por instâncias governamentais na construção de posicionamentos críticos ou nas pressões para a conquista de direitos. Há, por exemplo, diversos estudos, inclusive realizados por agentes do poder público ou vinculados a eles como os feitos para os planos, que sinalizam as problemáticas do Centro, sobretudo, relacionadas à questão do esvaziamento e dos problemas sociais e que servem de instrumento de denúncia para dar visibilidade ao problema e ao mesmo tempo pautar a questão da ociosidade dos imóveis e a necessidade de moradia social.

Os movimentos e comunidades se inserem na disputa pelo direito ao Centro e formulam suas agendas políticas pensando em conquistar cada vez mais espaços na produção e idealização da cidade. Disputam por espaços que sejam realmente

participativos, que escutem as especificidades de cada território e que consigam traçar um caminho consistente a fim de elucidar as problemáticas a partir de ações concretas. Por esse prisma, juntamente com aliados, a Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador tem se inserido na agenda da esfera pública, e construído a sua própria, em busca de direitos. É no percorrer das arenas de disputas que esses agentes constroem seus projetos políticos em defesa do direito à cidade.

4.2. Percorrendo Arenas de Disputa

As arenas são espaços de disputas em que os agentes sociais constroem suas agendas políticas (VIVEIROS, 2020). Para entendimento das arenas em que se desenvolvem as disputas dos movimentos sociais por moradia do Centro Antigo de Salvador, parte-se de duas análises, uma mais conceitual, a partir do território enquanto principal campo formador de sentidos de luta para os movimentos e comunidades e, num âmbito mais concreto, toma-se o caso do Tororó como exemplo para entender as correlações de forças que se desenrolam em arenas complexas.

4.2.1. O Território como Arena de Disputa por Centralidade

A compreensão de como o espaço se organiza é imprescindível para reconhecer os processos de dominação e luta que ocorrem. Entendendo que “a ordem capitalista produz uma subjetividade própria [...]. A formação do território revela - é cenário, instrumento e resultado - a contínua luta de dominação e insubmissão” (GUATTARI, 1985, p. 109).

Portanto, as relações sociais e territoriais são intrínsecas na formação da própria sociedade, de modo que é impossível dissociar os sujeitos do espaço enquanto território. “Não há território sem uma trama de relações sociais; o território é um lugar substantivado por essas relações ou territorialidades e é constituído histórica e geograficamente” (DEMATTEIS, 1985 apud SAQUET, 2013, p. 81). Isso também dimensiona a importância do conceito para as discussões das relações das comunidades estudadas com os espaços cotidianos e as coletividades. É possível dizer também que quando, devido às políticas públicas aplicadas, os centros antigos

se esvaziam, eles perdem seu sentido enquanto território, pelo menos do ponto de vista da sociedade e comunidade, para o Estado e para o mercado continua sendo território com fins e para fins de lucro.

Conforme Raffestin, do Estado ao indivíduo somos todos atores sintagmáticos que produzem território. As relações sociais que o constituem se dão num processo de poder e dominação. Dessa forma, “assenta-se na construção de malhas, nós e redes, delimitando campos de ações, de poder, nas práticas espaciais e constituem o território, como materialidade (1993. p. 152 apud SAQUET, 2013, p. 75-76).

Além da condição da materialidade, o território deve ser entendido como “mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico” (SANTOS, 2007, p. 82). Essa dimensão simbólica se apresenta de maneiras distintas a diferentes agentes, portanto, por mais que seja socialmente construído, para as forças hegemônicas o território se destitui de seu valor social e simbólico e passa a atender interesses voltados à acumulação do capital. Então, compreende-se que “são as forças produtivas e as relações de produção, na expansão do capitalismo, que configuram o território. [...] num primeiro plano, é um produto socialmente organizado e, num segundo, é condição para a valorização do capital” (SAQUET, 2013, p. 70). Esses entendimentos também aparecem ao se observar as distintas apropriações simbólicas da centralidade pelos diferentes agentes que incidem no CAS.

Assim como evidenciado por Lefebvre (2001[1969], p. 13), ao dizer que as diferenças socioterritoriais são o que constituem a cidade e que a vida comunitária reforça as lutas e o sentimento de pertencimento, Saquet afirma que “as forças sociais efetivam o território, o processo social, [...] em diferentes centralidades, temporalidade e territorialidades, que condicionam nossa vida cotidiana. Formam-se territórios heterogêneos e sobrepostos fundados em desigualdades e diferenças” (2013, p. 128). Pensando a centralidade enquanto representativa do agrupamento dessas diferenças, é nas áreas centrais que essas disputas ficam mais evidentes e o território enquanto arena é reafirmado.

É a cristalização das territorialidades e dos “interesses predominantemente econômicos e/ou políticos e/ou culturais que dão uma certa forma e determinados

conteúdos ao território e aos territórios” (SAQUET, 2013, p. 128). A articulação de agentes influi sobre o espaço e modela os territórios e as territorialidades numa relação direta com e a partir do indivíduo. Pode-se entender que as relações inscritas nas territorialidades construídas pelos moradores de comunidades do Centro Antigo de Salvador, são essenciais também enquanto elementos caracterizadores do território, o que se evidencia no trabalho, nas manifestações culturais e na ação política.

Conforme Sack, “os territórios requerem esforço constante para estabelecer e mantê-lo” (1986, p. 21-22). Essa definição reforça o sentido físico do território que pode se expressar a partir de delimitações geográficas para fins de gestão e/ou controle como ocorre no campo institucional. No entanto, os agentes contra hegemônicos como movimentos sociais urbanos e povos originários reafirmam seus territórios por outros sentidos, para além do controle são espaços de vivência e apropriação simbólica, “transformam o espaço e elaboram territorialidades pautadas em um sentido [...] do território como território de vida (humana e não-humana), condição da própria existência do grupo” (HAESBAERT, 2021, p. 139).

Essa definição de território se relaciona com o que Saquet entende como “lugar de relações sociais; de conexões e redes; de vida, para além da produção econômica, como natureza, apropriação, mudanças, mobilidade, identidade e patrimônio cultural; como produto socioespacial e condição para o habitar, viver e produzir” (2013, p. 118). O território como a própria condição de existência.

Portanto, a defesa dos territórios sob essa perspectiva dos movimentos sociais, especialmente por moradia, caracteriza um ato representativo de um processo “descolonizador”, em que, numa dinâmica mais ampla, “envolve a r-existência (no sentido de resistir para defender a própria existência) a todo tipo de dominação, expropriação e/ou opressão” (HAESBAERT, 2021, p. 10). Talvez esse seja o sentido mais potente da disputa nessa arena para esses agentes. É no território que o sentido da centralidade enquanto práxis aparece não só nos discursos, mas nos modos de vidas, evidenciado no resistir e no existir. A Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador mostra isso constantemente ao questionar práticas capitalistas e excludentes que ocorrem nos territórios populares do Centro, que partem principalmente do poder público e de agentes privados.

Ao tratar da perspectiva dos grupos subalternos - base para o pensamento de Haesbaert -, Porto-Gonçalves reafirma a força de “r-existência” que esses grupos exercem no território: “mais que resistência, que significa retomar uma ação anterior e, assim, é sempre uma ação reflexa, o que temos é r-existência, isto é, uma forma de existir” (2006, p. 165).

Trata-se de lutar contra o processo permanente com que se refazem –e muitas vezes se revigoram– esses princípios cuja origem remonta a séculos superpostos de domínio e expropriação, exacerbados nos últimos tempos por um padrão tecnológico capitalista nunca tão potente em sua capacidade de “colonizar”, ocupar, habitar e apossar-se da natureza e das mais diferentes formas de saber e de ser (mulher, negrx, indígena, homo/transsexual...) (HAESBAERT, 2021, p. 11).

Sob essa perspectiva, e como já pontuado, no Centro Antigo de Salvador, um perfil fica bem destacado, a mulher negra enquanto força motriz e *front* na produção e condensação de territorialidades desse espaço, portanto a representação de um agente central nesse processo de “descolonização”.

É então que, sob ameaça constante de desterritorialização, esses povos tendem a se agarrar “ao território mínimo (no limite, o próprio corpo)”, como forma última de garantir a r-existência. “Enorme dilema para os movimentos emancipatórios: alimentar a esperança e a formulação de um outro espaço/território diante da reiterada experiência da desgraça cotidiana” (HAESBAERT, 2021, p. 21). É um contexto de tantas instabilidades e inseguranças que é como se não valesse a pena se apegar a nenhum bem material além da nossa própria carne, algo que, minimamente que seja, ainda podemos chamar de nosso. E ainda, que em momentos mais críticos de expropriação e pobreza, o apego pela vida, as múltiplas formas do r-existir, “preserva sempre um envolvimento não apenas com o corpo físico, mas também com o espiritual, com o místico/religioso” (*Idem*). Importante, então, se apegar a algo que dê um simples propósito ou prazer de viver por viver, um apego que fortalece o r-existir.

Nesse sentido, é importante reforçar as características dos movimentos de base antirracista que conformam política e historicamente movimentos e comunidades do CAS. Essas características se evidenciam nas diversas manifestações culturais, religiosas, de dança, de música e de arte, por exemplo. Na abordagem da Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador, a arte, a cultura e as variadas interações sociais, intra e extra territoriais, como por exemplo as reuniões de

grupo de mulheres do Centro¹⁵⁰, o Ato-Cortejo 2 de Julho, o Banho de Mar a Fantasia da Ladeira da Preguiça, são elementos importantes que constituem esse sentido de território para esse grupo. Isso não só fortalece as identidades locais como reivindica o direito à Festa (LEFEBVRE, 2001[1969]) enquanto direito à cidade. Em um só tempo, produzem cultura, usufruem do espaço e reafirmam territorialidades, enquanto corpos que existem e resistem para permanecer no território.

Assim, colocando-o como foco na questão dessas dinâmicas “descoloniais”, o território é visto como, além de categoria de análise, um instrumento político, um “dispositivo estratégico tanto na afirmação hegemônica de inúmeras políticas públicas quanto na resistência de vários grupos sociais subalternos em suas lutas ‘por território’” (HAESBAERT, 2021. p. 129).

Segundo Sack (1986, p. 22), retomando o sentido de dominação e poder, “o território pode ser usado para conter ou restringir, bem como para excluir. E os indivíduos que exercem controle não precisam estar dentro do território. E é claro que eles não precisam estar próximos dele”. Assim, o Estado e os agentes privados se mostram também como produtores de territorialidades. Essa relação fica nítida no conseqüente processo de gentrificação de centros antigos, os limites não estão geograficamente bem delimitados, mas as relações de poder e funções atribuídas aquele território, através de processo de regeneração urbana e reusos elitistas para os edifícios histórico, por exemplo, ocorrem como se designassem quem deveria estar ali ou não, é sob esse viés que muitos processos expulsão/remoção ocorrem.

Enquanto território, a cidade “age como um container e como um molde espacial para outros eventos. A influência de uma cidade e autoridade, embora se espalhe e seja muito ampla, é legalmente afirmada por suas fronteiras políticas. A cidade territorial se torna um objeto, pelo qual outros atributos são reafirmados” (SACK, 1986, p. 27). Sendo assim, fronteiras políticas também ditam as territorialidades no campo de disputa da cidade, onde aqueles que têm mais força política e domínio das ferramentas a acolhem a seu favor. Um exemplo é a utilização dos instrumentos de política pública para o favorecimento do mercado imobiliário, uma questão em evidência que tem se discutido é a ZEIS como reserva de terra, em que um território

¹⁵⁰ Citada por Maura Cristina em entrevista para essa dissertação.

popular fica ocioso, sem ações efetivamente aplicadas pelo poder público, vulnerável a sobreposição de instrumentos para atender os interesses do capital.

São casos como esse que compõem a dinâmica urbana de conflitos, em que se veem grupos subalternizados, Estado e capitalistas travando o tempo inteiro um “complexo emaranhado de lutas no e pelo território”, num “espaço marcado por profunda exploração econômica, violência política, racismo e desigualdade social – com destaque para a concentração da terra” (HAESBAERT, 2021, p. 133). Essa questão da terra é intrínseca ao próprio processo de urbanização do Brasil, marcada pela institucionalização do mercado imobiliário e pela ausência de políticas sociais (MARICATO, 1999, p. 08). Isso mostra o território como o espaço da materialização dessas narrativas de disputas diversas.

Saquet afirma que “o território é compreendido, antes de qualquer ‘coisa’, como um espaço de organização e luta, de vivência da cidadania e do caráter participativo da gestão do diferente e do desigual” (2013 p. 129). Portanto, inibir manifestações sociais e políticas, dificultar processos participativos e limitar e/ou restringir os acessos ao centro e à cidade é negar, além do direito à cidade, o próprio território, e dificultar inclusive o exercício desse direito político de manifestação e participação.

A territorialidade é um importante componente geográfico para entender como “a sociedade e o espaço estão interconectados” (SACK, 1986, p 05) e quais os sentidos que as comunidades atribuem ao território. Para Sack, a territorialidade é “a tentativa de um indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, através da delimitação e da afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada: o território” (1986, p. 21).

Soja (1971) entende a territorialidade como “um comportamento ligado à diferenciação espacial, como produto da atuação de indivíduos e/ou grupos sociais” (apud SAQUET, 2013, p. 64). Nesse sentido a territorialidade agrega características que conferem aos territórios qualidades únicas capazes de diferenciá-los.

A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola etc., resultado e determinante do processo de produção de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações (SAQUET, 2013, p. 129).

É a partir do exercício da territorialidade que os movimentos sociais dão sentido e configuram os seus territórios como espaços de resistência, identidade e diversidade. Esse aspecto é importante e revela que as territorialidades são formadas em toda complexidade que envolve o urbano, por isso a defesa de todos os direitos atrelados à moradia são tão importantes e não dá para descolar esse emaranhado cotidiano que vai envolver trabalho, moradia e relações sociais, pois as territorialidades são formadas desse conjunto entrelaçado. Portanto, a reivindicação do Centro, onde todo esse “emaranhado” é mais acessível, é uma pauta principal dos movimentos e comunidades do CAS.

Para Saquet a territorialidade é equivalente à própria identidade de um indivíduo ou grupo. Aspecto que é inerente à constituição do próprio território, “as redes de circulação e comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade, interligam-se, fundem-se uma nas outras numa trama relacional (multitemporal e multiescalar) indissociável” (2013, p. 158).

Para Milton Santos, territorialidade equipara-se ao sentido de cultura, posto que, “incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que nos dá a consciência de pertencer a um grupo”. E, portanto, a desterritorialização é uma palavra que pode significar alienação, estranhamento, que são, também, uma forma de desculturalização, ele conclui (2007, p. 81-82). Assim, os processos de desapropriação podem ser lidos como essa perda de cultura, ou seja, quando o território é negado e os moradores são expulsos dos seus locais de moradia trata-se de uma ação com o objetivo de “desculturalizar”. Sendo assim, a defesa do território pela Articulação de Movimentos de Comunidades do Centro Antigo de Salvador é intrinsecamente uma defesa da própria cultura, pelo direito de produzir e mantê-la.

Por isso, nas compreensões dessas dinâmicas de apropriação do território, é importante entender a contextualização a partir da “periferia”, reconhecer como o conceito emerge dessas relações, em que a desterritorialização “vem associada muito mais às dinâmicas de despojo, espoliação e/ou expropriação territorial, em suma, à precarização social dos grupos subalternos do que à simples mobilidade dos grupos hegemônicos” (HAESBAERT, 2021, p. 269).

A depender da dinâmica do poder e das estratégias que se desenrolam em torno da arena do território “os grupos, classes e/ou instituições sociais se territorializam ora apoiando-se na maior força de um poder simbólico proporcionado pelo acionamento de uma identidade, por exemplo, ora pautados em um poder político-econômico de caráter muito mais funcional” (HAESBAERT, 2021, p. 270). Isso valida a importância tanto das táticas de resistência e luta caracterizadas por movimentos artísticos e culturais assim como aqueles que se pautam em ações mais políticas através de manifestações, ocupações e etc.

Em meio a processos de desterritorialização os grupos subalternizados resistem e se fortalecem. “Irmanados na luta contra uma condição socioeconômica fragilizada, reconstruem e fortalecem elos de solidariedade territorial via identificação, por exemplo, com elementos da cultura afro da qual descendem” (HAESBAERT, 2021, p. 275). Esses grupos, os “de baixo”, a partir de uma força da “cultura popular”, agem como resistência, e nas lutas revelam “o cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias” (SANTOS, 2001, p. 144). Essas pessoas não criam apenas cultura, mas paralelamente criam uma economia, uma cultura, um discurso e uma política quando estão territorializados.

Esses grupos se culturalizam fora de uma lógica preestabelecida pelo sistema, que estereotipa essas formas de vidas populares. As dificuldades que vivem esses grupos poderiam ser consideradas fraquezas, mas são formadores de identidades, práticas e expressões culturais próprias, à medida que criam alternativas aos modos de vida vigentes, já preestabelecidos por forças hegemônicas. A integração orgânica entre os territórios populares e as forças sociais é o que gera a “expressividade dos seus símbolos, manifestados na fala, na música e na riqueza das formas de intercurso e solidariedade entre as pessoas” (SANTOS, 2001, p. 144-145).

O fato de ter que lutar todos os dias afirmando sua territorialidade torna os territórios populares fortalecidos culturalmente. Noção que destaca a força e a representatividade da Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador enquanto grupo que converge as dificuldades e resistências em potências de luta e fortalecem todo um coletivo social, que vai difundir pautas que atravessam toda a sociedade soteropolitana ao abordar questões sobre mulheres, raça, classes e inúmeras outras questões.

É imprescindível abordar a dimensão da territorialização desses múltiplos “sujeitos subalternos”, visto que “através de configurações distintas de poder – onde a dimensão simbólico-afetiva do poder tem grande relevância, constroem seus territórios a partir de outra abordagem epistêmica e de outras práticas socioculturais” sob uma força contra hegemônica (HAESBAERT, 2021, p. 132). Esse é um dos pontos principais da discussão: revelar a importância de direcionar os olhos para os processos de territorialização contra-hegemônicos, e nessa perspectiva, os territórios se constroem com sólida base simbólico-afetiva. Assim,

o território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi (SANTOS, 2001, p. 96-97).

Portanto, o Centro só é território enquanto ele permite a manifestação das diferenças e das identidades. As suas potencialidades físicas apenas, não fazem do Centro território, uma vez que esse sentido só é atribuído quando há a possibilidade das construções simbólico-afetivas a partir da vida e do cotidiano dos sujeitos que integram esse espaço. Mas o movimento inverso está presente nas lógicas do Estado e dos agentes do capital que cooperam para o esvaziamento, elitização e promovem atividades que induzem, única e exclusivamente, a apropriação para fins de turismo e comércio, o que potencializa e consolida essas práticas excludentes e distancia o sentido de território atribuído ao Centro Antigo de Salvador como esse espaço de importante carga simbólica-afetiva.

Ainda vale situar uma dimensão do território que ficou evidenciada durante o período da pandemia, devido às restrições quanto às aglomerações e ocupação das ruas e o aumento do uso das redes digitais de informação. Desde o avanço da internet, a utilização das redes sociais se tornou mais do que apenas um meio de comunicação, se tornou base de trabalho, manifestações sociais, políticas e culturais, hoje sendo um ambiente de grande reverberação no âmbito mundial. O Instagram é uma das principais plataformas utilizadas para essa disseminação no século XXI. Desde 2020, a Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador começa ampliar seu alcance na rede, ao criar um perfil na plataforma.

Esse ato se mostra relevante pois marca a necessidade desses grupos de se apropriarem desse espaço para se comunicarem publicamente, principalmente quando foi instaurado o estado de pandemia, justamente no mesmo ano. Passam a ocupar, “além das ruas e casarões vazios, [...] também as plataformas digitais para impulsionar as [...] narrativas que não são visibilizadas pela mídia tradicional[...]” (ARTICULAÇÃO..., 2020). O Ato-cortejo 2 de Julho de 2022 da Articulação do Centro Antigo de Salvador, teve duas edições realizadas de maneira virtual na pandemia, mostrando que, mesmo nas condições de restrição, estavam mobilizados:

Em 2021 e 2022, ocupamos as redes com os atos cortejos virtuais “O POVO NEGRO DO CENTRO ANTIGO LUTA PARA RESPIRAR Nem Covid, nem racismo poderão nos sufocar” e “COVID MATA! RACISMO É PANDEMIA! O CENTRO ANTIGO SANGRA! POVO EM LUTA TODO DIAS!”. Diante das inúmeras campanhas que traziam o ‘fique em casa’ como melhor estratégia para se proteger e evitar a disseminação do Covid-19, nós tivemos que avançar porque a segurança de um lar não é um direito de todas e todos.¹⁵¹

Figura 36 - Articulação do Centro Antigo no Ato-cortejo 2 Julho 2022



Fonte: Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador (2022).

¹⁵¹ Trecho disponível no panfleto do manifesto entregue durante o Ato-cortejo do 2 de Julho 2022.

No âmbito das disputas urbanas em tempos de pandemia, percebe-se que, a partir das redes sociais, a Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador demonstra a capacidade de remodelar estratégias de luta. Evidencia também como a expressão cultural está diretamente ligada à territorial com a afirmação de identidade, ancestralidade e fomento das práticas, assim como de mobilizações. Apesar de se estabelecerem essas estratégias através das redes, a falta de políticas efetivas de combate à pandemia em âmbito federal, acendeu à necessidade de ir às ruas, mesmo com o risco do vírus.

Contudo, fica evidente que o território é uma das principais bases para os desenvolvimentos de identidades, culturas e políticas para o grupo. Ainda que sob ameaça de processos de desterritorialização a identidade de união do coletivo r-existe ao encontrar meios de se fortalecer politicamente. A disputa no e pelo território do Centro se dá sob dispositivos de dominação e poder acionados pelo Estado, e agentes privados e coletivos. O que fica bem destacado é que os dispositivos de controle territoriais se inserem no institucional, e são operacionalizados por meio de planos, programas e projetos. Os movimentos sociais por moradia se colocam como um dos principais defensores do território no seu sentido simbólico-afetivo. É na afirmação das territorialidades que esses grupos defendem o direito à cidade.

4.2.2. Disputas no Executivo e Legislativo Municipal: Alianças em torno da Comunidade do Tororó

Entendendo a necessidade de se reconhecer os agentes sociais, conflitos e escalas em que se manifestam, o Tororó apresenta-se como um caso elucidativo. Trata-se de um território de ZEIS que, violado de forma contundente para construção de um empreendimento privado, um Shopping Center, pelo Consórcio Nova Lapa, encontra-se em conflito e luta pela garantia do direito à moradia e à cidade. Em contexto conflitivo, as ações de negociação da prefeitura com os moradores, as desapropriações, seguidas de demolições violentas, e as manifestações de resistência da comunidade mostram nuances das disputas por centralidade.

Conflito e resistência marcam a história dos territórios populares e negros no Brasil. Almeida (2013 p. 02), reportando-se as comunidades quilombolas, afirma que essas comunidades, mesmo “com direitos formalmente garantidos, ainda permanecem

lutando para manter sua identidade, seu modo de vida e suas terras”. A proteção formalmente assegurada a uma comunidade residente em área de ZEIS e as restrições e necessidades impostas pela condição de emergência sanitária na pandemia de Covid-19, não foram suficientes para evitar as desapropriações.

Para melhor entender esse processo, na dimensão dessas arenas em questão, são trazidos à reflexão, os debates travados em duas audiências públicas realizadas sobre o conflito do Tororó, uma promovida pela Câmara Municipal¹⁵² e outra pelo Ministério Público do Estado da Bahia¹⁵³.

O primeiro debate ocorreu em audiência pública realizada em formato remoto na plataforma do facebook da Câmara de Salvador, no dia 14 de julho de 2021. Estavam presentes vereadores, movimentos sociais por moradia, lideranças comunitárias e assessorias técnicas, que discutiram a questão das remoções no Tororó em tempos de pandemia e denunciaram as estratégias da Prefeitura em meio aos conflitos e negociações. O segundo, mais recente, ocorreu em audiência pública promovida pelo Ministério Público do Estado da Bahia, na sede do órgão localizada no bairro de Nazaré, em Salvador, realizada no dia 10 de junho de 2022, em formato híbrido. Essa audiência foi coordenada pela promotora Hortênsia Pinho e teve como tema central discutir o futuro do Tororó e o direito à moradia e trabalho no Centro de Salvador. Estiveram presentes fisicamente o representante comunitário Roberval (Bal) e moradores do Tororó, Julia Molina, representante do SAJU, Adriana Lima do IBDU, representantes da Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador e do MSTB, Vereadora Maria Marighella, Sanane Sampaio, integrante do grupo de pesquisa Lugar Comum e Luiz Antônio Souza, presidente do IAB/BA e de maneira remota, diversos representantes das secretarias municipais e do Consórcio Nova Lapa.

Na fala de abertura da audiência promovida pela Câmara Municipal, Maura Cristina, representante do MSTB e Articulação do Centro Antigo, sinaliza como o caso do Tororó é um exemplo de ameaças que ocorrem em diversas outras comunidades (TV CÂMARA, 2021). O que mostra que, para além desse caráter de denúncia, as

¹⁵² Fonte: <https://www.cms.ba.gov.br/noticias/13-07-2021-audiencia-vai-discutir-remocao-de-familias-da-zeis-do-tororo>

¹⁵³ Fonte: <https://www.facebook.com/profile/100068069642037/search/?q=audi%C3%Aancia>

audiências desempenham um importante papel agregador dos movimentos e comunidades e fortalecedor da luta coletiva contra ações de violação ou subtração de direitos. Ainda, evidenciando o local de destaque que exerce a disputa do direito à moradia ela destaca:

O que é importante: gente morar ou construir área de carga e descarga para mais um shopping numa região já dita que é ZEIS? Então, quando o Tororó é atacado todos os territórios são atacados, portanto essa luta, companheira, é nossa, vamos nos fazer aquilombar e levantar para isso (TV CÂMARA, 2021).

Nesse aspecto, Cleide Coutinho, Co-vereadora pela mandata Pretas por Salvador, destaca que além das 40 casas do Tororó que estão marcadas no processo de reintegração de posse, as demolições atingem todas as 300 famílias da comunidade (*Idem*). Esse apontamento desloca o problema da esfera individual para a coletiva, incidindo frontalmente na estratégia de abordagem adotada pela Prefeitura de situar a questão da desapropriação nos limites do privado.

Reafirmando a importância da luta coletiva e demonstrando apoio a comunidade do Tororó, Maria da Penha, Co-fundadora do Museu das Remoções, liderança na luta por moradia na Vila Autódromo e membro do conselho popular do Rio de Janeiro, aponta a moradia como um direito e questiona: “qual é o preço do nosso direito? Qual o preço do valor da nossa história? Não tem preço! Lutem! Não desistam” (TV CÂMARA, 2021). Nessa mesma linha, Julia Molina, do SAJU, sinaliza a necessidade de se permanecer a pressão sobre o poder público na cobrança dos documentos da área, visto que sem as informações, sem saber o que vai acontecer, não tem como fazer nenhum tipo de negociação e a população não consegue se articular na coletividade nesse processo (*Idem*).

Como assessoria técnica, Sanane Sampaio, professora FAU-UFBA e integrante do Grupo de Pesquisa Lugar Comum, evidencia o valor central do que está em disputa no conflito do Tororó, registrado em nota técnica elaborada pelo mencionado grupo de pesquisa, pelo Instituto de Arquitetos do Brasil e pelo - Sindicato de Arquitetos da Bahia (SINARQ). Ela destaca três pontos principais da nota técnica:

I. vale pontuar que é uma localização muito privilegiada para a população de baixa renda que vive ali, à medida que a estação da Lapa viabiliza um fluxo ágil do percurso dos moradores pela cidade de Salvador, tanto por ônibus quanto metrô, ao mesmo tempo que a localização no centro possibilita um cotidiano de trabalho mais favorável. [...] II. contrapondo-se a uma política urbana e habitacional comprometida com um interesse público, a ação da prefeitura desvincula a existência da ZEIS do Tororó do direito à moradia e

seu fundamento legal é desprezado, esse tipo de ação gera para o conjunto da cidade precedentes para uma instabilidade e insegurança jurídica inadmissível, a possibilidade que se desenhe um horizonte que outras ZEIS possam a vir a ser afetadas quando algum interesse de grandes investidores se colocar na disputa. [...] III. O projeto do shopping não é o único possível - se é para existir um shopping em cima da estação da Lapa, ele pode e deve ser alterado em favor dos moradores que estão ali (TV CÂMARA, 2021).

A sua fala destaca a razão da área ser tão interessante para o mercado e a recorrência de uma lógica de pressão e despossessão adotada pelo poder público em aliança com o setor privado sobre territórios populares. Demonstra o desrespeito à legislação e/ou utilização desta de maneira contraditória para favorecer forças hegemônicas e como a atitude da Prefeitura revela a falta de vontade de se pensar um projeto outro que não tenha como fim à remoção perversa das famílias. A professora ainda acrescenta um quarto ponto central em disputa que se reporta ao direito à informação diante de um processo marcado pela “absoluta falta de transparência sobre as intenções da Prefeitura sobre a ZEIS Tororó” e então questiona

Onde está o interesse público e social na implantação de um terceiro shopping acima da estação da Lapa e a quem, de fato, este empreendimento serviria? Qual a justificativa em expulsar cerca de 40 famílias de suas casas, numa Zona Especial de Interesse Social, para implantação da área de serviços de mais um shopping no centro? (TV CÂMARA, 2021).

Um outro agravante mencionado reporta-se ao contexto no qual se dá a ação de remoção, em plena crise sanitária. Como bem lembra Cleide, as desapropriações ocorrem sob a vigência vigente de medida que proíbe remoções na pandemia. Ela alerta que isso é extremamente desrespeitoso e sinaliza que o caso pode abrir margem para ocorrência das mesmas ações em outras ZEIS (*Idem*). Essas e outras falas salientam a importância da utilização do jurídico e das políticas públicas como ferramentas nesses confrontos. Nesta linha, Maria dos Camelôs realça a necessidade de reivindicar o cumprimento do que foi estabelecido pelo poder público como ZEIS, além da importância de não ceder às pressões do Estado.

Eles querem pressionar vocês a deixarem o seu território, mas vocês não precisam sair, porque é uma área de ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), então, vocês têm que bater na tecla que vocês têm que ser respeitados, vocês têm direito à moradia, tem direito à cidade, direito à educação. E esses direitos, meus companheiros, só é respeitado quando a gente cobra (TV CÂMARA, 2021).

Augusto Vasconcelos, vereador, enfatiza o verdadeiro significado das ZEIS ao lembrar que “são uma vitória da reforma urbana, fruto de uma ampla articulação de

movimentos ao longo de várias décadas, cujo objetivo principal é assegurar que a utilização do solo das cidades possa ser também democratizada” (TV CÂMARA, 2021). Destaca a importância da utilização do instrumento nas lutas sociais pelo direito à cidade, e do seu cumprimento pelos agentes públicos, como também frisado por Valeria, assessora popular integrante da *Campanha Nacional Despejo Zero – Em Defesa da Vida no Campo e na Cidade*: “acredito que a defesa de instrumento urbanístico jurídico que proteja a vida da comunidade do Tororó deva ser prioridade a quem tem mandatos legislativos a favor da população de Salvador”. Dando continuidade à sua argumentação assevera: “Não cabe shopping sobre moradia, não cabe violência sobre direitos, não cabe cumplicidade de ninguém na ameaça a vida dessas pessoas” (*Idem*).

Ainda sobre a importância da defesa do instrumento de política urbana, juridicamente amparado pelo PDDU de Salvador (2016), Adriana Lima, representante do IBDU e professora de direito urbanístico na UEFS, afirma que:

Tororó é ZEIS! Quando um Plano Diretor delimita área para ZEIS diz o seguinte: é área para moradia, predominantemente para moradia, não pode shopping. A gente tem uma lei específica que está em vigor, que se fizermos uma interpretação, proíbe qualquer tipo de desapropriação que não esteja vinculada efetivamente ao benefício da própria ZEIS (TV CÂMARA, 2021).

O imperativo do cumprimento da legislação urbanística segue defendido pela professora ao destacar que o “poder público não pode se esconder atrás da sua própria omissão; o fato da ZEIS não ter sido regulamentada não deixou de ser território de ZEIS, não deixou de ser destinada a moradia social e isso precisa ficar muito marcado” (*Idem*).

Na audiência, além da Campanha Despejo Zero, foi destacada a importância da *ZEIS Já! – Campanha pelo Direito à Moradia e à Cidade em Salvador*, ainda em fase inicial na época. A professora Adriana Lima reforça a importância da articulação em defesa da política urbana: “por isso que a gente entra com IBDU e um coletivo de associações com o projeto ZEIS Já! em Salvador. Trazemos essa questão porque no momento que qualquer coisa diferente de moradia é feita numa área de ZEIS, a Prefeitura Municipal de Salvador está optando por violar os princípios da ordem urbanística”. Sobre isso, Mali Carrara, Coordenadora da União Nacional por Moradia Popular/BA, reafirma a importância da Campanha ZEIS Já! para informar e dar visibilidade ao instrumento.

Nessas disputas, a ação conjunta e organizada dos moradores, juntamente com lideranças, movimentos sociais e assessorias é imprescindível para barrar pressões individuais por parte do poder público. Nesse ponto, Pedro Fialho, defensor público, destaca a complexidade que envolve o processo de acordos e remoções no caso do Tororó. Informa que existem os moradores na resistência, os que estão satisfeitos com o valor e procuram a defensoria, mas também aqueles que se reportam diretamente à Prefeitura para aceitarem o acordo.

Ainda que exista a vontade individual de cada morador, existe uma ação estratégica da prefeitura, muitas vezes violenta, que age para impedir a resistência organizada. Roberval (Bal), líder comunitário do Tororó, ressalta que a indenização insuficiente proposta pela Prefeitura, combinada com a sensação de terror gerada pela ameaça de serem expulsos, fizeram com que muitos moradores aceitassem a negociação (AUDIÊNCIA PÚBLICA..., 2022). Portanto, é fundamental deixar nítido para cada morador o direito que ele tem ao território e as vantagens e os riscos que implicam as negociações individuais, tanto para o elo coletivo quanto para as demais casas da comunidade.

Outro momento em que a importância da defesa pelo jurídico fica evidenciada é quando José Neto, procurador do município de Salvador, afirma que as famílias, que ainda resistem, insistem que só irão negociar mediante a apresentação da planta completa da intervenção do shopping e juntamente com o defensor público (*Idem*).

Estratégias foram utilizadas tanto pelo poder público como pelo Consórcio Nova Lapa para não enfrentar o debate público, a exemplo do não comparecimento à audiência virtual promovida pela Câmara Municipal, o que impediu a comunidade de fazer os questionamentos pertinentes sobre o projeto e obter respostas quanto às reais intenções da Prefeitura com o projeto. Na audiência promovida pelo Ministério Público, esses agentes, convocados pela promotoria, compareceram de maneira virtual, mas o não comparecimento presencial prejudicou o debate.

Uma tática usada pela Prefeitura para tornar o fato consumado foi dar início às demolições sem que o processo estivesse efetivamente concluído. Na audiência, Bal faz um apelo: “já que existe essa negociação extrajudicial, que eles parem de fazer a demolição até que seja transitado e julgado o processo, [...] porque deixa tanto

aqueles que estão no conflito, assim como, toda a população aflita” (TV CÂMARA, 2021). Esse é um aspecto do processo apontado também por Julia Molina, que questiona: “qual a real necessidade da Prefeitura iniciar a demolição dessas casas, sendo que não vai iniciar nenhuma obra neste momento, agora; [...] é uma estratégia de medo, ameaça, uma violência pura” (*Idem*). Essa conduta também foi condenada por representante da vigilância sanitária na audiência pública do MPE, afirmando que, após vistoria feita no local, reconhece a existência dos escombros e afirma que podem estar servindo para abrigo e proliferação de vetores de doenças, como roedores. Assim, enxerga como urgente a necessidade de remoção dos escombros. (AUDIÊNCIA PÚBLICA..., 2022). Essa fala também contribui para reforçar a natureza coletiva do conflito.

A promotora Hortênsia afirma que o cenário dos escombros no Tororó se assemelha a um cenário de guerra. Mostra um registro feito por ela, na manhã do mesmo dia, em que apenas a vegetação que cresceu ao lado dos escombros estava sendo removida e questiona aos representantes de alguns setores municipais presentes quem seria o responsável e por que os escombros ainda não tinham sido removidos do local após tanto tempo (AUDIÊNCIA PÚBLICA..., 2022).

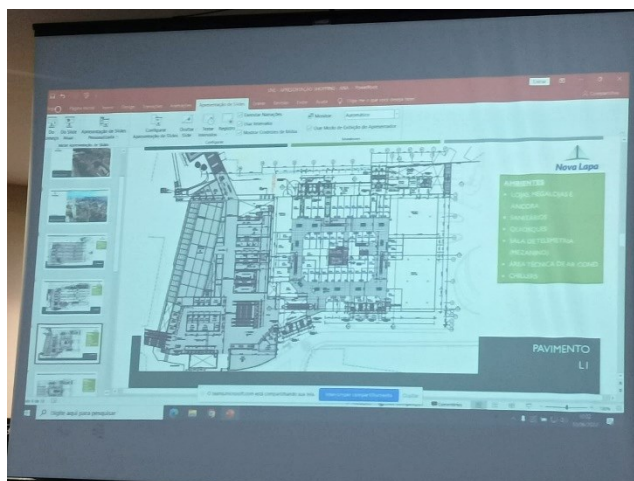
Ela ainda utiliza do termo “irresponsabilidade organizada” para exemplificar a dificuldade de definição de responsabilidade quanto à remoção dos entulhos decorrentes das demolições no Tororó. E conclui dizendo que se os escombros não forem retirados o mais breve possível vai entrar com ação incriminatória de improbidade administrativa (*Idem*).

Outra tática utilizada pelo poder público é comparecer aos debates por meio de representantes com reduzido aporte técnico, conhecimento da matéria e sem poder decisório, como ocorreu no caso da audiência promovida pelo MPE. O representante da Secretaria Municipal de Mobilidade - Semob, de nome Victor, não soube responder às questões mais complexas acerca da atuação da Secretaria na área. Dentro de suas competências, informou que de acordo com o contrato estabelecido entre o Consórcio Nova Lapa e a Semob, a Secretaria teria 180 dias para entregar a área “limpa” para a construção do shopping (AUDIÊNCIA PÚBLICA..., 2022). Isso frisa, também, o tratamento mercadológico/mercantilizado e o processo e discurso higienista projetado

pelos agentes públicos e privados ao território, de vida (HAESBAERT, 2020), dos moradores do Tororó.

Outro ponto de conflito evidenciado é a omissão ou a total falta de informações sobre as intenções e projetos da Prefeitura e do Consórcio Nova Lapa. Precisou a convocação de uma audiência pública pelo MPE para que os moradores tivessem minimamente acesso às informações sobre o empreendimento. O Consórcio Nova Lapa apresentou informações sobre o projeto do shopping, previsto para ter 247 lojas que visa, segundo o Consórcio, como principal público, a população transeunte da Estação da Lapa (AUDIÊNCIA PÚBLICA..., 2022). Ao apresentar as plantas técnicas do shopping (Figura 37), a arquiteta Ana Soares, responsável pela coordenação do projeto executivo, embora tenha explicado cada pavimento e o funcionamento do equipamento, o fez em linguagem técnica e pouco elucidativa para pessoas que não dominam os termos técnicos da arquitetura e engenharia, mantendo o conteúdo pouco acessível ou mesmo inacessível a grande parte das pessoas presentes.

Figura 37 - Apresentação de Plantas Técnicas pelo Consórcio Nova Lapa



Fonte: Acervo do autor (2022).

A desinformação é uma tática já amplamente utilizada por essas forças hegemônicas em diversos conflitos, não sendo uma particularidade do caso do Tororó. O vereador Silvio Humberto, na audiência realizada na Câmara Municipal, sinalizou a necessidade de uma comunicação nítida com toda a sociedade explicando como os conflitos não são aleatórios e pontuais, mas fazem parte de uma estratégia articulada. Ele diz que

temos que investir em algo que comunique, encontrar um plano de comunicação, da melhor forma sensibilizar a comunidade para dizer que a luta do direito à cidade não é isolada da comunidade Tororó [...] por exemplo, é uma luta de todos, sobretudo da população preta, pobre e da periferia, que tem seu direito negado a cidade cotidianamente (TV CÂMARA. 2021).

Uma dimensão evidenciada nas audiências é a insensibilidade dos agentes públicos quanto às histórias, afetos e laços forjados durante os muitos anos de existência da comunidade. Isso é nítido quando José Neto afirma que ainda existem cinco “estruturas” em negociação, termo utilizado por ele para se referir às moradias e famílias que ainda resistem. Depois que a maioria presente lhe dirigiu críticas sobre o uso impróprio do termo, o representante da Prefeitura tentou se retratar ao justificar a utilização do termo “estrutura” como referência ao edifício, pois alguns possuem mais de uma unidade habitacional. Quando questionado sobre a possibilidade de novas demolições, ele afirma que do ponto de vista jurídico e técnico acredita que não serão removidas novas famílias, além das 38 que já estão no processo.

O representante da Prefeitura, ao final da sua fala, tece uma opinião pessoal acerca da recuperação da Estação da Lapa, em que enxerga como muito positiva a implantação do shopping como medida de recuperação da área (AUDIÊNCIA PÚBLICA..., 2022). Esse posicionamento diz muito dos discursos higienistas em prol do “desenvolvimento” da cidade e da sociedade, que aparece também na fala de Victor ao abordar as negociações entre poder público e consórcio de “limpeza” da área. Sobre isso, Silvio Humberto reafirma sua percepção sobre a lógica de produção e gestão da cidade, de como o capital, ou as “coisas” nos termos adotados por ele, vêm se sobrepondo aos interesses humanos e sociais: “essa situação nos agride cotidianamente numa lógica perversa onde as ‘coisas’ são mais importantes que as pessoas. Tiram gente para colocar ‘coisas’” (TV CÂMARA, 2021). E afirma que:

a gente precisa exigir do poder público uma outra lógica que não essa baseada nas “coisas”. [...] se não mudarmos essa lógica estaremos mudando só os personagens. A população precisa de uma habitação digna porque é direito. [...] o direito à cidade é um direito humano, o direito à habitação é um direito humano (*Idem*).

Dentre os inúmeros direitos violados e negados, é importante destacar também os efeitos mais amplos que as remoções podem desencadear na população que continua morando no Tororó. Acerca disso, Julia Molina questiona que: “tem 38 pessoas no processo, mas é uma comunidade com mais de 300 famílias, o que vai acontecer com essas famílias depois?” (TV CÂMARA, 2021). É evidente que diversas marcas vão

permanecer na comunidade após todo esse processo, como a sensação de insegurança, o rompimento de laços sociais e afetivos, instabilidades nas articulações do movimento comunitário e o, incontestável, aumento da pressão imobiliária pós-construção de um empreendimento de grande impacto, como um shopping center. Esses processos, predatórios e violentos, desconsideram completamente a conexão que essas famílias estabelecem com o espaço que construíram a duras penas, locais com vínculos afetivos e de pertencimento consolidados. São valores muito bem destacados por Cleide Coutinho, ao reafirma que eles estão imbuídos na permanência dessa população em áreas centrais, infraestruturadas, nas suas palavras:

As pessoas que moram lá, já estão acostumadas a viver naquele local, tem um processo histórico de convivência, tem família, tem crianças que estudam ali, tem pessoas que moram ali naquele espaço, que trabalham ali por perto, que o deslocamento pro seu trabalho é rápido, é a pé, crianças que já estão estudando ali há anos, tem um processo histórico atrás da moradia (TV CÂMARA, 2021).

Numa perspectiva de mudança, a vereadora Maria Marighella ressalta como é importante o posicionamento do poder legislativo nesses espaços de disputa em prol de uma Salvador diferente, “sonhar Salvador é um dever, um dever nosso, é um dever de todos e é urgente mudarmos a correlação de forças hoje colocada na cidade, para fazer não só a cidade que merecemos, mas que precisamos inaugurar” (AUDIÊNCIA PÚBLICA..., 2022).

Por fim, Maura Cristina fala da importância da audiência e reforça que é uma conquista de espaço, “fruto da união dos movimentos sociais por moradia em Salvador. Nós nos unimos e pegamos na mão um do outro e descemos para o Tororó onde começa esse movimento. [...] Quando o povo constrói ponte somos mais fortes” (*Idem*). Assim, ela reforça a importância das lutas coletivas e conjugadas entre os movimentos para fortalecer as bases, diante dos conflitos que são cotidianos e não cessam, mas mostram a violência do capital e do Estado quando eclodem.

A partir das falas trazidas é importante destacar o papel dos movimentos sociais e das articulações construídas nos contextos de conflito, assim como a relevância desses espaços mais amplos de debates. Nesses espaços ficam explicitadas as contradições da lógica hegemônica de produção dos espaços das cidades. Colocam a possibilidade de pensar e produzir cidades numa lógica diferente e confrontam o poder público e agentes privados, denunciando suas práticas de produção corporativa da cidade.

Ainda, é importante destacar o desdobramento mais recente da disputa do Tororó. Desde de outubro de 2022, a Lei do Despejo Zero não está mais em vigor, mas os processos de desapropriação precisam montar uma comissão para tratar desse processo, como já mencionado. No entanto, o movimento Tororó Resiste! alerta que a Prefeitura voltou a intimar a comunidade e não havia cumprido com o estabelecido em montar a comissão para decidir o acordo mais adequado para as famílias, até o fechamento desse trabalho. A comunidade do Tororó, junto com a Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador, segue nas lutas nas diversas arenas, consolidando as suas redes na defesa do direito à cidade, à moradia e à centralidade.

Figura 38 - Bandeiras Articulação do Centro Antigo de Salvador e Tororó Resiste



Fonte: Acervo do autor (2022).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As disputas por centralidade, como visto, estão no cerne da defesa do direito à cidade. Retomando o que já foi explanado acerca do Centro Antigo de Salvador, parte-se do entendimento que essa área é disputada, em meio a conflitos e acordos, por diversos agentes, territorializados ou não, com experiências, expectativas e interesses muitas vezes distintos. Esses agentes, ora se apropriam de seu sentido enquanto centralidade – acessibilidade e atração de fluxos, concentração de atividades e simbolismo – ora enquanto centro da cidade, que no caso de Salvador incorpora sentidos históricos, econômicos, sociais, políticos e paisagísticos, constantemente em interação e disputa e reforçam ou esvaziam esses sentidos.

Antes de tudo, importa destacar a relevância histórica de Salvador e do conjunto urbanístico e paisagístico que a caracteriza. Esses são valores reconhecidos por técnicos, pesquisadores, instituições de proteção do patrimônio e moradores da cidade. Entretanto, ainda que se coloquem como importantes e componham os discursos governamentais, não são apropriados em sua integralidade pelas políticas públicas. Aí que se vê uma das explicações da perda de diversas dessas características de áreas centrais, pela degradação, descaracterização e/ou esvaziamento. Ademais, o processo de estruturação do CAS se dá por um processo de desvalorização-revalorização regida por uma lógica econômica, por vezes orquestrada pelo Estado.

As comunidades e movimentos sociais do Centro agem de maneira disruptiva em relação a essa lógica do capital ao ocuparem terrenos e edifícios nessas áreas centrais reivindicando o direito à moradia e exigindo o cumprimento da função social desses imóveis. Moram, trabalham, vivem e produzem cultura. Ao mesmo tempo que se articulam em conjunto no Centro Antigo de Salvador, também reafirmam suas heterogeneidades, as identidades próprias de cada território. A união desses modos de vida forma a Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador que é o principal agente coletivo potencializador das forças desses territórios contra os processos de opressão e negação do direito à cidade e à centralidade.

Ao defender esses direitos, os movimentos sociais e comunidades do Centro reafirmam o sentido de cidade e o direito à cidade. É nas áreas centrais que as

infraestruturas, serviços, atividades econômicas, sociais e culturais geralmente se concentram, e é nesse fato que se insere a importância da defesa do direito à centralidade enquanto dimensão central do direito à cidade. É no processo de disputa no CAS que emergem outros direitos relacionados, como à moradia, ao patrimônio, à paisagem, ao espaço, ao trabalho e renda, à informação, entre outros.

A negação desses direitos coloca a luta pelo direito à centralidade permanentemente na arena do Estado, em contextos que revelam a relação complexa de conflitos e construção de acordos. Nesse espaço de disputa, os territórios populares reivindicam participação nos espaços de decisão e inserção nos projetos políticos estatais, amparada legalmente pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Cidade.

A pesquisa mostra que a centralidade é inerente ao urbano e à própria cidade. A centralidade reafirma a capacidade de reunião de pessoas e concentração de conteúdos diversos no urbano. São principalmente nas áreas centrais, nas suas diversas escalas de centralidade, que encontros, trocas e conflitos acontecem e se propagam para o restante da urbe. O Centro, especificamente, é um local diferenciado da cidade pela alta densidade de seus conteúdos e dinâmicas e valores culturais, comerciais, sociais etc. Nos centros antigos esses valores e sentidos são somados a outros e ficam ainda mais evidenciados. O aspecto simbólico é o que torna o centro antigo um local único, de difícil apropriação e dominação. É no centro antigo que as dimensões do valor de uso e valor de troca (LEFBVRE, 2001[1969]; 1999; VILLAÇA, 2001) ficam mais evidenciados. Em Salvador são as atividades econômicas, comerciais, de serviços diversos e de turismo, assim como, do cotidiano dos moradores que contribuem para o fortalecimento da centralidade do CAS.

Um sentido que fica destacado é que o centro e a centralidade não são sinônimo (SPOSITO, 2013; GASPARI, 2019). O centro pode ser especializado, e, portanto, pode ser geograficamente delimitado, já a centralidade é socialmente apreendida e tem os aspectos simbólicos bem demarcados. Entendida deste modo, a centralidade pode ser apreendida a partir de quatro elementos principais: acessibilidade e atração de fluxos, concentração de atividades, simbolismo e preço do solo (KNEIB, 2008; GASPARI; 2019). Esses elementos se inserem nas relações diversas que ocorrem nas disputas por centralidade no Centro Antigo de Salvador.

A dimensão simbólica se articula à centralidade por vários aspectos em movimento de fortalecimento recíproco. Movimentos sociais e comunidades defendem essas áreas centrais como espaços para manifestações políticas, sociais e culturais diversas, que evocam o sentido de centralidade do CAS e faz emergir o sentido da Festa (LEFEBVRE, 2001[1969]). Para esses grupos, o sentido físico que expressa principalmente pelo espaço construído e apropriado de moradia e trabalho fortalece o sentido simbólico. Para os agentes econômicos de diversos ramos, sobretudo turístico e imobiliário, a dimensão simbólica da centralidade assume outros sentidos que vão estar mais relacionados a valores materiais, como os sentidos econômicos, comerciais e turísticos que geralmente complementam o sentido material de Centro que fica mais evidenciado para esses agentes.

A centralidade se apresenta também enquanto referência da ação estatal. Diversos são os programas, planos e projetos específicos que direcionam esse sentido de centralidade, valorizando, em maior parte, o aspecto da exploração econômica, produzindo, muitas vezes, o esvaziamento da dimensão simbólica associada à história e à cultura. Esses direcionamentos a segregação, gentrificação e/ou esvaziamento são promovidos por essas ações. O Estado age como mediador das disputas entre os agentes envolvidos na produção e apropriação do espaço do Centro, e pode-se dizer que, nesse sentido, o Estado aparece como uma força que ora impulsiona e ora enfraquece o sentido de centralidade, o que revela os “múltiplos papéis do Estado” (CORRÊA, 2011, p.06) na disputa.

As políticas estatais atreladas ao desenvolvimento da cidade são capazes de atribuir e esvaziar sentido de centralidade. Quando essas políticas desconsideram Salvador como uma cidade “poli(multi)nucleada” (SANTOS, J., 2007; 2010) muitos sentidos da centralidade são perdidos no CAS. Foi visto que, embora no discurso, o sentido da centralidade apareça destacado tanto nos seus aspectos físicos quanto simbólicos, na aplicação das políticas públicas os físicos se sobressaem, sobretudo os que impulsionam valores de trocas. O histórico de transformação urbana de Salvador revela uma recorrência de políticas que criam novas áreas centrais em decorrência da degradação dos centros já existentes, o que gera um ambiente de disputa pelo domínio da centralidade. Isso fica visível na análise das áreas de centralidade do Centro Antigo, Iguatemi e Águas Claras.

As intervenções públicas nas áreas de centralidade de Salvador revelam uma problemática recorrente, que não tem relação com a criação e manutenção dessas áreas em si, quando as políticas e projetos, ou a falta desses, desconsideram o caráter de integração e complementaridade que as áreas de centralidade têm com o restante da cidade e entre si. Isso é ainda mais alarmante quando essas políticas desconsideram os modos de vida locais e atendem interesse estritamente do capital. Por isso a inserção dos movimentos sociais e comunidades no desenvolvimento dessas políticas é tão importante.

É importante destacar que as ampliações dos investimentos observados na área de Águas Claras, no sentido de se consolidar uma nova centralidade e entendendo a dinâmica em torno das centralidades existentes, deixam dois questionamentos principais que atravessam o horizonte do escopo da pesquisa mas não se esgota nela: a conformação dessa nova centralidade de Águas Claras vai ser capaz de respeitar os modos de vida e a população existente que construiu e consolidou o bairro? e; a transferência de equipamentos tão importantes para essa nova área está sendo pensada de maneira integrada, de forma que não degrade e/ou desvalorize a “antiga” centralidade que os perdeu? São respostas que serão construídas à medida que os projetos forem se consolidando, o que deixa margens a trabalhos futuros devido a fase embrionária de algumas intervenções previstas.

A partir das falas das lideranças integrantes da Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador é possível visualizar alguns sentidos da centralidade que se contrapõem aos sentidos hegemônicos. A centralidade aparece destacada, antes de tudo, como uma questão de base relacionada com o imbróglio da terra enquanto valor de mercado no legado da urbanização brasileira. A centralidade é defendida por esses grupos tanto no sentido material - nos aspectos já citados de infraestrutura, serviços, mobilidades, moradia, trabalho etc. - mas também no seu sentido simbólico que emerge do aspecto histórico, das redes de vizinhança e sociabilidades, formadas da diversidade condensada no território. A centralidade também aparece enquanto direito que deveria ser garantido a todos, como assegurado pela Constituição Federal de 1988 através do acesso à moradia, serviços, segurança e inúmeros outros elementos que caracterizam a centralidade.

E ainda, a centralidade emerge enquanto luta política em defesa do território. Apropriado esse sentido, os grupos vão defender o direito a permanecer nos seus territórios e preservar as suas especificidades, colocando no centro do debate, além do tema da moradia, as questões sociais que envolvem gênero, classe e, principalmente, raça conformando os seus projetos políticos com agendas atravessadas por essas perspectivas.

Essas lideranças assim, vão pontuar a importância de estarem e permanecerem no Centro não só como modo de vida, mas também como modo de resistência. Destacam como viver no Centro Antigo é luta e resistência cotidiana contra forças hegemônicas, que não só ameaçam suas permanências, como também criam imaginários de marginalização acerca dos territórios em que vivem. Ainda destacam que, ao permanecerem, evocam e fortalecem o sentido histórico, simbólico, ao promoverem a manutenção do patrimônio edificado e das diversas formas de expressarem a sua cultura. Dessa maneira, quando preservam lugares social e culturalmente densos fortalecem o sentido de centralidade.

Ao ocuparem os casarões que não cumprem a função social, reivindicam direitos, como também, realizam denúncias contra as práticas de violência e especulação imobiliária nesses territórios. Defendem com esse e outros argumentos o direito de morar e permanecer no Centro onde construíram laços socioespaciais formados inclusive nas/pelas relações de vizinhança e redes de solidariedade.

Outro aspecto que emerge da disputa pela centralidade é o entendimento do seu próprio sentido dentro da diversidade do território do CAS. A partir de falas de lideranças e assessorias, fica entendido que os limites entre CAS e CHS são mais simbólicos do que espaciais, como colocados na legislação que os definem. Quando o Estado investe mais pesadamente em infraestrutura, equipamentos e serviços no Centro Histórico, reduz os sentidos de centralidade do restante do tecido do Centro Antigo, estabelecendo assim uma relação de centro e margem, como bem destaca Uriarte (2019b) e assimetrias. Essa diferenciação fica demarcada quando se observa a priorização de projetos e investimentos na área do CHS.

Portanto, para o Estado e para os movimentos sociais e aliados (assessorias e outros) há sentidos distintos atribuídos a centralidade quando se trata do CHS e do CAS.

Enquanto para o primeiro essa relação entre CHS e CAS aparece bem delimitada, para o outro as diferenciações entre CHS e CAS não é tão demarcada, pois entendem, a partir das vivências nos territórios populares, que todo o tecido urbano é relevante nas suas especificidades. Ainda assim, o CHS aparece sempre destacado devido ao histórico de políticas públicas que o estruturou. Os diferentes sentidos de centralidade atribuídos a todo o perímetro do CAS são complexos e só podem ser compreendidos a partir de uma contextualização socioterritorial específica, que extrapola os contornos delineados para esta pesquisa e deixa ganchos para o desenvolvimento de trabalhos futuros.

Contudo, ficam então destacados três aspectos que distinguem os sentidos de centralidade no CHS e CAS: 1) a maior incidência e pressão do Estado e do mercado imobiliário no CHS, que tem características físicas mais preservadas; 2) os impactos dessa falta de investimentos e das consequências de ser deixado as “margens”, marcantes na área contígua nos limites do CAS; e 3) a falta de ações concretas e da compreensão da necessidade de se olhar para o CAS como um tecido integrado e relacionado com o restante a cidade. Com isso, fica evidente que os sentidos de centralidade são mais evocados no CHS pelo Estado e interesses privados e que os movimentos sociais e comunidades mantêm sentidos de centralidade, não mercantilizados, nas especificidades de cada território que o compõem e no conjunto do CAS.

Os discursos institucionais de preservação da diversidade e respeito aos modos de vida locais no CAS não se efetivam quando os projetos ganham materialidade. Além da insuficiência de políticas habitacionais, aquelas que foram implementadas não trataram adequadamente a questão de trabalho e renda da população em situação de vulnerabilidade que habita o Centro e vive do mercado informal. Afinal, para esse grupo, a questão da habitação não pode ser dissociada do aspecto do trabalho, e, nessa perspectiva, a centralidade aparece como meio de sobrevivência (URIARTE, 2019b).

Nota-se também nas ações governamentais, a falta de cuidado quanto às culturas locais, de compreensão das especificidades de cada comunidade e de respeito aos seus territórios; assim como a invisibilização das expressões e práticas culturais dos territórios populares do Centro que são parte desse tecido urbano e conformam todo

o seu complexo identitário. É importante entender que modos de vida e manifestações culturais só fazem sentido nos territórios, por isso a defesa pela permanência no Centro para as comunidades é tão importante.

Ainda assim, é importante pontuar que, no caso do CAS de Salvador, o Estado teve influência tanto no processo de formação das culturas negras do Centro como no desenvolvimento dos movimentos de moradia organizados. Isso fica evidente nos casos em que as políticas públicas de incentivo à cultura e modos de vida locais; e quando se constata empírica e teoricamente que os movimentos sociais de moradia do Centro surgem em resposta ao Estado numa estratégia de reivindicação e defesa pelo direito à centralidade. Essas constatações endossam a complexidade das relações sociedade civil e Estado e reafirmam o Estado como arena onde os conflitos entre os diversos agentes são mediados.

Um importante aliado dos movimentos e comunidade do CAS em defesa do direito à centralidade são as assessorias técnicas. Elas atuam de forma contínua e/ou pontual diretamente alinhadas com os interesses políticos, sociais e ideológicos dos territórios. Essa aliança se efetiva numa relação de troca entre territórios e assessorias no desenvolvimento de estratégias e ações contra os processos de expropriação e negação de direitos que incide no Centro. A partir das falas das assessorias, quatro sentidos da disputa por direito à centralidade ficam destacados: 1) existência por resistir e permanecer no Centro; 2) jurídica pela legalização e institucionalização dessas existências; 3) ideológica pela formação dos complexos identitários dos territórios e; 4) livre acesso à informação e democratização do conhecimento. A partir desses sentidos a Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador e as assessorias desenvolvem estratégias, ações concretas e formulam um projeto político em defesa de um Centro menos desigual e antirracista em prol do direito à cidade e da autonomia dos territórios populares.

Um dos grandes entendimentos da pesquisa foi que o CAS é um espaço amplamente complexo e diverso, que mesmo com os processos de abandono e esvaziamento, continuou potente e mantendo seu sentido de centralidade. Os moradores e moradoras, em sua maioria negros e negras em condições de pobreza e vulnerabilidades, e os movimentos sociais que se ergueram no Centro tiveram papel crucial nesse processo – aqui se fala tanto dos movimentos de resistência com

inserção política direta, como os movimentos de luta antirracista e em defesa da moradia digna, assim como dos movimentos culturais e artísticos. Esses grupos consolidaram um território rico, marcado pelo artesanato, música, dança, entre outras práticas culturais muito próprias. Isso constituiu o complexo identitário do Centro ainda que em meio a processos conflituosos de expulsão e mercantilização dessas culturas.

Esses aspectos sociais revelam a necessidade da construção de agendas políticas integradas, entendendo que simplesmente o aspecto de classe não dá conta de explicar as desigualdades sociais que atravessam os territórios. Portanto, as questões de raça e gênero são extremamente importantes para evidenciar os sentidos de centralidade nos processos de disputa no CAS. Esses pontos aparecem desde o aspecto da ancestralidade, do histórico de defesa de uma agenda antirracista do movimento negro e pelo protagonismo das mulheres negras, marcante nos movimentos sociais pela moradia no Centro. Essas agendas ampliadas não só têm sido adotadas pelos movimentos sociais urbanos como estão diretamente alinhadas com um projeto de disputa antirracista pelo direito à cidade em todo o Brasil. Assim, cabe reafirmar que os projetos políticos para o Centro Antigo de Salvador não fazem sentido se não considerarem a mulher negra como nodal na manutenção desse território e, portanto, da centralidade.

Cabe ressaltar, ainda, que a formação do projeto político da Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador, certamente em processo e sempre aberto e incompleto, se articula com as agendas específicas de cada comunidade ou movimento social que a compõe. Ainda que sejam lugares com características, modos de vida e necessidades próprias, o território aparece como um elo unificador do discurso conformando simbolicamente um território-rede (HAESBAERT, 2004), assim como a moradia, configurada como agenda comum. Desse modo, é a partir de agendas como da habitação e da defesa do território que esses movimentos sociais e comunidades se organizam para defender o direito à centralidade. Importante assinalar que a construção da agenda política do grupo é pautada pelas situações conflituosas que se desenrolam no território e se alteram nesses contextos.

Se compreende que, independentemente dos limites institucionalizados ou simbólicos, os territórios do CHS e do CAS estão em constante disputa. Entende-se que na lógica mercantilista de produção das cidades não existe território impermeável que os agentes econômicos capitalistas não adentrem, quando se mostra atraente no sentido da possibilidade de lucro. Sob esse prisma, os territórios populares do Centro são postos enquanto resistência desde o corriqueiro ato de existir, por isso r-existem (HAESBAERT, 2021), e nesse sentido, não só subvertem uma lógica posta pelo sistema como também ajudam a traçar e condicionar novos caminhos possíveis para a produção e apropriação da cidade.

A lógica de depreciação/abandono dos imóveis antigos para aproveitamento do mercado imobiliário no Centro Antigo de Salvador se tornou uma prática comum. Casarões são deixados às ações depreciativas do tempo, ao passo que se restringe e coíbe o uso pelas populações que os ocupam para exercer o seu direito à moradia, fazer cumprir uma função social e contribuir com a sua manutenção, mesmo que mínima, para garantir a o patrimônio cultural vivo. Sem dúvidas, dentro dessas dinâmicas, os mais afetados são os territórios populares e negros.

Reproduzindo em grande medida esse modelo, menos no discurso e mais na prática, o Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador, projeta a cidade para fora e deixa de priorizar quem vive nela. Agora, mais de 10 anos depois, o Centro Antigo de Salvador tem uma dinâmica diferente com novas tendências quanto a estruturação urbana, e, portanto, o Plano de Reabilitação do CAS soa ultrapassado e insuficiente para contemplar a diversidade desse espaço. O viés habitacional continua sendo um eixo imprescindível para a retomada de um Centro verdadeiramente denso em cultura e vida social durante todo o ano e não somente de forma sazonal como tem ocorrido. Sendo assim, a elaboração de um novo plano, pensando em um CAS integrado entre si e com a cidade, que contemple as necessidades de moradia e trabalho de quem ali vive e trabalha, apresenta-se importante para reorientar as políticas públicas nesse território.

O desenvolvimento e aplicação de políticas públicas que incorporem a complexidade do território do CAS não compõem uma estratégia exclusivamente voltada às camadas populares e vulnerabilizadas, embora seja legítima a priorização de ações que as contemplem. Essas políticas públicas, pensadas assim, em um sentido mais

geral contribuem na construção de um urbano menos desigual e fortalecem o seu sentido de centralidade e com isso significados simbólicos-identitários caros aos seus habitantes.

Os movimentos sociais e comunidades do CAS vivem em disputas constantes pelo direito à cidade e agregam conquistas e derrotas nas suas trajetórias. Mais uma batalha está para se travar com a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Salvador (PDDU/2016), na qual esses movimentos sociais e comunidades do CAS e a Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo terão papel crucial para reivindicar e garantir que os direitos já prescritos no PDDU/2016 não sejam revogados e outros possam ser conquistados, em atuação articulada em defesa do direito ao centro e à centralidade. A Articulação de Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador, assim, segue na luta juntamente com lideranças de territórios e movimentos sociais que a compõem, outros movimentos sociais, lideranças de outros bairros e assessorias por um Centro Antigo de Salvador que se mantenha vivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Comunidades quilombolas, poderes estatais e expansão do capital**. Revista Crítica do Direito, v. 54, 2013.

AUDIÊNCIA PÚBLICA promovida pelo Ministério Público do Estado da Bahia, na sede do órgão localizada no bairro de Nazaré, em Salvador, realizada no dia 10 de junho de 2022.

ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS E COMUNIDADES DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR. **O Centro Antigo está cheio de vida e essa vida somos nós, nossos corpos, nosso viver!**. Salvador, 28 jun. 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/1604416166256126/permalink/1608367419194334> Acesso em: 05 abr. 2023

ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS E COMUNIDADES DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR. **#CidadeLIVRECentroLIVRE**. Salvador, 02 jul. 2019. Disponível em: https://www.facebook.com/centroantigovivo/posts/pfbid0dmTtcwyje1Qpfm2i4JLHiGNxV4HG8fafwnyPLVhmk6PE9ZopREHBGCLHq1ke5wPI?locale=pt_BR. Acesso em: 05 abr. 2023

ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS E COMUNIDADES DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR. **Olá a todas e todos!!!**. Salvador, 24 jun. 2020. Instagram: @centroantigovivo. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CA5MGU4AVVS/>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

AZEVEDO, P. A. Centralidade Étnica da Mancha Matriz de Salvador. In: BAHIA. **Infocultura - Centro Antigo de Salvador: uma região em debate**. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado, Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia, v.1, n.2 (out. 2008). ed. revisada e ampliada, Salvador: Secretaria de Cultura do Estado Bahia, 2011. 24 p.

BAHIA; UNESCO. Centro Antigo de Salvador: **Plano de Reabilitação Participativo**. Salvador: Secretaria de Cultura/Fundação Pedro Calmon, 2010.

BAHIA, Governo do Estado. Centro antigo de Salvador: **Plano de Reabilitação Participativo: Avanços**. Escritório de Referência do Centro Antigo, UNESCO – Salvador, Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2014.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 24 mar. 2023

CARVALHO, Inaiá Maia Moreira de.; PEREIRA, Gilberto Corso. **A Cidade como Negócio**. EURE (Santiago. Impresa), v. 39, p. 5-26, 2013.

CERCHIARI, Pedro Chaves. **Produção habitacional no Campo Urbano do Centro Histórico de Salvador, Bahia: A 7ª Etapa da intervenção no Pelourinho**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

COMUNIDADES E MOVIMENTOS DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR. **ATENÇÃO! Amanhã, às 9h da manhã**. Salvador, 19 maio 2021. Plataforma Google Meet. [Online]

COSTA, Eduardo A. G.. A Semana de Urbanismo de 1935 em Salvador. **Minha Cidade**, São Paulo, ano 16, n. 182.03, Vitruvius, set. 2015 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/16.182/5689>>.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. **Barroso nega extensão temporal, mas acata parcialmente** **ADPF 828**. 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/acoes-dos-movimentos/6212-barroso-nega-extensao-temporal-mas-acata-parcialmente-adpf-282>

CUNHA, Carlos Henrique Pessoa. Gentrification: os centros históricos e a nova realidade urbana pós-moderna. **Holos**, v. 1, p. 1-8, 2019.

DE CARLI, Beatrice et al. **Regeneration through the 'Pedagogy of Confrontation': Exploring the Critical Spatial Practices of Social Movements in Inner City São Paulo as Avenues for Urban Renewal**. dearq 16. Bogotá, 2011.

DE CARLI, Beatrice; FREDIANI, Alexandre Apsan. **Insurgent Regeneration Spatial Practices of Citizenship in the Rehabilitation of Inner-City São Paulo**. GeoHumanities. 2016

DIAS, Clímaco César Siqueira et al. O policentrismo em Salvador e a acessibilidade à cidade. **IX SEMOC** - Semana de Mobilização Científica, 2006. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/3603>

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (FAUUSP). **Seminário Nacional: Moradia Popular e Políticas Públicas: SP/RJ/BA - Sessão 02**. Youtube, 12 de mai de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6v3JIDzhkzo>.

FERNANDES, Ana. Projeto Pelourinho: operação deportação x ampliação do direito. **Curso de Capacitação-Programas de reabilitação de áreas urbanas centrais**, 2006.

FERNANDES, Ana. Centro Antigo de Salvador: centralidades em disputa e desafios à ação. In: BAHIA. **Infocultura - Centro Antigo de Salvador: uma região em debate**. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado, Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia, v.1, n.2 (out. 2008). ed. revisada e ampliada, Salvador: Secretaria de Cultura do Estado Bahia, 2011.

FERNANDES, Ana. Coerção, Solidariedade, Hibridez: a ação pública sobre o centro de Salvador (BA). In: URIARTE, Urpi Montoya; CARVALHO FILHO, Milton Júlio. **Panoramas Urbanos: usar, viver e construir Salvador**. (pp. 55-72). Salvador, BA: EDUFBA. 2014.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. J.J. Seabra e a reforma urbana de Salvador (Bahia-Brasil). In: **49º ICA-Congresso Internacional De Americanistas**. Simpósio Urb 3: Questões Urbanas: História e políticas públicas. Equador. 1997. Não paginado. Disponível em: <https://www.equiponaya.com.ar/congresos/contenido/49CAI/Flexor.htm>

GAMBÁ - Grupo Ambientalista da Bahia. **Entidades apontam inconstitucionalidade em emendas que reduzem áreas de proteção ambiental e afetam comunidades tradicionais nas ilhas de Salvador**. 2020. Disponível em: <<https://www.gamba.org.br/noticias/emendasinconstitucionais>>. Acesso em: 21 jan,

2021. <https://www.gamba.org.br/wp-content/uploads/2020/09/REP-MPE-ADIN-GAMBA-IAB-IBDU-E-OUTROS-2020.pdf>

GARCIA, Antonia dos Santos. **RELAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA, CLASSE E DESIGUALDADES SÓCIOOCUPACIONAIS EM SALVADOR. Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos.** Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1275930508_ARQUIVO_ArtigoCongressoCienciasSociais.pdf.

GASPARI, Gustavo Domingues. **Descentralização e formação de áreas de centralidade: uma análise das dinâmicas de (re)estruturação do espaço urbano em Curitiba (PR).** Dissertação - Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano, Universidade Federal do Paraná, Setor de Tecnologia. Curitiba. 2019.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e lutas pela moradia.** Edições Loyola, 1991.

GOMES, Hortênsia; SERRA, Ordep; NUNES, Débora. **Salvador e os Descaminhos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano—Construindo novas possibilidades.** EDUFBA, 2019.

GOTTSCHALL, Carlota. Moradores do Centro Antigo de Salvador, à luz do Censo 2010. In: BAHIA, Governo do Estado. **Centro antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo: Avanços.** Escritório de Referência do Centro Antigo, UNESCO – Salvador, Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2014.

GROSSBERG, Lawrence. **Lutando com anjos: os estudos culturais em tempos sombrios.** MATRIZES, v. 9, p. 13–46, 2015.

GROSSBERG, Lawrence. “Rediscovering the Virtual in the Actual.” **In The Affect Theory Reader**, edited by Melissa Gregg and Gregory Seigworth, 309–338. Durham, NC: Duke University Press, 2010

GUATTARI, Félix. **Espaço e poder: a criação de territórios na cidade.** Espaços & Debates, Revista de Estudos Regionais e Urbanos, Ano V, nº 16. São Paulo, SP: Nero: 1985. p. 109-120

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas sociais**, n. 29, p. 73-89, 2012.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 294 p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. In: **GEOgraphia.** Ano IX, n. 17, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. P. 19-45.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina.** 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, Niterói. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2021

HITA, Maria Gabriela. Uma comunidade periférica da cidade de Salvador: entre a Requalificação urbana e a pacificação Policial. In: GLEDHILL, John; HITA, Maria Gabriela; PERELMAN, Mariano (Org.). **Disputas em torno do Espaço Urbano:**

Processos de [re]produção/construção e apropriação da cidade. Salvador: Edufba, 2017.

JÚNIOR, Manoel Maria do Nascimento. COMO O PLANO DE REABILITAÇÃO PARTICIPATIVO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR TRATA A QUESTÃO DA “INFORMALIDADE”? Cadernos do CEAS: **Revista crítica de humanidades**, n. 240, p. 217-237, 2017.

KNEIB, Érika Cristine. **Subcentros urbanos**: contribuição conceitual e metodológica à sua definição e identificação para planejamento de transportes. Tese de doutorado em Transportes, Publicação T. TD – 002^a/2008, Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, Universidade de Brasília, Brasília, SF, 2008, 206p.

LEAL, Claudia F. Baeta Leal (org.). **As missões da Unesco no Brasil**: Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN; Copedoc, 2008.

LEANDRO, Gabriela. Direito à cidade e questões raciais. **Coletiva**, Recife, n. 24, Coletiva. fev.mar.abr.mai. 2019. Disponível em: <https://www.coletiva.org/dossie-direito-a-cidade-n24-direito-a-cidade-e-questoes-raciai>. ISSN 2179-1287.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Tradução de MARTINS, S. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. [1969]

LIMA, Adriana Nogueira Vieira. **Do direito autoconstruído ao direito à cidade**: porosidades, conflitos e insurgências em Saramandaia. 2016. 329 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. 329p.

LIMA, Adriana Nogueira Vieira. **Do Direito Autoconstruído ao direito à cidade**: porosidades, conflitos e Insurgências em Saramandaia. Salvador: EDUFBA, 2019.

LUGAR COMUM. **Tororó Resiste**. Salvador (Bahia). 17 dez, 2020. Instagram: @lugarcomum.ufba. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CI5icnWIHzG/>>. Acesso em: 20 jan, 2021.

MARICATO, Ermínia Terezinha. **A terra é um nó na sociedade brasileira... também nas cidades**. Revista Cultura, v. 93 n. 6, 1999, p. 7-22. Disponível em: <http://www.labhab.fau.usp.br/wp-content/uploads/2018/01/maricato_terranosociedadebrasileira.pdf> Acesso em: 15 mar. 2022.

MELLO, L. F. et al. Entre o Antropoceno, Escala e Território: as dimensões humanas da mudança ambiental global e suas conexões com as iniciativas do Sistema das Nações Unidas. **Núcleo de Estudos Estratégicos sobre Democracia, Desenvolvimento e Sustentabilidade (NEEDDS)**, São Bernardo do Campo, 2017.

MENDONÇA, Sônia. **O Estado ampliado como ferramenta metodológica**. Marx e o Marxismo-Revista do NIEP-Marx, v. 2, n. 2, p. 27-43, 2014.

MOURAD, Laila Nazem. A verdadeira face do processo de reabilitação do Centro Histórico de Salvador. **ST2: PRODUÇÃO CONTEMPORÂNEA DO ESPAÇO E PROJETOS DE URBANISMO–UrbBA**, v. 11, 2011.

MOURAD, Laila Nazem. **O processo de gentrificação do centro antigo de Salvador 2000 a 2010**. Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2011.

MOURAD, Laila; FIGUEIREDO, Glória Cecília; BALTRUSIS, Nelson. **Gentrificação no Bairro 2 de Julho, em Salvador**: modos, formas e conteúdos. Cad. Metrop., São Paulo, n. 32, pp. 437-460. Nov. 2014.

MOURAD, Laila Nazem; BALTRUSIS, Nelson. O LUGAR DO SOCIAL ENFRAQUECIDO: 7a ETAPA DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR. **Cadernos do CEAS**: Revista crítica de humanidades, n. 236, p. 88-107, 2016.

MOURAD, Laila Nazem, TEIXEIRA, Aparecida Netto, PINHEIRO, Francine Damasceno, & ROCHA, Nadeje Martins da. Remoção forçada e reparação justa e integral em territórios populares: a experiência da construção da matriz de danos. **urbe**. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v.14, 2022.

OLIVEIRA, Ícaro Macêdo Guimarães de. A nova política urbana para o centro antigo de Salvador-Bahia. In: MARCÚS, Juliana et al. **La ciudadmercancia**: turistificación, renovación urban y políticas de control de espacio público. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2019. Disponível em: <https://www.teseopress.com/ciudadmercancia/chapter/a-nova-politica-urbana-para-o-centro-antigo-de-salvador-bahia/>

OLIVEIRA, João Pedro Cerqueira Barbosa De. A REGULAMENTAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ZEIS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS EM SALVADOR-BA: O CASO DA ZEIS DA GAMBOA DE BAIXO/UNHÃO... In: **Anais do XI Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico**. Anais... Salvador(BA) UCSal, 2021. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/xicbdu2022/485987-A-REGULAMENTACAO-E-REGULARIZACAO-FUNDIARIA-DE-ZEIS-EM-COMUNIDADES-TRADICIONAIS-EM-SALVADOR-BA--O-CASO-DA-ZEIS-DA->>>. Acesso em: 24 mar. 2023

OLIVEIRA, Olivia; FERNANDES, Ana. **Regeneração de Vazios Construídos em áreas Urbanas Centrais em Salvador**. II Congresso Internacional de habitação Coletiva Sustentável. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://issuu.com/laboratoriovivienda21/docs/livro_actasbook_r04_livro_digital_c0dc1cac715b5a> Acesso em 22 ago 2019

PEREIRA, Alvaro Luis dos Santos. Reflexões sobre o fenômeno da “centralidade” a partir do quadro teórico da “Antropologia da Cidade”. **Ponto Urbe**[Online], 11, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1075>. Acesso em: 28 abr. 2021

PEREIRA, Stefanie Berenschot. **A importância da centralidade urbana para a mobilização social**. Rio Claro, 2009. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/132.pdf> Acesso em: 28 abr. 2021

PERRY, Keisha-Khan Y. **Daqui eu não saio, daqui ninguém me tira**: a luta das mulheres negras pelo direito à terra no Brasil. 1. ed. Salvador: Edufba, 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. **Revista Mosaico-Revista de História**, v. 1, n. 1, p. 3-12, 2008

PINTO, Ilce Marília Dantas; DELGADO, Juan Pedro Moreno; MIRANDA, Silvia Camargo Fernandes. Centralidades e Estrutura Espacial da Cidade de Salvador. In: KNEIB, Érika Cristine (Org.). **Projeto e Cidade: Centralidades e Mobilidade Urbana**. Gráfica UFG, 2014. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/403/o/PROJETO_E_CIDADE_CENTRALIDADE_S_E_MOBILID%282%29.pdf

PORTAL CORREIO NAGÔ. **[Projeto Revitalizar] Tentativa de gentrificação ou revitalização?**. 2017. Disponível em: <https://correionago.com.br/projeto-revitalizar-tentativa-de-gentrificacao-ou-revitalizacao/> Acesso em: 01 abr 2023

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. Enpublicacion: **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Cecenã, Ana Esther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2006. pp. 151-197.

REBOUÇAS, Thaís de Miranda. **Costurando escalas: 7a etapa de recuperação do Centro Histórico de Salvador, Programa Monumenta e BID**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)—Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFBA, Salvador. 2012. 152 p.

REBOUÇAS, Thaís; MOURAD, Laila. Operações Urbanas Consorciadas e Manifestações de Interesse Privado em Salvador. In: GOMES, Hortênsia; SERRA, Ordep; NUNES, Débora (Org.). **Salvador e os Descaminhos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano—Construindo novas possibilidades**. EDUFBA, 2019.

REBOUÇAS, Thaís; MOURAD, Laila Nazem; PUGLIESE, Vanessa. INTERVENÇÕES PÚBLICAS PARA O PRIVADO NO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR. In: **XV Simpósio Nacional de Geografia Urbana - SIMPURB**. Salvador - BA. 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/43773982/INTERVEN%C3%87%C3%95ES_P%C3%9AB_LICAS_PARA_O_PRIVADO_NO_CENTRO_ANTIGO_DE_SALVADOR

RODRIGUES SANTOS, Maria da Graça. (DES) CAMINHOS DO URBANISMO MODERNO EM SALVADOR. In: SZMRECSANYI, Maria Irene de Queiroz Ferreira. **Da sociedade moderna à pós-moderna no Brasil: permanências e mudanças urbanas, séculos XX e XXI**. 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/342419930_DES_CAMINHOS_DO_URBANISMO_MODERNO_EM_SALVADOR

SACK, Robert David. **Territorialidade Humana: sua teoria e história**. Cambridge. Cambridge University Press. 1986

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970–80)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALVADOR. SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **CAS- Centro Antigo de Salvador [livro eletrônico]: território de referência**. 2013. 77 p.

SALVADOR. Câmara Municipal. **Lei no 9.069**, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências. 2016. Disponível em: https://sedur.salvador.ba.gov.br/images/arquivos_processos/2016/07/LEI-n.-9.069-PDDU-2016.pdf

SALVADOR. Fundação Mário Leal Ferreira. Diretoria de Planejamento. Gerência de Planejamento e Informações. Projeto UNESCO: Instrumentos e Estratégias para o Desenvolvimento Sustentável do Centro Antigo de Salvador. **Plano de Desenvolvimento para a Região do Comércio**. Consultoria: Carlos Leite. Salvador: [s.n.], 2019. Documento Digital.

SANT'ANNA, Márcia. “A Recuperação do Centro Histórico de Salvador: origens, sentidos e resultados”, **Revista RUA nº 8**, Salvador, 2003.

SANTOS, Janio. Centro, Sub-centros e Novas Centralidades na Metrópole Soteropolitana. **XI Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2007.

SANTOS, Janio. A reestruturação da cidade de Salvador: conflitos e interesses na lógica da centralidade urbana. **GeoTextos**, vol. 6, n. 1, jul. 2010. p. 13-33.

SANTOS, Milton. **O Centro da Cidade de Salvador**: Estudo de Geografia Urbana. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Salvador: Edufba, 2008 [1959]. p. 208

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7ª ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, Vitor. Complexo Habitacional Cajazeiras: discursos, conflitos e resistências no contexto urbano de Salvador-BA. **O Social em Questão**, v. 1, n. 53, p. 179-200, 2022.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. 3. Ed. – São Paulo: Expressão Popular. Universidade Estadual Paulista (UNESP). 2013

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre. Editora ARTMED. 2010

SEDUR. **Revitalizar**. 2017. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/revitalizar> Acesso em: 01 abr 2023.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **CAS -Centro Antigo de Salvador: território de referência**. SEI, 2013. Disponível em: <https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/cas/cas.pdf>.

SEINFRA - Secretaria de Infraestrutura da Bahia. **Salvador**: Construção da Nova Rodoviária é iniciada no bairro de Águas Claras. Salvador, 2021. Disponível em: <http://www.infraestrutura.ba.gov.br/2021/02/11493/Salvador-Construcao-da-Nova-Rodoviaria-e-iniciada-no-bairro-de-Aguas-Claras.html>

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: Bidou-Zachariasen, C. (ed.), **De volta à**

cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de « revitalização » dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006. pp. 59-87

SOARES, Antônio Mateus. Notas sobre a habitação social em Salvador no final do século XX: padrão de inserção e anseios populares. **Revista Prelúdios**, v. 6, n. 6, 2017.

SPINOLA, NoélioDantaslé; COSTA, Paulo Patrício; SANTIAGO, Tatiana. A cidade do Salvador e a sua centralidade (The cityof Salvador and its centrality). In: **ERSA conference papersersa15p1043**, EUROPEAN REGIONAL SCIENCE ASSOCIATION, 2015. Disponível em: https://www.econstor.eu/bitstream/10419/124751/1/ERSA2015_01043.pdf

STF - Supremo Tribunal Federal. **Barroso determina que tribunais criem comissões para mediar desocupações coletivas antes de decisão judicial.** 2022. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=496668&ori=1>

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opinião pública**, v. 18, p. 399-426, 2012.

TEIXEIRA, Aparecida Netto; MOURAD, Laila Nazem; FLORENTINO, Pablo Vieira. Lutas e reivindicações urbanas. In: PEREIRA, Gilberto Corso e FERNANDES, Claudia Monteiro (Org.). **Reforma Urbana e Direito à Cidade: Salvador.** Observatório das Metrôpoles - IPPUR/UFRJ. pp 211- 2022.

TORORÓ RESISTE. **O que tá acontecendo no Tororó?** 2021. Disponível em: <https://zeistororo.wixsite.com/torororesiste>. Acesso em: 19 Dez. 2022

TOURINHO, Andrea de Oliveira. Do Centro às novas centralidades: uma trajetória de permanências terminológicas e rupturas conceituais. In: GITAHY, M. L. C.; LIRA, J. T. C. de. (orgs.). **Cidade: impasses e perspectivas.** São Paulo: Annablume, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2007.

TRINDADE, Thiago. **A importância e a legitimidade das ocupações em áreas centrais.** 2015 Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/importancia-e-legitimidade-das-ocupacoes-em-areas-centrais/>. Acesso em: 16 de dez. 2022

TV CÂMARA SALVADOR. **Audiência Pública - Tororó em Disputa - Moradia X Shopping Center - Comissão Reparação, Direitos Humanos, Cultura.** Salvador, 14 de julho 2021. 1 vídeo (3h20min). [Live]. Disponível em: <https://www.facebook.com/tveradiocam/videos/4387301711355965>. Acesso em: 21 abr 2022.

URIARTE, Urpi Montoya. **HABITAR CASARÕES OCUPADOS NO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR, BAHIA, BRASIL: velhos cortiços e novas experiências e direitos.** **Caderno CRH**, v. 32, p. 383-398, 2019a.

URIARTE, Urpi Montoya. **Entra em beco, sai em beco—formas de habitar o centro:** Salvador e Lisboa. Edufba, 2019b.

URIARTE, Urpi Montoya. Os tempos da Ladeira da Preguiça: Etnografia de longa duração de uma micro localidade do centro histórico de Salvador. **Revista de**

Antropologia, v. 65, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/192795/181538> Acesso em: 15 março 2022.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, Studio Nobel, 2ª ed, 2001.

VIVEIROS, Liana. **Práxis de Política Urbana no Brasil: Movimentos e Articulações Nacionais e Internacionais na Construção do Direito à Cidade**. 407 f., 2018. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

VIVEIROS, Liana. **Direito à cidade e hegemonia: movimentos, articulações e disputas no Brasil e no Mundo** / Liana Viveiros. - Belém: ANPUR: Salvador : EDUFBA, PPGAU, 2020. 402 p.

VIVEIROS, Liana. **Direito à cidade e hegemonia: caminhos para uma práxis urbana**. VIRUS, São Carlos, n. 20, 2020. [online]. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus20/?sec=4&item=5&lang=pt>>. Acesso em: 12 Jan. 2021.

ZANOLI, Fabrício Oliveira. **Projeto de Habitação de Interesse Social para a Gamboa de Baixo**. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pós-Graduação, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/26044/1/fabricio_zanoli_tc-raue-tr.pdf

ZANOLI, Fabrício Oliveira. **Ação patrimonial, ocupação popular e os conflitos da preservação: o caso da comunidade da Gamboa de Baixo em Salvador - Ba**. Dissertação (mestrado). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2017.

APÊNDICE A – Roteiro de pesquisa para entrevista semiestruturada com lideranças dos movimentos sociais

Texto introdutório

Esta pesquisa visa entender como o conceito de centralidade aparece e está inserido nas disputas dos movimentos sociais por moradia no Centro Antigo de Salvador. Entender tanto essa centralidade como espaço físico como também discurso nas disputas urbanas nesse contexto de centro antigo. Acredito que a Articulação do Centro Antigo é um dos principais movimentos de defesa da moradia no centro e você como representante de um movimento/comunidade dessa articulação poderia contribuir imensamente para a pesquisa. Com isso, podemos conversar um pouco acerca do assunto? Gostaria também de pedir sua autorização para gravar nossa conversa, sabendo que a sua identidade está eticamente resguardada independente das informações que sejam ditas, você autoriza a gravação?

Blocos de perguntas

BLOCO 1 - Caracterização do entrevistado e do movimento social

1. Para começarmos você pode me dizer seu nome e a qual comunidade e movimento pertence?
2. Gostaria que você falasse um pouco sobre você e sua relação com a comunidade.
3. E como começou sua história com o movimento?
4. Gostaria que você me contasse um pouco sobre a história do movimento e como ele se articula atualmente.
5. Como o movimento atua na articulação do centro antigo?
6. Pela legislação o centro é dividido em CHS, que é aquela região do Pelourinho, e CAS, áreas como Saúde, Soledade, Barbalho, Nazaré. Você sente que existe uma diferença em relação a pressão do mercado imobiliário e a ação do poder público (Prefeitura, Governo) entre essas duas regiões?

BLOCO 2 - Discussão e compreensão dos conceitos

7. Quais as diferenças que você enxerga entre morar no centro e morar em outros bairros mais periféricos?
8. No seu entender, o que significa direito à centralidade?

9. Para você o que é direito à cidade?
10. Para você o que é direito à moradia e como ele se relaciona com os demais direitos?
11. Na sua opinião como o direito à centralidade se relaciona com o direito à cidade?

BLOCO 3 - Entendimento das estratégias nas disputas urbanas

12. Para você quais valores/conceitos estão em evidência quando se disputa o direito à cidade?
13. Para você o que representa o ato de disputa pelo direito à cidade e principalmente a centralidade?
14. Quais os agentes que entram nas disputas que vocês enfrentam na cidade pelo direito à centralidade?
15. Quais as estratégias de resistência adotadas pelos movimentos nas disputas pelo direito à cidade?
16. Que instrumentos são utilizados para defender o direito à cidade e à centralidade?
17. Vocês contam com assessorias técnicas? Quais?
18. Que ações elas desenvolvem?
19. Quais os principais meios (reuniões presenciais, internet...) que os movimentos por moradia se articulam hoje?
20. Os diferentes movimentos têm relações diretas entre si por meio de reuniões, apoios e afins?

BLOCO 4 - Entendimento da prioridade das agendas

21. Nas discussões da articulação como é tratada essa a importância de permanecer no centro?
22. Por que é importante permanecer no centro?
23. Em seu entendimento o que representa e quais os significados de ter movimentos e comunidades integrando o centro?
24. Nas disputas no centro quais direitos são reivindicados?
25. Você sente que existe alguma diferença no discurso e nas práticas entre os movimentos do centro em relação a movimentos de outras áreas da cidade?

BLOCO 5 - Encerramento

26. Existe mais alguma coisa que você gostaria de acrescentar que não conversamos?
27. Você tem algum contato de movimento, articulação, líder comunitário que pode contribuir com a pesquisa?

APÊNDICE B – Roteiro de pesquisa para entrevista semiestruturada com assessorias técnicas

Texto introdutório

Esta pesquisa visa entender como o conceito de centralidade aparece e está inserido nas disputas dos movimentos sociais por moradia no Centro Antigo de Salvador. Entender tanto essa centralidade como espaço físico como também discurso nas disputas urbanas nesse contexto de centro antigo. Acredito que as assessorias, ao atuarem junto aos movimentos sociais por moradia, exercem um importante papel na defesa da moradia no centro, sendo assim, você como representante de uma dessas assessorias pode contribuir imensamente para a pesquisa. Com isso, podemos conversar um pouco acerca do assunto? Gostaria também de pedir sua autorização para gravar nossa conversa, sabendo que a sua identidade está eticamente resguardada independente das informações que sejam ditas, você autoriza a gravação?

Blocos de perguntas

BLOCO 1 - Caracterização do(a) entrevistado(a) e relação de assessoria com o movimento/comunidade

1. Para começarmos você pode me dizer seu nome e qual assessoria representa e com qual movimento/comunidade atua?
2. Gostaria que você falasse um pouco como surgiu essa sua atuação de assessoria com comunidade/movimento.
3. E como começou a sua atuação com o movimento/comunidade do centro?
4. Enquanto assessoria, como você se articula com o movimento/comunidade?
5. E quais ações você desenvolve?
6. Pela legislação o centro é dividido em CHS, que é aquela região do Pelourinho, e CAS, áreas como Saúde, Soledade, Barbalho, Nazaré. Você sente que existe uma diferença em relação a pressão do mercado imobiliário e a ação do poder público (Prefeitura, Governo) entre essas duas regiões?

BLOCO 2 - Discussão e compreensão dos conceitos

7. Quais diferenças você enxerga entre morar no centro e morar em outros bairros mais periféricos?

8. No seu entender, o que significa direito à centralidade?
9. Para você o que é direito à cidade?
10. Para você o que é direito à moradia e como ele se relaciona com os demais direitos?
11. Na sua opinião como o direito à centralidade se relaciona com o direito à cidade?

BLOCO 3 - Entendimento das estratégias nas disputas urbanas

12. Para você quais valores/conceitos estão em evidência quando se disputa o direito à cidade?
13. Para você o que representa o ato de disputa pelo direito à cidade e principalmente a centralidade?
14. Quais os agentes que entram nas disputas que vocês enfrentam na cidade pelo direito à centralidade?
15. Quais as estratégias de resistência adotadas como assessoria nas disputas pelo direito à cidade?
16. Que instrumentos são utilizados para defender o direito à cidade e à centralidade?
17. Enquanto assessoria, além dos movimentos sociais, com quais outros agentes você se articula?
18. E quais as ações que você desenvolve com esses outros agentes?
19. Quais os principais meios (reuniões presenciais, internet...) que você enquanto assessoria se articulam hoje?

BLOCO 4 - Entendimento da prioridade das agendas

20. Nas discussões com os movimentos/comunidades como é tratada essa a importância de permanecer no centro?
21. E nas discussões com os demais agentes?
22. E na sua opinião, por que é importante permanecer no centro?
23. Em seu entendimento o que representa e quais os significados de ter movimentos e comunidades integrando o centro?
24. E para você qual a importância do apoio das assessorias a esse movimentos e comunidade?

25. Nas disputas no centro quais direitos você vê sendo reivindicados?
26. Você sente que existe alguma diferença no discurso e nas práticas entre os movimentos do centro em relação a movimentos de outras áreas da cidade?

BLOCO 5 - Encerramento

27. Existe mais alguma coisa que você gostaria de acrescentar que não conversamos?
28. Você tem algum contato de assessoria que possa contribuir com a pesquisa?

APÊNDICE C – Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Você é convidada(o) a participar da pesquisa **“DISPUTAS POR CENTRALIDADE NA PRÁXIS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POR MORADIA NO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR/BA”**, do pesquisador Felipe Santos do Canto, mestrando em Território, Ambiente e Sociedade, na Universidade Católica do Salvador – UCSAL. Esta pesquisa tem como objetivo entender como o conceito de Centralidade aparece e está inserido nas disputas dos movimentos sociais por moradia com apoio de assessorias técnicas no Centro Antigo de Salvador, nas suas lutas pelo direito à cidade. Busca compreender ainda, como se apresentam as diferentes apropriações do conceito nas especificidades do tecido do Centro Histórico (CHS) e Centro Antigo de Salvador (CAS).

Os dados serão obtidos por meio de entrevista semiestruturada que será gravada e posteriormente transcrita para a garantia de veracidade das informações fornecidas. As entrevistas serão realizadas no município de Salvador de forma presencial ou virtual, a depender da disposição do(a) participante. O tempo estimado de duração da entrevista é cerca de **1h**. Serão entrevistadas as principais lideranças de territórios e de movimentos sociais por moradia do Centro de Antigo de Salvador e com as principais Assessorias Técnicas que os apoiam.

Os riscos são mínimos, visto que, algumas perguntas podem causar certos constrangimentos e/ou desconforto, como as que envolvem tensões e conflitos territoriais intensos, desta maneira você têm a liberdade de não responder ou se retirar do estudo a qualquer momento sem sofrer nenhum tipo de ônus. Quanto aos benefícios, indiretamente, a pesquisa pode contribuir ao informar e instigar a reflexão crítica sobre os processos predatórios do mercado imobiliário e do Estado que ameaçam a permanência dos territórios populares no Centro. Outra contribuição é a de trazer informações que possam ser apropriadas como ferramentas para os movimentos sociais por moradia do Centro Antigo de Salvador nas suas lutas e resistência pela permanência nos seus territórios.

Você poderá desistir da entrevista ou se negar a responder a qualquer pergunta e ainda, se desejar, se retirar do estudo a qualquer momento sem nenhum ônus ou penalidade para você. Os dados obtidos ficarão resguardados em total sigilo e serão utilizados somente para fins científicos da pesquisa. Você tem a liberdade de decidir se quer ter seu nome identificado ou ocultado dos resultados da pesquisa.



As gravações das entrevistas ficarão guardadas, sob sigilo, pelo período de cinco anos, sob responsabilidade do pesquisador, em sua residência, localizada no cond. Arvoredo, rua da Romã, nº 375, edf. Crepúsculo, apto 01, Tancredo Neves, CEP: 41207-000 podendo ser contactado através do telefone (71) 99211-4706 e email felipecanto@outlook.com.

A partir do primeiro contato para o convite à participação, você terá **três dias** para avaliar o TCLE e informar sua decisão sobre responder, ou não, à pesquisa. Ao final da pesquisa ou a qualquer momento será permitido o acesso às suas informações, conforme queiram as pessoas entrevistadas.

Em caso de dúvida, denúncia, ou qualquer outra informação, favor entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador (CEP/UCSAL). Endereço: Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 - Pituçu, Salvador - BA, 41740-090. Contatos: (71) 3203-8913 e cep@ucsal.br.

Esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE tem duas vias, sendo uma da pessoa entrevistada e outra do pesquisador.

Eu, _____ declaro que, após esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, aceito participar da presente pesquisa, sem que para isso eu tenha sido forçado ou obrigado.

Aceito ter meu nome identificado nos resultados da pesquisa.

() SIM () NÃO

Salvador, ___ de _____ de 2022

Felipe Santos do Canto
Mestrando – pesquisador

Nome:
Entrevistada(o)

ANEXO A – Parecer de aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
SALVADOR - UCSAL



Continuação do Parecer: 5.415.717

Pós Graduação da instituição proponente. O Termo de confidencialidade foi apresentado e assinado. O orçamento e cronograma constam de forma satisfatória, respeitando os prazos de análise do CEP.

Recomendações:

Não existem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto atende as resoluções em vigor, e portanto está apto a aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado acata o parecer do relator e alerta que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e o relatório final da pesquisa por meio da Plataforma Brasil para que sejam apreciados pelo CEP, em conformidade com a Norma Operacional nº 01/13, item XI.2.d.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1899387.pdf	11/05/2022 16:14:49		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Modificado.pdf	11/05/2022 16:14:12	Felipe Santos do Canto	Aceito
Outros	ROTEIRO_PESQUISA_Felipe.pdf	14/04/2022 11:42:10	Felipe Santos do Canto	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Pesquisa_Felipe.pdf	14/04/2022 11:41:24	Felipe Santos do Canto	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termo_de_confidencialidade_pesquisador_FELIPE.pdf	14/04/2022 11:40:22	Felipe Santos do Canto	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_Felipe.pdf	14/04/2022 11:32:57	Felipe Santos do Canto	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 Universidade Católica do Salvador.Campus Pituáçu,Comitê de Ética,Prédio da
Bairro: PITUAÇU **CEP:** 41.740-090
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3206-7830 **E-mail:** cep@ucsal.br